



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Helton Luiz Gonçalves Damas

**A INVENÇÃO DAS SUBJETIVIDADES NOS MERCADOS DA  
*PACIFICAÇÃO:***

Um estudo sobre os empreendedores da Favela Turística/RJ

São Carlos

2018



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Helton Luiz Gonçalves Damas

## **A INVENÇÃO DAS SUBJETIVIDADES NOS MERCADOS DA *PACIFICAÇÃO:***

Um estudo sobre os empreendedores da Favela Turística/RJ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutorado em Sociologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

São Carlos

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Folha de Aprovação**

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Helton Luiz Gonçalves Damas, realizada em 28/08/2018.

Prof. Dra. Jacqueline Sinhoretto  
UFSCar

Prof. Dra. Márcia da Silva Pereira Leite  
ULRJ

Prof. Dra. Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros  
JSP

Prof. Dra. Cibele Saliba Rizek  
UFSCar

Prof. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros, Isabel Pauline Hildegard Georges e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Jacqueline Sinhoretto

## AGRADECIMENTOS

*“Tempo, tempo, tempo / Ouça bem o que eu digo”* (Caetano Veloso): foram tantos os momentos de solidão, introspecção e procrastinação que tiveram como propósito principal a realização dessa tese. Tudo parecia tão interminável. É preciso tempo para escrever. É preciso tempo para pensar as escolhas da vida. É preciso tempo para que todo meu percurso acadêmico se torne legível para mim e para todos que me rodeiam. É preciso tempo. Como também, é preciso saber o momento de agradecer os privilégios encontrados pelo caminho, como por exemplo, a oportunidade de desenvolver uma tese em uma instituição pública em um país de desigualdades sociais consideráveis.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Jacqueline Sinhoretto, por ter me aceitado enquanto orientando e pela leitura cuidadosa de todos os trabalhos que desenvolvi, desde o projeto até a finalização da tese

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado. Esse suporte foi fundamental para prover as viagens para o Rio de Janeiro, como também, a estadia na cidade.

Agradeço a companhia e o suporte acadêmico ofertado pelos membros do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC).

Eu agradeço os meus pais pelo apoio dado durante o doutorado, sobretudo, os empréstimos de carros para que eu pudesse frequentar as aulas e eventos.

Eu também agradeço os colegas de doutorado por terem proporcionado momentos preciosos de interação, especialmente, a Natália, Bia, William, Felipe, Leandro, Cíntia e outros que não me recordo.

Eu gostaria de agradecer ao programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar e todo o corpo docente, que com suas diversas perspectivas teóricas e experiências fizeram com que eu ampliasse meu conhecimento de modo quase indescritível.

Eu gostaria de agradecer também todos os sujeitos de pesquisa da tese, pois sem vocês seria impossível gerar tantos dados. Eu agradeço, sobretudo, a paciência e confiança em expor assuntos muitas vezes sensíveis durante longas entrevistas.

Eu agradeço a banca qualificação pelos prestimosos apontamentos dados e que foram fundamentais para que a tese chegasse a essa concepção final.

Eu agradeço, antecipadamente, a banca de defesa. Todos os integrantes escolhidos são pessoas que nutro profunda admiração.

Eu agradeço, antecipadamente, todos que lerem esse trabalho.

## RESUMO

O estudo teve como objetivo principal compreender o regime contemporâneo de subjetividade nas favelas cariocas a partir da análise dos processos que envolvem a *pacificação* desses *territórios* e o surgimento de novas formas de mercado, tendo como recorte empírico, a “favela turística” e o “empresariamento de si”. O projeto de *pacificação* representou uma possibilidade de gestão política e econômica de certos *territórios* escolhidos conforme os objetivos estratégicos definidos pelos aparatos de poder. O controle, a vigilância militarizada e a consequente domesticação de corpos não podem ser considerados as únicas formas pelas quais o poder investiu, já que *pacificação* também buscou estruturar um campo de ação em que o *favelado* fosse um sujeito ativo de sua própria transformação pela via do empreendedorismo. Nesse sentido, o estudo buscou compreender o processo de subjetivação dos moradores de favela enquanto algo situado em meio a um complexo de aparatos, práticas, maquinações e composições dentro das quais eles foram constituídos e que pressupôs a implicação de relações particulares com eles mesmos, assim, a pesquisa analisou como as interseções entre um conjunto de dispositivos propiciaram uma articulação estratégica das formas de conduta dos outros com as formas de autogoverno. Para elaborar o estudo foram tomadas enquanto objeto de análise as seguintes áreas de UPP: Favela Santa Marta, Favela Pavão-Pavãozinho, Ladeira dos Tabajaras/Morro dos Cabritos e Complexo do Alemão. A metodologia utilizada para que os propósitos da tese pudessem ser cumpridos consistiram na elaboração de um estudo baseado na análise qualitativa, obtendo dados por meio de observações diretas e entrevistas semiestruturadas. Como resultado, foi possível observar que a expansão da lógica neoliberal nas favelas *pacificadas*, por um lado, configurou o empreendedorismo enquanto uma “possibilidade” de os *favelados* encontrarem o seu “lugar ao sol” e, por outro, intensificou processos relacionadas a individualização do destino e culpabilização do sujeito pobre, como também, ao esvaziamento da esfera pública e dos projetos coletivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Pacificação*; Favela Turística; Governamentalidade; Subjetividade; Empreendedorismo.

## ABSTRACT

The main objective of this study was to understand the contemporary regime of subjectivity in the favelas of Rio de Janeiro, based on the analysis of the processes that involve the *pacification* of these territories and the emergence of new forms of the market, having as empirical cut, the "tourist favela" and the "Self-management". The *pacification* project represented a possibility of political and economic management of certain territories chosen according to the strategic objectives defined by the power apparatus. Control, militarized surveillance and the consequent domestication of bodies can not be considered the only forms by which power invested, since *pacification* also sought to structure a field of action in which the *favelado* itself was an active subject of its own transformation by the way of entrepreneurship. In this sense, the study sought to understand the process of subjectivation of slum dwellers as something situated in the midst of a complex of apparatuses, practices, machinations and compositions within which they were constituted and which presupposes the implication of particular relations with themselves, the research analyzed how the intersections between a set of devices that propitiated a strategic articulation of the ways of conduct of others with the forms of self-government. In order to elaborate the study, the following areas of UPP were taken as object of analysis: Favela Santa Marta, Favela Pavão-Pavãozinho, Ladeira dos Tabajaras / Morro dos Cabritos and Complexo do Alemão. The methodology used for the purposes of the thesis could be fulfilled consisted in the elaboration of a study based on the qualitative analysis, obtaining data through direct observations and semi-structured interviews. As a result, it was possible to observe that the expansion of neoliberal logic in the *pacified* favelas, on the one hand, configured entrepreneurship as a possibility for the favelados to find their "place in the sun" and on the other intensified processes related to the individualization of destiny and poor subject, as well as the emptying of the public sphere and collective projects.

**KEYWORDS:** *Pacification*; Tourist Favela; Governmentality; Subjectivity; Entrepreneurship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Favela Santa Marta: “A favela modelo” .....	27
Figura 02 – O Complexo do Alemão .....	29
Figura 03 – Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras. .....	30
Figura 04 - Mapa referente às favelas que abrangem o estudo.....	31
Figura 05 – Imagem do cortiço Cabeça de Porco e casas no Morro da Providência.....	51
Figura 06 – Oswaldo Cruz e seu “grande pente” .....	52
Figura 07 – Imagem do Parque Proletário da Gávea.....	55
Figura 08 – O rosto do Amarildo .....	76
Figura 09 – Imagem do <i>Bunker</i> da UPP no Complexo do Alemão.....	84
Figura 10 – Imagem referente ao uso de celulares por parte de moradores e policiais no registro das cenas de conflito .....	88
Figura 11 – UPP versus Comando Vermelho .....	100
Figura 12 – Policiais da UPP e crianças da Favela Santa Marta .....	105
Figura 13 – Beltrame e a debutante .....	107
Figura 14 – “Quem mandou matar Marielle?” .....	111
Figura 15 – O garoto Vinícius e os helicópteros .....	112
Figura 16 – Modelo de atuação da UPP Social .....	128
Figura 17 – O policial e o “cidadão” .....	130
Figura 18 = Imagens do “Ato contra as contas abusivas da Light” .....	145
Figura 19 – O processo de gentrificação no Vidigal .....	147
Figura 20 – Imagem da Loja de <i>Souvenir</i> .....	184
Figura 21– Estátua do cantor Michael Jackson na Favela Santa Marta .....	234
Figura 22 – Muro com marcas de tiros na Favela Pavão-Pavãozinho.....	242

Figura 23 – Imagem virtual do jogo <i>Call of Duty</i> – Rio .....	244
Figura 24 – “Clima bélico” é atração turística no Complexo do Alemão .....	247
Figura 25 – Campanha da Embratur em que a mulher brasileira é configurada como “atração turística” .....	253
Figura 25 – Tour Fotográfico na Favela Santa Marta .....	255
Figura 26 – Imagens da Agência Olhares do Morro .....	257

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABF- Rio – Associação Brasileira de Franchising do Rio de Janeiro  
AGE - Rio – Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNH – Banco Nacional da Habitação  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social  
CEHAB – Companhia Estadual de Habitação  
CEPACS – Certificados de Potencial Adicional Construtivo  
CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana  
CIPOC – Centro Integrado de Policiamento Comunitário  
COI – Comitê Olímpico Internacional  
CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades  
COHAB-GB – Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara  
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo  
FAVEG – Favelas do Estado da Guanabara  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
GAPE – Grupamento de Aplicação Prático-Escolar  
GPAE – Grupamento de Polícia para áreas especiais  
IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PM – Polícia Militar  
PROMORAR – Programa de Erradicação de Sub-habitação  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas  
SETH – Secretaria do Estado de Trabalho e Habitação  
SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
ONU – Organização das Nações Unidas  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
Construção do objeto .....	20
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
Universo de estudo: a escolha das favelas .....	26
Perspectivas teóricas e a pesquisa empírica .....	32
As singularidades do processo de geração de dados na favela-turística- <i>pacificada</i> .....	35
<b>ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS</b> .....	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 1: TERRITÓRIOS <i>PACIFICADOS</i>: REORIENTAÇÃO NO CONTROLE DO CRIME E GESTÃO DA VIDA</b> .....	<b>46</b>
1.1. As favelas cariocas: um século de ordenamento e controle.....	48
1.2. As favelas e a questão da violência urbana.....	60
1.3. A favela como entrave para o desenvolvimento da “Cidade Empreendedora” .....	63
1.4. Os antecedentes históricos da ocupação armada das favelas cariocas .....	66
1.5. As UPPs e as novas formas de controle dos “territórios da pobreza” .....	71
1.6. Biopolítica da pacificação e seus efeitos de subjetividade.....	78
1.7. Os policiais e traficantes nas favelas <i>pacificadas</i> .....	91
1.8. UPP e a gestão da vida: Da formalização do território à instauração da “pedagogia civilizatória” .....	101
<b>CAPÍTULO 2: O “SOCIAL DA UPP” E OS NEXOS DO PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL NAS FAVELAS <i>PACIFICADAS</i></b> .....	<b>116</b>
2.1. Favela, cidadania e poder .....	118
2.2. “A UPP Social foi um paliativo e muita gente acreditou”. UPP Social: Uma política de direitos?.....	126
2.3. Os nexos do processo de desconstrução da questão social nas favelas <i>pacificadas</i> ...	136
2.4. “Pague a conta de luz. Seja um cidadão!”: <i>Pacificação</i> , cidadania e o “empreendedorismo dos ricos” nos territórios da pobreza .....	141

<b>CAPÍTULO 3: O DOS DISPOSITIVOS DE NORMALIZAÇÃO À PRODUÇÃO DOS SUJEITOS EMPREENDEDORES NAS FAVELAS PACIFICADAS</b> .....	150
3.1. Ensinando da norma empreendedora .....	152
3.2. Os empreendedores turísticos das favelas <i>pacificadas</i> .....	166
3.2.1. Carambola: “ <i>A pacificação foi tipo assim: vai lá e faz pô! Você tem que fazer diferente, entendeu? Aí, todo mundo teve que fazer diferente</i> ”.....	169
3.2.2. Isabela: “ <i>O meu negócio se fortaleceu pós-pacificação</i> ” .....	176
3.2.3. Vanessa: “ <i>A pacificação deu uma quebrada em alguns negócios e abertura para outros</i> ” .....	183
3.2.4. Margarete: “ <i>Olha que engraçado. Eu tinha bolsa família, hoje eu já não tenho mais, porque hoje eu sou empresa</i> ” .....	186
3.2.5. Henrique: “ <i>Eu me formei como guia foi graças a implantação da UPP em favela</i> ”.....	188
3.2.6. Alessandro: “ <i>A pacificação deu um boom gigante, todo mundo queria abrir um negóciozinho</i> ” .....	190
3.2.7. Andressa: “ <i>A pacificação foi uma maquiagem. Mas os negócios foram um estouro</i> ”.....	194
3.2.8. Loreto: “ <i>O Sebrae foi uma benção. Todo mundo deveria empreender</i> ” .....	196
3.3. Um dispositivo e seus sujeitos normalizáveis .....	199
<b>CAPÍTULO 4: A INVENÇÃO DAS NOVAS SUBJETIVIDADES NAS FAVELAS CARIOCAS: OS EMPREENDEDORES DA “FAVELA TURÍSTICA”</b> .....	201
4.1. A invenção de novas subjetividades nas favelas cariocas: o dispositivo da <i>pacificação</i> como catalizador da racionalidade neoliberal.....	204
4.2. “ <i>Cada um quer furar o olho do outro</i> ”: o <i>ethos</i> comunitário em tensão com o <i>ethos</i> empreendedor.....	215
4.3. O “empreendedor de favela”, flexibilidade e as várias dimensões do risco .....	225
4.4. A favela turística: “Entre governamentalidades, empreendedores e turistas” .....	233
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	263
REFERÊNCIAS .....	273
ANEXOS.....	301

# INTRODUÇÃO

## Intervenções no meio e as novas subjetividades

No início da década de 1990, uma grande região situada na Zona Norte do Rio que, posteriormente, viria a ser reconhecida como Complexo do Alemão, deu alguns sinais de que poderia tornar-se violenta. Na época em questão, quem detinha o domínio do tráfico de drogas na localidade era o Orlando da Conceição Filho, popularmente conhecido como “Orlando Jogador”. Alguns moradores retratam ele como o “último romântico” dos bandidos. Carismático e querido pela população, ele era tido como um bandido atento às questões sociais da favela. Ainda na década de 1990, o estimado traficante arrendou diversos pontos de droga em toda a região da Zona Leopoldina<sup>1</sup>. A escolha por expandir o tráfico de drogas na região acarretou na necessidade de armamentos mais pesados e de um “exército de jovens” maior e mais preparado para garantir a proteção pessoal do ex-jogador, como também, dos seus negócios. Grande parte dos antigos moradores desse *território* afirma que o “Complexo” era um antes do traficante e outro depois da sua morte, pois além de perderam alguém que se preocupava com os problemas sociais do lugar, o seu assassinato ocasionou uma reconfiguração no comércio de drogas do Rio. A grande visibilidade da região resultou em um esforço no que tange a produção de um saber técnico necessário para a realização de inúmeras intervenções dos aparelhos estatais. Tal esforço em relação a produção de saberes ajudou a delinear a emergência de uma concepção espacial unitária que poderia ser aplicada a um conjunto de 13 favelas diferentes e contíguas entre si, surge então, o “Complexo do Alemão”<sup>2</sup>. Durante a década de 2000, o *território* situado próximo a vias importantes da cidade ganhou grande visibilidade nacional pelos constantes conflitos armados e foi erigido pelo governo do Estado como um grande entrave para a segurança do Rio, assim, “algo precisava ser feito” (MATTIOLI, 2015, VIEIRA, 2014).

---

<sup>1</sup> A Zona da Leopoldina é uma área histórica da Zona Norte do Rio de Janeiro e compreende os bairros de Bom Sucesso, Mangueiras, Olaria, Penha, Penha Circular, Vila da Penha, Parada de Lucas, Brás de Pina e Ramos. Esses bairros abrangiam o caminho da estrada de ferro Leopoldina *Railway*.

<sup>2</sup> O Complexo do Alemão corresponde a um conjunto de favelas situado na Região Norte do Rio de Janeiro. Ele é composto pelos seguintes territórios: Morro da Baiana, Morro do Alemão, Favela da Alvorada, Favela Nova Brasília, Favela Pedra do Sapo, Favela das Palmeiras, Favela Fazendinha, Favela da Grota, Favela da Matinha, Morro dos Mineiros, Favela do Reservatório de Ramos, Favela das Casinhas, Morro do Adeus, Favela Areal, Morro do Coqueiro. (MATTIOLI, 2015).

No dia 25 de novembro de 2010 – na semana anterior a tomada do Complexo do Alemão pelas forças policiais – o monopólio Globo transmitiu ao vivo a imagem de traficantes fugindo da Vila Cruzeiro<sup>3</sup> para a Favela da Grota<sup>4</sup>, por meio de uma pedreira que funcionava no alto da Serra da Misericórdia<sup>5</sup>. Após a fuga dos bandidos, a Vila Cruzeiro foi a primeira favela da região Norte do Rio a ser tomada pelas polícias e Forças Armadas. Dias depois, os agrupamentos policiais adentraram na maior favela da região, o Complexo do Alemão, e hastearam uma bandeira do Brasil no alto do teleférico – como símbolo da ocupação do conjunto de favelas. Em seguida, o então comandante-geral da Polícia Militar, coronel Mário Sérgio Duarte, informou que todo o Complexo do Alemão já estava tomado pelas polícias militar, civil e federal, além de homens das Forças Armadas – Lula, nos últimos dias de seu segundo mandato (2007-2011), emprestou ao governo do Rio blindados da marinha – assim, cerca de 2.600 agentes públicos participaram da invasão ao conjunto de favelas (GRANJA, 2015, O GLOBO, 2010).

A ocupação do Complexo do Alemão teve um efeito simbólico emblemático, pois apesar das Unidades de Polícia da Pacificadora (UPPs) terem sido inauguradas em 2008 – a partir de uma experiência piloto na Favela Santa Marta – a chegada das forças policiais no Alemão teve repercussão internacional e foi retratada como marca da “retomada de territórios” pelo Estado, para que assim, fosse estabelecida a *pacificação* das favelas cariocas. No texto “*O Alemão é muito mais complexo*”, Vera Batista (2011) destaca que foi empregada uma série de estratégias comunicacionais por parte dos meios de comunicação para legitimar a militarização dos espaços da pobreza. Granja (2015) afirma que esses meios de comunicação hegemônicos divulgaram que a retomada do Alemão não chegou a vitimar nem duas dezenas de pessoas pelas forças policiais, mas relatos de moradores davam conta de mais de 100 pessoas assassinadas, muitas delas desovadas a céu aberto, com porcos e urubus se refestelando a cada momento em que a carnificina se avolumava. Mas enfim, iniciou-se o processo de *pacificação* no *território* mais emblemático – em relação a segurança pública – do Rio de Janeiro.

---

<sup>3</sup> A Vila Cruzeiro se refere a uma favela situada no bairro da Penha, Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> A Favela da Grota é umas das localidades que compõem o Complexo do Alemão (Zona Norte do Rio).

<sup>5</sup> O maciço da Serra da Misericórdia localiza-se entre as baixadas de Inhaúma e Irajá, sendo o quarto maior maciço do Rio de Janeiro. Esse maciço se estende por 26 bairros, são eles: Abolição, Bonsucesso, Cavalcante, Cascadura, Complexo do Alemão, Engenho da Rainha, Higienópolis, Inhaúma, Irajá, Madureira, Olaria, Penha, Penha Circular, Piedade, Pilares, Encantado, Ramos, Rocha Miranda, Colégio, Tomas Coelho, Turiaçu, Engenheiro Leal, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos e Quintino Bocaiúva (INSTITUTO TEAR, 2017).

O termo *pacificação*, que nunca antes fora utilizado no planejamento urbano em ações de segurança, acabou sendo naturalizado pouco a pouco em virtude do seu uso recorrente pelas mídias, aparelhos estatais e moradores. Contudo, o ideal contido no processo de *pacificação* não se refere a uma dinâmica inovadora no Brasil, pois se trata de um processo que atravessou cinco séculos no país – do Brasil colonial ao republicano. Assim, no período colonial, a *pacificação* teve como foco os povos indígenas e foi planejada inicialmente como uma atividade bélica, mas posteriormente, ingressou em uma fase pedagógica e protetora. Na fase em questão, os religiosos se encarregaram com exclusividade de seu controle, ensino e catequização. Esses grupos sociais desconheciam o cristianismo, praticavam a poligamia, a feitiçaria e a antropofagia, em suma, “ofendiam frontalmente” os padrões morais dos europeus. Em razão disso, eram declarados como inimigos que deveriam ser combatidos e expropriados violentamente de seus *territórios*, para em seguida, serem *pacificados* como escravos temporários e/ou colocados em aldeamentos. “Embora o padrão de colonização utilizado não preconizasse o genocídio, este foi em inúmeros casos o resultado concreto desse modo de gestão de territórios e populações” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 132).

A *pacificação* se transmutou sob “mascaras modernas” até a contemporaneidade, relacionando-se agora a um processo de intervenção policial em *territórios* que “escapavam” aos domínios dos aparatos de poder. A noção de *território* se situa a partir da necessidade de garantir a soberania estatal e a sua instrumentalidade policial, expressas por meio de uma operação especial ou militar para a retomada de áreas “governadas” por grupos considerados ilegítimos. Nesse prisma, ocupa-se o *território* com intuito de impor uma *paz civil*, que engloba e subordina as favelas em “favor da produção de controle e da afirmação de uma ordem exterior, a ordem pública, conduzida com uma boa distância, de fora para dentro, e na qual o protagonista político seria o Estado representado pela polícia que” *leva a paz às favelas* (MUNIZ, MELLO, 2015, p. 49).

A reconquista de tais *territórios* representou uma inflexão em relação a política de “guerra às favelas” (LEITE, 2012) – em algumas localidades consideradas vitais para implantação de um novo ordenamento urbano – como também, pode ser figurada como uma reconfiguração das práticas estatais em suas margens, *territórios* esses, onde o Estado é constantemente refundado em suas formas de ordenar e fazer as leis (DAS, POOLE, 2004). A *pacificação* teve como proposta principal a integração dos “territórios da pobreza” à cidade e encapsulou o tratamento das favelas como lugares que requerem força policial e intervenção militar para conseguirem algum tipo de paz. Essa política se referiu a uma tentativa de

transformar a paisagem urbana da cidade melhorando a segurança na favela, já que os conflitos armados seriam incompatíveis com a modernização e o desenvolvimento do Brasil que fora simbolizado, isto é, um país honrado por receber grandes eventos de alcance mundial. Enquanto um “projeto de modernidade”, a *pacificação* foi além de uma simples readequação nos mecanismos de segurança para envolver mudanças no espaço físico, na economia local, e por fim, no comportamento dos moradores. A política de *pacificação* implementada por meio das UPPs, possibilitou o fortalecimento dos aparelhos de Estado por meio da recuperação do domínio territorial e do poder de coerção, o que propiciou a expansão dos negócios locais, como também, o desenvolvimento de ações de grupos empresariais diversos nos “territórios da pobreza” (LEITE, 2015, OST e FLEURY, 2013, LARKINS, 2015).

As tentativas do Estado de *pacificar* a favela tiveram relação direta com a continuada expansão do capitalismo global, com o trabalho do Estado sendo executado em conformidade com os interesses corporativos, por meio de uma gestão empreendedora (HARVEY, 2005). Na medida em que a favela foi colocada sob um estado de permanente controle, tornou-se possível que os mercados locais fossem formalizados, e serviços antes gratuitos, acabaram sendo privatizados. Nesse sentido, as favelas foram atingidas por um modelo de ação que visou assegurar a valorização das mesmas como um bem mercantil. Elas se tornaram um bem ligado à cidade na medida em que foram transformadas em mercadoria. As remoções e reurbanizações feitas nas favelas cariocas – sobretudo, próximas aos bairros nobres – desde confirmação dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo no Rio de Janeiro, foram feitas pelo governo fluminense com o pretexto de melhorar a segurança pública e as vias de acesso da cidade, mas na prática, referiram-se à ações realizadas para que o município estivesse disponível ao mercado (LARKINS, 2015, RIBEIRO, OLINGER, 2013).

Destaca-se também, que enquanto bem mercantil, as favelas do Rio de Janeiro fazem parte do mercado turístico da cidade desde a década de 1990 – quando se passou a levar turistas à Rocinha durante a ECO 92<sup>6</sup> – em uma metrópole onde quase todos os espaços estão disponíveis ao consumo (FREIRE-MEDEIROS, 2009). Contudo, o desenvolvimento dessa modalidade de turismo ganhou novos contornos a partir da implantação das UPPs nas favelas cariocas, pois o policiamento permanente trouxe uma “sensação de segurança” a esses *territórios*, o que correspondeu a produção de uma espécie de nova embalagem, isto é, a

---

<sup>6</sup> A ECO 92 se refere a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

“favela-turística-pacificada” (FREIRE-MEDEIROS, VILAROUCA, MENEZES, 2016). A partir de então, diversas foram as localidades reconfigurados sob a perspectiva turística, sobretudo, as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro.

A reconfiguração dessas localidades apenas foi possível graças a uma rede de discursos e de instituições que juntas perfizeram um dispositivo, no sentido foucautiano do termo, isto é, um conjunto deliberadamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, decisões administrativas, entre outros, (FOUCAULT, 1979). O dispositivo da *pacificação* contou com a atuação policial e uma série de instituições, como: Ministério do Turismo, governo e prefeitura do Rio de Janeiro, SEBRAE, Banco do Brasil, UPP Empreendedor, entre outros. Esse dispositivo produziu formas de pensar e agir, como também, reposicionou algumas favelas na zona do empreendedorismo econômico, situou assim, parte dos *favelados* – aqueles considerados *normalizáveis* – nesse campo específico de ação. Visualizou-se então, o desenvolvimento de um urbanismo subalterno (ROY, 2011), isto é, a constituição da favela como lugar do empreendedorismo, das atividades comerciais, em contraposição, a ideia da favela como espaço da desordem.

Os espaços marcados pela pobreza, desemprego, exclusão, são alvos tradicionais dos dispositivos gestionários (TELLES, 2010). Nesse sentido, o regime do governo da pobreza busca, antes de tudo, esquadrihar a população, para em seguida, essencializar os recortes produzidos. A partir dessa classificação é produzida uma valoração seletiva e desigual em relação aos recortes populacionais elaborados. As características desses recortes têm relação com a representação da “violência urbana” feita pelos aparelhos governamentais, que retiraram o centro irradiador da “questão social” contemporânea dos “trabalhadores”, deslocando-a aos “marginais” e as políticas que pensam a proteção social como pano de fundo da prevenção à violência; tornando-se plausível, então, a representação moral de um *continuum* entre os pobres, que tem em um “polo, o bandido a encarcerar e, no outro, o consumidor ou o empreendedor a inserir via mercado” (FELTRAN, 2014, p. 498). Assim, um conjunto de técnicas de estruturação do campo de ação tende a variar “conforme a situação em que se encontra o indivíduo” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 216), e no caso do presente estudo, tais estruturações se traduziram em “modos de pensar e gerir a pobreza e seus *territórios*, na perspectiva da inserção, inclusão, autoestima” (RIZEK, 2013, p. 33), ou seja, em políticas de incentivo ao empreendedorismo.

O “empresariamento de si” foi apresentado aos *favelados* como alternativa de sobrevivência as limitações e vulnerabilidades próprias do “mundo da pobreza”. Essas vulnerabilidades podem ser contextualizadas com as novas lógicas da produção flexível, o declínio do fordismo e a conseqüente produção de rearticulações dos *territórios* e espaços por onde circulam bens, capitais, serviços e também populações, que passaram a situar-se nas novas realidades do trabalho (e do não trabalho), da informalidade, desemprego prolongado ou mesmo da exclusão do mercado do trabalho (BARBOSA, 2011, MACHADO DA SILVA, 2002, SANTOS, 2011, TELLES, 2010).

Para analisar as singularidades do mundo social é preciso apreciar as conexões entre *territórios* e espaços da cidade; dispositivos de poder; a ordem das relações sociais e suas hierarquias; as novas clivagens; os grupos médios e pobres. Nesse sentido, todas essas configurações apenas podem ser apreendidas e recortadas por meio da cena etnográfica. Essa, por sua vez, proporcionou ao pesquisador a interação com interlocutores inesperados.

Em meados de 2015, na saída de um restaurante de Copacabana, o pesquisador se encontrou com um morador do bairro. Repentinamente, o sujeito iniciou um diálogo de maneira exasperada disparando críticas a classe política e especialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT) “*O PT e o Lula estão acabando com o Brasil, está insuportável viver aqui*”, disse ele. Logo em seguida, o sujeito – branco e de aproximadamente 50 anos – expôs o seu “drama particular”. Ele disse que tem a “missão” de cuidar todos os dias de sua mãe – que na época se encontrava acamada. Evidenciou também, que tem que limpar o apartamento semanalmente e responsabilizar-se pelas refeições da mesma, seja comprando comidas prontas ou elaborando-as. O morador se mostrou indignado com essa situação, pois mesmo após a mãe trabalhar “anos a fio” como tradutora, não detinha renda suficiente para pagar uma empregada que realizasse todo o trabalho doméstico da casa. “*Tudo isso é culpa do bolsa família, eles não aceitam o que a gente oferece e preferem ficar em casa, lá na favela. Antes não era assim não*”. Toda a consternação do morador residia no fato do *favelado* possuir, minimamente, certo poder de escolha em relação ao seu próprio destino.

Se, por um lado, o morador de Copacabana deseja ter um *favelado* para “chamar de seu”, por outro, os interlocutores da favela apresentaram perspectivas que caminham em direção oposta, pois desejam constituírem-se enquanto “sujeitos livres”. Isabela, moradora da Favela Santa Marta, relatou ao pesquisador durante a pesquisa de campo as agruras que passou ao submeter-se as vontades dos patrões durante os trabalhos desenvolvidos ao longo

de sua vida e que tornar-se empreendedora representou encontrar sua sonhada liberdade. “O empreendedorismo é uma possibilidade de você quebrar um pouco todo o trabalho formal. É um pouco sua carta de alforria [...] não ter ninguém chicoteando você”<sup>7</sup>. Ela encontrou no empreendedorismo uma possibilidade de provocar um tensionamento nas relações de poder, mas isso necessariamente não pode ser considerado um paradigma de liberdade e autonomia.

Em meio a um ambiente de manutenção de ordem e gestão da vida (LEITE, 2015), o empreendedorismo foi apontado pelos aparatos de poder como uma “via libertária”, onde o *favelado* encontraria espaço para a realização dos seus sonhos por “conta própria”.

É que na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o corretivo da implantação dos dispositivos de segurança. Um dispositivo só poderá funcionar bem, em todo caso aquele de que lhes falei hoje, justamente se lhe se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [que essa palavra] adquire no século XVIII (FOUCAULT, 2008b, p. 63).

Nessa perspectiva, mal sabe Isabela que pensar-se livre e conformar-se enquanto “senhora do seu destino”, relaciona-se a uma subjetividade que não é fruto de uma “interioridade intacta”, já que é delineada nos pontos de convergência entre as tecnologias de dominação e as técnicas de si, ou seja, um jogo de relações norteado por dispositivos de poder e a produção de governos de si.

Nesse sentido, a *pacificação* não é pensada aqui enquanto dispositivo de poder somente “em termos negativos: recusa, delimitação, barreira e censura” (FOUCAULT, 2003, p. 246). O estudo buscou observar a maneira como diferentes mecanismos de poder operaram nas favelas cariocas a partir da implantação das UPPs, analisou assim, de que maneira os corpos, comportamentos, condutas diárias, desejos de liberdade e autonomia se ligaram a muitos sistemas de poder e como tais elementos estiveram conectados entre si.

---

<sup>7</sup> Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017.

## **A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: o governo si mesmo como ponto de aplicação do governo dos outros**

Os estudos sobre *pacificação*, subjetividade e empreendedorismo evidenciaram a emergência de práticas, instrumentos e discursos que interpelaram os moradores no sentido de se integrarem à cidade por meio de agenciamentos mobilizados pelos dispositivos de poder (LEITE, 2015, OST e FLEURY, 2013, VELAZCO e TOMMASI, 2013, ROCHA, 2014). O principal objetivo do estudo foi compreender o regime contemporâneo de subjetividade nas favelas cariocas a partir da análise dos processos que envolviam a *pacificação* desses *territórios* e o surgimento de novas formas de mercado, tendo como recorte empírico a “favela turística” e o “empresariamento de si”.

A hipótese inicial da pesquisa apostou que a invenção das novas subjetividades, sobretudo, na figura do sujeito-empresendedor, não se referiu somente a fenômeno individual, mas sim, a uma questão histórica-política que vinculou uma série de ações governamentais e não-governamentais desenvolvidas de forma conjunta e que se uniram a um vértice comum, isto é, o “projeto de pacificação”.

O conjunto de discursos e práticas que configuraram o dispositivo da *pacificação*, ao mesmo tempo em que possuiu um ideal regulatório de normatividade imposto pela ocupação armada dos “territórios da pobreza”, desempenhou um papel edificante na *invenção* de certos tipos de sujeitos. Assim, o modo como os moradores de favela foram regulados e regularam a si próprios, possui relação com a reorganização do poder político e suas formas de governo, compreendido aqui, no sentido de Foucault (1979), ou seja, como um conjunto de práticas e estratégias que teve como objetivo a “condução de condutas” a um fim conveniente. Conforme Rose (2011), os numerosos programas, políticas e propostas que surgem sob a insígnia governamental, “têm a conduta de indivíduos – não somente controlar, subjugar, disciplinar, normalizar ou reformá-los, mas também, torná-los mais inteligente, sábios, felizes, virtuosos, saudáveis, produtivos, dóceis, empreendedores, satisfeitos”, cheios de autoestima, enfim, dotados de poder (ROSE, 2011. p. 25).

Quem foram os sujeitos da pesquisa? Para responder essa questão, antes de tudo, cabe aqui ressaltar que o regime de subjetividade pelo qual o estudo se debruçou não abrangeu todos os sujeitos da favela, mas sim, apenas aqueles considerados “normalizáveis” pelos

aparelhos governamentais, o que excluiria os *favelados* considerados violentos – que notadamente, são controlados por métodos mais severos por serem qualificados enquanto “inimigos” pelos dispositivos de segurança. “Nem todos os sujeitos políticos são incluídos do novo regime de subjetividade” (ROSE, 2011, p.231).

A pesquisa empírica apontou que o dispositivo da *pacificação* acabou conformando a invenção ou reinvenção de sujeitos nas favelas abrangidas por ele. Um exemplo dessas (re)invenções de si, é citado por Carambola – morador da Favela Santa Marta – que avalia que com a *pacificação* “*todo mundo teve que se reinventar de alguma forma*”,

(A pacificação) teve um impacto na realização dos eventos, vamos dizer assim, meio que uma proibição das UPPs em fazer os eventos. As pessoas tiveram que se transformar, evoluir. Vou dar um exemplo bem claro, a senhora que fazia uma quentinha e vendia para tráfico de drogas, não podia mais vender aquela quentinha para o tráfico de drogas, ela teve que fazer o quê? Dar um jeito de fazer com que a quentinha chegasse ao pessoal da Zona Sul do Rio de Janeiro, porque o traficante ficou enfraquecido, têm menos pessoas trabalhando com o tráfico, como é que ela vai vender as quentinhas dela? Quem é que vai comprar? Então ela teve que se reinventar, fazer o possível para as quentinhas chegarem ao pessoal das Furnas – eu digo Furnas de energia – ela teve que fazer a marmita chegar lá e ela consegue entregar lá, então para isso ela precisou fazer o que? Se reinventar, esse é um exemplo clássico e claro. Todo mundo teve que se reinventar de alguma forma. Por exemplo, o turismo não existia, foi outra coisa, me reinventei e fui trabalhar como guia de turismo, entendeu? O cara que não fazia caipirinha nenhuma, só vendia cachaça, vou fazer o que? Vou fazer caipirinha de morango, de abacaxi, maracujá e de melancia, que o gringo se amarra. Aí o público dele muda, começa a cobrar um valor mais alto, consegue arrumar mais dinheiro, consegue ter um rendimento maior. O que ele fez? Se reinventou. Então é uma reinvenção do seu negócio (Entrevista com Carambola. Pesquisa de campo, 2017).

Além da vendedora de quentinhas que tinha como clientes os traficantes, e que com a implantação da UPP teve que procurar clientes fora da favela, muitos foram os processos de “invenções de si” a partir do advento da *pacificação*. O próprio Carambola exemplifica esse panorama, de ex-assaltante e presidiário, tornou-se um “empreendedor de sucesso” a partir do momento em que participou de programas governamentais de incentivos ao turismo que surgiram com o projeto de *pacificação*. A tese também relata outras histórias, como: a dona do Bar que após a polícia proibir a realização de bailes *funks* teve que mudar de ramo e abrir uma loja de *souvenir* para turistas; o “empreendedor meia-boca” que passou a ser um “empreendedor turbinado”, pessoas que trabalhavam com carteira assinada e se “inventaram” enquanto empresários ao abraçarem o discurso da “janela de oportunidades” que a presumida paz trouxera a favela; a ex-beneficiária do Bolsa família que hoje afirma: “*Agora eu sou*

*empresa*”, entre outros. Em suma, com a *pacificação* diversos sujeitos de favela tiveram que (re)inventar-se.

As histórias desses sujeitos se entrecruzam na dinâmica da produção dos espaços e *territórios*, delineando assim, as “tramas da pacificação” – adaptação da expressão elaborada por Telles (2006) – em que um conjunto de dispositivos levaram os moradores de favela a se adaptarem as experimentações da racionalidade governamental e aos seus modos de produção de governos de si mesmo. Os seus percursos fazem ver a teia de relações e campos de força que se estruturaram em torno do empreendedorismo, enfim, são figuras que perfizeram seus percursos nas tramas do campo social.

A motivação inicial desse estudo residiu no fato do pesquisador ter sido professor substituto no Curso de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2012 e concomitante a esse trabalho, ter exercido a função de tutor a distância do Curso Tecnológico de Turismo coordenado pelo consórcio CEDERJ e que tem como sede o CEFET-Maracanã. Nesse local, o pesquisador encontrou uma figura relevante na escolha do objeto de estudo. Carambola – nome fictício, guia e morador da Favela Santa Marta – foi à sede do curso a distância “oferecer” seus serviços de guiamento juntamente com o seu então sócio, com objetivo de revelar aos alunos uma nova perspectiva da cidade, isto é, a “favela turística”.

Desde então, muitos questionamentos foram formulados, como: Qual o papel do dispositivo da *pacificação* na reorientação de condutas dos moradores das favelas cariocas? A dimensão mercadológica do dispositivo propiciou uma aquisição de consentimentos em relação à dimensão militar? Que meios foram utilizados para produzir ou moldar a conduta dos *favelados* nas direções desejadas? Por que o empreendedorismo se configura na “grande aposta” para vencer-se na vida?

Para responder os questionamentos da pesquisa foram tomadas enquanto objeto de análise as seguintes áreas de UPP: Favela Santa Marta, Favela Pavão-Pavãozinho, Ladeira dos Tabajaras/Morro dos Cabritos e Complexo do Alemão. O trabalho de campo possibilitou uma série de inserções, observações e indagações essenciais para o desenvolvimento da problemática da pesquisa. O estudo buscou compreender o processo de subjetivação dos moradores de favela enquanto algo situado em meio a um complexo de aparatos, práticas, maquinações e composições dentro dos quais eles foram constituídos e que pressupôs a implicação de relações particulares com eles mesmos. Neste estudo, compreende-se o “mercado da pacificação” não como “um dado natural, mas como uma realidade construída

que, como tal, requer a intervenção ativa do Estado”, assim como a instauração de um regime normativo específico (DARDOT, LAVAL, 2016, p 377).

A intervenção ativa dos aparatos de gestão no meio social teve como propósito a “condução de condutas” sob o prisma da governamentalidade. Michel Foucault (1993) evidencia que o ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros se encontra vinculado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios. Pode-se nomear isso de governo. Governar as pessoas no sentido restrito do termo, tal como se afirmava na França no século XVI, em relação ao governo das crianças, governo das famílias ou governo das almas, não representava uma maneira de forçar as pessoas a fazer o que o governador quer. É sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o “eu” é construído e modificado por si próprio.

Quando estudava os manicômios, as prisões, etc, talvez tenha insistido demasiadamente nas técnicas de dominação. Aquilo a que podemos dar o nome de disciplina é algo realmente importante neste tipo de instituições. Porém, trata-se apenas de um aspecto da arte de governar pessoas nas nossas sociedades. Não devemos entender o exercício do poder como pura violência ou coerção estrita. O poder consiste em relações complexas. Essas relações implicam um conjunto de técnicas racionais e a eficiência delas deve-se à sutil integração de tecnologias de coerção e de tecnologias do eu. Creio que temos de nos livrar de um esquema mais ou menos freudiano. Conhecem o esquema da interiorização da lei através do meio que é o sexo. Felizmente, de um ponto de vista teórico, e talvez infelizmente de um ponto de vista prático, as coisas são muito mais complicadas. Em resumo, tendo estudado o campo do governo tomando como ponto de partida técnicas de dominação, gostaria, em termos futuros, de estudar o governo, especialmente no campo da sexualidade, partindo das técnicas do eu (FOUCAULT, 1993, p. 05).

A “condução das condutas” possui papel fundamental em relação ao delineamento das subjetividades. No presente estudo, considera-se que o “fenômeno subjetividade”, tal como é vivenciado cotidianamente pelos sujeitos, representa uma experiência histórica e coletiva, sendo assim vinculado à ordem do enunciado, do discurso, das práticas sociais e das relações éticas do sujeito consigo mesmo. Nesse sentido, pode-se afirmar que existe um embricamento metodológico central no pensamento foucaultiano: aquilo que se poderia nomear de eixo saber/poder/subjetividade. Equivale afirmar que as suas análises históricas circulam ao redor da relação saber x poder x subjetividade, onde saber e poder são da ordem da produção, são maquinarias sociais, são processos políticos, são relações, e a subjetividade é sempre da ordem dos efeitos, sendo assim, o ponto de chegada e não de partida (PRADO FILHO, 1998).

No texto intitulado “Sobre o começo da hermenêutica do sujeito”, Michel Foucault avalia que quem quiser analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, “tem que levar em conta não só as técnicas de dominação, mas também técnicas de si. Digamos: ele tem que levar em conta a interação entre esses dois tipos de técnicas”: técnicas de dominação e técnicas de si (FOUCAULT, 1993, p.204). Toda essa dinâmica de técnicas foi possível ser evidenciada com o advento de uma racionalidade neoliberal, isto é, a emergência de algo que estrutura e organiza não só a ação dos governantes, como também, a conduta dos governados (FOUCAULT, 2008b).

De acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais, assim, ele objetiva fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si. Considerado pelos autores como uma racionalidade governamental, e não uma doutrina mais ou menos multifacetada, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade,

O que está em jogo [...] é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT, LAVAL, 2016, p.31).

Essa nova subjetividade busca transformar cidadãos de direitos em “empreendedores criativos” que deixem de serem “seres assistidos” pelo Estado e conquistem o seu “lugar ao sol” com seu próprio esforço. Laval e Dardot (2016) afirmam que a “governamentalidade empresarial” que prevalece no plano de ação do Estado tem um modo de prolongar-se no governo de si do “indivíduo-empresa” ou, mais exatamente, o Estado empreendedor deve como atores privados da governança, conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como “empresários de si”. Dessa forma, o modo de governamentalidade própria do neoliberalismo cobre o conjunto de técnicas de governo que ultrapassam “a estrita ação do Estado e orquestram a forma como os sujeitos se conduzem por si mesmos. A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir” e um capital que deve se fazer frutificar (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 378).

Em suma, o projeto de *pacificação* representou uma possibilidade de gestão política e econômica de certos *territórios* escolhidos conforme os objetivos estratégicos definidos pelos aparelhos de gestão. O controle, a vigilância militarizada e a conseqüente domesticação de corpos não podem ser considerados as únicas formas pelas quais o poder investiu, já que *pacificação* também buscou estruturar um campo de ação em que o próprio *favelado* fosse um sujeito ativo de sua própria transformação pela via do empreendedorismo.

# METODOLOGIA

Após a apresentação das questões principais relacionadas à problemática do presente estudo, esta seção expõe os métodos utilizados no desenvolvimento da pesquisa. A tese utiliza as contribuições teórico-metodológicas de Michel Foucault para pensar o conjunto de dispositivos integrados ao projeto de *pacificação* e o processo de constituição de “novos sujeitos” nas favelas cariocas sob a égide do empreendedorismo. A pesquisa empírica propiciou os subsídios necessários para a realização da interpretação sociológica da realidade social manifestada nos “territórios pacificados”, destacando assim, as redes de relações que foram iniciadas nas favelas a partir da implantação das UPPS, as intervenções efetuadas pelos aparelhos de poder e análise das singularidades da produção dos governos dos outros e governos de si mesmo.

## **UNIVERSO DE ESTUDO: A ESCOLHA DAS FAVELAS CARIOCAS**

A pesquisa foi desenvolvida nas seguintes áreas com UPP: Favela Santa Marta, Complexo do Alemão, Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras. A Favela Santa Marta (ver Figura 01) se encontra situada na Zona Sul, no bairro de Botafogo. Refere-se a uma favela de fácil acesso, com diversas formas de transporte a circundando. Para entrar na favela é preciso percorrer a Rua São Clemente ou andar por uma estrada asfaltada que desemboca no topo da favela. Com a instalação do plano inclinado – também chamado de “bondinho” pelos moradores – a locomoção pelo *território* se tornou mais simples, sendo de grande utilidade, sobretudo, no transporte de materiais de construção e compras de supermercado, que normalmente são alocadas em um compartimento específico. Barbosa (2015) destaca que a construção do bondinho acarretou em algumas remoções de moradores que residiam no trajeto de seus trilhos. Esses moradores foram removidos para casas construídas pelo governo fluminense em um local muito longe de onde moravam anteriormente, assim, esse processo de remoção teve certa resistência à época. Conforme Censo do IBGE (2010), a favela possui aproximadamente cinco mil habitantes.

Sabrina Ost e Sônia Fleury (2013) avaliam que pelo fato de a Favela Santa Marta ser considerado uma favela de pequeno porte, como também, por estar situada em área nobre e ter sido o primeiro *território* a receber uma UPP, tornou-se uma localidade privilegiada no tocante a atuação e intervenção de diversos atores, inclusive de pesquisadores. Conforme as autoras, a Favela Santa Marta foi considerada por estudiosos e até pelos moradores como favela vitrine/modelo do ordenamento *pacificador*. Essa favela se constituiu no núcleo central da pesquisa, sendo que foi a primeira localidade que o pesquisador teve contato por meio de Carambola (morador e guia de turismo). O significativo número de empreendedores que surgiram no *território* após a *pacificação* sinalizou ao pesquisador que o Santa Marta seria o local ideal para a realização da pesquisa.

**Figura 01 – Favela Santa Marta: “A favela modelo”**



Fonte: Adage e Arquivo Pessoal (2015).

A escolha de outras favelas aconteceu motivada pela sugestão da orientadora da pesquisa em tela, como também, como modo de abranger o foco de análise em relação às especificidades que o projeto de *pacificação* possui em relação ao *território* que o comporta. Assim, também fizeram parte da pesquisa os seguintes locais: Complexo do Alemão, a Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras.

Em relação ao Complexo do Alemão, as primeiras ocupações do *território* foram realizadas a partir da década de 1920, com os agricultores das fazendas de Joaquim Leandro da Motta e Camarinha. Um núcleo de casebres se formou logo depois, na encosta do morro, no loteamento comprado por Leonard Kacsmarkiewicz — que, por causa da aparência, ganhou

o apelido de Alemão, embora fosse polonês. Daí surgiu o nome da localidade (O GLOBO, 2014).

Hoje em dia, o Complexo do Alemão se refere a um conjunto de 13 favelas situadas na Zona Norte da cidade, sendo que seus limites se confundem com outros bairros da região, como o de Bonsucesso, Higienópolis, Ramos, Olaria, Penha e Inhaúma. O conjunto de favelas é formado por um “mar” de casas que, dependendo do ponto que se avista, torna-se difícil ver o final do mesmo. Segundo dados do IBGE (2010), o Alemão possui cerca de 80 mil residentes, mas esse dado é contestado por quem mora lá. Uma interlocutora do local relatou que o Complexo do Alemão tem mais habitantes do que os números oficiais evidenciam e que o IBGE não conseguiu adentrar em todas as casas no ano em que o censo foi realizado. Ela acredita que o número de habitantes do Alemão é sempre diminuído pelos órgãos públicos com o objetivo de destinar menos recursos ao local

O Complexo do Alemão (ver Figura 02) foi escolhido para participar da pesquisa por tratar-se de uma favela que simbolizava o processo de “reconquista de territórios”<sup>8</sup> por parte do governo fluminense, sendo que após a *pacificação* e, por conseguinte, a instalação de um teleférico, a localidade passou a receber muitos visitantes. O teleférico se trata de uma das principais vias de acesso, já que se encontra interligado à rede de trens e metro. Quando a pesquisa de campo foi iniciada no Complexo do Alemão, em 2015, o turismo se encontrava em fase descendente, sendo que muitos guias de turismo se recusaram a agendar passeios, pois os confrontos armados entre policiais e traficantes passaram a acontecer de modo cada vez mais frequente.

---

<sup>8</sup> O controle territorial por grupos armados e a alta incidência de homicídios estiveram entre as justificativas do governo fluminense para a *pacificação* do Alemão.

**Figura 02 - O Complexo do Alemão**



Na imagem à esquerda é possível avistar o teleférico do Alemão (que atualmente se encontra paralisado). À direita, destaca-se uma imagem dos morros que circundam o *território*.

Fonte: Arquivo Pessoal e Rádio Piratininga.

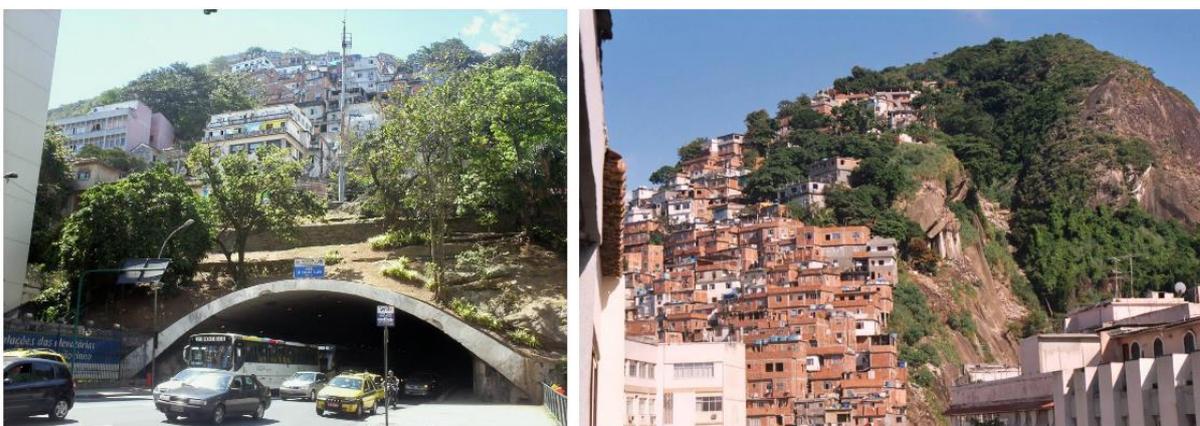
Além do Complexo do Alemão, outras duas favelas situadas próximas ao bairro de Copacabana fizeram parte do estudo: o Pavão Pavãozinho/Cantagalo e o Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras. O Pavão Pavãozinho/Cantagalo se refere a duas favelas que são integradas. Conforme o depoimento dos moradores, existem diferenças culturais entre as mesmas, mas como elas estão interligadas geograficamente receberam popularmente a denominação Pavão Pavãozinho/Cantagalo. Esse conjunto de favelas possui 5.567 habitantes conforme dados do IBGE (2010) e o acesso principal ao *território* é feito por meio da Rua Sá Ferreira, por duas vias: a principal, pela Rua Saint Romain, que por sua vez, refere-se a uma via que “cruza” quase toda a favela. Com a inauguração do Complexo Rubem Braga, em 2010, teve-se a construção de um elevador gratuito que ligou o conjunto de favelas à estação de metrô General Osório, que fica no bairro de Ipanema.

Esse conjunto de favelas fez parte do estudo em virtude do seu potencial turístico e sobretudo, por ser um *território* em que inserção do campo poderia ser feita facilmente por meio da hospedagem em um *hostel* situado na entrada da Favela Pavão-Pavãozinho. A hospedagem possui fácil acesso aos bairros de Ipanema e Copacabana, sendo possível deslocar-se a partir desses bairros a outros locais de pesquisa. O referido *hostel* possui uma grande estrutura, sendo que é muito apreciado por viajantes do mundo inteiro, por isso, tornou-se o principal ponto de captação de entrevistas com turistas estrangeiros.

. Em relação à Favela Morro dos Cabritos/ Ladeira dos Tabajaras, para adentrar nesse *território* é preciso acessar a Rua Siqueira Campos – que fica situada na área central do bairro de Copacabana – e percorrer até o final da mesma, para em seguida, andar sob uma pista muito íngreme. Ela possui subidas difíceis de percorrer, em virtude disso, o serviço de kombi e moto-taxi é muito requisitado. O nome Morro dos Cabritos faz referência a uma formação rochosa que compreende o Parque Natural Municipal da Catacumba e logo a baixo dele se encontra situado um grupo de habitações que recebeu a alcunha de Ladeira dos Tabajaras, sendo que possui aproximadamente 1.000 habitantes, conforme dados do IBGE (2010).

A Favela Morro dos Cabritos/Ladeira Tabajaras foi escolhida pelo pesquisador após a realização de uma consulta feita no guia turístico de favelas do SEBRAE e pelo fato de estar situada no bairro de Copacabana (o torna o acesso a ela mais fácil). Contudo, a escolha dessa favela não foi bem-sucedida pois ela possui poucos empreendedores turísticos/guias. Uma cooperativa de turismo que fora constituída para “surfear na onda da pacificação” praticamente não realiza passeios turísticos e muitas pessoas ligadas a ela, hoje, exercem atividades correlatas para o prover o sustento. Além disso, a ocorrência de tiroteios – de acordo com relatos dos moradores – no período da pesquisa de campo impossibilitou o prosseguimento da pesquisa.

### **Figura 03 – Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras**



A imagem à esquerda apresenta uma imagem da Favela Pavão-Pavãozinho e à direita, situa-se o Morro do Cabritos/Ladeira dos Tabajaras.

Fonte: Panoramio (2012).

Em suma, a realização da pesquisa nos *territórios* do Complexo do Alemão, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras não tiveram os frutos que o pesquisador desejou pelo enfraquecimento do “turismo de favela” nessas localidades, que teve como fator principal a “volta dos tiroteios” de modo mais frequente. Nesse sentido, foi muito difícil achar empreendedores que trabalhassem com turismo, sendo que grande parte deles apenas exerciam alguma atividade na área na condição de “bico”. Pensou-se também em realizar a pesquisa na Rocinha, em virtude da sua potencialidade turística, entretanto, os frequentes tiroteios no local combinados com ocupação das forças armadas tornaram inviáveis a realização de um estudo mais aprofundado no local, contudo, ao menos foi possível realizar uma visita exploratória na favela e experimentar o *jeep tour*.

Abaixo, observa-se um mapa em que as favelas que compreendem o estudo foram destacadas com pontuações amarelas (ver Figura 04).

**FIGURA 04 - Mapa referente às favelas que abrangem o estudo**



Fonte: G1 com adaptações do autor (2013).

## PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PESQUISA EMPÍRICA

“A sociologia é uma ciência empírica. Nenhuma dúvida com relação a isso. Não existe conhecimento novo e original possível sem acesso às condições de vida das pessoas comuns como todos nós. No entanto, sem reflexão teórica que possa, antes de tudo,” informar e dirigir a pesquisa empírica e depois reconstruí-la dentro de um contexto que refaça o mundo social de modo novo e surpreendente, é impossível ter conhecimento novo e crítico sobre a realidade que todos os grupos sociais compartilham em diferentes graus de opacidade (SOUSA, 2009, p.385).

Nesse sentido, a sociologia possui instrumentos e teorias capazes de fazer uma apreciação das singularidades referentes a existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de modo incompleto, imperfeito e insatisfatório. Para isso, ela aprecia o conjunto de expressões humanas presentes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões de subjetividade, nos símbolos e significados. A pesquisa sociológica se utiliza de determinados procedimentos metodológicos para que os objetivos de determinado estudo sejam alcançados. O método representa o caminho do pensamento e a prática executada na abordagem da realidade, isto é, a metodologia inclui de forma concomitante “a teoria de abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador” (MINAYO, 1993, p. 14)

Foucault (2003) considera que o método deva ser escolhido caso a caso, a partir da construção do problema ou objeto da pesquisa. Este último, deve conduzir o pesquisador na seleção das estratégias, instrumentos e arranjos. Em virtude disso, o método deve ser compreendido como caminho para se chegar a um resultado, não é um a priori da pesquisa. Pelo contrário, o método é algo que pode ser revisto, retificado ou alterado durante o processo da pesquisa (FERREIRA, 2015). O autor não utiliza um método único em sua obra, pois varia os instrumentos utilizados conforme os objetos da pesquisa,

Eu não tenho um método que aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos, um domínio de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...]. Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos,

bons e maus, fabricados por mim. Eles são falsos, se meus instrumentos são falsos... Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio, de livro em livro. (FOUCAULT, 2003, p. 229).

Se não existe um método foucaultiano propriamente dito, o presente estudo teve na produção intelectual de Michel Foucault um meio pelo qual foi possível analisar as especificidades dos mecanismos de poder, balizando as ligações e rupturas dos processos sociais. “Minha pesquisa incide sobre as técnicas de poder, sobre a tecnologia do poder. Ela consiste em estudar como o poder domina e se faz obedecer [...] as técnicas do poder constituem um objeto de pesquisa interessante” (FOUCAULT, 2003, p. 269). Cabe aqui ressaltar que como as considerações de Michel Foucault são relativas à filosofia e o presente estudo está ancorado nos domínios da sociologia empírica, foi necessário fazer uma mediação entre a tarefa da crítica e os métodos de produção da pesquisa empírica.

De 1970 até sua morte em 1984, Michel Foucault ocupou a cadeira relacionada à “História dos Sistemas do Pensamento” no Collège de France. Em suas palestras públicas expostas todas as quartas-feiras, do início de janeiro até o final de março / início de abril, ele relatou seus objetivos de pesquisa apresentando material inédito e novas ferramentas conceituais e teóricas de pesquisa. Grande parte das ideias desenvolvidas lá foram posteriormente tomadas em seus vários projetos de livros. A morte precoce e inesperada de Foucault fez com que duas das principais séries de palestras permanecessem praticamente inéditas até publicação posterior, que são: as palestras realizadas em 1978, “Segurança, Território e População” e em 1979, “O nascimento da Biopolítica”. Essas palestras evidenciaram a genealogia do Estado moderno. O filósofo francês desenvolveu o conceito de governo ou governamentalidade como uma diretriz de suas análises feitas por meio de reconstruções históricas que abrangeram um período que possui como ponto de partida a Grécia Antiga e que se estendeu até a racionalidade neoliberal (LENKE, 2001, FOUCAULT, 2008b).

A adesão teórica a Michel Foucault aconteceu em virtude de o autor ter desenvolvido pesquisas que auxiliassem na análise do objeto de estudo de maneira que fosse possível apreciar tanto a dimensão militar quanto mercadológica do dispositivo da *pacificação* e seu papel na constituição de *novos sujeitos* nas favelas cariocas. Para se avançar nas questões

referentes ao objeto empírico, o estudo privilegiou estudos de autores que dialogam com a perspectiva foucaultiana, como por exemplo, Nicolas Rose, Cristian Laval e Pierre Dardot.

“Decifrar uma camada de realidade de maneira tal que dela surjam as linhas de força e de fragilidade, os pontos de resistência e os pontos de ataque possíveis, as vias traçadas e os atalhos. É uma realidade de lutas possíveis que tento fazer aparecer” (FOUCAULT, 2003, p.278). Assim, a pesquisa buscou evidenciar as diversas relações de poder existentes nas favelas *pacificadas*, destacando assim, os objetivos estratégicos de um conjunto de dispositivos e, por conseguinte, as relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas e resistências.

## AS SINGULARIDADES DO PROCESSO DE GERAÇÃO DE DADOS NA FAVELA-TURÍSTICA-PACIFICADA

Destacam-se as seguintes técnicas de pesquisa: (1) Roteiro de entrevistas semi-estruturadas; (2) observação direta a partir da imersão no campo de pesquisa por meio de hospedagens em *hostels* e visitas às favelas; (3) Diário de campo elaborado com as anotações das experiências diárias vivenciadas pelo pesquisador e por fim, (4) Pesquisa documental que abrangeu, sobretudo, os documentos do Sebrae em relação ao empreendedorismo.

A entrada no campo sempre ocorreu por meio de duas formas: contato com os guias de turismo ou hospedagens em *hostels*<sup>9</sup>. A Favela Pavão-Pavãozinho acabou se transformando no local em que o pesquisador mais se hospedou, pois sua localização em Copacabana pode ser considerada privilegiada, com fácil acesso por meio de metrô e ônibus a outras favelas do Rio. Na favela em questão, a hospedagem sempre foi realizada em um *hostel* que fica situado na Rua Saint Roman, via de acesso principal do morro. Também foram feitas hospedagens em um *hostel* situado no Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras. Nas outras favelas, os contatos foram feitos por meio de visitas que tiveram o intuito de investigar as semelhanças, especificidades e consequências do turismo nessas localidades.

Zaluar (2014) destaca que não se pode tratar a favela como uma entidade que representa a coletividade homogênea, consensual e una. De fato, há ao contrário, uma grande diversidade, pois a população está segmentada por gênero, raça, idade, religião, renda, escolaridade, profissões, posição ocupacional e até mesmo estado de origem.

O desenvolvimento da pesquisa de campo possibilitou a análise das singularidades das favelas visitadas e de seus sujeitos. Assim, houveram momentos de proximidade em virtude da interação com os sujeitos de pesquisa, como também, momentos de distanciamentos. Foucault (2003) evidencia que para pensar é preciso “tomar distância”, para em seguida, estabelecer um processo de reflexão sobre as condutas e práticas sociais. Com as devidas ponderações, a figura do etnógrafo se aproxima com a figura do “estrangeiro” estudado por Simmel. A concepção do estrangeiro como o indivíduo que olha o mundo por meio de uma

---

<sup>9</sup> Hostel: sinônimo de albergue. O estabelecimento costuma disponibilizar quartos compartilhados ou individuais.

perspectiva distanciada, possui uma relação de correspondência com a perspectiva antropológica, pois:

“O estrangeiro [e, como estou tentando argumentar, também o antropólogo ao menos em sua expressão típico-ideal] não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica de “objetividade”. Mas objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; é uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento [...] Objetividade não significa de maneira alguma não participação, mas um tipo específico e positivo de participação [...] ele é mais livre, prática e teoricamente; examina as condições com menos preconceito” (SIMMEL, 1983, pp. 184-185).

Logo, a entrada em uma favela *pacificada* é sempre uma experiência desafiadora e força o pesquisador que estuda esse ambiente a desenvolver uma “etnografia sem garantias”. Não há garantias do que se possa acontecer nos *territórios*, pois operações policiais ocorrem a todo instante e com isso, a possibilidade de um conflito armado é grande. A sensação de estar sempre “por um fio” pode ser evidenciada no seguinte trecho do diário de campo:

Eu estava dentro do bondinho do Santa Marta e de repente entra uma mulher e pergunta: “Hoje teve tiro?” Um homem responde: “Só dois hoje de manhã”. A mulher surpreendentemente sorri e diz: “Estão testando munição”. Pensei então que tive muita sorte, pois havia pensado em realizar a pesquisa durante o período da manhã, mas como estava cansado resolvi ir até a favela à tarde (Diário de campo. Pesquisa de campo, 2017).

Nessa perspectiva, o que fica marcante é um eterno flerte com o risco. Mas quando é possível perceber que se está próximo a uma favela? Percepções subjetivas indicam a existência da favela logo na rua de acesso (no caso, a que pertence ao *asfalto*). Não se trata de uma questão meramente geográfica e sim a subjetivação de um novo ordenamento social que se avizinha, e que não se limita a favela. O que está próximo à favela incorpora-se a sua dinâmica social. Nas visitas à Favela Santa Marta, foi possível “perceber a favela” na medida em que os pés do pesquisador foram colocados na Rua São Clemente, o logradouro que dá acesso ao *território*. A favela costuma “derramar-se” em direção as ruas do entorno. Assim, quando se entra na Favela Pavão-Pavãozinho, por exemplo, a favela é revelada logo na Rua Sá-Ferreira – via de acesso situada em Copacabana – por meio de brechós, bares, barracas com frutas, sirene da polícia, entre outros.

Quando se adentra à favela, um distinto ordenamento social é destacado. É possível perceber um “choque social” quando se sai dos bairros nobres e repentinamente, adentra-se em uma favela. Assim, os policiais portando fuzis, as construções precárias, o lixo espalhado pelas vielas, o cheiro de dejetos caninos e a dificuldade em andar pelas ladeiras íngremes, mostram a todo instante que o pesquisador está em “espaços outros” para “pessoas outras”, isto é, o que Foucault (2003) conceitua como heterotopia. As favelas *pacificadas* enquanto “heterotopia urbana” possui as suas próprias regras, normas que circunscrevem a favela, mas também, as ruas de acesso.

As sensações que o pesquisador tem ao efetuar a pesquisa na “favela turística” compreendem ao mesmo tempo a tensão e o lúdico,

Sinto que minha vida fica muito frágil quando entro na favela. Não porque tenho medo das pessoas, que as considere “perigosas”. Mas a favela é um notório espaço de fragilização de vidas. Como eu sinto quando saio? É sempre um alívio, que tudo correu bem. Não há garantias de que ao entrar na favela não serei alvo de um iminente tiroteio. Aliás, na favela não há garantia de nada. A entrada no Complexo do Alemão foi a mais difícil de todas, pois os próprios moradores não me aconselhavam andar pelas ruelas. Apenas me foi recomendado circular nas proximidades do teleférico (Diário de Campo. Pesquisa de Campo, maio, 2016).

O fato do pesquisador ser negro pode ter potencializado as sensações relacionadas ao risco e a fragilização da vida, uma vez que as pessoas com esse perfil étnico são mais propensas a sofrerem violência policial em virtude do racismo institucional.

Mas essas sensações são distintas de “favela para favela”. Quando o pesquisador visitava a Favela Santa Marta, a tranquilidade era maior pois faz parte do senso comum no Rio, que a favela é a mais segura da cidade, mesmo as pessoas não tendo a real dimensão do que ocorre por lá. O discurso público sobre as favelas afetou profundamente a interação do pesquisador com tais *territórios*. O pesquisador em nenhum momento esteve imune de boa parte da percepção negativa que o senso comum evidencia sobre a favela. Como as notícias de tiroteios no Complexo do Alemão eram frequentes, foi preciso pensar várias vezes antes de ir lá. A Favela Pavão-Pavãozinho foi considerada um “porto seguro” por um bom tempo, onde era possível sentir-se tranquilo para pesquisar. Porém, quando surgiram notícias de diversos homicídios no local, a situação mudou de figura.

Ao entrar sozinho na favela, os olhos do pesquisador costumavam estar atentos a tudo, mas as questões que envolviam a preocupação com a segurança eram sempre preponderantes,

sobretudo, a presença de policiais que circulam pela favela com fuzis. Mas quando o pesquisador adentrava esses *territórios* com um grupo de turistas – embora ainda esteja fazendo observações do campo – o estado anímico mudava completamente, a tensão dava espaço para desconcentração, pois se iniciava uma interação com turistas e moradores, desfrutando assim, das coisas interessantes que é possível encontrar-se no referido espaço social.

O olhar para as coisas negativas modificava-se para dar atenção aos aspectos positivos, como a maravilhosa vista para o mar no Pavão-Pavãozinho/Cantagalo ou uma simples ida ao Santa Marta *Burguer*<sup>10</sup>. Muitos turistas também se transformaram em amigos do pesquisador. Enfim, as ambivalências dispostas na confluência entre a tensão e o lúdico, perfizeram as sensações do pesquisador que teve uma favela *pacificada* – porém, reconfigurada como ambiente turístico – como campo de pesquisa.

Uma ferramenta importante do estudo, referiu-se às entrevistas semiestruturadas. A entrevista qualitativa auxiliou a compreender o *mundo da vida* dos respondentes e forneceu “os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65). Por meio do roteiro de entrevistas semiestruturadas, foram entrevistados (as): guias das agências de turismo; moradores-empresendedores, moradores e turistas. O estudo empregou a amostragem por saturação. O encerramento amostral por saturação implica na suspensão de inclusão de novos participantes quando na avaliação do pesquisador, os dados gerados apresentarem certa redundância ou repetição (DENZIN, LINCOLN, 1994).

As entrevistas ocorreram nos mais variados lugares, como na loja de conveniência de um posto de gasolina próximo à Favela Santa Marta – com o intuito de aproveitar o ar condicionado em dia de calor insuportável no Rio – bancos de praças próximas ao teleférico do Alemão, casas de moradores, *hostels*, entre outros. A duração das entrevistas variou conforme a disposição dos entrevistados, alguns respondiam de forma sucinta, fazendo com que o diálogo durasse menos de 30 minutos. Enquanto outros entrevistados prolongavam a entrevista por quase uma tarde inteira. Todas as entrevistas foram gravadas com a anuência dos entrevistados. Foram entrevistadas 33 pessoas, como é possível verificar no quadro abaixo:

---

<sup>10</sup> Refere-se a uma hamburgueria que imita de forma quase fidedigna os lanches do *Mc Donalds*.

**Quadro 1 – Entrevistados / Sujeitos de pesquisa**

<b>Nome Fictício</b>	<b>Perfil</b>	<b>Área de pesquisa</b>
<b>Carambola</b>	Empreendedor /guia	Favela Santa Marta
<b>Pedro</b>	Empreendedor/guia	Favela Santa Marta
<b>Margarete</b>	Empreendedora/guia	Favela Santa Marta
<b>Caio</b>	Empreendedor/ Bar	Favela Santa Marta
<b>Cintia</b>	Empreendedora/Guia	Favela Santa Marta
<b>Henrique</b>	Empreendedor/guia	Favela Santa Marta
<b>Isabela</b>	Empreendedora/guia	Favela Santa Marta
<b>Vanessa</b>	Empreendedora/souvenir	Favela Santa Marta
<b>Sem nome especificado</b>	Empreendedora/Bar	Favela Santa Marta
<b>Loreto</b>	Empreendedor/guia	Complexo do Alemão
<b>Silvana</b>	Empreendedora/guia/pintora	Complexo do Alemão
Alessandro	Empreendedor/guia	Favela Pavão- Pavãozinho/Cantagalo
Andressa	Empreendedora/hostel	Favela Pavão- Pavãozinho/Cantagalo
<b>Rogério</b>	Empreendedor	Favela Pavão- Pavãozinho/Cantagalo
<b>Sem nome especificado</b>	Empreendedora/ Quitanda	Favela Pavão- Pavãozinho/Cantagalo

<b>Rodolfo</b>	Empreendedor guia	Ladeira dos Tabajaras
<b>Jane</b>	Guia de agência	Rocinha
<b>Juca</b>	Morador/ Sushi bar	Favela Santa Marta
<b>Romildo</b>	Morador/lanchonete	Favela Santa Marta
<b>Cássia</b>	Moradora/ Aposentada	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Bruna</b>	Moradora/ Faxineira	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Aline</b>	Moradora/ Faxineira	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Sofia</b>	Moradora	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Pierre</b>	Turista/ França	Favela Santa Marta
<b>Müller</b>	Turista / Alemanha	Hostel em Botafogo
<b>Ibarra</b>	Turista / Chile	Hostel em Botafogo
<b>Laura</b>	Turista / Inglaterra	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Genaro</b>	Turista/ Itália	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Jamel</b>	Turista / Holanda	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Cissy</b>	Turista/Inglaterra	Favela Santa Marta
<b>Christtofer</b>	Turista/ Noruega	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Carlitos</b>	Turista/Colômbia	Favela Pavão-Pavãozinho
<b>Alessandra</b>	Turista/Argentina	Babilônia

**Quadro 2 - Período das entrevistas em relação ao projeto de *pacificação***

2015	<b><i>PACIFICAÇÃO E SUAS TENSÕES (sem tiroteios no Santa Marta e tiroteios ocasionais na Ladeira do Tabajaras)</i></b>
	Carambola, Pedro, Rodolfo, Cássia, Bruna, Aline, Sofia

2016	<b>PACIFICAÇÃO E SUA INSTABILIDADE (tiroteios ocasionais na Favela Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e tiroteios frequentes no Alemão)</b>
	Loreto, Rogério, Silvana, Jane, Juca, Romildo, Pierre, Müller, Ibarra, Laura, Genaro, Jamel, Cissy, Chrittofer, Carlitos, Alessandra
2017	<b>DECLÍNIO DO PROJETO DE PACIFICAÇÃO (tiroteios são evidenciados em todas as favelas pesquisadas)</b>
	Margarete, Cintia, Caio, Henrique, Isabela, Vanessa, Alessandro, Andressa, Carambola
2018	<b>INTERVENÇÃO FEDERAL</b>
	Loreto e Carambola

De uma maneira geral, conseguir entrevistas com empreendedores, turistas e moradores se delineou como uma tarefa muito difícil. Os empreendedores possuem um tempo muito escasso, em que “cada segundo” representa uma possibilidade de ganhar dinheiro. Se na alta temporada eles afirmavam que estavam ocupados para dar entrevistas, na baixa temporada, aproveitavam para viajar ou desenvolver outro tipo de atividade. Em muitos casos a solução encontrada foi pagar um *tour* e no final do mesmo solicitar uma entrevista ao guia. Em outras oportunidades, o pesquisador encontrou potenciais entrevistados em suas visitas, porém, como estavam trabalhando foi necessário programar um dia que fosse compatível aos mesmos. Se o empreendedor não impusesse limite de tempo, as entrevistas normalmente duravam mais que uma hora, entretanto, se eles impusessem um limite curto de interlocução, o roteiro de entrevista era remodelado rapidamente e somente eram feitas as perguntas mais relevantes ao estudo.

A dificuldade em conseguir entrevistar os turistas se mostrou presente também, sobretudo, quando se tratava de turistas que participavam de *tour* pelas favelas. Normalmente, ao final de cada passeio era feita uma entrevista com o guia, com isso, tornou-se impossível entrevistar os turistas que faziam esses passeios. A realização do *tour* somente para entrevistar os turistas se revelou muito improdutiva, pois quando se dialogava com um deles, todo o grupo se dispersava do ponto final do passeio. Sendo assim, a hospedagem em um *hostel* da Favela Pavão-Pavãozinho solucionou o problema referente à aproximação dos turistas.

Nas entrevistas realizadas com moradores que não desempenhavam nenhum tipo de atividade empreendedora foi possível perceber uma grande hesitação nas respostas em relação ao que acontecia na favela. Era possível perceber no olhar dos mesmos a apreensão de se falar “algo comprometedor” – relacionado ao tráfico e as polícias – e então, como praxe, muitas vezes eles forneciam respostas evasivas.

Toda essa preocupação em dar entrevistas pode ser verificada na passagem transcrita abaixo. Ela expõe uma conversa que o pesquisador teve com dois moradores da Favela Santa Marta que são guias de turismo. Nesse diálogo, eles revelam o temor que possuem em conceder entrevistas. A guia Sandra (nome fictício) inclusive destacou a reprimenda que sofreu de pessoas “envolvidas” com o tráfico de drogas por ter concedido uma entrevista considerada inadequada na visão dos traficantes.

Henrique: Na realidade a entrevista é uma faca de dois gomos, então é muito complicado.

Sandra: Eu tive uma experiência ruim de ficar dando entrevista, porque dava muita entrevista sobre a UPP e tal. Então teve uma entrevista que me ferrou legal, assim, os moradores ficaram contra mim

Henrique: São os cortes que eles fazem, eles pegam uma fala (imprensa), cortam, fazem emenda...

Sandra: Foi tipo assim, para os “Dia das mães” ... Eu fiz uma reportagem com meu filho e tal. Eles tiraram foto e saiu na capa do “Dia”, saiu na capa, eu e meu filho. (O título era) “Mães das UPPs”. (Eles) colocaram só um trechinho do que eu falei. Eu disse na reportagem que estava muito bem e que me encontrava em uma situação de vida melhor junto com meu filho. E eles colocaram no fundo da foto a UPP. Mas aí, o pessoal que é “envolvido” (traficante) ficou meio chateado comigo. Aí eu falei pra mim mesma, não dou mais entrevista, porque infelizmente nem todos os jornalistas são honestos. Assim, o que o jornalista procura? O jornalista procura uma coisa bombástica, só que eles não vão falar da realidade porque não vai ter efeito. Daí eu parei de dar entrevista.

Pesquisador: Comigo o enfoque seria outro. Estou fazendo doutorado e realizando uma pesquisa acadêmica, em que os entrevistados possuem nomes fictícios.

Sandra: Mesmo assim, tem que assinar (concluiu sozinha).

Henrique: Eu só falo aqui para estudante, para outras pessoas eu não falo não.

Sandra: Eu fui famosa e tal, meu nome saiu pelo mundo. Todos os jornalistas chegavam e perguntavam: “*Como que está o morro aí?*”. Eles já passam perguntando, passa um pouco do limite, daí eu não gosto de jornalista não. (Entrevista com Henrique e Sandra – nomes fictícios. Pesquisa de campo, 2017).

No processo de seleção das falas transcritas dos entrevistados, ficam expostas as relações de poder existentes entre pesquisador e sujeito de pesquisa. O pesquisador ao

elaborar o estudo lançou mão de diversos procedimentos que possibilitaram a cada instante produzir enunciados que serão considerados verdadeiros e inevitavelmente silenciou determinadas falas em detrimento de outras, para que os objetivos propostos pela tese fossem cumpridos. Durante as entrevistas os sujeitos de pesquisa expuseram as verdades de si e os modos de gestão de suas próprias vidas. Em muitas oportunidades o pesquisador se transformou em “terapeuta”, pois a entrevista se configurou muitas vezes em uma oportunidade em que morador teve de “expurgar” violências naturalizadas com uma pessoa desconhecida. Em uma ocasião um morador chorou durante a entrevista. Já em outras oportunidades, quem saiu impactado foi o pesquisador ao ouvir certas histórias violentas.

Os dados obtidos na pesquisa de campo (gravações em áudio, diário de campo e imagens diversas) foram analisados e sistematizados. As entrevistas semiestruturadas foram transcritas e as informações mais relevantes foram destacadas para posterior análise. Por fim, foi feita a análise de todo material coletado, buscando compreender o regime contemporâneo de subjetividade nas favelas cariocas a partir da análise dos processos que envolvem a *pacificação* desses *territórios* e surgimento de novas formas de mercado, tendo como recorte empírico a “favela turística” e o empreendedorismo.

Por fim, destaca-se também, que a racionalidade neoliberal tem efeitos nos sujeitos de pesquisa, como no pesquisador, pois como o mercado foi constituído em agente disciplinante para todas as relações sociais e domínios humanos, como a academia, o pesquisador, sobretudo ao final do estudo, passa a “submeter-se ao princípio de *accountability*, isto é, à necessidade de “prestar contas” e ser avaliado em função dos resultados obtidos” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 201).

## ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “**Territórios pacificados: reorientação do controle do crime e gestão da vida**” revelou que o dispositivo da *pacificação*, sobretudo em sua dimensão militar, produziu mudanças relevantes na organização e racionalização dos métodos de poder. A implantação das UPPs provocou tensionamentos nas relações entre os aparatos institucionais, controle armado do tráfico e a população *favelada*. Por meio da ocupação militar das favelas, as mesmas se tornaram laboratórios de renovadas técnicas de controle dos grupos subalternos. As UPPs instauraram práticas que se aproximaram de uma biopolítica de gestão da vida dos sujeitos *favelados* por meio de vigilância militarizada, proibições, regulamentações de manifestações culturais, estruturando assim, os campos de ação dos moradores de favela.

O segundo capítulo, “**O Social da UPP: os nexos da desconstrução da questão social nas favelas pacificadas**”, compreendeu a análise da formação de um regime discursivo e de práticas institucionais que configuraram as UPPs como “porta de entrada” para cidadania a partir do desenvolvimento de uma série de ações sociais coordenadas pela UPP Social. Entretanto, com o passar do tempo as bases do programa foram modificadas, sobretudo, a partir de uma mudança de gestão que fez com que a UPP Social tivesse como principal propósito conformar a implantação das UPP como uma grande “janela de oportunidades” que propiciasse a “integração econômica” das favelas do Rio, secundarizando dessa forma, a pauta baseada na política de direitos sociais. Com uma gestão empreendedora da cidade executada pelos aparelhos governamentais, o processo de desconstrução da questão social foi acelerado com a expansão da lógica do capital nos “territórios da pobreza” e a consequente mercantilização dos espaços da favela *pacificada*.

O terceiro capítulo, “**Dos dispositivos de normalização à produção de sujeitos empreendedores das favelas pacificadas**” evidenciou que após a implantação do projeto de *pacificação* foi possível notar a atuação de um dispositivo formado por instituições governamentais e não governamentais que buscou reconfigurar os “territórios pacificados”, como também, apresentar o “empresariamento de si” como principal aposta para vencer-se na vida. O estudo analisou o papel do Sebrae e da incubadora pública Rio Criativo na conformação dos moradores de favela enquanto sujeitos empreendedores. Essas instituições

empregaram uma série de técnicas que envolveram recompensas e punições, objetivando assim, um melhor “domínio de si mesmo”. O capítulo também possui a apresentação dos empreendedores das favelas pesquisadas, destacando assim, o que os mesmos compreendem em relação ao empreendedorismo e os principais desafios que enfrentam em suas variadas atividades econômicas.

Por fim, o quarto e último capítulo, “**A invenção das novas subjetividades nas favelas cariocas: os empreendedores da “favela turística”**”, enfatizou que o dispositivo da *pacificação* – tanto em sua dimensão militar quando em sua dimensão mercadológica – atuou na estruturação do campo de ação dos *favelados* e funcionou como um catalizador da racionalidade neoliberal ao operar na otimização dos processos de subjetivação da forma-empresa nos “territórios da pobreza”. Posteriormente, o capítulo destacou que concomitante a emergência do “ethos empreendedor” os projetos coletivos que visavam a transformação social foram paulatinamente esvaziados em detrimento de projetos individuais baseados no “empresariamento de si”. Ao se transformarem em empreendedores, os moradores de favela passaram a enfrentar as mais variadas dimensões do risco, desde os riscos vinculados à abertura e desenvolvimento de negócios, até os riscos que atingem a integridade física. O último capítulo ainda descreveu o papel dos empresários locais na produção da favela turística e como os mesmos utilizam o “saber especializado” que possuem em relação ao conflito social para conformar a favela em um sempre renovado produto turístico.

## CAPÍTULO 1

### **“Territórios pacificados”: reorientação no controle do crime e gestão da vida**

Neste capítulo, será apresentada uma análise do funcionamento das Unidades de Polícia *Pacificadora* nas seguintes áreas com UPPs: Complexo do Alemão, Santa Marta, Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras e Pavão-Pavãozinho. Antes de tudo, buscou-se compreender o processo de constituição histórica das favelas cariocas e o papel do dispositivo urbanismo no controle e modelamento de *territórios* e sujeitos. Nesse sentido, o estudo ressaltou que a polícia, entidades responsáveis pela saúde pública, organizações religiosas, entre outros, compuseram um aparato institucional que atuou na execução de medidas que visaram desde a remoção das favelas à vigilância e controle das mesmas, tendo como norte a racionalização de espaços considerados incivilizados. Esses espaços apenas perduraram ao longo do tempo em razão da resistência histórica dos *favelados*.

A conformação das favelas de “territórios da pobreza” para “territórios da violência” pelo discurso público foi fundamental para que os desafios enfrentados na segurança pública fossem dimensionados sob a ótica da guerra, e parte dos moradores de favela, sobretudo, os

mais jovens fossem tratados como “inimigos” a serem combatidos, intensificando assim, o processo de acumulação social da violência.

Em seguida, o estudo destacou que para que a imagem de uma cidade violenta e empobrecida fosse desconstruída foi moldado a partir da década de 1990, um projeto de cidade que visava enquadrar o Rio de Janeiro como “Cidade empreendedora” – apta para receber grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos – mas para que esse plano tivesse êxito seria necessário a implantação de políticas de segurança que visassem a *pacificação* dos “territórios da violência”. Tais políticas resultaram em um redirecionamento das práticas dos aparelhos estatais em relação ao “problema favela”.

O dispositivo da *pacificação* produziu tensionamentos relevantes na organização e racionalização dos métodos de poder. Por um lado, o policiamento permanente permitiu a redução dos conflitos armados por certo período de tempo, por outro, as UPPs instauraram práticas que se aproximaram de um biopolítica de gestão da vida dos sujeitos *favelados* por meio de vigilância militarizada, proibições, regulamentações de manifestações culturais. Procurou-se então, analisar as particularidades que envolveram a relação estabelecida entre moradores e policiais; os efeitos da vigilância sistemática sob as populações desses *territórios*; o policial da UPP; as reengenharias do tráfico de drogas e os discursos favoráveis e contrários ao projeto de *pacificação*.

## 1.1 As favelas cariocas: um século de ordenamento e controle.

Na presente seção, buscou-se evidenciar que as favelas cariocas foram formatadas por um quadro extremamente complexo que é decorrente de condicionantes históricos, socioeconômicos, discursos e inúmeras ações dos aparelhos governamentais. Assim, foi possível evidenciar que a favela, portanto, não é a consequência do abandono dos aparelhos estatais “porque ela emerge na geografia da cidade como objeto de governo, como produto histórico de uma construção epistemológica, subjetiva, técnica, jurídica e institucional” (ALMEIDA, 2016, p. 471). Compreender a singularidade da constituição histórica das favelas é de fundamental importância para entender as ações que dão integridade ao projeto de *pacificação* e seus efeitos enquanto mecanismo de gestão da vida e readequação de sujeitos. Michel Foucault (1995) considera que o sentido histórico deve ter apenas a acuidade de um olhar que dissocia, dispersa, deixa operar separações e margens. Desse modo, não se pretende apresentar referências minuciosas da constituição das favelas cariocas, mas remontar a teia de relações que deu visibilidade a esse *território*, na qual a favela se inseriu como um objeto e foi constituída enquanto um espaço que necessitava ser governado.

Historicamente, as favelas foram construídas no imaginário social enquanto espaço oposto a certo ideal de cidade. Enquanto espaço do trabalho, produção e consumo, as cidades representam uma sucessão histórica de acordos e alianças na forma de regras e planos, que na maioria das vezes resultam no fomento de práticas controladoras em relação ao uso e ocupação do solo. Nesse sentido, o dispositivo urbanismo, formado por uma teia de discursos e instituições, irrompeu com ações democráticas e emancipadores de transformação do espaço social (LIMA, 2017) e teve um papel relevante no modelamento e controle dos *territórios* da pobreza e dos sujeitos que lá habitam.

Durante o período que abrange a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por modificações de ordem econômica, política, social, cultural e espacial. Como consequência dessas transformações estruturais começou a surgir uma cidade industrial com aspectos de moderna metrópole capitalista. Pode-se destacar que as mudanças foram em decorrência da substituição do trabalho escravo pelo assalariado, da formação de mercados, da decadência da cafeicultura fluminense, do desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, e por fim, da definição de novas categorias sociais

e da substituição de elites no poder, com a queda do império e a proclamação da República (VAZ, 1994).

Com o expressivo aumento demográfico da então capital federal, Rio de Janeiro, somado a necessidade de alocar multidões de trabalhadores na cidade, teve-se uma demanda alta por habitações populares, casarões com inúmeras subdivisões e que eram caracterizados pela sua expressiva insalubridade: os cortiços.

Lotes e casas eram encortiçados e transformados em estalagens e “casas de cômodos”. Apesar de serem objetos arquitetônicos de formas diferentes, são iguais em sua essência, não apenas por serem indistintamente chamados de cortiços, nem por terem os mesmos elementos de uso coletivo — banheiro, tanque, pátio ou corredor — mas também, por serem todos produtos resultantes de um mesmo sistema de produção de moradias. Neste sistema, proprietários cediam seus imóveis (casas, quintais, terrenos) a terceiros que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão das edificações existentes. Os aluguéis eram considerados exorbitantes e os rendimentos fabulosos. Construir pequenos cortiços tornou-se uma prática comum entre proprietários e arrendatários de imóveis; na virada do século estavam presentes por toda a cidade, abrigando considerável parcela da população (VAZ, 1994, p. 583).

Essa habitação urbana era considerada o *locus da pobreza* no século, espaço onde residiam uma parte dos trabalhadores da cidade e se aglutinavam em grande número, vadios e malandros, a chamada “classe perigosa”. Caracterizado como verdadeiro “inferno social”, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também, das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como espaço – “por excelência” – do contágio das doenças e do vício, acabou sendo alvo de denúncia e condenação pelo discurso médico higienista (VALLADARES, 2005).

No ano de 1886, o Conselho de Saúde do Distrito Federal escreveu vários relatórios sobre as moradias populares, todos deplorando as condições dos cortiços e concordando que as habitações eram higienicamente perigosas e que os moradores deveriam ser removidos para as zonas periféricas do Rio, em pontos por onde passassem os trens e bondes. Os relatórios pressionavam o governo a expropriar os cortiços, sugeriu assim, que se destruíssem os mesmos com o objetivo de construir casas individuais para os pobres (LEEDS, LEEDS, 1978).

Apesar de existir esparsas informações sobre a fase inicial das favelas, pois elas estavam ausentes das estatísticas e dos mapas do município – não sendo, portanto,

individualizada pelos recenseamentos, assim, para os poderes públicos, as favelas simplesmente não existiam – considera-se que o processo de constituição das favelas cariocas teria sido originado pelo combate aos cortiços da cidade, como também, estaria relacionado à vinda de um grande contingente de soldados que lutaram na Guerra de Canudos (1896-1897) e que construíram seus casebres no Morro da Providência, atrás do antigo Ministério da Guerra (VAZ, 1994, FEDERICK, 2005, ABREU, 1994).

O termo “favela” faria referência a Canudos, pois naquela região do sertão do estado da Bahia existia um morro denominado *Favella*, talvez porque o mesmo fosse revestido por uma espécie de planta cuja designação seria justamente “*favella*” (*Jathropa phyllanconcha*) uma euforbiácea muito comum nas regiões do Nordeste e Sudeste do Brasil. Assim, o local onde se instalaram os soldados passou a ser conhecido como Morro da Favella. A partir da segunda década do século XX, essa expressão passou a nomear todas as habitações precárias do mesmo tipo distribuídas nos diferentes morros da cidade (GONÇALVES, 2013, VALLADARES, 2005).

Com a demolição do famoso cortiço Cabeça de Porco (ver Figura 05) em 1890, em nome da higiene Pública, somada as reformas do prefeito Pereira Passos, o déficit habitacional para as camadas pobres, que já era grande, aumentou de maneira considerável na antiga capital federal. Com o “bota abaixo”, em um curto período de dez anos, surgiram diversas favelas na paisagem carioca. “Em comum, elas apresentavam não apenas a localização nas encostas dos morros do Rio de Janeiro, mas também, a proximidade de importantes locais de emprego, tanto no centro como nos bairros residenciais” (FENERICK, 2005, p. 104). Os problemas anteriormente atribuídos aos cortiços, como insalubridade e péssimos hábitos de higiene, foram redirecionados para as favelas, muito em função da analogia atribuída pela sua composição social (SOUZA e BARBOSA, 2014).

**Figura 05 – Imagem do cortiço Cabeça de Porco e casas no Morro da Providência**



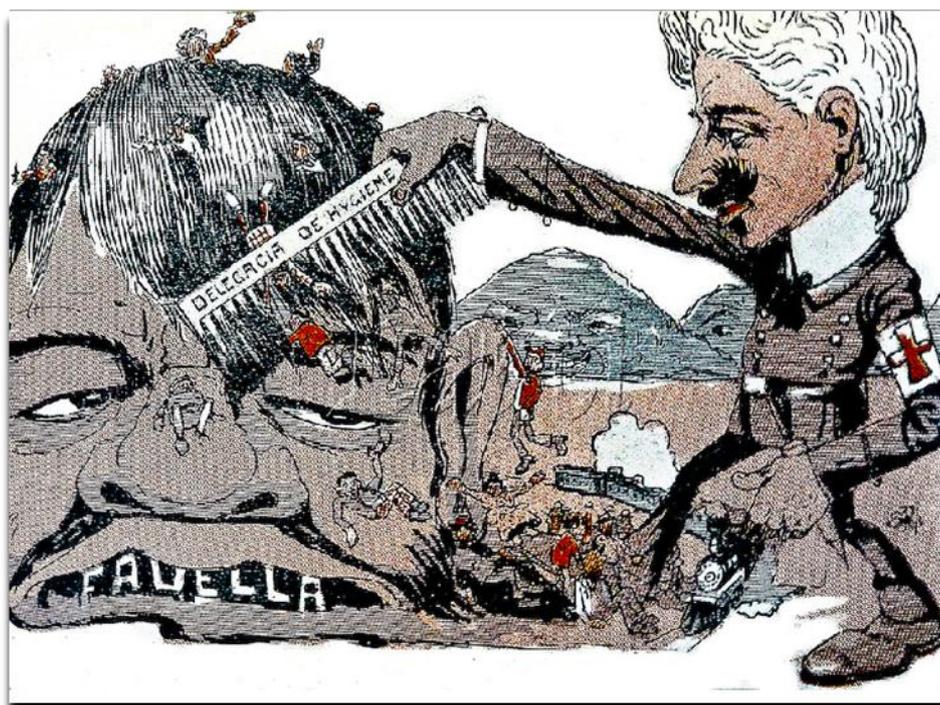
À esquerda, foto do cortiço denominado Cabeça de Porco que chegou a abrigar mais de quatro mil pessoas. Na foto ao lado, tem-se a imagem das primeiras construções feitas no Morro da Providência em 1905.

**Fonte:** O Globo

A partir do momento em que esse *favelado* é visto como parte de um corpo social, de um a população, a racionalidade governamental passou a observar os fenômenos mais gerais como as condições sanitárias da cidade e o fluxo das infecções e contaminações (FOUCAULT, 2008b). No início século XX, intervenções estatais foram feitas nos “territórios da pobreza” com o intuito de se produzir “sujeitos higienizados”. Essas intervenções começaram com a campanha de saneamento realizada na capital fluminense – iniciada no dia 04 de novembro de 1904 – após a aprovação no Congresso Nacional da Lei de Vacinação Obrigatória. Com amparo legal, Oswaldo Cruz elaborou um regulamento que objetivou combater a febre amarela, peste e varíola. Desse modo, a população deveria ser submetida por uma vacinação maciça por um período de seis meses. O não cumprimento do regulamento resultaria no pagamento de multas e restrições ao acesso a emprego público, direito a voto, permissão para casamento, entre outros. Entretanto, a população se rebelou contra a vacinação obrigatória, evidenciando assim, o seu desagrado quanto às medidas repressivas. Destaca-se então, que o plano de vacinação transbordava a questão concernente ao controle de doenças, pois ele visava inaugurar uma nova racionalidade urbana – ao destruir cortiços e casebres em nome da higiene pública – buscava-se o reordenamento espacial do Rio por meio da expulsão dos pobres das áreas centrais da cidade (ABRÃO, 1998).

A figura abaixo – ver Figura 06 – representa de maneira emblemática os atos institucionais do período em questão. No grande pente que Oswaldo Cruz carrega, está escrito o termo “Delegacia da Higiene”, denotando assim, o papel policialesco que a medicina enquadra as camadas populares quando quer *tratar* as enfermidades desse grupo social. O médico é retratado com um leve sorriso ao “higienizar” o homem negro, enquanto este último é apresentado com uma expressão resignada, com os olhos cansados, sendo que em sua enorme boca é encontrada expressão *Favela*, em referência ao antigo *Morro da Favela* (atual Morro da Previdência).

**Figura 06. Oswaldo Cruz e seu “grande pente”**



Fonte: Pintrest/Oswaldo Cruz Momenta Histórica, tomo 1 CLXXXVIII.

Foucault (1974) salienta que a medicina moderna – que nasceu no século XVIII – representa uma medicina social e não uma medicina individual que trata apenas das relações de mercado estabelecidas entre médico e paciente. Assim, a medicina moderna seria uma tecnologia do corpo social. Ele apoia a hipótese de que o capitalismo não significou a

transmutação da medicina coletiva para a particular, mas exatamente o contrário. O capitalismo desenvolvido entre o final do século XVII e começo do século XIX primeiramente socializou um objeto, que era o corpo, em função da força produtiva. O controle da sociedade não pode ser feito apenas pelo domínio da consciência ou ideologia, mas por meio do corpo. “Para a sociedade capitalista o que era importante era o biológico, somático, o corpóreo antes de qualquer outra coisa. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1974, p. 05, tradução do autor).

Na década de 1920, o rotariano Mattos Pimenta – representante dos interesses do setor imobiliário – organizou uma campanha contra as favelas, contudo, associada à construção de casas populares, compreendendo que remover favelas sem oferecimento de alternativas apenas reforçaria a “dança das favelas”, o que evidenciou uma notável transformação na reflexão sobre a cidade, surgiu assim, um olhar mais sistêmico, que está na origem do chamado “urbanismo”. Nessa perspectiva, os poderes públicos convidaram o arquiteto francês Anfred Agache para produzir o que seria o primeiro projeto urbanístico da cidade do Rio de Janeiro.

Esse plano introduziu no país a noção de zoneamento, buscou estabelecer uma divisão mais clara entre as classes sociais e definiu uma política de construção preconizando a aplicação de regulamentos de edificação. O plano abordou minuciosamente “o problema das favelas”, constatando a complexidade das suas estruturas internas, reconhecendo-as então, como um espaço diverso do restante da cidade. Entretanto, o plano ainda a considerava uma chaga urbana, admitindo que a única solução para elas seria “num dia muito próximo, levar-lhe o ferro cauterizador” (MAGALHÃES, 2013, p.43).

Na década de 1930, a partir do primeiro governo Vargas (1930), há uma inflexão a respeito do tratamento dado as favelas. É nesse período que o Estado instituiu políticas públicas que acabaram reorganizando a relação do Estado com as favelas e inscreveu esses *territórios* sob novas condições sociais. Concomitante a esse processo, estabeleceu a construção de um ideal de identidade nacional brasileira, que reconhecia os *favelados* como segmento relevante das cidades, sendo assim, incluídos no projeto de nação em disputa. Na seara das políticas sociais para as favelas, Vargas privilegiou os moradores de favela que possuíssem vínculo profissional estável com a carteira de trabalho. A política habitacional favorecia somente aqueles trabalhadores dos setores amparados pelos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões – isto é, uma minoria dentre os residentes de favela. A

formalização da força de trabalho era condição primordial para o acesso ao benefício da moradia popular (COSTA, 2015). Abreu (1994) salienta que embora os *favelados* tivessem tido benefícios na gestão de Getúlio Vargas, as favelas continuaram a serem consideradas como habitat urbano temporário, razão pela qual se mantiveram ausentes das estatísticas e dos documentos oficiais da cidade.

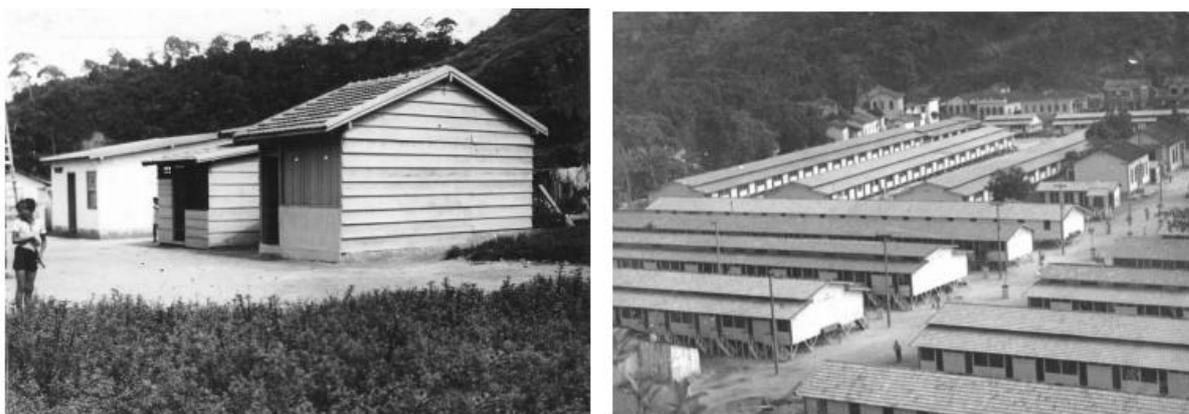
Por outro lado, vale a pena destacar da mesma forma como no restante da cidade, os moradores das favelas, historicamente, manifestavam-se como sujeitos urbanos. Expressam-se com voz (e voto, em determinados períodos) e ativaram a sua ação a partir de manifestações culturais, artísticas e políticas – como a resistência aos despejos, e posteriormente à remoção. Isso ficou visível em especial nos anos iniciais da década de 1930, quando organizaram comitês para reivindicar junto ao prefeito Pedro Ernesto (1931 - 1936) melhorias urbanísticas e sociais (PEREIRA DA SILVA, 2009).

A criação do Código de Obras pelo governo federal – em 1937 – buscou impor restrições para a expansão das favelas. A relevância desse documento reside no fato de ser o primeiro documento oficial a reconhecer a existência das favelas e ao mesmo tempo propor sua erradicação. Nas favelas existentes, o Código proibia tanto a construção de novas casas, quanto a sua ampliação. Esse código evidenciou a situação “marginal” das favelas – por serem consideradas uma “aberração” – não poderiam constar no mapa oficial da cidade. As favelas passaram então a serem percebidas como “doença social”, sendo cada vez mais submetidas ao controle federal. E para resolver o “problema” o documento sugeriu a construção de habitações proletárias para serem comercializadas junto a pessoas “reconhecidamente pobres” (CASTRO, 2004, BURGOS, 2004).

A “descoberta” do *problema* favela pelo poder público não surgiu de uma postulação de seus moradores, mas sim, do “incômodo” que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tinham por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para expansão urbana. No primeiro parque proletário (Gávea 1) foram construídas casas de madeira enfileiradas em terreno cercado e isolado (ver Figura 07). Entre 1941 e 1942, além do parque Gávea, foram criados os parques do Caju e Leblon. A seleção dos moradores de favela que seriam transferidos obedecia a alguns critérios considerados importantes, sendo dois deles a posse de um atestado de bons antecedentes e comprovação de realização de algum tipo de trabalho na Zona Sul da

cidade. Assim, austeras normas de controle social eram adotadas no interior dos parques, cujos moradores eram identificados por carteirinhas e obrigados a agir segundo padrões de comportamento moral designados pelos administradores. O horário de entrada e saída era controlado, sendo que às 22 horas os portões eram fechados. A construção dos parques proletários pode ser compreendida como primeiro grande momento de identificação, demarcação e classificação das populações *faveladas*. Em suma, a implantação desses parques está vinculada a técnicas de gestão da vida que tiveram como objetivo reorientar as condutas dos pobres. A proposta dos parques proletários terminou por gerar resistências entre os moradores de favela (BURGOS, 2004, CASTRO, 2004, PANDOLFI, GRZYNSZPAN, 2002).

**Figura 07** – Imagem do Parque Proletário da Gávea



Na imagem à esquerda, tem-se as Casas Experimentais do Parque Proletário da Gávea. Na foto ao lado, nota-se a vista geral do parque com sua estrutura completa.

Fonte: Acervo da casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

De acordo com Castro (2004), nesse período, a preocupação das autoridades com relação aos *favelados* não se restringia ao controle do espaço territorial, pois abrangiam também a necessidade de estabelecer o controle político da massa proletária urbana que representava uma parcela expressiva de votos, sendo alvo de atuação de diferentes partidos políticos constituídos a partir do fim do Estado Novo.

Uma das ações encontradas para estabelecer um contato próximo com os moradores de favela se reporta a criação da Fundação Leão XIII em 1946. Essa entidade religiosa tinha

como objetivo iniciar um processo de “recatolização” junto às camadas populares, como também, a moralização do modo de vida dos *favelados* e o “combate aos comunistas”. A construção e propagação desse discurso religioso seguia toda uma lógica de coerção e ordenamento, já que “a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (FOUCAULT, 1996, p. 43). A cruzada social dessa entidade nas favelas ansiava pela readaptação do ideal de modernidade e progresso que se propagava com muita força na época, adquirindo assim, uma conotação explicitamente moral e política quando assumia a intenção de expandir a cidadania dos *favelados*. O anticomunismo<sup>11</sup> era uma das forças criadoras da Fundação Leão XIII, o plano era subir os morros antes dos “vermelhos” (COSTA, 2015).

Ainda na década de 1940, a realidade da favela passa a especificar-se, vindo a se impor na paisagem carioca de maneira definitiva na década seguinte. À medida que a favela crescia e se tornava mais visível, ela passou a ser socialmente reconhecida, mesmo que na forma de um *problema*. Entretanto, se o reconhecimento da favela foi condicionado fundamentalmente por sua própria expansão, esta por sua vez, não pode ser separada das transformações sociais que aconteceram “no período e resultantes, em última análise, do próprio processo de crescimento e diversificação da economia brasileira e de sua projeção em termos espaciais” (OLIVEIRA, 1985, p.02).

A consequência das mudanças na estrutura produtiva – diminuição de empregos no campo e migração de pessoas para a indústria – provocou um deslocamento de grandes contingentes populacionais para os grandes centros econômicos. A corrente migratória no sentido das grandes cidades se acentuou no decorrer da década 1930, sendo mais intensa na década de 1940, quando o panorama das populações rurais se tornou mais grave e o mercado urbano de trabalho passou a oferecer oportunidades de forma considerável. No Rio de Janeiro esse movimento não foi diferente e muitas pessoas foram para capital fluminense em busca de uma vida melhor. Mas esse fato isolado não representa a principal questão que envolve a expansão das favelas (OLIVEIRA, 1985).

Para entender esse fenômeno é preciso que considerar também as possibilidades habitacionais abertas a população de baixa renda num contexto em que a crescente

---

<sup>11</sup> Em documentos enviados pelo Palácio do Catete a Dom Jaime – figura que exercia grande poder na Fundação Leão XIII – ficava claro que a missão a ser executada pela entidade religiosa estava relacionada em barrar os “vermelhos” a qualquer custo, dado o expressivo sentimento de incerteza perante o crescimento de influência dos comunistas diante do contexto de democratização, aberto a partir de 1945 (COSTA, 2015).

valorização do solo e sua repercussão sobre os custos habitacionais não encontravam contrapartida na evolução dos salários da maior parte dos trabalhadores urbanos,

Mais especificamente, a valorização dos terrenos e imóveis, estimulada não apenas pela crescente demanda de habitações, mas também pelos investimentos públicos em modernização e infraestrutura urbana e pela própria especulação, acabaria por reduzir em muito as possibilidades de moradia no núcleo para a população de baixa renda, sendo proibitivos os preços ou aluguéis das construções novas e desaparecendo, com a remodelação do traçado urbanístico, as áreas em obsolescência que haviam servido de base aos cortiços e “cabeças-de-porco”, restava aquela população praticamente uma única alternativa: ou procurar moradia em áreas mais afastadas e mais carentes de infraestrutura e que, em razão disso, tinham um custo monetário menor, ou permanecer no núcleo, ocupando áreas devolutas e sem atrativo para a construção residencial (OLIVEIRA, 1985, p.11).

Nessa perspectiva, as favelas apesar se serem vistas como um *problema* social, também eram uma solução emergencial, constituindo-se assim, em um elemento chave não somente para a moradia, como também, para a subsistência das populações que lá habitavam. As primeiras favelas se concentravam próximas às áreas industriais ou com forte densidade populacional, pois ofereciam oportunidades de emprego no setor de serviços (OLIVEIRA, 1985, VALLADARES, 2005). Nesse sentido, cabe ressaltar que existia uma dinâmica de poder que envolvia o Estado e a população *favelada*. Foucault (2008b) considera que desde o século XVII a população não tem papel residual, pois ela é um elemento fundamental, que condiciona todos os outros, já que é ela que “fornece os braços” que propiciam o desenvolvimento econômico.

A partir do final da década de 1940, os aparelhos de poder intensificam suas ações com o propósito de remover as favelas da paisagem urbana. Nesse sentido, é possível destacar os seguintes eventos e atos institucionais: a) **“Batalha do Rio” (1948)**: movimento encabeçado pelo jornalista Carlos Lacerda que sugeria o extermínio das favelas, afirmando que as mesmas não eram mais um “problema” localizado ou apenas uma questão habitacional, mas algo que atingia dimensões sociais, morais, psicológicas, sanitárias e educacionais; b) A **COHAB-GB** - Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (1962) – iniciou-se uma fase “dura” de ações de remoção de favelas. Trazendo em sua base uma visão segregacionista que via a favela como um “câncer” a ser extirpado da cidade, a COHAB atuou em remoções e na construção de conjuntos habitacionais que distavam mais de 30 quilômetros de centro da cidade, ocasionando grandes transtornos para a população de 12

favelas removidas, a maioria delas na Zona Sul; c) O **Golpe de 1964** criou condições favoráveis para a intensificação da aventura “remocionista” e para minar a resistência dos *favelados*. O Estado passou a colocar soldados armados nas favelas, como no traumático caso da favela do Pasmado. Diante do que estava por vir, pode-se dizer que a escala das remoções efetuadas até 1965 foi moderada, apesar de ter atingido em torno de 30 mil pessoas (BURGOS, 2004, CASTRO, 2004, MAGALHÃES, 2013, TEXEIRA DA SILVA et al, 2015).

A história dessas remoções ocorridas, sobretudo, entre 1968 e 1975, representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro. As ações perversas dos aparatos institucionais resultaram na organização de movimentos de resistência representados pela FAVEG – Associação de Favelas da Guanabara – que a essa altura já congregava cerca de cem associações de moradores, os habitantes das favelas lutariam de forma desesperada para não serem removidos, entrincheirados na identidade politicamente construída de *favelado* (BRUM, 2013).

As reivindicações dos *favelados* foram importantes para a proposição de políticas públicas direcionadas a habitação (embora tivessem alcance limitado): a) o **Projeto Rio** representou uma tentativa do governo federal de reaproximar-se das massas populares urbanas e interromper a política de remoção. Esse projeto se resumiu ao desenvolvimento de um grande plano de urbanização dos núcleos que compreendiam a Favela da Maré, no qual previu a erradicação das palafitas. Tal projeto integrava o PROMORAR – Programa de Erradicação de Sub-habitação – um dos programas implantados pelo Banco Nacional de Habitação na segunda metade da década de 1970, já no contexto de abandono da política de remoção; b) **Cada Família, um lote**: O Governo Brizola (1983-1986), de forte ligação com o trabalhismo, buscou aumentar o seu lastro junto às camadas populares, especialmente com os *favelados*. Brizola instituiu o programa *Cada Família, Um Lote*. Esse projeto tinha como meta distribuir um milhão de títulos de propriedade. Entretanto, fracassou enormemente ao ter conseguido entregar apenas 32.817 títulos em todo o Estado.; c) o projeto **Favela-Bairro** foi iniciado em 1994 e teve o objetivo de propiciar melhorias gerais em infraestrutura, serviços sociais, regulamentação imobiliária e a implantação de uma creche em cada favela urbanizada. O programa teve como princípio intervir o mínimo possível nos domicílios, com a concentração de recursos sendo destinadas na recuperação das áreas e equipamentos públicos (BURGOS, 2004, COMPANS, 2003, MAGALHÃES, 2013).

Em suma, o dispositivo urbanismo não operou enquanto mecanismo democrático que visasse uma solução para o problema da habitação urbana, mas como mecanismo que seguiu a uma determinada razão governamental, ou seja, uma governamentalidade (FOUCAULT, 1987, LIMA, 2017). O objetivo estratégico do dispositivo estava vinculado ao controle e a ordenação dos corpos nos “territórios da pobreza”. Contudo, o caráter relacional do poder possibilitou um processo de resistência histórica por parte dos *favelados*.

## 1.2. As favelas e a questão da violência urbana

Michel Misse situa o momento de maior visibilidade da violência urbana brasileira exatamente na mesma época em que surgiram os primeiros esquadrões da morte – grupos de agentes policiais especializados em matar criminosos – no Rio de Janeiro, em meados da década de 1950. Esses grupos de extermínio tinham como foco inicial o combate aos crimes contra propriedade. Na década de 1960, outros grupos surgiram nas periferias cariocas – criados por comerciantes locais com o apoio de policiais e ex-policiais – com a finalidade de exterminar ladrões e bandidos locais. O surgimento dos esquadrões da morte sinalizou o começo de um processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro que, depois, alastrou-se para todas as grandes cidades brasileiras (MISSE, 2008).

Por que foram criados os “esquadrões da morte”? Como é que se criou o “esquadrão da morte”? O que foi o “esquadrão da morte”? Até meados dos anos 1950, os crimes mais comuns, aqueles que enchiam as delegacias de polícia, aqueles que produziam maior volume de inquéritos policiais, aqueles que produziam maior volume de condenações, eram as contravenções penais e os crimes de menor gravidade: brigas com ferimentos leves, pequenos furtos, estelionato, todos crimes que não envolviam, necessariamente, violência como também, por exemplo, a sedução, o adultério, o lenocínio. Crimes que dependiam da astúcia do criminoso, crimes que dependiam da habilidade pessoal do criminoso, crimes que envolviam muitas vezes a ingenuidade da vítima, como era o caso do estelionato ou da sedução. Esses eram os crimes que abundavam no Brasil nos anos 1950. Os crimes violentos, como o homicídio, eram principalmente os crimes de paixão, algumas vezes acompanhados do suicídio do assassino (MISSE, 2008, p. 375).

O fato de ações criminosas terem se espalhado pela capital fluminense não denota que o Rio de Janeiro fosse o único lugar irradiador desse processo, ainda que seja relevante evidenciar que o Rio sediava grande parte da mídia que atingia o país como um todo, principalmente a mídia televisiva. A mídia relatava tudo o que acontecia na cidade para todo o Brasil, mas os fatores principais da acumulação social da violência no Rio de Janeiro já estavam presentes em todas as cidades brasileiras (MISSE, 2008).

Conforme Misse (2008), a partir do processo de abertura política e redemocratização do país, em 1979, teve-se o aumento no volume de crimes violentos, que já vinha crescendo desde o início da década. Exatamente no momento em que saía de um longo período sob um regime autoritário, quando as instituições democráticas iniciavam a sua reconstrução, a violência urbana começou a atingir níveis nunca antes vistos em cidades como o Rio de

Janeiro e São Paulo, ficando no ar a seguinte indagação: Existe alguma correlação entre democracia e violência no Brasil?

A volta à democracia foi acompanhada de uma intensificação sem precedentes da criminalidade. Uma das principais razões para o crescimento da violência incide na ideia de continuidade autoritária – que foi estabelecida na época por Paulo Sérgio Pinheiro (1997) – pois o *legado* do regime anterior se mantinha no seio da democracia nascente. “Refletia-se nas instituições, sobretudo as responsáveis pela ordem pública, mas era perceptível também na sociedade” (PERALVA, 2001, p.74). O quadro legal herdado do regime militar constituiu um obstáculo quase intransponível a qualquer tentativa de reforma da polícia, que acabou se tornando cada vez mais autônoma em relação à sua autoridade de tutela, dessa forma, a polícia passou a se envolver em diversas práticas criminosas, corroborando para o aumento da violência urbana (PERALVA, 2001). Conforme Machado da Silva (2013), ao longo da redemocratização, a repressão à violência criminal deixou de ser estabelecida como uma questão de defesa do Estado, cuja crítica se perfazia na linguagem dos direitos humanos, para ser apresentada como uma questão de defesa da sociedade, focalizando as ameaças a integridade física e patrimonial contida no desenrolar da vida cotidiana.

O agravamento da violência urbana deixou as populações das favelas expostas a brutalidade decorrente da lógica territorialista do tráfico de drogas, combinada ao modo irresponsável de atuação da polícia, ora recebendo propina – no termo nativo o chamado “arrego” – do tráfico para não incomodá-lo, ora realizando incursões nas favelas que quase sempre deixavam como saldo um grande contingente de vítimas fatais e de traumas das mais diferentes ordens. Apesar da afirmação crescente da defesa dos direitos fundamentais do indivíduo, notadamente consagrados pelo Artigo 5º da Constituição de 1988, os *favelados* conviviam com situações de absoluta ausência do direito civil mais elementar, que é o direito à integridade física e o direito à vida (BRUM, 2013). Em uma cidade situada na metáfora da guerra (LEITE, 2012) não haveria tempo para se pensar em direitos, na visão dos aparelhos de poder, mas sim, em controle social (MACHADO DA SILVA, FRIEDMAN, LEITE, 2005).

O debate sobre a cidadania se estreitou, reduzindo-se ao núcleo duro dos direitos civis que postula as garantias à pessoa e à propriedade. As disputas agora se concentram na provisão de controle social pelo estado, isto é, focalizam a quantidade, legitimidade e adequação dos meios repressivos – a força comedida (e seu extravasamento) da polícia versus a força ilegal, de fato, da criminalidade violenta. Os protagonistas desses conflitos tornam-se assim categorias sociais estereotipadas e difusamente representadas que, por consequência, não definem

fronteiras identitárias claras. A ação coletiva, quando existe, encontra-se despojada de organicidade. Nessa arena pública erodida e desertificada, a tradicional linguagem dos direitos torna-se anacrônica e frágil, pois vem regar a terra nua das rotinas da vida privada (MACHADO DA SILVA, FRIEDMAN, LEITE, 2005, p. 03).

No final da década de 1980, a violência antes localizada nas favelas começou a transbordar para o restante da cidade, disseminando-se com a expansão do consumo de drogas. A entrada do Rio na rota do tráfico internacional de cocaína, o desemprego e a falta de habilidade do governo em relação ao oferecimento de alternativas substanciais ao problema de moradia contribuíram para a construção das representações negativas do senso comum a respeito da cidade. Tornou-se lugar comum a percepção de que o Rio de Janeiro havia se transformado em uma cidade empobrecida e violenta (BARREIRA, 2013).

Conforme Ramos (2011), o Rio de Janeiro havia então se tornado um caso singular, com poucos paralelos no mundo, em que áreas desenvolvidas, abastadas e reguladas por normas democráticas, conviviam lado a lado com áreas sob controle de grupos armados, onde predominavam – e ainda predominam em muitos locais – o controle dos *territórios* por traficantes ou milicianos, que por sua vez, impuseram regras na “base do fuzil”, onde liberdade de expressão e o direito de ir e vir não estão assegurados. As diferentes políticas de segurança implementadas durante esse período contribuíram para aprofundar essa situação anômala e foram em parte responsáveis pelo quadro que se consolidou a partir da década de 1980, já que em via de regra, eram ancoradas em confrontos policiais com grupos criminosos e produziram milhares de mortes.

### **1.3 A favela como entrave para o desenvolvimento da “Cidade empreendedora”**

Nas duas últimas décadas, sucessivas gestões municipais e estaduais se esforçaram para recuperar a imagem do Rio de Janeiro e superar o estigma de cidade desorganizada, violenta e empobrecida. A cidade já fora considerada um “paraíso tropical” por seus admiradores ou interessados, entretanto, deixara de ser conhecida, no país e no mundo apenas pelas belas paisagens e pela auto atribuída cordialidade ao ganhar os noticiários em razão dos recorrentes episódios de violência. Durante os anos de 1980, a violência antes localizada nas favelas começou a transbordar para o restante da cidade, disseminando-se com a expansão do consumo de drogas. A entrada do Rio na rota do tráfico internacional de cocaína, o desemprego e a falta de habilidade do governo em relação ao oferecimento de alternativas substanciais ao problema de moradia, contribuíram para a construção das representações negativas do senso comum a respeito da cidade (BARREIRA, 2013, MISSE, 2008).

Para reorientar a tortuosa trajetória que o Rio de Janeiro havia tomado, o governo municipal avaliou que seria preciso construir um “Novo Rio”, uma “cidade empreendedora” que transitasse na órbita do mercado global e fosse catalisadora de diversos negócios que modificassem de uma vez por todas a imagem da capital fluminense. Tal empreitada teve início com a chegada de Cesar Maia à prefeitura do Rio. Eleito em 1992, ele se tornou uma figura que dominou a política municipal durante longa data (1993-1996 / 2001-2004 / 2005-2008).

Primeiramente, o então prefeito resolveu “reapropriar” o espaço urbano travando uma luta com o comércio ambulante informal, começando assim, um período de realização de grandes obras de embelezamento da cidade. O governo Cesar Maia propôs a elaboração de um plano estratégico mediante um acordo efetuado em 1993 com a Associação Comercial e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1994, 46 empresas privadas e diversas associações comerciais instauraram o Grupo Organizador do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, assegurando a esse plano os recursos necessários ao financiamento de suas atividades e autorizando a celebração de contrato com especialistas internacionais, como por exemplo, Jordi Borja e Manuel Castells (GONÇALVES, 2013).

O primeiro plano era intitulado “Rio sempre Rio”. Ele que era dividido em duas linhas de atuação, a do programa “Rio Cidade” e o “Projeto Favela-Bairro”. Quanto ao primeiro

programa, ele nasceu sob o seguinte lema: “o urbanismo de volta às ruas”, o projeto *Rio Cidade* integrou uma intervenção urbana desenvolvida no município do Rio de Janeiro entre os anos de 1995 a 2000, inspirada no empreendedorismo urbano, com forte influência das políticas aplicadas às cidades dos Estados Unidos e da Europa. Esse programa se caracterizou por uma série de intervenções em áreas de uso predominantemente comercial em eixos/corredores e/ou centros de bairros. O intuito do programa era resgatar a integração do cidadão com o espaço da sua cidade, restabelecendo os padrões de conforto, segurança, além de soluções para os problemas de drenagem das águas pluviais e conversão, quando for o caso, das redes aéreas da Light e da TELERJ – Empresa de Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro – em subterrâneas. A primeira parte do programa – Rio Cidade I – contemplou 15 bairros: Ilha do Governador, Copacabana, Catete, Vila Isabel, Penha, Campo Grande, Ipanema, Botafogo, Tijuca, Centro, Méier, Leblon, Bonsucesso, Madureira e Pavuna (OLIVEIRA, 2008).

Em 2004, teve-se o início da execução do segundo plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro, denominado “As cidades da cidade”. Esse projeto representou um desdobramento do “Rio sempre Rio”, mas ao contrário do plano anterior que pretendia unir a cidade em um “modelo consensual”, este escopo buscou extrair e remodelar as identidades, potencialidades e vocações das regiões do município (CAMARGO, 2011). Para Leite (2015), estava em curso um plano de reconfiguração da cidade do Rio de Janeiro enquanto uma “cidade de negócios”. O Estado, em seus três níveis (federal, estadual e municipal), passou a operar com as políticas de *city marketing*. Sanchez Garcia (1999) avalia que a dinâmica de *city marketing* pode não ser benéfica para os moradores, uma vez que o cidadão é confundido com o consumidor e, por sua vez, a cidade é confundida com o mercado.

O objetivo escancarado pelos gestores públicos seria formular uma cidade voltada para as tendências globais e com um plano estratégico de visão empreendedora. Barcelona, cidade catalã que havia superado uma série de crises com a realização dos Jogos Olímpicos em 1992, tornou-se o grande exemplo de renovação. Estava aberta a temporada de realização de grandes eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. Os Jogos Pan-Americanos do Rio (2007) – muito criticado pela falta de legados urbanos para cidade – trouxeram grande resultado prático: uma contribuição decisiva para a vitória do município na disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 (BARREIRA, 2013, GOES, 2011).

Assim, com auxílio dos principais órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, o projeto olímpico foi apresentado como um “sonho coletivo”, que em seguida, disseminou-se na sociedade a ponto de produzir uma imagem positiva unificadora, um verdadeiro consenso em relação a sua pretensa necessidade. A partir de então, vendeu-se a ideia de que é mais racional priorizar o orçamento público para grandes obras, ao invés de investir em serviços públicos básicos, tão carentes, sobretudo, para as camadas mais populares,

Com o afinamento do sistema de saúde e de educação, consolida-se a inversão de objetivos das políticas de governo, que abandonam tanto os princípios inclusivos quanto os chamados “meios de consumo coletivo”, típicos do momento ascendente da modernização econômica, e começam a girar em torno de ideias de competitividade e consumo individual. A cidade então precisa correr contra o tempo, e contra as cidades rivais, para se adequar às exigências e aos custos elevados dos padrões internacionais. Nesse contexto, qualquer tipo de oposição à racionalidade econômica subjacente aos jogos, que é mimetizada por sujeitos igualmente submetidos em sua vida diária, à dinâmica da concorrência generalizada, ganha ares de campanha “contra a cidade” (BARREIRA, 2013, p. 143).

No entanto, restou um problema que era capaz de atrapalhar esse “sonho coletivo” artificialmente induzido, e que ultrapassava as questões de logística e infraestrutura: a *violência urbana*. Nenhuma exposição comercial dos eventos ou da imagem da cidade seria possível sem garantias do governo local quanto a manutenção da ordem. No caso do Rio, a *segurança* apareceu como o principal problema assinalado pelo COI – Comitê Olímpico Internacional – este por sua vez, exigiu dos governos uma solução imediata para que a realização dos jogos ocorresse sem maiores “prejuízos”. Nesse prisma, somente a *pacificação da cidade* tornaria possível a realização dos megaeventos tão *desejados* pelas autoridades. Contudo, o projeto de *pacificação* é resultado de um processo histórico que envolveu uma série de programas de segurança baseados na ocupação de *territórios*, os detalhes desse percurso histórico serão evidenciados a seguir.

#### 1.4. Os antecedentes históricos da ocupação armada das favelas cariocas

O idioma político das sociedades modernas vislumbrou no ideal de “ordem sob a lei” um meio de resolução do problema representado pela utilização instrumental da violência nas interações sociais. Com a concentração do monopólio do uso legítimo da violência nas mãos do Estado e suas instituições de controle social, a ordem jurídica “expropria” dos “indivíduos o recurso à violência como meio de atingir fins e realizar o elemento central da noção de cidadania: a proteção pública e estatal dos cidadãos contra os custos externos correspondentes à ameaça criminosa” (PAIXÃO e BEATO, 1997, p. 235).

Na percepção de Weber (1973), o monopólio estatal da violência se justifica pelo fato de ser um modo de pacificar a sociedade e permitir a convivência harmoniosa de um numeroso grupo social. Nessa perspectiva, os governantes dispõem de instituições autorizadas a empregar a violência física quando preciso, objetivando assim, evitar que a ela recorram todos os cidadãos. Por outro lado, também é possível destacar que o monopólio da violência possui um caráter ambíguo, pois do ponto de vista da população isso pode significar a *pacificação* de um país. Entretanto, o monopólio da violência pode ser utilizado conforme o interesse de pequenos grupos que controlam o poder estatal (ELIAS, 1988).

O Estado moderno, por sua vez, pode ser configurado como uma comunidade humana que, nos limites de um dado *território*, reivindica para si o monopólio da força física, cujo exercício se dá por meio de uma força pública denominada polícia. Ou seja, a polícia é a “instituição estatal que estaria autorizada a utilizar a força de modo legítimo para obrigar o indivíduo a comportar-se de acordo com determinadas regras, ainda que contra a vontade dele” (RIBEIRO, 2014, p. 277).

Não cabe aqui fazer uma historiografia da “instituição polícia”, mas sim, designar o seu significado histórico. Desde o seu surgimento, a expressão “polícia” se generalizou nos países ocidentais de uma forma difusa, pois sob o mesmo nome podem ser destacadas instituições com formas e atribuições muito diversas. Assim, a polícia nas linhas gerais que se aglutinam com a “ideia moderna de polícia”, originou-se a partir das instituições vinculadas ao Estado francês do século XVII. Tais instituições foram disseminadas pelas monarquias absolutistas similares a francesa, como Portugal. Pelas rédeas do país ibérico, a polícia acabou sendo constituída no Brasil (BRETAS, 1997).

O sistema policial brasileiro foi formulado e direcionado, desde a sua origem, para questões de manutenção da ordem, controle de populações e repressão criminal, sempre tendo como foco principal a “segurança nacional”. A missão da polícia era apoiar as Forças Armadas no que se refere à garantia das instituições, a soberania do Estado e, em última instância, a manutenção do *status quo* das elites políticas e econômicas. A partir do marco que representou a criação da Constituição de 1988, a introdução do conceito de “segurança pública” aproximou o foco da ação policial das garantias individuais e coletivas dos cidadãos. Contudo, a própria formulação do conceito de “segurança pública” representou algo em disputa, um termo que falta respaldo pelo ordenamento jurídico, o que abriu espaço para introdução de todo tipo de intervenção autoritária. Assim, apesar da restauração das instituições democráticas no país, o Brasil ficou mais violento. Uma das razões que levaram a isso reporta-se ao fato de ter ocorrido um aumento da violência policial letal ou não letal – baseado em agressões e torturas – na rotina das operações dos agentes do Estado (ALBERNAZ, CARUSO e PATRÌCIO, 2007, COSTA e SÉRGIO DE LIMA, 2014, PERALVA, 2001).

Diante do cenário alarmante da segurança pública no Brasil, as instituições policiais militares brasileiras vislumbraram no modelo de “policiamento comunitário”, uma oportunidade de se mudar as formas de atuação do patrulhamento preventivo das grandes cidades. Contudo, as polícias mantiveram sua estrutura inalterada e não comportaram uma maior participação da comunidade no planejamento de suas ações (BORDIN, 2009).

Nessa experiência, em tese, os polícias e os representantes comunitários reunir-se-iam para a discussão dos problemas que mais afetam a atividade de manutenção da ordem pública e, em seguida, construiriam estratégias para a solução das causas dos eventos conflituosos de tal maneira que ele não mais acontecesse e a comunidade pudesse “ficar em paz”. No entanto, quando os documentos históricos que “retratam essa experiência são analisados, é evidente desde o primeiro momento, que a adoção do policiamento comunitário não visava uma reforma do modelo profissional, mas a sua própria institucionalização” (RIBEIRO, 2014, p.290).

No Rio de Janeiro, durante o governo do Leonel Brizola, surge o Centro Integrado de Policiamento Comunitário (CIPOC), inaugurado em 1983. Para desenvolver essa nova política de segurança, o então chefe da polícia militar, Nazareth Cerqueira, realizou diversas missões ao exterior com o propósito de conhecer quais eram os modelos de policiamento em voga. É

nesse momento que o coronel entra em contato com os modelos de policiamento comunitário desenvolvidos no Japão (modelo Koban), no Canadá (polícia de Ontário), nos Estados Unidos (polícia de Nova Iorque) e a sua grande preocupação foi trazer para o Brasil documentos que explicassem como viabilizar a constituição desses modelos e, por conseguinte, garantir a sua exequibilidade em distintos cenários (RIBEIRO, 2014).

Assim, durante o segundo mandato de Cerqueira como comandante da Polícia Militar, a instituição lançou o GAPE – Grupamento de Aplicação Prático-Escolar – no Morro da Providência, um projeto que na época foi considerado inovador, pois garantiu a presença constante da polícia no *território*. Os oficiais envolvidos eram em sua maioria constituídos por novos recrutas que tinham sido especificamente treinados na metodologia do “policiamento comunitário”. Em 1994, outro programa de “policiamento comunitário” foi implantado no Pavão Pavãozinho, em Copacabana, com intuito de prevenir e mediar conflitos dentro do bairro. Entretanto, “logo ficou claro que a política de segurança pública “cerqueira” não poderia competir com as tendências violentas da PM em outras partes da cidade” (RIO ON WATCH, 2014).

Em 1999, aconteceu a inauguração de outro modelo de policiamento permanente – o Projeto Mutirão da Paz – na favela conhecida como Pereirão, em Laranjeiras (EXTRA, 2009). Segundo Soares (2006), o Mutirão da Paz visava oferecer policiamento ostensivo e regular, de “tipo comunitário” nas localidades carentes, fazendo-o acompanhar a ação social do Estado, nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer, desenvolvimento urbano, entre outros. Foram abertas quatro mil vagas para a PM, das quais apenas duas mil foram preenchidas. Também nesse mesmo período foi criada a primeira unidade multi-setorial de investigação de lavagem de dinheiro, que visava combater o tráfico de armas e drogas na dimensão atacadista, já que o varejo estaria, em tese, sendo combatido pelos Mutirões da Paz.

A experiência do GAPE e do Mutirão da Paz lançaram as bases daquilo que viria a tornar-se o GPAE (Grupamento de Polícia para áreas especiais). Esse grupamento foi fundado no ano 2000, no conjunto de favelas Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, situado entre Copacabana e Ipanema. Nos dois primeiros anos do programa houve uma expressiva redução na taxa de homicídios, o que acabou servindo como referência exitosa para a replicação de seu modelo em outros locais. Até 2002, o GPAE implantado no Pavão-Pavãozinho/Cantagalo era a única referência desse modo de policiamento. No mesmo ano, foram fundados mais três grupamentos em outras localidades. Desde a primeira iniciativa, a instalação de todos os

GPAEs foi precedida de eventos conturbados na vida comunitária local. “Em maio de 2000, em razão da morte de cinco jovens da comunidade, acusados pela polícia de participação no tráfico, cerca de 100 moradores do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo desceram a favela para protestar” nas ruas de Copacabana. Carros e ônibus foram depredados (ALBERNAZ, CARUSO, PATRÌCIO, 2007, p. 40).

Conforme Soares (2011), a virulenta resistência da PM se constituiu em um problema para o GPAE, pois a alta cúpula da PM se negava a apoiar o comandante da unidade e lhe enviava policiais problemáticos, que já haviam sido rejeitados por outros batalhões. A intenção da instituição era boicotar o projeto. O governo do Rio bem que tentou preservá-lo como a “joia da coroa”, entretanto, sem intervir na PM para remover a resistência e as fontes do boicote. O autor ainda considera que o governo nunca pensou na possibilidade de universalizar o GPAE como uma política pública, e desse modo, modificar a polícia, como também, o governo nunca havia pensado em fazer o acréscimo de políticas sociais nas favelas em que ocupava.

Em suma, os programas de policiamento baseados na ocupação armada de *territórios* em virtude das regras e práticas utilizadas para a prestação do serviço de policiamento, dificilmente podem ser qualificados como “comunitários”. Assim, se os moradores desses *territórios* não participam do estabelecimento do projeto de ação a ser engendrado apontando as causas dos problemas dessas localidades e as situações que mais causam a sensação de insegurança, não se pode qualificar o modelo de policiamento executado como um projeto “voltado para a comunidade”. Se os moradores das áreas policiadas não são chamados a opinar a respeito “do desenho das estratégias de intervenção policial, e menos ainda podem realizar as atividades de monitorização e avaliação da ação policial, o serviço prestado continua a ser de policiamento, mas não pode ser qualificado de comunitário” (RIBEIRO, 2014, p.304).

Por outro lado, ressalta-se que o desenvolvimento do “policiamento comunitário” representou fissuras no modelo militarizado hegemônico, que basicamente consiste em violentas intervenções esporádicas. Apesar de suas imperfeições, esses programas podem ser interpretados como tentativas de mudanças das práticas policiais violentas. Não cabe aqui elogiar esses projetos, mas destacar o jogo de tensões no qual estão imersos. Assim, os inúmeros programas de policiamento permanente acabaram servindo de base para o

desenvolvimento da política de *pacificação*, os detalhes que envolvem esse programa de segurança serão evidenciados na próxima seção.

### 1.5. As UPPs e as novas formas de controle dos “territórios da pobreza”

O aumento da criminalidade violenta, sobretudo, nas áreas nobres da cidade e a escolha do Rio de Janeiro como sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos obrigaram o município a desenvolver novas políticas de segurança e a principal delas foi a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – projeto desenvolvido pela Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro a partir de 2011 – em favelas consideradas *estratégicas*. O intuito da criação das UPPs – assim como outras intervenções militares anteriores que já ocorreram na cidade – estava relacionado à diminuição do sentimento geral de insegurança. Ao invés dos policiais fazerem incursões periódicas nas favelas, eles desenvolveram um trabalho de vigilância permanente nos *territórios* contemplados pelo programa (CANO, 2012, BARREIRA, 2013, GANEM MISSE, 2014).

Assim, a estrutura administrativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) é constituída em escala decrescente pelo: Comando de Policiamento de Área (CPA), que orienta operacionalmente as atividades dos batalhões e Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPM); pelo Batalhão de Polícia Militar (BPM), subdividido em companhias orgânicas ou destacadas; Companhia de Polícia Militar, que pode ou não ser subdividida em pelotões; Pelotão de Polícia Militar; e Destacamento de Policiamento Ostensivo /Companhia de Policiamento Comunitário (GANEM MISSE, 2014).

O decreto que determina as principais diretrizes do “policiamento comunitário” nas favelas foi publicado no dia 06 de janeiro de 2011. Nele, ficou especificado que as UPPs tinham como meta preservar a ordem pública por meio da aplicação do policiamento de proximidade nas áreas designadas para sua atuação. As áreas potencialmente “contempláveis” pelas UPPs seriam aquelas compreendidas por favelas pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados estivesse afrontando o Estado Democrático de Direito. Dessa forma, a política de *pacificação* consolidaria o controle estatal de *territórios* sob forte influência da criminalidade armada, como também, em tese, devolveria à população local a paz necessária ao exercício da cidadania plena, garantindo assim, o desenvolvimento tanto da esfera social quanto econômica. O artigo 2º do referido programa explicita que a *pacificação* deveria ser realizada nos “territórios da pobreza” em quatro etapas:

I - INTERVENÇÃO TÁTICA - Primeira etapa, em que são deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e por efetivos deslocados dos CPA, com o objetivo de recuperarem o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados;

II - ESTABILIZAÇÃO - Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP;

III - IMPLANTAÇÃO DA UPP - Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de *pacificação*, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho necessários ao adequado cumprimento de sua missão;

IV - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - Nesse momento, tanto as ações de polícia *pacificadora*, quanto às de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa (DIÁRIO OFICIAL, 2011).

A experiência-piloto das UPPs foi desenvolvida na Favela Santa Marta, em 2008. Nos anos seguintes houve uma significativa expansão dessa política de segurança: em **2009** – Cidade de Deus, Jardim Batan, Babilônia, Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo; **2010** – Ladeira dos Tabajaras/Cabritos, Providência, Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, Macacos; **2011** – São João, Quietos e Matriz, Coroa, Fallet e Fogueteiro, Escondidinho e Prazeres, Complexo de São Carlos, Mangueira; **2012** – Vidigal, Fazendinha, Nova Brasília, Adeus/Baiana, Alemão, Chatuba, Fé/Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Rocinha; **2013** - Manguinhos, Jacarezinho, Caju, Barreira/Tuiuti, Cerro-Corá, Arará/Mandela, Lins, Camarista Méier, e **2014** - Mangueirinha e Vila Kennedy.<sup>12</sup>

Para José Mariano Beltrame (2013), então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, as UPPs fizeram parte de um programa que colocaria o “fim” no controle armado do tráfico de drogas, instituindo dessa forma, a diminuição das “balas perdidas”, o que seria motivo de comemoração para moradores da favela, como também, do “asfalto”,

Ou é UPP ou é a velha lógica do fuzil na favela. Todos sabemos quais são os efeitos das UPPs no curto prazo. O morador do morro fica aliviado e o do “asfalto”, muito feliz com o fim dos tiros. Mas isso é apenas uma anestesia para a cirurgia maior. A

---

<sup>12</sup> Dados correspondentes à instalação das unidades até 2016. UPP Rio – Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)>. Acesso em: 13/09/2016 às 19:40.

grande questão que ainda está mal resolvida é o que o Rio quer fazer das UPPs no longo prazo. Daqui a 20 anos o que será da favela? A reconquista do território é uma janela de oportunidade para a transformação daquele espaço público (BELTRAME, 2013, p.01).

Cabe aqui destacar que desde a década de 1980, as políticas de segurança estavam pautadas na *metáfora da guerra* – representação de uma cidade que vive em um estado excepcional de guerra, e que demanda também medidas excepcionais e estranhas à normalidade democrática, em que o argumento da eficiência se sobrepõe a tudo, absolvendo assim, “políticas e forças de segurança pública dos “acidentes de percurso” inevitáveis em um confronto de tal envergadura (LEITE, 2000, p.74). Desse modo, a “solução final” para guerra estaria contida na eliminação do inimigo.

Já com as UPPs, as políticas de segurança relacionadas com o projeto de “pacificação” sofreram uma inflexão, buscaram instituir um *processo civilizatório*, isto é, fazer com que o “favelado” retirasse a favela de si por meio de mecanismos de gestão da vida (LEITE, 2012 e 2015), muito embora, os métodos violentos não fossem totalmente abandonados. A pretensão, portanto, “seria levar a “paz” aos *territórios* antes dominados pela “guerra”, na qual, diga-se de passagem, a polícia sempre teve participação ativa, como é evidenciado pela crônica jornalística e por dados estatísticos sobre a violência no Rio de Janeiro” (CUNHA e MELLO, 2011, p. 373).

Mas que impacto a implantação das UPPs teve na incidência criminal dos “territórios da pobreza”? No estudo “Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro”, Inácio Cano (2012) analisou o impacto direto no crime manifestado dentro das favelas atendidas, comparando a incidência criminal antes e depois do programa nas 13 primeiras UPPs instaladas, entre os anos de 2008 e 2010.<sup>13</sup> O trabalho foi efetuado a partir da análise do banco de dados de todos os Registros de Ocorrência da Polícia Civil na cidade do Rio de Janeiro para determinados crimes, obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP). Os crimes contemplados foram os de mortes violenta, que incluem os seguintes tipos de ocorrência, conforme os códigos dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Rio: (a) homicídio doloso; (b) homicídio por auto de resistência, ou seja, produto da intervenção policial; (c) lesão corporal seguida de morte; (d)

---

<sup>13</sup> As primeiras 13 UPPs contempladas nesta análise são as seguintes: Andaraí, Batam, Borel, Chapéu-Mangueira/Babilônia, Cidade de Deus, Santa Marta, Formiga, Macacos, Pavão/Pavãozinho/Cantagalo, Providência, Salgueiro, Tabajaras e Turano (CANO, 2012).

roubo seguido de morte; (e) estupro ou atentado violento ao pudor seguido de morte; (f) encontro de cadáver; (g) encontro de ossada.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que na comparação ao período anterior e posterior à entrada das UPPs, o número de mortes violentas experimentou uma redução de quase 75%. A redução para os homicídios dolosos foi mais moderada, enquanto a redução para as mortes em intervenções policiais, foi mais intensa, passando a quase zero. Assim, houve uma redução notável das mortes violentas e, dentre elas, especialmente aquelas decorrentes de intervenção policial. Os roubos experimentaram uma diminuição de mais de 50%, enquanto todos os outros crimes sofreram um aumento considerável – lesões dolosas, ameaças e crimes relativos a drogas crescem exponencialmente. Os furtos aumentaram de modo expressivo, embora os roubos tivessem diminuído. Enfim, houve uma grande redução dos crimes armados e um aumento dos registros de outros crimes (CANO, 2012).

“*Olha, as UPPs nos três primeiros anos deram muitos resultados*” disse Loreto (nome fictício. Pesquisa de campo, 2016), morador do Complexo do Alemão. Ele acredita que a implantação da base da polícia *pacificadora* no Alemão aumentou a “sensação de segurança” no *território*, mas tal estado sensitivo durou pouco tempo. Em relação à avaliação dos efeitos práticos das UPPs, Machado da Silva (2015) avalia que as percepções relativas a esse programa de segurança poderiam ser divididas entre grupos sociais distintos: a) os **críticos**, que consideram que enquanto a gramática da violência urbana não fosse pautada pela linguagem dos direitos, não se poderia acreditar em uma mudança na atuação policial; b) os **defensores**, que mesmo tendo críticas ao projeto, avaliavam de forma positiva a redução das mortes e a manutenção progressiva da ordem pública.

Soares (2017) afirma que as experiências do programa de *pacificação* foram por “água abaixo” a partir de 2013 e o grande símbolo dessa virada foi o assassinato do Amarildo, pois esse caso mostrou que a polícia estava agindo como sempre agiu. Como bem evidencia Foucault (2008a), o surgimento de novos mecanismos de segurança, não faz com que os seus predecessores simplesmente desapareçam.

O caso do desaparecimento de Amarildo desdobrou-se na mobilização discursiva “Cadê o Amarildo?” que, por sua vez, conseguiu adquirir uma enorme visibilidade em todo o país. O “caso Amarildo”<sup>14</sup> se refere ao emblemático *sumiço* de um pedreiro que morava na

---

<sup>14</sup> A juíza da 35ª Vara Criminal da Capital, condenou 12 dos 25 policiais militares denunciados pelo desaparecimento e morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, crime ocorrido em julho de 2013, na Favela da Rocinha, Zona Sul

Favela da Rocinha, localidade essa que possuía até então uma base da UPP. Na noite do dia 14 de julho de 2013, Amarildo foi preso após regressar da Barra da Tijuca. Tal prisão foi feita por policiais militares da UPP da Rocinha, sem mandado judicial, em uma operação chamada “Paz Armada”. Conforme a polícia, à época, os policiais militares teriam confundido Amarildo com um traficante de drogas. Em entrevista concedida a Rocha (2016), Elizabete Gomes da Silva, esposa de Amarildo, narrou com precisão o momento do desaparecimento do seu marido:

Ele (Amarildo) estava em casa, tinha acabado de chegar da pescaria. Meu marido... ele chegou... foi o seguinte: dia 14 do mês sete, o Amarildo como sempre, pedreiro, saía de manhã e chegava de noite, de segunda a sexta, pra trabalhar na obra que ele era pedreiro. Ele tinha o vício de pescar todo final de semana. O vício que ele tinha era de pescar. O que acontece, quando chegou no dia 14, que foi num domingo, ele foi pescar, então, quando ele chegou da pescaria, ele chegou da pescaria numa base de 7h40, por aí, não tinha polícia nenhuma, assim... onde eu moro não tinha polícia nenhuma. Aí, ele chegou botou a mochila dentro de casa e falou assim pra mim: Bete, pega uma panela aí pra mim limpar os peixes. Limpou os peixes assim como você, sentada na escada, do lado da casa da minha cunhada, do meu cunhado. Nem limpou o peixe em casa, limpou na porta de casa, da casa do irmão dele. Aí limpou os peixes todos e entrou pra dentro de casa pra botar os peixes na geladeira. Quando ele saiu da cozinha até a sala, porque a minha casa era dois cômodos, quando ele veio da cozinha até a sala, apareceram dois policiais na minha porta, olhou pra mim, olhou pra ele, normal, porque a gente vê polícia toda hora passando na nossa porta, só que ele parou na minha porta e olhou pra mim e Amarildo e não falou nada, nada. Amarildo falou assim pra mim na hora que eles olharam, ele falou assim pra mim: Bete tô indo buscar um limão... tô indo comprar um limão e um alho pra temperar... (...) Ficaram só na porta, mas também não falou nada, como eu tô te falando. Normal, a gente vê toda hora polícia passar... aqui é que eu não vejo, mas lá embaixo a gente vê todo dia eles passar. Aí o Amarildo falou que ia comprar o alho e limão pra temperar o peixe e passou perto deles pra ir comprar e eles também não falaram nada com o Amarildo. Só foram atrás, desceram atrás. Quando chegou lá no bar, tinha mais policiais esperando ele. Porque eu só tinha visto aqueles dois, mas aí a minha vizinha correu e falou assim pra mim: Bete, corre que os policiais estão levando o Amarildo. Entendeu? Só que eu corri, só que quando eu corri, não vi mais eles. Eles já tinham ido pra sede da UPP já, com ele (Entrevista 17/07/2015, ROCHA, 2016, p.14-15).

Contudo, para tristeza de Elizabete, após o seu marido ser levado para sede da UPP, ele foi vítima de uma sessão de tortura, que contou com choques elétricos, afogamentos e asfixia. Após a sessão de tortura levar o pedreiro à morte, o então major Edson Raimundo dos Santos (hoje condenado e preso), instruiu os policiais da corporação a envolverem o corpo em

---

do Rio. Os PMs foram condenados pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. G1.Caso **Amarildo. Juíza condena 12 dos 25 policiais militares**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>> Acesso em 13/09/2016 às 21:35.

uma capa de motocicleta da PM e o levarem para um “local não apurado” (REVISTA PIAUÍ, 2017)

Conforme Rocha (2016), o enunciado “Cadê o Amarildo?” conseguiu amplificar o discurso de luta que recusa a histórica desqualificação social dos grupos subalternos no país. Constituída por três palavras, uma pequena frase interrogativa conseguiu abranger a substância de todos os embates contra a violência perpetrada aos moradores de favelas e a cada repetição ela incorpora novos contextos situados e se resignifica. No começo, a expressão representou a dor e da indignação de uma família e uma favela pelo desaparecimento de um dos seus membros, posteriormente, o grito de “Cadê o Amarildo” ganhou novas significações, projetou-se para o futuro e alcançou a permanência de sua circulação, tornando-se assim, o espaço para ecoar tantas outras dores, do presente e do passado. “Como disse sua esposa à imprensa no dia da manifestação pelos dois anos do seu desaparecimento: Eu pergunto: cadê os Amarildos de ontem, de hoje e do Brasil?” (ROCHA, 2016, p. 107).

**Figura 08** – O rosto do Amarildo



A imagem mostra Elizabete Gomes da Silva, a viúva do Amarildo, segurando uma imagem com o rosto do pedreiro vitimado pelos policiais da UPP Rocinha.

Fonte: Agência Brasil/ Revista Piauí (2017)

A forma que os familiares do Amarildo encontraram para que a morte do pedreiro fosse passível de ser lamentada, foi exibir o rosto do vitimado nos meios de comunicação de massa (ver Figura 08). Por meio dos estudos de Emmanuel Levinas em relação à “noção do rosto”, Judith Butler (2011) afirma que o rosto daquilo que é chamado de “Outro” se impõe como uma questão ética, “mesmo sem sabermos ao certo o teor dessa demanda” (BUTLER, 2011, p. 16). O rosto representaria a vocalização sem palavras do sofrimento do *Outro*. Portanto, responder e entender o significado do rosto quer dizer despertar para aquilo que é precário em outra vida ou, antes, aquilo que é precário à vida em si mesma.

## 1.6. Biopolítica da *pacificação* e seus efeitos de subjetividade

Vanessa Andrade (2013) cunhou o termo “biopolítica da pacificação” para elucidar os meandros dessa política de segurança. A expressão “biopolítica” foi utilizada por Foucault (2008b) para explicar o modo pelo qual o poder tende a transformar-se, entre o fim do século XVIII e começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de procedimentos disciplinares, mas o conjunto das pessoas que constituem uma população. Por meio de biopoderes, a biopolítica se ocupará da gestão da saúde, da alimentação, da higiene, sexualidade, natalidade, pois tais elementos se tornaram preocupações políticas.

Entretanto, conforme Revel (2005), a noção de biopolítica em Foucault também permite outra interpretação: nos primeiros textos onde aparece o termo, ele parece estar ligado ao que os alemães chamaram no século XIX de *Polizeiwissenschaft*, isto é, “a manutenção da ordem e da disciplina por meio do crescimento do Estado” (REVEL, 2005 p. 27). Nessa perspectiva, a biopolítica da *pacificação* objetivou a manutenção da ordem por meio da regulação do comportamento dos moradores de favelas e da vigilância sistemática de corpos, produzindo assim, subjetividades afeitas a um novo “projeto de cidade”.

Mas para que regime de manutenção da ordem fosse instaurado com o desenvolvimento do processo de *pacificação*, medidas preliminares foram adotadas, pois antes da construção das bases definitivas das UPPs, acontecia uma ocupação militar feita pelos policiais do BOPE. Essa ocupação preliminar tinha o intuito de apreender drogas, armas e prender os indivíduos que estavam com mandados de prisão decretados, ou seja, “limpar” o terreno para a “entrada da futura unidade de policiamento. As primeiras ocupações realizadas pelo BOPE aconteceram de forma inesperada, aparentemente sem nenhum aviso prévio, provocando surpresas tanto para os criminosos” quanto para o restante dos moradores (CARVALHO, 2013, p. 293).

Cabe aqui destacar que as ações do Bope são revestidas com grande brutalidade e violência. Como salienta Batista (2011), os policiais desse agrupamento costumam invadir casas, carros, matar traficantes e moradores que consideram suspeitos, deixando assim, um imenso rastro de sangue por onde passam. A brutalidade representa a marca principal do BOPE e a reiteração das práticas sanguinolentas, uma rotina nas favelas cariocas. No dia 07 de outubro de 2017, por exemplo, dois jovens foram mortos por policiais e outras seis pessoas

foram baleadas durante ação do BOPE na Cidade de Deus, na zona Oeste do Rio, sendo que os moradores reclamaram que eles invadiram as casas sem mandado judicial. Tudo começou quando os policiais invadiram o baile *funk* que acontecia na favela por volta das 4h15. “Os policiais do Bope entraram aqui [...] Um menino aqui, que estava correndo só porque ele não parou, meteram um tiro nas costas dele. E ainda comemoraram: *aí, tombou, tombou*” relatou uma moradora da Cidade de Deus (PONTE, 2017).

Como bem explica Foucault (2005), apesar do Estado moderno ser enquadrado dentro da perspectiva do biopoder, em que serão executadas técnicas que promovam a vitalidade da sua população, o biopoder parece também comportar ações do antigo poder soberano que visavam produzir mortes. O que torna possível tal operação paradoxal – produzir mortes ao invés de vidas – é o racismo de Estado, que por sua vez, possui duas funções. A primeira representa a negatividade, com a realização de uma separação daqueles que devem morrer, daqueles que devem viver. Já a segunda função, apresenta uma função positiva: para que uma raça sobreviva é preciso que a outra morra. Desse modo, o BOPE realiza a “triagem das raças” por meio do uso do poder soberano de produzir morte. O agrupamento militar mata aqueles considerados sujeitos descartáveis em nome da sobrevivência da população carioca, para que assim, “a paz reine na cidade”.

Por algumas semanas, o pesquisador se hospedou em *hostels* situados no Pavão Pavãozinho e no Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras, como também, foram efetuadas visitas periódicas na Favela Santa Marta e no Complexo do Alemão<sup>15</sup>. Destarte a complexidade que envolve a análise dessa política de segurança que atua na gestão da população e de *territórios* (FOUCAULT, 2008a), tem-se a partir de agora uma questão: que efeitos de subjetividade o policiamento permanente provocou nas favelas cariocas?

Antes de tudo, torna-se relevante destacar que o histórico de cada favela e o estilo de gestão das UPPs locais são centrais para entender os conflitos e as interações entre moradores e policiais. As favelas não têm as mesmas histórias e formações, e que não há homogeneidade entre as lógicas de ação de oficiais e praças das UPPs, sendo assim, não é possível generalizar a avaliação dessa política de segurança. As ações policiais das UPPs costumavam variar de acordo com o comandante, a favela ocupada e a cooperação obtida pela polícia junto aos moradores (ZALUAR, 2014). Neste sentido, considerou-se que as relações entre policiais, moradores e traficantes são flutuantes. Se anteriormente estavam bastante marcados os papéis

---

<sup>15</sup> As visitas e hospedagens foram feitas entre 2015 e 2017.

de cada um, se antes os lados dos *bons* e *maus* “eram bem delineados, a entrada das UPPs parece modificar algumas destas relações por meio de novos dimensionamentos políticos, geográficos e estratégicos. Aquilo que estava legitimado e naturalizado” passou a estar em suspensão (MELICIO et al. 2012, p. 609).

Assim, a primeira percepção que se pode destacar, é que os moradores de uma maneira geral não gostam de falar sobre a UPP. Eles sempre responderam de maneira difusa, não revelando muitos detalhes do que se passa na favela. Não foi incomum o pesquisador ouvir a seguinte frase ao abordar um morador: “*Sobre a pacificação eu não falo*”. O silêncio dos moradores denotou uma ação de autodefesa, buscaram assim, não ter nenhum tipo de comprometimento em relação aos policiais e traficantes.

Na Favela Santa Marta, apesar do “silêncio”, foi possível evidenciar que desde a instalação da UPP em dezembro de 2008, a favela ficou muito tempo sem conviver com tiroteios. Muitos moradores relataram que havia um clima de tranquilidade com a *pacificação*. Entretanto, em março de 2016 aconteceu o primeiro homicídio no *território* após a implantação do referido programa de segurança. Os policiais da UPP mataram uma pessoa que na visão dos mesmos estava em situação suspeita dentro da mata (G1, 2016).

A partir desse episódio, a situação na favela começou a degradingolar. Em novembro de 2016, traficantes arrombaram o cadeado de uma base da UPP e arremessaram para dentro do imóvel um artefato de fabricação caseira. No momento do ataque, não havia nenhum PM. Um armário utilizado pelos policiais “foi destruído pelo fogo, e os vidros das janelas ficaram quebrados. O ato, de acordo as primeiras investigações, foi em represália a um confronto que havia ocorrido pouco antes na região, deixando um homem ferido” (O GLOBO, 2016). Já em setembro de 2017, os ataques foram mais contundentes, pois criminosos que não foram identificados, atiraram contra policiais da UPP que faziam patrulhamento na Favela Santa Marta. Conforme o comando da UPP, os militares não revidaram os tiros e ninguém chegou a ficar ferido (O DIA, 2017).

O crescimento dos conflitos da favela foi acompanhado por críticas contundentes (2015), como essa: “*Essa UPP em Santa Marta aqui é só fachada, é só para maquiagem para turista, isso aqui é só maquiagem. Lá em Santa Teresa você não vê nem a plaquinha, você vê traficante atravessando com o fuzil normalmente, é tudo maquiagem pra gringo*”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Morador da Favela Santa Marta, negro, 32 anos. Pesquisa de campo, 2015).

Em 2017, uma idosa de que mora na favela disse ao pesquisador que a “paz acabou” e que os tiroteios estavam acontecendo a todo momento e recomendou que “ninguém visite a favela”,

Agora os traficantes estão trocando tiro com a polícia. De manhã e de tarde. Não dá nem para trabalhar. Passou até na televisão. Você não escutou não? Você não vê RJ não? A gente tava no céu e não sabia. Agora só tem a polícia matando aí, os nego ... (a polícia) matou dois. Os traficantes voltaram a vigiar a favela de fuzil. Voltou tudo. A gente ficou sete anos sem tiro, sem nada. Passou sete anos virou o diabo, o inferno. A gente nem dorme direito. Os confrontos acontecem a toda hora, é só eles “darem de cara” com os “homens” (polícia). Um policial jurou de morte dois garotos da comunidade... ele disse: “*Antes de chorar a minha mãe, quem vai chorar é a mãe deles*”. (P., negra, 69 anos. Pesquisa de campo, 2017).

Se nos últimos tempos a Favela Santa Marta tem se configurado em um ambiente conflituoso, nas favelas do Pavão Pavãozinho e Morro dos Cabritos, a dinâmica não é muito diferente. Assim, um dos moradores do Morro dos Cabritos deu a seguinte afirmação sobre a chegada da UPP, em 2015: “*E achei que no início foi uma coisa bem bacana. Pra gente que tem filho, quer ver nossos filhos crescerem, poder deixar as crianças brincarem ali na rua. Hoje em dia, já não pode mais. Porque tá voltando aquele clima chato, né (tiroteio)*”<sup>17</sup>.

Em um dos dias que o pesquisador estava transitando por essa favela, foi possível presenciar uma operação da polícia militar. Os agentes públicos estavam percorrendo a mata em busca dos traficantes. Essas ações da polícia geram um clima de grande apreensão na favela. Uma moradora que estava descendo o morro de kombi junto de sua filha disse: “*É sempre assim, eles fazem essas buscas bem na hora em que a gente está saindo para o trabalho, isso é revoltante, vai que sobra bala pra gente!*”<sup>18</sup>. Ao mesmo tempo em que reclamava, a mãe tentava acalmar a filha de colo, que se mostrava apavorada, em virtude do barulho do helicóptero da polícia.

No Pavão-Pavaozinho, percebeu-se um clima de tensão também. O pesquisador conversou com uma funcionária do *hostel* em que estava hospedado e que mora na localidade. A fala dela sobre a favela era difusa, dizia que o local era tranquilo, mas que “vira e mexe” a polícia faz uma varredura na favela, o foco seria os garotos que vendem drogas e que praticam arrastão nas praias da Zona Sul. Ela afirmou que o início do morro (parte baixa) costuma ser tranquilo, já a parte mais complexa e perigosa fica no topo da favela, onde disse que costuma

---

<sup>17</sup> Morador do Morro dos Cabritos, negro, 36 anos. Pesquisa de campo, 2015.

<sup>18</sup> Moradora do Morro dos Cabritos, negra, 32 anos. Pesquisa de campo, 2015.

ouvir tiros partindo de lá. Os moradores acreditam que o fato de a favela estar situada próxima a um bairro nobre propicia duas vantagens: a primeira seria uma frequência menor de homicídios e a segunda, seria a impossibilidade de ocorrer invasões por parte de traficantes de outros morros,

(Sobre a invasão de traficantes) Aqui é uma vez ou outra, porque tem o Forte de Copacabana, tem muito milico. Lá no Alemão tem muita invasão de outros morros e outras quadrilhas, aqui não pode ter isso. Aqui mora muita gente, muito bacana, de classe média pra alta. Então não tem como ter nego toda hora querendo invadir aqui, não tem. A última que teve foi lá no Tabajaras e foi mais de cinco anos. Da Rocinha vieram para Siqueira Campos, vejam só como é que é (Morador do Pavão-Pavãozinho, negro, 55 anos, Pesquisa de Campo 2016).

Em 2015, um assassinato ocorrido na favela teve grande repercussão nos meios de comunicação. O dançarino do programa Esquenta, da Rede Globo, conhecido como DG, foi morto por um disparo de um policial militar. Esse caso provocou grande comoção na localidade, gerando fortes protestos. A Avenida Nossa Senhora de Copacabana, uma das principais do bairro de Copacabana, teve o trecho entre as ruas Almirante Gonçalves e Sá Ferreira completamente interditado pelas barricadas montadas com fogo. A confusão também provocou o fechamento do Túnel Sá Freire Alvim, de lojas e de um dos acessos à estação do metrô General Osório (O GLOBO, 2015). Posteriormente, o policial militar que atirou em DG foi indiciado por homicídio, outros seis PMs que participaram de forma indireta da ação também foram indiciados por falso testemunho e prevaricação<sup>19</sup>(G1, 2015).

No dia 10/10/2016 uma intensa troca de tiros na Favela Pavão-Pavãozinho causou pânico e fechou o comércio da favela e em ruas dos bairros de Ipanema e Copacabana. No confronto ocorrido entre policiais do Batalhão de Choque e traficantes, o resultado foi trágico: três PMs feridos e três traficantes mortos. Os moradores do local compartilharam nas redes sociais um vídeo que evidenciava o momento exato em que um dos traficantes foi alvejado por tiros lançados a partir do helicóptero da PM. Como resultado, o traficante despencou do alto da encosta do Cantagalo. Essa imagem teve grande repercussão nacional. A consequência dessa operação em Copacabana foi tão impactante, que o então Secretário de Segurança Pública do Estado – José Beltrame – pediu exoneração do cargo que ocupava há mais de nove anos. Beltrame alegou que

---

<sup>19</sup> Prevaricação: crime praticado por funcionário público.

estava cansado e que já não possuía mais condições de garantir a segurança dos policiais e por isso, não acharia justo pedir para os mesmos que realizassem operações nas favelas (G1, 2016).

Ainda no Pavão-Pavãozinho, em um dos dias em que o pesquisador estava se preparando para sair do *hostel*, em 2016, o faxineiro do estabelecimento enunciou o seguinte: “*Eu não disse pra você que tem dois tipos de policiais, os que gostam de dinheiro e os que gostam de sair atirando? Ontem veio os que gostam de sair atirando*”. Ele ainda completou: “*Olha, ontem aconteceu tudo de novo, mais uma operação da polícia*”<sup>20</sup>. O faxineiro disse que passou o maior sufoco no morro porque os policiais entraram na favela apontando a arma para os moradores e com o dedo no gatilho, sendo que ele retrata essa situação como “desesperadora”. O morador considerou que passou por um “dia de sorte”, já que não ocorreu nada grave com ele e seus conhecidos.

O faxineiro relatou que em uma oportunidade a PM<sup>21</sup> subiu até a quinta estação do plano inclinado (espécie de bonde), desceu até a terceira plataforma e “já saiu atirando” nos traficantes. Ele considera essa situação um absurdo porque os policiais poderiam atirar em inocentes, isto é, moradores que não possuem vínculo com o tráfico. Notou-se então, que a morte de traficantes não causa grande comoção nas favelas, seria como se eles tivessem que assumir o risco da conduta que executam.

Se nas favelas da Zona Sul carioca a situação não é nada favorável, no Complexo do Alemão o cenário é ainda mais alarmante. Os moradores convivem com frequentes tiroteios e ainda têm que lidar com atitudes hostis por parte dos policiais. Em fevereiro de 2017, policiais da UPP passaram a invadir as casas dos moradores com o intuito de utilizá-las como base de observação no combate aos traficantes da localidade. Integrantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro visitaram a favela para averiguar essa situação vivida pelos residentes do local. Contudo, o grupo teve uma recepção violenta por parte dos policiais da UPP, que passaram a atirar para o alto, como forma de intimidar os mesmos. Em um dos vídeos feitos pela Defensoria Pública do Rio e que foi veiculado em plataformas digitais, evidenciou-se uma moradora do Alemão subindo as escadas do terraço de sua casa, e no alto, um policial militar aparecia com um fuzil na mão ao mesmo tempo em que segura o celular na outra. “*Eles*

---

<sup>20</sup> Morador do Pavão-Pavãozinho, negro, 49 anos. Pesquisa de campo, 2016.

<sup>21</sup> O morador não especificou o agrupamento militar do qual o policial pertencia.

*falaram que podíamos espernear, gritar, fazer o que quiséssemos, que eles não iam sair, que iam ficar até ver o que iriam fazer”,* relatou a moradora no vídeo em questão (EBC, 2017).

Com o tempo, os mecanismos de vigilância da favela foram aperfeiçoados. Em 2015, começaram a construção *bunckers* (ver Figura 9) na UPP Nova Brasília, no Complexo do Alemão (que no total possui 5 UPPs). Os *bunckers* se referem a uma construção sem janelas, com paredes brancas reforçadas por concreto grosso e pequenos buracos. Essas aberturas servem para os policias observarem o que se passa do lado de fora, como também, servem de base de apoio para seus respectivos fuzis, sempre direcionados aos moradores. “*Isso é área residencial. Me sinto ameaçada. Você gostaria de ter um fuzil atirando para todos os lados no seu quintal, a esmo? Tenho medo que façam algo*” relatou uma das moradoras do Complexo do Alemão (FOLHA ON LINE, 2015).

**Figura 09: Imagem do *Bunker* da UPP no Complexo do Alemão**



Fonte: Folha (2015)

Um dos moradores do Complexo do Alemão entrevistados pelo pesquisador relatou sob seu ponto vista, o que acontecia no *território* (em 2016). Loreto<sup>22</sup> atribuiu a “situação caótica” e violenta no Alemão ao comportamento dos jovens traficantes e ao péssimo

---

<sup>22</sup> Nome fictício, 46 anos, negro, morador do Alemão. Pesquisa de campo, 2016.

treinamento dado aos policiais militares. Ele disse que *“hoje você tem menores com uma arma pesada na mão e do nada eles cismam que tem que atirar. Fazer o que? Quem tá no meio, quem está circulando morre”*.

O morador afirma que o momento em que ocorrem os tiroteios é uma *“coisa assintomática”*, pois sempre que a favela parece estar tranquila, de repente acontece alguma coisa e começa um *“ra- t -tá”* (tiros). Ele evita andar pelos becos o máximo possível porque *“do nada aparece a polícia passando e os caras largam o aço e a polícia revida”*. Ele também teceu muitas críticas em relação aos PMs, classificando-os como despreparados para a função,

(Os policiais são) péssimos profissionais, mal qualificados, eu nunca vi na minha vida policial militar ficar com zap em pleno serviço, eu nunca vi isso. Mas acontece. Eu não sei se eles são treinados pra isso. Não sei o que acontece na cabeça de um militar. E outra coisa, o cara vai trabalhar como um policial militar, ele sabe que grau de risco, ele não está ali jogando game. Bicho, eu tô com a minha vida em risco. Por que eu vou estar lá com um zap, respondendo coisa lá com a namorada? Isso não existe, na cabeça do ser humano isso é ilógico. A primeira ação sua deve ser se proteger. Como vou fazer isso? Se colocar em um lugar onde eu supostamente não vou ser atacado. Se você está armado de farda você é alvo. Então de cara você não vai ficar com o telefone na mão. Você vai estar olhando 360 graus, são duas pessoas. Então você passa está lá um militar que supostamente foi treinado pra te dar segurança jogando game. Para! A UPP é uma Unidade Pacificadora da Polícia, essa unidade segundo eu ouvi falar, não foi treinada para esse tipo de coisa (Loreto, Morador do Complexo do Alemão. Pesquisa de campo, 2016).

Os primeiros policiais da UPP que chegaram ao Complexo do Alemão eram recém-formados. Loreto considera que eles vieram por acharem que a favela estava *pacificada*, sem tráfego. *“Eles não foram treinados, continuaram achando que estão no game. Daí morre. Tem que treinar os garotos pra fazer guerrilha urbana porque se eles não tiverem um treinamento de guerrilha urbana, eles vão morrer. E é o que está acontecendo”*. O morador acredita que pela falta de treinamento o policial fica atirando a esmo pela favela, e possuem péssima pontaria. *“Se eles tivessem feito o seguinte: olha a partir de hoje vocês vão ter um treinamento “x” até para saber manusear isso daqui (arma), proteger-se, atirar seria em última instância”*.

Para meu interlocutor, acontece uma espécie de naturalização da violência no Complexo do Alemão, pois os moradores estão habituados aos tiroteios. *“Porque o nosso morador do complexo sempre teve acostumado com tiros, a verdade é essa. Então o tiro come e ele está ali no barzinho jogando a carta dele, a mulher vai passando pelo meio da rua”*.

Loreto ainda destacou: *“Eles não têm a educação de sair para se proteger”*. Como os tiros se referem a um acontecimento corriqueiro, ele afirma que os moradores dizem: *“Ah isso não vai pegar em mim não”*.

Ainda conforme Loreto, a polícia fica “maluca” com essa situação, porque os moradores caminham tranquilamente em meio aos tiros cruzados e dispara duras críticas aos mesmos: *“Uma boa parte é por causa do treinamento deles sim e uma boa parte é culpa do morador que não liga pra isso aí. Então em qualquer comunidade, a bala come e você já encosta do lado de cá, não fica ninguém no meio da rua, aqui não.”* Quando eu pergunto se tem alguma diferença de tratamento entre o policial da UPP e para os outros policiais, ele responde de maneira enfática: *“Nenhuma! Eles deveriam ter uma relação melhor com os moradores, começando por um “bom dia, tudo bem? O policial é como se fosse uma sombra, um poste, o nego passa e nem olha na cara dele. É como se fosse uma figura inexpressiva”*.

Apesar de tudo, outros moradores do Complexo do Alemão com quem o pesquisador conversou relataram o tratamento dados pelos policiais da UPP é um pouco melhor em relação aos “policiais de antigamente”. Mas essa melhora de panorama não evita o incômodo que a vigilância e abordagem dos policiais causam no dia-a-dia. *“A vigilância causa muito incômodo, [...] não sabem fazer isso, não é deles. Você pode exercer a sua função de poder, sem precisar ser grosso. O cara já chega e fala: Documento! Mas cadê o seu bom dia?”*, disse Loreto.

A fala de Loreto aponta que existia uma expectativa no Complexo do Alemão de que a UPP representasse um modelo inovador de polícia, mas que isso não aconteceu, porque os policiais “não foram treinados de maneira adequada”. Assim, foi possível evidenciar também que existem dois discursos rivalizando na fala do Loreto que sintetizariam uma disputa entre o “ethos civilidade” e o “ethos guerreiro”: a) a UPP deveria ser uma polícia de proximidade, que diz “bom dia, como vai senhor”; b) o policial da UPP está em guerra e deve estar sempre alerta e não “vendo zap”. Assim, ao mesmo tempo que critica, o morador assume a “lógica da guerra” e utiliza tal perspectiva para julgar o policial.

Pedro <sup>23</sup> – morador da Favela Santa Marta – também relatou (em 2015) que os moradores reclamam da vigilância sistemática dos policiais da UPP Santa Marta. *“Às vezes os policiais revistam três vezes. Mas tem alguma coisa com o cara? Por que essa insistência? Por que tem a revista em uns e outros não”*. O fuzil é algo que causava incômodo também,

---

<sup>23</sup> Nome fictício, negro, 40 anos, Morador da Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2015.

Pedro disse que antigamente a arma ficava na mão do bandido, mas agora está com a polícia. “Só mudou, né!”, disse ele.

Eles cismam com “n” coisas. Vê um negro já acha que é bandido. Vê se você tá arrumado ou se tá sujo. Se está sujo, eles discriminam pela pobreza. Acham que roubou. Mas não, eu trabalho, tenho nota fiscal, viajo, trato com muita educação. Aprendi sempre assim, nunca bate de frente. Sempre “quebro” eles na educação, traz ele pra você (Pedro, morador da Favela Santa Marta. Pesquisa de Campo, 2015).

A vigilância sistemática não é feita somente com o olhar e a revista do policial, mas sim, com outros recursos tecnológicos. Segundo Fleury (2012), a política de segurança de ocupação militarizada se referiu a uma imposição de uma ordem ostensivamente armada, com vistas a intimidar qualquer possibilidade de retorno à desordem anterior, na vigência do domínio dos traficantes. Para atender esse objetivo foram instaladas câmeras de vigilância em vários pontos da Favela Santa Marta, o que contou com forte resistência inicial dos moradores devido a invasão de privacidade. Os moradores de favela, por sua vez, “retrucaram” e passaram também a filmar as ações policiais.

**Figura 10 – Imagem referente ao uso de celulares por parte de moradores e policiais no registro das cenas de conflito**



Policiais sendo fotografado pelos moradores e ao mesmo tempo fotografando.

Fonte: Menezes (2015)

Na imagem à esquerda da Figura 10, há a presença de aparelhos fotográficos, em que o policial fotografa a cena do crime e ao mesmo tempo é fotografado pelos moradores que acompanham atentamente a conduta do policial. Ao lado, na arte gráfica feita pelo cartunista Latuff, aparece um policial branco apontando a arma para um menino negro ajoelhado com as mãos nas costas. O policial se encontra paralisado observando a ação das oito câmeras de celular. Um detalhe interessante está no fato de uma das mãos da figura estar apontada para as pessoas que observam a abordagem policial. As duas imagens denotam acepção de Foucault (1987b) sobre a vigilância hierarquizada, pois a mesma se encontra em um feixe de relações em que os fiscais podem ser continuamente fiscalizados,

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que trás consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim, como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. (FOUCAULT, 1987b, p. 148).

Para Menezes (2015), desde as manifestações de julho de 2013 cresceu a relevância e o uso de sistemas e dispositivos de vigilância nas favelas *pacificadas*. Esses dispositivos além de propiciarem um controle mútuo e generalizado, promoveram como consequência um aumento nas formas de autocontrole. Assim, “a internalização da repressão na qual o ator, por antecipar a visibilidade de seus próprios atos a partir da captura do olhar do outro, remodela suas ações” (MENEZES, 2015, p.09).

As críticas com relação aos mecanismos de vigilância da UPP eram levadas por Pedro, morador da Favela Santa Marta, quando ele participava de reuniões periódicas com os policiais da UPP. Ele disse que os moradores falavam com ele, e posteriormente o mesmo relatava as reclamações ao comandante, “a gente tem a função de levar”, avalia ele, que praticamente exerce a função de um líder comunitário. Ele declara ser um “ativista”, fotografa episódios de violência policial, como também, participa de reuniões que congregam várias favelas do Rio e manifestações de rua. Por exemplo, logo após a morte do garoto Eduardo<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> A morte do garoto Eduardo Ferreira, de apenas 10 anos, pelos policiais da UPP causou grande comoção na favela e teve repercussão nacional. O policial que atirou no garoto não foi se quer indiciado. G 1 Rio. **Tiro que**

pelos policiais da UPP do Complexo do Alemão em 2015, ele foi até lá participar de um protesto junto aos moradores da favela da Zona Norte. Abaixo, Pedro descreve com exatidão o seu comportamento pró-ativo,

A gente participa das reuniões deles (dos policiais). É... eles também chamam a gente para participar da reunião deles. A gente chama eles para vim nas nossas. Eles têm que ouvir os problemas. E se tiver algum perrengue eu vou direto no comando lá dentro. Ligo para o comandante, tenho o telefone de todo mundo aqui. Do Robson, do comando central, da major Priscila, tenho telefone de geral. Se me der problema que tenho que resolver, eu ligo para central, que vai ter que resolver. A gente também não vai ficar aderindo os problemas dos outros. A gente sabe quem gosta de ficar sacaneando o policial, às vezes xingam o cara. Meu irmão, tô ali para ajudar morador, a gente vê a luta diária, a resistência, e tá sofrendo o abuso, abuso de poder, enfim, daí a gente vai lá defender. Reclama, qual é comandante? Pô. O cara ali, toda hora é revistado, ou senão, chega em um lugar e apenas revista um. Por que? Vai todo mundo então. Um dia um policial se excedeu demais e agora ele tá fora. Só pode ficar na UPP (sede) ou lá embaixo. Em uma reunião podemos por os policiais lá no meio pra ouvir a favela inteira, meu irmão, caraca! (Pedro. Morador da Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2015)

Ele também relatou que na Favela Santa Marta houve uma ocasião que um garoto recebeu um tiro na perna. Esse disparo teria sido feito com uma arma que é munida com “balas de efeito moral”, isto é, não causa o mesmo dano que as convencionais, mas provoca uma ferida imensa na pele. A favela se revoltou com o fato e expulsou o policial da favela a “base de tijoladas e pontapés”. Com a UPP, os moradores conseguiram minimamente tensionar as relações de poder de modo que a *pacificação* lhes fossem favorável, pois uma vez que um mesmo policial trabalhava em uma determinada localidade todos os dias, o morador conseguia identificá-lo e exercer certo tipo de “controle” sobre o ele. “Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual, toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta” (FOUCAULT, 2009, p. 248). Nesse sentido, quando os moradores de favela passaram a confrontar as arbitrariedades feitas pelos policiais, eles podem passar a ser denominados aquilo que Foucault (2008a) chama de “povo”,

O povo é aquele que se comporta em relação à gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a

---

**matou Eduardo é de PM, mas ninguém foi indiciado.** Reportagem, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/tiro-que-matou-eduardo-no-alemao-partiu-de-pm-mas-nenhum-e-indiciado.html>>. Acesso em: 11/09/2016 às 14:57.

população, como se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema. Na divisória população/povo, este último aparece como grupo “que resiste a regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe (FOUCAULT, 2008a, p. 56).

Além dos momentos reivindicação por parte dos moradores, outra questão relevante para se destacar na fala de Pedro é que o mesmo declarou exercer o papel de “mediador de conflitos”. Assim, quando observava um morador brigando com outro, ele buscava logo fazer uma intervenção. Pedro disse que chegou a ir à delegacia para defender um morador da favela, mas para isso ocorrer tem uma condição: “*ele não pode ser bandido*”.

Segundo Andrade (2013), essa separação, moradores trabalhadores/bandido vem sendo cada vez mais difundida pelo governo do Rio e pela mídia hegemônica. Anteriormente o traficante era tido como o homem dos “bons feitos”, aquele que resolvia o problema dos moradores, garantindo remédios, o gás, cesta básica e, por isso, era bem quisto e defendido pelos moradores. Entretanto, com o passar dos anos, os traficantes foram cada vez mais sendo “produzidos pela mídia e pelo Estado como homens cruéis, monstros, covardes, sem vínculo algum com a favela e responsáveis pelas mazelas do local, pelas incursões policiais violentas”. Muito embora os traficantes cometam uma série de ilicitudes, eles deveriam ser enquadrados apenas como parte do “problema favela” (ANDRADE, 2013, p.57). Desse modo, a percepção negativa em torno da delinquência favoreceu os mecanismos de controle das favelas cariocas. Contudo, pode-se destacar que as dinâmicas envolvendo os policiais e traficantes sofreram certas modificações com a *pacificação*, como será evidenciado a seguir.

## 1.7. Os policiais e traficantes nas favelas *pacificadas*

O bem-estar dos moradores de favelas notadamente está vinculado a ações desempenhadas por dois personagens: os policiais e os traficantes. Não se pode afirmar que o processo de *pacificação* reconfigurou totalmente as antigas práticas desenvolvidas pelos mesmos, contudo, foi possível notar algumas singularidades provenientes da ocupação armada de *territórios*.

Nesse prisma, a nova política de segurança pública instaurada formulou uma nova gramática relativa às funções do policial – como a do “pacificador”, categoria que não foi muito bem “digerida” pelos policiais que atuavam nas favelas. Cano (2012) destaca que muitos policiais que trabalhavam nas UPPs estavam insatisfeitos. A principal razão da lamentação é que muitos deles continuavam identificados com um ideal de polícia representado pela repressão aos criminosos, inclusive pelo “dinamismo e aventura” que o confronto armado proporciona. Fascinados pelo velho modelo de polícia – que continua atraindo interessados – o “policimento comunitário” era considerado como de *segunda classe*, um tipo de atividade que não poderia ser considerada *policimento verdadeiro*. O policial da UPP precisaria *deixar de ser policial*, em alguma medida, para desempenhar esse novo papel de “mediador de conflitos”. Em algumas entrevistas feitas por Cano (2002) com vários soldados, eles próprios encenaram o debate entre a visão tradicional, considerada dominante, e o modelo *pacificador*:

[Entrevistador: E como é que compara a situação aqui com trabalhar lá no (batalhão)?]

— É diferente lá o trabalho é policial militar mesmo, aqui é mais de policial pacificador, é diferente, a diferença é essa.

[Entrevistador: Qual é a diferença entre os dois?]

— O policial ele age como policial, ele faz, ele age, ele transforma, como é que eu vou te dizer? Ele resolve as ocorrências do jeito do policial militar, que aqui não. Aqui você tem que tentar pacificar, para agir da melhor forma possível pra ambas as partes ficarem satisfeitas (Soldado 1).

— A comunidade acha que a gente não é policial. ... Na UPP a gente finge que é polícia.

— Meu pai é PM e ele prefere isso aqui. [...] Todo mundo entra pra polícia pra trocar tiro e prender. Acham que isso aqui não é bem polícia, mas eu vejo que as ocorrências são iguais. [...] (Soldado 2).

— Porque o batalhão é mais trabalho de polícia, né. Tem um sistema melhor, uma liberdade pra se trabalhar. As pessoas te respeitam mais, na verdade. Aqui é muita política. Aqui, você não é tratado como polícia, aqui você é tratado como UPP. Eles nem te chamam de polícia, eles te chamam de “UPP”. Nós somos os UPPS. No batalhão, você tem um respeito maior, as pessoas te respeitam (Soldado 3) [...].

— Eles falam que é UPP, não chamam a gente de policial, é UPP, então você já vê que eles enxergam essa diferença.

[Entrevistador: Isso é bom ou é ruim?]

— Ruim, em partes, não totalmente, porque eles não respeitam, o respeito que eles têm por policiais de batalhões é bem diferente, eles acham que nós estamos aqui para ficar de guarda, como um soldado na guarita tomando conta de quem entra e de quem sai, só. E os da rua não, eles veem os policiais dos batalhões como policiais que combatem o crime, todos os tipos de delitos, e nós não, eles nos chamam aqui de enfeite.

[Entrevistador: É assim que as pessoas lhes veem?]

— Vi isso, mas, em compensação nós temos a proximidade, eles conseguem se aproximar mais da gente do que dos policiais do batalhão... (Soldado 4) (CANO, 2012, p.139-140).

Percebe-se então que o tipo de policiamento desempenhado nas UPPs provocou uma mudança nos sentidos sobre o que é ser um policial, gerou assim, uma espécie de “crise de identidade”. Um ponto importante a ressaltar-se é que o tipo de mediação de conflito feita nas favelas com UPP está imbricado com a questão de gênero. Conforme relato de Pedro, na Favela Santa Marta teve a existência de policiamento feminino feito à paisana. Uma policial percorria todos os becos e vielas da favela, ficando sempre à espreita. Ela tinha a função de resolver os conflitos, antes de sua possível expansão, sobretudo, as desavenças familiares. O morador afirmou que o trabalho desempenhado por essas policiais foi muito útil porque *“conflito é toda hora na favela. Tem muito. Mãe que bate em criança... Teve um caso em que o pai deu uma surra de sandália e o pai foi preso. Ele teve que ir lá depor e voltou no final do dia, pra você ver: são os tempos modernos”* (Pedro).

De acordo com Denari (2015), existe uma cisão na função exercida pelo policiamento masculino e feminino que é histórica nos agrupamentos militares. O trabalho de vigilância ostensiva, marcado pela atuação nas ruas, com patrulhas, flagrantes e denúncias, como também, o “policiamento comunitário” são desenvolvidos por homens, enquanto as atividades administrativas, de inteligência e comunicação social são delegadas para as policiais femininas.

O fato de as policiais femininas executarem ações de prevenção do conflito pode ser analisado em dois prismas. No primeiro, deve-se destacar a resolução de conflitos de forma

que não descambe em ações de violência exacerbada. Por outro lado, tal repartição funcional em virtude do gênero denota que existe uma hierarquia valorativa, que aloca a mulher em uma posição de desprestígio em relação aos homens, supondo que as mesmas estariam inaptas para *ações de combate*.

A página oficial da UPP exalta o fato dessa política de segurança ter tido comandantes mulheres. A primeira comandante da Favela Santa Marta foi a major Priscila Azevedo. Ela assumiu a missão de controlar a UPP Santa Marta em 2008. Em 2015, Tatiana Lima foi segunda mulher a comandar uma equipe de policiais militares. Na página da UPP, observou-se o destaque dado a fala de uma moradora da Favela Santa Marta, que ressaltou a importância da presença feminina na UPP: *“Os outros comandantes também nos ajudaram muito. A presença de uma mulher na UPP facilita a comunicação entre a gente”*, disse a moradora (UPP-RJ, 2015).

Mas a partir do momento em os “homens de farda” tomam atitudes mais incisivas, os problemas começam a aparecer. Manuel <sup>25</sup>, natural de Belo Horizonte e morador do Pavão Pavãozinho, possui um estilo bem “descolado”, com uma pequena trança que sai do centro da cabeça e desce até ao pescoço, costuma locomover-se da favela até o trabalho de *skate* e usar camisetas com temas africanos. Ele confidenciou ao pesquisador (em 2015) que vez ou outra levava um “esculacho” dos policiais da UPP, que o revistavam de forma invasiva, “cutucando por tudo”. Em uma das oportunidades o policial tirou o dinheiro de sua carteira e balançou o mesmo em frente ao seu rosto e indagou-o: *“De quem é esse dinheiro aqui? Acho que agora é meu. Não é mesmo?”*. Assim, a truculência promovida por policiais da UPP provocou por parte de alguns moradores certo saudosismo do período em que a favela era dominada somente pelos traficantes,

Na realidade eu prefiro o traficante do que isso aí (polícia da UPP), porque eles são meio que covardes, porque quando vem um grupo assim descendo eles já querem fazer covardia. Eu sou nascido e criado na comunidade, nunca aconteceu isso, sempre respeitaram, podia deixar a porta aberta. Eu saía e voltava e deixava a porta aberta, agora com eles não, tem que fechar. É ao contrário, antes era melhor. (Morador da Favela Santa Marta, negro, 34 anos/ Pesquisa de campo, 2016).

Conforme Ganem Misse (2014), ao mesmo tempo em que a UPP – juntamente com outras políticas – produziram um decréscimo na taxa de homicídios em várias favelas do

---

<sup>25</sup> Nome fictício, branco, 25 anos. Pesquisa de campo, 2015),

município, a maior presença policial também fez com que ações como o “esculacho” (violência policial) se tornassem mais assíduas. “Em virtude de boa parte desses incidentes ocorrerem à noite e os policiais agressores retirarem seus nomes (identificação) das fardas, muitos capitães de UPPs” alegavam não conseguirem apurar de fato as denúncias por falta de informações (GANEM MISSE, 2014, p. 695).

Para Loreto, morador do Complexo do Alemão, essa conduta policial tem a ver com a falta de treinamento adequado dos policiais que vão trabalhar nas UPPs, porém, enfatiza que a má condição de trabalho não serve de desculpa para o “esculacho” e muito menos para corrupção policial,

(Sobre os policiais da UPP) O que? Eles fazem número. Ah fala sério. Eu sou suspeito pra falar essas coisas porque não existe isso. De repente acho que colocaram para inglês ver. Porque não foi dado treinamento, se tivesse dado treinamento não teriam problemas maiores, infelizmente. E como Beltrame diz, estamos enxugando o gelo. É exatamente. Eu não vou dizer que em São Paulo é diferente não. Todo Brasil é assim. O policial é mal servido, mal informado, mal treinado e mal municado... pagam o suficiente e não é desculpa pra se corromper e se isso acontece é porque de cima para baixo não fiscalizam. Quanto tu ganha? Mil, como é que tu tem um carro de 100 mil? Não pode, tem alguma coisa errada. Eu ganho mil. Pensa, não tem como. Mas como você já tem os poderes de cima pra baixo uma bagunça generalizada, como você vai chegar lá em baixo no Zé povinho querendo que as coisas funcionem. Ah você é o Che Guevara, o revolucionário? Acho que sim cara, porque com o sistema que está aí. Tá bravo. (Loreto, morador do Complexo do Alemão, Pesquisa de Campo 2016).

Ensejando essa perspectiva, um professor de ensino médio<sup>26</sup> – da Favela Santa Marta – que já deu aula em diversas escolas do Rio de Janeiro, relatou que muitos de seus alunos querem ser policiais. Mas eles não estão interessados nos baixos salários da polícia, mas sim, nas *ilegalidades lucrativas* que podem desenvolver durante a atividade policial. Eles acreditam que após conseguirem entrar na polícia poderão obter dinheiro de diversas formas.

Na realidade, o que esses alunos pretendem é buscar uma inserção no que Misse (2002) chama de “economia da corrupção” para fazerem uso das “mercadorias políticas”, isto é, recursos políticos expropriados do Estado e que são privatizados pelos agentes que as ofertam,

Entretanto, existe um outro mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo

---

<sup>26</sup> A entrevista com esse professor foi realizada em 2015.

monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, ganha a autonomia de uma negociação política, algo como um mercado de regateio que passa a depender não apenas das leis de todo mercado, mas de avaliações estratégias de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho chamá-los de “mercadorias políticas” (MISSE, 2002, p.05).

Alguns policiais aceitam dinheiro dos traficantes para fazer “vista grossa” e outros querem simplesmente matar. Essa é a visão de um morador do Pavão-Pavãozinho: “*Não é que eles negociam, não é todo “plantão”<sup>27</sup> que aceita dinheiro, tem “plantão” que quer dar tiro. Então, tem uns que gostam de dar tiro mesmo*”.<sup>28</sup> Para Machado da Silva (2015), a possível “identificação de uma retomada da tradicional corrupção policial – popularmente explicada como decorrente do costumeiro ajustamento das orientações tradicionais dos agentes às regras formais de atuação” – desqualificou, em certa medida, as intenções de reforma do policiamento, da qual as UPPs seriam um tipo de ponta de lança na visão de seus formuladores e defensores (MACHADO DA SILVA, 2015, p.16).

Em outra perspectiva, Cano (2012) afirma que o projeto de *pacificação* conviveu com baixos níveis de legitimidade interna na polícia. Apesar dos comandantes locais estarem todos afinados com a nova visão doutrinária, pois muitos deles avaliaram a iniciativa como uma grande oportunidade de mudança estratégica para a PM, as praças se mostraram muito reticentes. A maioria dos policiais preferia trabalhar em batalhões convencionais. As razões eram muitas, entre elas, pode-se destacar: “a dureza do trabalho de patrulhamento constante a pé em locais íngremes, o deslocamento adicional desde (o local de origem) até o batalhão da área no início e no fim da jornada, as deficiências na infraestrutura em muitas das sedes, local de trabalho longe da sua moradia” e problemas relativos à gratificação de baixo valor (CANO, 2012, p. 182).

Soares (2011) salienta que os policiais trabalhavam muitas vezes em condições sub-humanas em virtude da falta de estrutura adequada de muitas UPPs. Ao menos 24 das 38 UPPs possuíam estruturas de contêiner. O espaço não costumava ser destinado apenas a sedes administrativas, mas também, serviam como alojamento, um espaço de descanso dos agentes que trabalhavam em plantões de 24 horas. Além do contêiner provocar um calor ainda maior

---

<sup>27</sup> Plantão é a gíria referente ao policial da UPP.

<sup>28</sup> Morador do Pavão-Pavãozinho, negro, 62 anos, Pesquisa de campo, 2016.

do que as bases com alvenaria, existiram problemas com aparelhos de ar condicionados quebrados.<sup>29</sup>

Mesmo com todos os desafios que enfrentavam, os policiais da UPP tiveram a missão de combater o tráfico de drogas nas favelas em que atuavam. Contudo, antes de evidenciar as ações dos traficantes nos *territórios pacificados* é importante destacar brevemente o processo histórico referente à formação do chamado “crime organizado”. Misse (2011) afirma que as principais organizações criminosas do tráfico a varejo no Rio de Janeiro surgiram dentro do sistema penitenciário durante a ditadura militar. Assim, a partir de 1968, organizações de esquerda que lutaram contra ditadura, aderiram a práticas mais contundentes – como, por exemplo, confrontos armados – e o assalto a bancos passou a ser uma das formas de arrecadação de recursos para lutar contra o governo vigente. Em 1969, o regime militar sancionou a Lei de Segurança Nacional, considerando comuns os crimes cometidos pelos militantes de esquerda. “Desse modo, militantes políticos e assaltantes de bancos comuns conviveram, sob a mesma lei, até a sua revogação mais de dez anos depois” (MISSE, 2011, p. 18).

Nesse período, os presos políticos organizaram-se dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro para reivindicar alguns direitos que lhes estavam sendo negados. A relativa vitória em suas reivindicações, na primeira metade dos anos 1970, criou um efeito de demonstração para os assaltantes de banco comuns, chamados entre os criminosos em geral pela alcunha de “os lei de segurança”. Eles também resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário. Por isso, e pelo fato de alguns de seus líderes considerarem-se também de esquerda (embora não reconhecidos assim pelos presos políticos), passaram a designar-se primeiramente como “Falange Vermelha” e, depois, pela imprensa, como “Comando Vermelho” (CV), o nome que finalmente prevaleceu. O primeiro relatório de um Diretor de presídio aludindo à organização que se formava no sistema penitenciário foi apresentado ao governo em 1979. Dizia que essa organização era formada pelos que tinham sido condenados por terem formado quadrilhas para assaltar bancos. Como em 1979 os presos políticos, também condenados pela mesma lei, obtiveram anistia política, criou-se um ambiente de revolta entre os “lei de Segurança”, que formavam o Comando Vermelho, por considerarem-se abandonados em seus direitos, já que a anistia não os alcançou. Seu lema, então, era: “Paz, Justiça e Liberdade”. (MISSE, 2011, p. 18).

---

<sup>29</sup> Na UPP do Vidigal – situada na zona Sul do Rio – por exemplo, duas das quatro bases ainda são formadas por contêiner e lá eles trabalham com aparelhos de ar condicionado que não funcionam há meses. “Há mais de um ano não consertam os aparelhos quebrados. O pior é quanto tiramos serviço por 24 horas e temos direito a seis horas de descanso. Como descansar dentro de um contêiner quente e onde só cabem dois colchões? As condições de alojamento são péssimas”, disse um policial (UOL, 2015).

Desse modo, a partir do momento em que ocorreu a queda do preço da cocaína no mercado latino-americano – em virtude da entrada da Colômbia na produção desse produto – os antigos pontos de venda de *cannabis* nas favelas do Rio foram tomados por membros do Comando Vermelho (CV) e fortalecidos para a venda de cocaína. Assim, entre 1982 e 1985 consolidou-se um modelo de organização interligando em rede as quadrilhas atuantes no varejo, com base na proteção oferecida pelo CV dentro do sistema penitenciário. Desde então, criou-se um modelo desenvolvido de uma organização dentro do sistema penitenciário que é dividido em dois setores, um “intramuros” e outro “extramuros” (MISSE, 2011).

Dentro desse sistema, os vários “donos” (presos ou não) comandam o varejo em uma ou mais favelas no Rio, com relativa autonomia em relação aos dirigentes do CV, sendo que os mesmos não possuem qualquer vínculo organizacional com os fornecedores da droga no atacado. Em suma, no Rio de Janeiro, há três redes de quadrilhas, chamadas “comandos” ou facções, que disputam entre si o controle de *territórios* nas favelas e conjuntos habitacionais da cidade: “o “Comando Vermelho”, o mais antigo; o “Terceiro Comando” e os “Amigos dos Amigos”. Essas redes de quadrilhas operam a partir do sistema penitenciário, em que mantém, cada uma, a oferta de proteção aos presos que ali chegam” (MISSE, 2011, p. 20).

Entretanto, todo esse comércio varejista de drogas ilícitas não foi dissipado com a *pacificação*, porém, reconfigurado (isso foi possível de ser notado, sobretudo, no início dessa política de segurança). A exigência de discrição influenciou o comércio feito com a proteção de armas pesadas (como fuzis AR-15 e 7.62), que diminuiu a demanda por esse tipo de armamento, acarretou assim, uma maior capilarização do comércio de drogas para o “asfalto”. “É indubitável que do ponto de vista dos moradores, esse fato gera certa tranquilidade ou, pelo menos, diminui a tal sensação de insegurança provocada pela convivência diária com adolescentes armados de fuzis” (BRITO, 2013, p.108). Zaluar (2012) salienta que as UPPs não foram projetadas para acabar com o tráfico de drogas, mas para acabar com as práticas violentas que rondavam o comércio de drogas.

Menezes (2015) afirma que em um primeiro momento, após a ocupação policial da Favela Santa Marta, alguns traficantes (que atuavam em postos relevantes da hierarquia do tráfico) deixaram o local temporariamente e os que ficaram não buscavam ter enfrentamento com polícia. As vendas de drogas chegaram a ser interrompidas por um momento, porém, logo em seguida, passaram a ocorrer de modo muito discreto. Em virtude de perceberem a superioridade do poder armado do Estado, e em um primeiro momento não poderem negociar

o “arrego” (pagamento) com os policiais, eles passaram a mapear os caminhos por onde os policiais da UPP percorriam e traçaram estratégias para venda de drogas de modo que não fossem pegos.

Assim, a força “sedentarizante” do fuzil deu lugar à observação atenta dos olheiros e à comunicação “flexibilizante” dos celulares e radinhos usados para monitorar os fluxos de circulação pelo *território*. E, desse modo, os mecanismos de monitoramento passaram a ganhar centralidade na atuação cotidiana dos traficantes nas favelas “pacificadas” (...) Sugiro que a lógica do “tá tudo dominado” que guiava a atuação dos traficantes no período pré-UPP deu lugar à lógica do “tá tudo monitorado” do contexto pós-“pacificação”. Isso porque após a inauguração das UPPs os traficantes entenderam que não podiam mais ter – e, em certo sentido, não precisavam – o domínio do *território* para continuar a venda de suas mercadorias. Contudo, eles tiveram, para isso, que transformar suas condições de existência para continuar subsistindo no novo ambiente pós-UPPs (MENEZES, 2015, p. 14).

Ainda conforme Menezes (2015), nessa nova perspectiva, o “ideal de traficante” deixou de ser somente pautado pela valorização da disposição para o “embate letal” passando a ser também avaliado, em grande medida, por sua capacidade de manter-se “na atividade”, monitorando tudo que acontece ao seu redor.

Porém, essa lógica de não embate letal na Favela Santa Marta, não foi seguida pelos traficantes do Complexo do Alemão, local em que os confrontos entre policiais e traficantes quase sempre foram frequentes. Loreto (2016) classifica os embates como algo que beira a “*irracionalidade. Porque todos os países têm drogas, em todos os lugares têm drogas, o usuário de droga sabe que precisa daquilo ali e ele só não quer encontrar arma na cara dele. Só que a cabeça do pessoal aqui é diferente*”.

Eles (traficantes) não conseguem entender que aquilo ali é um comércio ilegal. E que é um comércio porra! Se ele entender que é um comércio... Mas há não vou vender droga pra você porque torce para o Flamengo. Porra, você não tá querendo vender, não? Não existe isso, ah eu sou CCP, PCC, não existe isso, você tem que vender o seu negócio, no dia que eu souber administrar isso, vai bem e em todos os países desenvolvidos é assim, administraram isso. Você não quer comprar? Então eu vou vender. Só isso e nada mais. No dia que conseguirem fazer isso toda essa comunidade será um mar de rosas. Não há necessidade de se ostentar nada, eu quero fazer a minha venda. Aí você pega um poder maior, que toma e vai coagindo ali na frente. É uma bagunça (Loreto, morador do Complexo do Alemão. Pesquisa de campo, junho, 2016).

É possível perceber que nos “territórios pacificados” os traficantes operaram em duas lógicas de ação, a primeira seria: a) o “campo minado”, nessa perspectiva os traficantes passaram a mapear os trajetos feitos pelos policiais e passaram a calcular e antecipar os riscos de um possível confronto, sendo que os moradores passaram a ter a sensação de sempre estarem “pisando em ovos”, em que um passo mal dado podia ser fatal. Com isso, moradores não quiseram ter contato com os policiais da UPP, nem ofereciam água, pois tinham medo de serem vistos como delatores pelos traficantes, como também, não conversavam com os traficantes com medo de serem vistos como bandidos pelos policiais.<sup>30</sup>; b) “fogo cruzado”, nessa lógica a favela virava um campo de guerra em que tiros eram disparados tanto por traficantes quanto por policiais e a população ficava exposta a uma situação desesperadora (MENEZES, 2015, ZALUAR, 2014).

Outra questão latente que envolveu o embate entre policiais e traficantes se refere à disputa que ocorreu no campo simbólico. Conforme Carvalho (2013), durante a sua pesquisa etnográfica na Favela do Borel, ela avistou algumas inscrições da sigla UPP pintadas na cor azul nos muros da localidade. As pinturas nas paredes das favelas cariocas são utilizadas, em grande medida, por diferentes facções criminosas para deixar “recados” aos inimigos de outros grupos, como também, apenas para determinar o perímetro de dominação de determinada região. Já quando a mesma estratégia é utilizada em referência à polícia, tendo em vista a inscrição UPP da mesma cor da corporação, a interpretação que se pode fazer é a seguinte: que UPP estava comunicando os moradores que agora quem domina o espaço é a polícia. Entretanto, a UPP ou quem quer que tenha realizado a pintura na parede, abriu espaço para outros tipos de intervenções. Assim, na parede em questão, em cima da pintura que se refere à UPP foi sobreposto as siglas do Comando Vermelho (ver Figura 11).

---

<sup>30</sup> Aliás, a não exibição de armas, carros de luxos e joias por parte dos traficantes com objetivos de não chamarem a atenção, têm fragilizado a afirmação da masculinidade dos mesmos, sendo que era justamente com esse instrumental que eles atraíam mulheres e jovens soldados (MENEZES, 2015).

**Figura 11 – UPP versus Comando Vermelho**



Fonte: Carvalho (2013).

O que a imagem sugere é que estava em curso “uma possível disputa, a partir de elementos simbólicos, entre diferentes forças que buscam dominar aquele espaço” (CARVALHO, 2013, p. 298). Destarte os embates entre o comando do tráfico armado e a UPP, notou-se também, que o processo *pacificação* envolveu uma reconfiguração da conduta dos moradores, como poderá ser observado na próxima seção.

## 1.8. UPP e a gestão da vida: Da formalização do território à instauração da “pedagogia civilizatória”.

Uma questão que chamou atenção em algumas favelas do Rio se reporta ao fato da chegada das UPPs instituírem uma espécie de “formalização do território”. O papel de controle policial nas favelas transcendeu as ações que comumente são exercidas pelos mesmos no “asfalto”, um exemplo claro disso se refere à rígida regulação do *funk* nas favelas. Não bastava os organizadores terem autorizações da prefeitura e do corpo de bombeiros, tornou-se preciso a anuência da UPP. Enquanto os *shows* que envolviam o ritmo do forró transcorriam sem maiores problemas, os bailes *funks* apresentavam restrições, pois na visão dos policiais eles possuíam ligações estreitas com criminosos, além de serem vistos como propagadores de tumulto e desordem.

Pedro afirmou que na Favela Santa Marta ocorreu um forte embate dos moradores com os policiais em virtude da proibição dos bailes *funk*. “*Eles queriam bloquear a cultura local. A favela vive de cultura. Se você bloquear o funk, (...) vai dar problema. Vai ter conflito toda hora, porque ninguém vai ouvir pagode. O funk também é cultura.*”. Pedro acredita que os policiais de áreas *pacificadas*, antes de entrarem nesses *territórios*, deveriam participar de cursos sobre as favelas para que os mesmos tivessem a condição de assimilar a cultura local.

Conforme Cano (2012), nas áreas que possuíam UPP, os jovens foram os que mais apresentavam atrito com os policiais, entre outras coisas, em virtude da função reguladora que estes últimos exerciam sobre as atividades de lazer, isto é, sobre o volume do som e sobre os bailes. Em particular o *funk* – alvo histórico da repressão dos aparatos de segurança – costumou ser proibido com base em uma resolução da Secretaria de Segurança que impôs requisitos inviáveis para eventos de pequeno ou médio porte.

Dessa forma, os policiais, como eles mesmos reconhecem, acabam exercendo uma discricionariedade que favorece outras músicas e discrimina o *funk*. Em relação ao volume do som, acontecem dois conflitos em um. O primeiro se dá entre a lei formal (‘Lei do Silêncio’) e o costume da favela. A lei formal nunca foi aplicada na favela e também não é aplicada sistematicamente no resto da cidade, razão pela qual os jovens das comunidades consideram esta intervenção como uma arbitrariedade. O segundo conflito é intracomunitário, entre os vizinhos que desejam sossego e os jovens que querem badalação e, portanto, deveria ser resolvido pela própria comunidade. Em algumas UPPs se desenvolveu um processo de negociação sobre os horários do som, mas em muitas outras, a polícia não consegue sair do papel de

regulador autoritário, tomando as decisões em exclusiva e carregando com todo o ônus da intervenção (Cano, 2012, p. 18).

Na Favela Santa Marta, os bailes *funks* aconteciam na quadra da escola de samba. No início do processo de *pacificação*, os policiais adentravam nesse recinto e “paravam tudo”. Porém, com o tempo, eles foram liberando aos poucos, mesmo com algumas ressalvas. Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, o Mc Leonardo, músico da favela da Rocinha, afirma que a perseguição ao *funk* tem viés classista e racista, e sua reprovação social não se reporta tanto ao conteúdo das letras, o problema reside nas pessoas que proclamam as mesmas. Algo que chama atenção em sua fala é que “o *funk* é democrático e, por isso, perigoso” (DIPLOMATIQUE, 2011).

As festividades representam “espaços de liberdade” que já existiam nas favelas antes das UPPs, e entraram em embate com os enunciados que atribuem à polícia o mérito pela suposta libertação. As confraternizações dos moradores também ameaçavam o que Andrade (2013) chama de “mito da felicidade UPP”, que vincula a UPP ao resgate da alegria do *favelado*, como se antes da implantação dessa política de segurança a favela vivesse em um panorama de irrestrita tristeza. Conforme a autora, os bailes e as festas foram consideradas pelos policiais como “coisas que escapam” e que deveriam ser contidas, evitavam assim, que as pessoas se agrupassem e se interagissem por conta própria.

Nessa perspectiva, a regulação das festas pode propiciar momentos de muita tensão. Na reportagem publicada no dia 30 de outubro de 2017, no jornal *O Globo*, foi destacada a ação violenta dos policiais do BOPE durante uma operação na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana. O periódico afirmou que os policiais encerraram uma festa de pagode que acontecia na Rua Euclides da Rocha de maneira extremamente brutal, inclusive empregando práticas de tortura. Moradores relataram na publicação que os agentes chegaram “espancando e atirando em quem eles viam pela frente”. O resultado dessa ação fez com que duas pessoas fossem baleadas, uma na barriga e outra no pescoço. Além disso, os policiais do BOPE também tiveram a crueldade de esmagar um cachorro com um veículo blindado, o que provocou grande revolta por parte dos moradores. Uma das participantes da festa narrou com precisão o momento de terror vivido (O GLOBO, 2017).

Havia mais de 200 pessoas na festa, incluindo mulheres e crianças, no momento em que os policiais do Bope chegaram atirando. Elas foram chamadas de piranhas, por

estarem na rua aquela hora da noite. Isso é uma coisa que se faça? A quem devemos recorrer? Bateram muito, até em crianças. Meu filho de 15 anos estava na festa e me ligou chorando. A sorte dele foi que procurou refúgio na casa de uma moradora amiga. Mesmo assim os policiais ameaçaram invadir casas. Quem correu para dentro das lojas se deu mal. Eles entraram e bateram muito em todos. Corri para lá para proteger meu filho (O GLOBO, 30/10/ 2017).

O fato curioso dessa ação é que os moradores se reuniram com o capitão Aslan Santos Orrico, o então comandante da UPP local, para denunciar os casos de agressão que sofreram. Desse modo, a UPP, apesar de exercer uma missão disciplinar e civilizadora, passou a ser vista como uma espécie de “socorro” para os moradores diante da brutalidade empregada pelos policiais do BOPE. A ação violenta de determinados agentes públicos provocou a demanda por outros, mesmo que o viés disciplinar fosse um imperativo.

Por motivos óbvios, a ampliação do mandato policial representou a ampliação do poder de polícia, “cuja natureza política é, por definição, restritiva e invasiva às liberdades e as garantias individuais e coletivas. Assim, ao se estender as atribuições policiais vai-se ampliando, inevitavelmente, a capacidade de controle e intromissão sobre os direitos civis” (MUNIZ, MELLO, 2015, p.55). Para Leite (2015), além da “formalização de territórios”, as UPPs buscaram instituir a normalização dos *territórios* ocupados por meio de uma nova “pedagogia civilizatória” focada na aproximação, como também, no desenvolvimento de trabalho social junto a jovens e crianças e uma interferência nas organizações de base das favelas. Desde o início do projeto, o segmento infanto-juvenil despertou grande atenção do comando das UPPs, por ser classificado como o mais suscetível à identificação com os traficantes locais.

Nessa perspectiva, nos anos iniciais do programa foram realizados pelo governo do Rio, eventos musicais e esportivos nas localidades *pacificadas* com o objetivo de dar visibilidade a situações de integração social de jovens moradores de favelas que antes da *pacificação* sofriam com o domínio armado de traficantes. Assim, é possível destacar diversas iniciativas, como: o ensino de artes marciais pelos policiais (ver Figura 12) e os Torneios da *Pacificação*, organizados pelo BOPE com o intuito de integrar as favelas por meio do esporte. (CUNHA, 2015). Como apontou um dos moradores entrevistados na Favela Santa Marta, as ações sociais desenvolvidas pelo UPP fizeram com que pessoas passassem a enxergar os policiais com “outros olhos”,

Com a *pacificação* do Santa Marta já se começa a ver o policial com outros olhos. Ele (o filho do morador) já fez karatê na UPP, foi a passeios que a UPP organizou. Antigamente isso era impossível de acontecer. Era mesma coisa de morder e assoprar. Eles vinham, matavam e depois queriam negociar. Hoje em dia, tem um diálogo diferente. O grande ganho deles será fazer um trabalho por gerações. Não vão mudar a cabeça da hora pra outra de ninguém. Ainda mais de adulto, criança vai ser mais fácil, porque vai ser trabalhada em relação a isso (Morador Favela Santa Marta, 36 anos. Pesquisa de Campo, 2015).

Em contrapartida, Isabela<sup>31</sup> – também moradora do Santa Marta – desaprovou a coordenação de projetos sociais por parte de policiais, já que ela acredita que outras instituições estatais deveriam desenvolver essas ações. Ela afirma ser surreal o fato dos policiais “matarem os jovens da favela” e posteriormente, por meio de projetos sociais dizerem “vem cá bonitinho” para atraí-los,

Eu não quero meu filho no “Social da polícia”, porque é essa polícia que mata o nosso jovem. Isso é muito louco, os malucos vêm... Pelo amor de Deus! É muito jovem que diz assim (para o policial): “Tio, não quero”. Eles fazem o c\*\*\*\*e dentro da favela e agora dizem: “*vem cá bonitinho*”. Isso é maluco, não faz sentido, só que acontece. O morador que faz um questionamento de maneira profunda tá pensando nisso em uma outra perspectiva. Daí o governo assumindo para si que trouxe a paz para gente, *Hello!*? Eles são um inferno aqui dentro, então como assim, você comprar esses discursos, sem nem ao menos dizer pera aí, o que está acontecendo? É complicado, entendeu? Eu tenho essa sensibilidade de estar questionando o que tem por trás (Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017).

Os programas educativos desenvolvidos pelos policiais da UPP remetem ao que Foucault (2008a) chama de Biro de Polícia. O filósofo francês afirma que durante o “Estado de Polícia”, o Biro de Polícia tinha como encargo a instrução de crianças e jovens. No Biro de Polícia, eles deveriam dizer que ocupação desejariam ter na vida, não importando qual a função exerceria, sendo que as crianças prioritariamente deveriam aprender “as letras” e como manusear as armas com o objetivo de proteger o reino. Aqueles que, por acaso, não quisessem inscrever-se no Biro de Polícia, “não deveriam sequer ser tidos como cidadãos, mas deveriam ser considerados rebotalho do povo, vadios, sem honra” (FOUCAULT, 2008a, p. 430). Tal acepção de Foucault (2008a) torna possível indicar que o destino dos jovens que não desejassem participar dos programas educativos desenvolvidos pelos policiais da UPP seria preocupante, pois se eles não “abraçassem” as oportunidades oferecidas pelos policiais, um desfecho trágico de suas vidas “estaria mais do que justificado”.

---

<sup>31</sup> Nome fictício, moradora da Favela Santa Marta, negra, 40 anos. Pesquisa de campo, 2017.

**Figura 12- Policiais da UPP e crianças da Favela Santa Marta**



Policiais ensinam aulas de Defesa pessoal para as crianças da Favela Santa Marta

Fonte: UPP/RJ (2017).

O engajamento de policiais militares em projetos sociais produziu uma condição que revela uma série de articulações possíveis entre o “repertório da guerra” e o “repertório do social” no contexto das favelas *pacificadas*. A depender das situações, os atores transitaram entre os diferentes papéis, como por exemplo: policiais, professores, agentes sociais, alunos, suspeitos, potenciais inimigos, informantes. A mobilização simultânea desses diferentes repertórios fizeram com que as interações cotidianas se tornassem ainda mais imprevisíveis, já que não seria “tão simples reconhecer quando prevalecerão os códigos de um repertório ou de outro” (TEXEIRA, 2015, p. 94).

Luana Motta (2017) avalia que “o social” e os projetos sociais têm se constituído em uma estratégia para prevenir a violência de forma complementar à segurança, como também, mais um modo de se produzir segurança pública. Nesse prisma, o *social* e a intervenção no *social* não seriam uma alternativa ou oposição à segurança pública, “ao contrário, mas uma

forma mais virtuosa de produzir ordem, incidir na violência por meio da transformação dos corpos, dos comportamentos, das famílias e dos gostos daqueles considerados *vulneráveis*.” (MOTTA, 2017, p.244). Alba Zaluar (2014) acredita que esse tipo de atividade pode provocar desconforto dos dois lados, pois os policiais acham que os programas socioeducativos destinados aos jovens não são tarefas a serem exercidas por policiais. E para população, tais programas tenderiam a “aplicar as regras hierárquicas e de disciplina vigentes na PM ao ensino do esporte” (ZALUAR, 2014, p. 10).

Para Alves e Evanson (2012), esse comportamento da polícia possuía um viés estratégico, os autores comparam atuação dos policiais da UPP com a dos soldados norte-americanos durante a Guerra do Vietnã, que após a implantação das “vilas de pacificação” nos *territórios* dominados – e que sofriam de vigilância permanente – desenvolviam diversos projetos sociais. Tal ação representaria um processo de “conquista de corações e mentes”, para que assim, a administração armada da vida social ficasse mais “palatável” às populações que ficam sob seu controle.

Mas “conquistar o coração e mentes” dos moradores exigiu uma reatualização constante dos dispositivos de segurança. A Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) realizou bailes de debutantes em que os agentes da polícia *pacificadora* foram transformados em “príncipes encantados” (ver Figura 13). Os eventos ocorreram do Salão Nobre do Fluminense Football Club e para participar do festejo as debutantes eram obrigadas a passar por um processo seletivo, que consistiu em escrever uma redação respondendo a seguinte questão: “Com a chegada da UPP, o que mudou em sua comunidade e o que você espera de positivo para os próximos anos”. As vagas eram restritas a uma pretendente por favela *pacificada*. As debutantes que passavam na seleção participavam de um baile de gala e dançavam a primeira valsa com os comandantes das UPPs do Estado do Rio de Janeiro (UPP/RJ, 2015). Para o major Ivan Blaz, então superintendente de Comunicação Estratégica da CPP, os policiais que trabalhavam na UPP eram “os grandes sacerdotes desse projeto” e foram iluminados ao proporem essa ideia (UPP/RJ, 2017). Conforme o então secretário de segurança do Rio, José Beltrame, o evento “não é só uma festa, é uma forma de mostrar novas perspectivas a esses jovens” (EXTRA ON LINE, 2012).

**Figura 13 – Beltrame e a debutante**



Fonte: Extra (2012).

A incursão *pacífica* e permanente dos agentes de segurança pelas ruas, becos e vielas das favelas, voltou-se a procura do consentimento da coletividade, antes invadida por policiais e criminosos (MUNIZ, MELLO, 2015). O que estava em questão ao se analisar as nuances da pedagogia civilizatória instituída pelas UPPs (LEITE, 2015), não é destacar a motivação do policial em participar de ações junto a favela, mas sim, como bem salienta Andrade (2013), evidenciar que o que estava em jogo ao se transformar o “policial matador” no “professor bonzinho” ou no “príncipe encantado” era que tais ações buscaram desvincular a polícia do seu histórico de repressão e matança, abrindo assim, os caminhos para a promoção e solicitação desse tipo de gestão da vida por parte dos moradores.

Contudo, com a grave crise econômica que o Brasil e sobretudo, o Estado do Rio de Janeiro sofre nos últimos anos, houve um redimensionamento da atuação dos mecanismos de segurança, já que a partir do início de 2018, os policiais militares das UPPs passaram a fazer o policiamento do entorno dos *territórios* em que estão baseados, em parceria com o batalhão das respectivas áreas de atuação. O então secretário estadual de Segurança, Roberto de Sá afirmou que as UPPs iriam continuar e que a medida indicava apenas um “redimensionamento do programa”. “Não acho que a UPP fracassou. Ela pode ter sofrido um abalo como toda a área de segurança está sofrendo no Brasil inteiro” (UOL NOTÍCIAS, 2018).

Mas essa afirmação do governo do Estado de que *pacificação* continua não corresponde com a realidade das favelas. “A *pacificação* acabou. Por causa da crise do Estado. Só ficam 20 policiais dentro da sede da UPP. De vez em quando eles saem de lá trocam tiros com os traficantes. Agora toda hora tem tiroteio aqui” relatou Carambola, morador da Favela Santa Marta (Pesquisa de campo, janeiro/2018).

Se, por um lado, teve-se a derrocada do projeto de *pacificação*, por outro, novos mecanismos de segurança foram desenvolvidos pelos aparelhos de poder. Durante o carnaval de 2018, a Rede Globo de Televisão noticiou de maneira exacerbada roubos e arrastões ocorridos na Zona Sul do Rio. Embora a insegurança na cidade seja algo real, a representação do Rio de Janeiro enquanto “cidade do caos” serviu de base para aplicação de medidas contundentes na área da segurança pública. No dia 21 de fevereiro de 2018 o Senado aprovou – com anterior chancela da Câmara dos Deputados – um decreto que objetivava a intervenção federal no Rio de Janeiro. Essa ação fez com que a segurança pública do Rio passasse da esfera estadual para esfera federal via comando militar até 31 de dezembro de 2018. Assim, foi nomeado para o cargo interventor o General do Exército Walter Braga Netto, que dirigia o Comando Militar do Leste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Desse modo, o então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Sá, acabou sendo destituído. Com essa mudança, o interventor passou a ter total poder para comandar a segurança pública fluminense, controlando assim: a Polícia Civil, a Polícia Militar, os bombeiros e a administração penitenciária (BBC BRASIL, 2018).

Michel Misse (2018) compreende a intervenção como uma medida paliativa com efeitos publicitários e que não possui substância de política pública. Para ele, em um estágio de crise e de incapacidade das polícias de proporcionar uma resposta razoável para o temor da população, convocar as Forças Armadas seria um modo politicamente eficiente de produzir, no curto prazo, uma sensação de segurança no Rio. O autor adverte que a militarização da segurança caminha em sentido oposto ao da modernização do sistema de justiça criminal, que compreende polícias, Ministério Público, Judiciário e sistema penitenciário.

Jacqueline Muniz (2018) salienta que a intervenção militar corresponde a uma forma que governos não populares e ilegítimos encontram para substituir a coesão que não possuem pela coercitividade. Contudo, ela destaca que é possível observar uma grande passividade dos governos eleitos no tocante na construção de planos que valorizem a vida. De um lado, os grupos de direita bradam a lei a ordem, entretanto, não querem que o “problema da

segurança” seja resolvido na medida em que precisam da tragédia para terem temáticas que lhes renderão votos. Já a esquerda, por outro lado, teria abandonado o tema conforme Muniz (2018), apostando apenas na redução na desigualdade, contudo, não seria possível aguardar melhorias da educação e saúde para que a vida das pessoas fossem garantidas, sendo que a violência por si só já seria um elemento gerador de desigualdade.

Em suma, as ações planejadas pelos militares tiveram como alvo a população *favelada*, sendo assim, o que os moradores dos *territórios* pensam a respeito da intervenção federal? José Maria, presidente da Associação dos Moradores da Favela Santa Marta, disse ser favorável a intervenção federal contanto que fosse feita em todo o Estado do Rio de Janeiro e não somente nas favelas, pois acredita que tais *territórios* “sempre pagam o preço” (EL PAÍS, 2018). Loreto (2018), morador do Complexo do Alemão, avalia o seguinte: “*Sobre a intervenção, o que podemos dizer que é muito político esse momento que nós estamos vivendo principalmente aqui no Rio*”. Apesar que considerá-la uma ação política, ele apoia a iniciativa dos militares.

A intervenção é necessária sim, em todo o Estado do Rio de Janeiro, não só no Complexo do Alemão, até porque ainda não chegou nada aqui, até porque como eu havia dito, isso é uma coisa mais política e têm lugares aqui que só vai ter o nome de intervenção, porque aqueles que dominam “as desordens” tem dedo aqui e acolá e não vai chegar nunca aqui. Acho que nós estamos vivendo um tempo muito complicado na política e acredito que tudo isso aí é fachada, como todo e qualquer brasileiro nos gostaríamos que as coisas funcionassem, mas não funciona, lendo uma reportagem recentemente, o estado do Maranhão que também havia decretado falência hoje já está bem melhor que o Rio de Janeiro, que tem “n” recursos, principalmente a parte turística. Esse caos do Rio é questão de governo, é isso. (Loreto, morador do Complexo do Alemão. Pesquisa de campo, 2018)

Percebe-se então, que Loreto é favorável a intervenção militar, mas ao mesmo tempo é crítico a essa ação. Ele apoia a entrada dos militares no Alemão pelo desespero de viver em um ambiente de conflito armado e não visualizar nenhuma solução para a questão. Loreto acredita que é necessário ter uma intervenção no Estado do Rio, sobretudo, para acabar com a corrupção policial, mas ele acredita que o tipo de intervenção que está sendo feita atualmente no Rio seja “algo de fachada”,

Agora o nome intervenção, o nome intervir não condiz muito com o que está sendo feito aqui.... não está tendo intervenção de nada. Falaram que iria pegar as pessoas que são corruptas dentro da polícia e não o fizeram. Falaram que teria treinamento

para essa rapaziada nova da PM que estão jogados ao léu, não fizeram. Eu não estou vendo intervenção de nada, na boa. Eu acredito que eles vão fazer uma maquiagem, igual fizeram com as UPPs, vão maquiar a coisa, vão comprar novas viaturas porque é necessário, estamos sem viatura e quem comprava as novas viaturas era o Eike Batista na época. E vai continuar a mesma coisa. E não vai ter nada de anormal com a intervenção no Estado do Rio de Janeiro não. (Loreto, morador do Complexo do Alemão. Pesquisa de campo, 2018).

Loreto também criticou a prisão de 150 supostos milicianos em uma festa em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio, durante o mês de abril de 2018. Ele acredita que a maioria dos presos não possuía ligação com as milícias e seriam apenas convidados da festa.

Assim, em meio ao processo de intervenção militar, o repentino assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco se impôs como um grande desafio para as autoridades recém constituídas. No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco e o motorista Anderson Pedro Gomes foram brutalmente assassinados em um ataque a tiros em pleno centro da cidade. O assassinato da mulher negra e periférica foi um claro recado para aqueles que militam em prol dos direitos humanos e buscam modificar as estruturas de poder da sociedade.

Se há alguns anos atrás os “territórios da pobreza” perguntavam “Onde está Amarildo?”, agora a questão modificou para “Quem mandou matar Marielle?”. As perguntas são diferentes, mas os corpos que continuam a serem enterrados são os dos *favelados*. Na imagem abaixo, uma mulher segura um cartaz com dizeres que cobram a solução do “Caso Marielle” e a descoberta dos possíveis mandantes desse crime. No plano principal, a arma do policial parece sinalizar que tem a resposta que todos esperam (ver Figura 14).

**Figura 14 – “Quem mandou matar Marielle?”**



Fonte: Reuters/ Ricardo Moraes (2018).

Em reportagem veiculada pelo programa Domingo Espetacular, da TV Record, foi divulgado que a polícia civil descobriu que os tiros que mataram Marielle foram disparados por uma submetralhadora, equipamento de uso restrito no Brasil e que é comumente destinado a forças policiais especiais, como por exemplo, o BOPE (ESTADÃO, 2018). Enquanto o “caso Marielle” segue sem um desfecho final, a intervenção militar no Rio – ação essa, que a vereadora era completamente contrária – avançou suas ações em relação aos “territórios da pobreza” e ao contrário de produzir a tão propagada “sensação de segurança” (pelos seus promotores), na Favela da Maré – Zona Norte do Rio – a intervenção militar foi sinônimo de pânico e barbárie. Em uma operação da polícia civil executada por meio de helicópteros blindados – também chamados de caveirões voadores (junho/2018) – sete pessoas foram mortas, na referida favela (ver Figura 15). Entre as vítimas estava o adolescente Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, assassinado enquanto estava indo para a escola (EL PAIS, 2018).

**Figura 15**– O garoto Vinícius e os helicópteros



Na imagem acima, os helicópteros da polícia sobrevoam o Complexo da Maré e tiros são disparados na direção do garoto Marcos Vinícius da Silva. Embora ainda não se tenha a confirmação da origem dos tiros que atingiram o garoto, tal tipo de operação policial encena um cenário apavorante para os moradores de favela.

Fonte: Ribs (2018)

Para além da indignação que uma operação letal como essa provoca, é preciso destacar que essa operação foi conduzida pela Polícia Civil, que em tese, não possui prerrogativa constitucional para efetuar operações táticas como a que foi realizada no Complexo da Maré. Além disso, ressalta-se que a ideia de confronto está tão banalizada que foi a Polícia Militar que interveio nessa situação de confronto, assim, a discussão em relação ao fim das polícias militares como antídoto à violência institucional deve levar em consideração que o padrão de enfrentamento não é exclusivo, pois está enraizado na política criminal do país, o que torna a questão ainda mais complexa (SÉRGIO DE LIMA, 2018).

\*\*\*

As Unidades de Polícia Pacificadora foram criadas tendo como meta auxiliar na remodelação da cidade do Rio de Janeiro para que a mesma pudesse receber grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e Olimpíadas. Por outro lado, para a população das favelas, as UPPs foram apresentadas como uma nova política de segurança, em que a ocupação permanente da polícia seria uma condição elementar para integração das favelas à cidade. Contudo, para que os objetivos estratégicos dos aparelhos institucionais fossem cumpridos, foi necessária a elaboração de “renovados” mecanismos segurança para que determinados *territórios* da cidade fossem controlados.

A proposição de uma atividade policial permanente nas favelas em substituição as operações pontuais contra os “inimigos”, para a “recuperação” daqueles *territórios*, representou uma grande mudança em relação a demasiada agressividade policial adotada anteriormente (MACHADO DA SILVA, 2010). Contudo, ao mesmo tempo que a UPP, juntamente com outras políticas, derrubaram os índices de homicídio em diversos *territórios* da cidade, a maior presença policial também fez com que práticas como o “esculacho” (violência policial), revistas abusivas, cobrança de propina (arrego) para liberar pessoas e invasões de casa sem mandados judiciais se tornassem mais frequentes (GANEM MISSE, 2014).

Jacqueline Muniz (2018) destaca que as UPPs contribuíram enormemente na redução dos homicídios na cidade, mas ao invés do governo fluminense estruturar melhor esse programa de segurança, buscando assim, corrigir as falhas existentes, o mesmo optou por ampliar o projeto de maneira exacerbada, atingindo o número de 38 UPPs mesmo com todas as deficiências apresentadas, como também, mesmo com o alto custo financeiro que tal ação demandaria. Ela salienta que o policiamento permanente seria apenas eficaz em pequenas favelas e por um delimitado espaço de tempo, pois a “economia do crime” sempre se reinventa e busca novas formas de desenvolver ilicitudes. Muniz (2018) ainda avalia que o projeto de *pacificação* foi desmantelado politicamente pelo fato de dar prejuízo as carreiras políticas criminosas no Rio de Janeiro, sendo que o programa representaria um farol de transformação e cidadania para o policial e para a população, de resgate da dignidade do policial e da população, “é por isso que ele deu errado, porque ele podia dar certo”.

Segundo Michel Misse (2011), o desafio das UPPs não seria, como se supõe, o de “levar políticas públicas” para os *territórios* da pobreza, porém – por mais paradoxal que possa parecer – desterritorializá-los, ou seja, incorporá-los como bairros normalizados à cidade, desintegrando-os enquanto *territórios*, inclusive “territórios de UPPs”. O prosseguimento de uma lógica de *territórios* sinalizaria a estabilização e fixidez dessas áreas, enquanto “margens” do Estado, perpetuando assim, relações sociais de segregação e estigma, de desigualdade e repressão. Assim, as UPPs iriam ter obtido êxito se não buscassem a permanência ou uma nova territorialização, ainda que bem intencionada. Entretanto, o que foi possível observar é que a derrocada da UPP não foi acompanhada da incorporação dessas localidades enquanto bairros da cidade. Concomitante ao declínio do projeto de *pacificação*, observou-se a ascensão de uma intervenção militar que desempenha o papel de agente produtor da violência e da barbárie nos “territórios da pobreza”, amplificando a lógica da guerra (LEITE, 2012), com a utilização até de “caveirões voadores”.

Contudo, de que modo seria possível classificar os sentidos da *pacificação*? Marcia Leite (2015) destaca que a UPP não visou somente o fim dos confrontos armados e, desse modo, a redução da violência e da “insegurança nas áreas da cidade em que se situam as favelas *pacificadas*, mas sobretudo, o estabelecimento de um novo modo de vida nessas localidades” (LEITE, 2015, p 636). “A UPP matou a vida criativa da favela. Tá vendo esse espaço. Era para todo mundo estar se divertindo, mas não tá acontecendo nada disso” disse uma moradora da Favela Santa Marta (Pesquisa de Campo, 2017), ao destacar que na favela não acontece mais “festejos como antigamente”. Nesse sentido, as ações da UPP provocaram uma intervenção nos comportamentos e sociabilidades desses *territórios* pelo fato dos aparelhos estatais suporem que esses componentes estivessem emaranhados nas redes do ilegal e do ilícito (LEITE, 2015).

Nos *territórios* em que atuou, a UPP realizou o que Michel Foucault (2008a) denomina de “urbanização pela polícia”. Foucault (2008a) afirma que os objetos de intervenção da polícia são estritamente urbanos. Os objetos são urbanos na medida em que eles só existem na cidade e porque existe uma cidade, assim, eles são compostos pelas ruas, praças, edifícios, mercado, comércio, entre outros. No século XIX, a polícia era colocada como condição de existência da urbanidade, pois era a instituição quem definia como as pessoas iriam interagir entre elas. Era função da polícia realizar a vigilância e o controle do *território* e das pessoas, para que assim, tivesse a garantia da manutenção de uma dada ordem civilizadora. No processo civilizatório instituído nas favelas cariocas, as UPPs tiveram o papel

de regular a vida dos moradores, delimitar o que é permitido e o que é proibido por meio da força, induzindo assim, à passagem dos mecanismos de coação exteriores para mecanismos interiores (ELIAS, 1994), em uma espécie de internalização, disciplinarização de si, para que enfim, o morador de favela fosse considerado um sujeito civilizado e ganhasse o direito de pertencer à cidade.

Nessa perspectiva, é possível considerar que a experiência das UPPs representou uma maquinaria política onde nela se construiu um controle detalhado dos corpos sociais e individuais a partir da vigilância. Ela operou intervenções pontuais com o esquadramento e normalização de pessoas e lugares, articulam-se efeitos de subjetividade em um jogo incessante entre assujeitamentos e governo de si. Diante desta questão, torna-se importante afirmar que ao falar da experiência das UPPs não se deve utilizar o Estado como sinônimo, pois a UPP vai muito além de uma imposição estatal: suas práticas, discursos e efeitos são produzidos em uma rede de relações (MELÍCIO, GERALDINI, BICALHO, 2012), da qual os moradores também participam com movimentos de contra condutas e resistências.

A implantação dessa política de segurança foi apresentada pelos seus formuladores, como “condição primária” para que uma série de políticas sociais pudessem ser executadas nos “territórios da pobreza”, os desdobramentos desse processo serão evidenciados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### O “Social da UPP” e os nexos do processo de desconstrução da questão social nas favelas *pacificadas*

O que representou o “Social da UPP”? De que maneira a UPP Social se relacionou com a UPP Militar? Qual o papel da *pacificação* na desconstrução da questão social nas favelas cariocas? Qual o impacto da mercantilização dos *territórios pacificados* na vida dos moradores? Essas foram algumas questões referente ao processo de *pacificação* que esse capítulo procurou discutir. Buscou-se evidenciar que o que se denominou *pacificação* possuía várias faces e que elas se acoplaram à dimensão militar dos dispositivos de segurança de maneira estratégica. Concomitante ao processo de reconquista de *territórios*, observou-se a formação de um regime discursivo que configurou as UPPs como porta de entrada para cidadania e que a UPP Social iria cumprir com primazia tal papel.

A UPP Social objetivava produzir informações sobre as necessidades sociais das favelas ocupadas, articulando melhorias nos serviços públicos ausentes ou de baixa qualidade,

o que iria além da segurança nessas áreas, incluindo saneamento (sistema de esgoto e coleta de lixo), educação e saúde, entre outros. A UPP Social chegou nas favelas com a promessa de consolidar os “novos tempos” que a *pacificação* havia trazido a esses *territórios*, contudo, acabaram representando “*um paliativo que muita gente acreditou*”, conforme as palavras de uma das moradoras da Favela Santa Marta.

Ao longo dos anos, os pressupostos do multifacetado programa, que se iniciou em 2010, sofreram uma inflexão com uma mudança na equipe diretiva. Desse modo, a UPP Social passou a ter como principal missão conformar a *pacificação* enquanto uma “janela de oportunidades”, com vistas a “integração econômica” das favelas do Rio, secundarizando assim, a pauta baseada na política de direitos sociais. A nova política instaurada estava alinhada com a gestão empreendedora da cidade do Rio de Janeiro e a consequente mercantilização dos espaços da “nova favela pacificada”. Observou-se então que o aprofundamento da extensão da lógica do capital nos “territórios da pobreza” gerou diversos processos que subalternizaram ainda mais a já “esvaziada” questão social das favelas.

## 2.1. Favela, cidadania e poder

A gente quer carinho e atenção

A gente quer calor no coração

A gente quer suar, mas de prazer

A gente quer é ter muita saúde

A gente quer viver a liberdade

A gente quer viver felicidade

A gente quer viver pleno direito

A gente quer viver todo respeito

A gente quer viver uma nação

A gente quer é ser um cidadão

A gente quer viver uma nação...

É! É! É! É! É! É! É! É!...

É

**Gonzaguinha**

A composição musical intitulada “É”, de Gonzaguinha, assinala o desejo do brasileiro de ser conformado enquanto sujeito de direitos. Tal ambição é partilhada pelos moradores de favela por não terem reconhecidos uma série de direitos, sobretudo, o direito à vida. Assim, no momento da implantação da UPP Social, deflagrou-se a emergência de uma conflituosa proposta que objetivava complementar a dimensão militarizada do projeto de segurança em questão, com ações que visariam promover a cidadania nesses *territórios*. Contudo, antes de realizar uma elucidação sobre o “Social da UPP” – expressão cunhada por Rocha (2015) – será apresentada uma breve discussão sobre a cidadania e os sujeitos que não possuem o

direito de tê-la, ou seja, os *favelados*. Em seguida, será destacado as imbricações de tal panorama com as estratégias dos dispositivos de poder.

Na concepção de Marshall (1967), a cidadania representa um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade. As pessoas que possuem tal status, em tese, são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes a cidadania. Nesse sentido, não haveria nenhum princípio universal que determinasse quais seriam estes direitos e obrigações, mas as “sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento e criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida” (MARSHALL, 1967, p. 76). A cidadania passa longe de ser constituída como algo dado e pronto, pois a “cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto das experiências engendradas” (GOHN, 1994, p. 16).

Conforme Mendes (2010), os pressupostos fundamentais na gênese da cidadania – enquanto modo prescritivo de comportamentos sociais – podem ser elencados por meio de três vértices. Na história universal, o **primeiro vértice** emana na concepção aristotélica de cidadania, de feições elitistas e centrada na participação política. Já o **segundo vértice** surge no século XVII, por meio das narrativas hobbesianas que se opõem à aristotélica e estabelecem a igualdade na liberdade entre os homens pela eleição do soberano como único ser, depois de Deus, capaz de dizer o certo e o errado nas relações sociais. Sob o aspecto da igualdade e liberdade para ações e comportamentos sob a égide do soberano, nasce a moderna concepção de sociedade civil, com a figura do soberano-rei, enquanto fonte das normas e as leis, substituída posteriormente, pela soberania estatal (e correspondentes constituições) no mundo contemporâneo.

Por fim, o **terceiro vértice** se fundou nas Revoluções Francesa e Americana, que iniciaram a tradição até hoje majoritariamente seguida das liberdades individuais e democracias republicanas. A Revolução Francesa marcou e praticamente fundou politicamente, o mundo moderno e a sociedade contemporânea. Ela teceu critérios e legitimidade a serem preservados nas relações de indivíduo com a sociedade, dos indivíduos com os indivíduos, dos governantes com os governados, desse modo, fundou-se, propriamente, o espaço individual numa aparente oposição ao Estado. Este, por outro lado, quando se livrou de tendências absolutistas ou totalitárias, em tese, fortificou-se enquanto

instância política impessoal e de apelação para garantia do respeito aos direitos humanos (MENDES, 2010, ULHÔA, 2000).

Conforme Ulhôa (2000), o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem é paradigmático: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Percebe-se então, que a triologia da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – serviu de base para a referida declaração.

Fruto de tal revolução, o surgimento do Estado-nação emoldurou a natureza histórica da cidadania. A luta pelos direitos sempre aconteceu dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação. Assim, havia uma luta política nacional, e o cidadão que daí surgia também era nacional. Isso significa que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. “As pessoas se tornavam cidadãos à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação”. As duas coisas também nem sempre aparecem juntas (CARVALHO, 2002, p. 12).

De acordo com Vieira (1997), a cidadania, então, seria composta pelos direitos civis e políticos – direitos de primeira geração – e dos direitos sociais (direitos de segunda geração). Os direitos civis, conquistados no século XVIII, dizem respeito aos direitos individuais de liberdade de ir e vir, igualdade, propriedade, direito à vida, segurança, entre outros. Portanto, são os direitos que estruturam a concepção liberal clássica. Por outro lado, os direitos políticos alcançados no século XIX estão relacionados à liberdade de associação e reunião; de organização política e sindical; à participação política e eleitoral; ao sufrágio universal, entre outros. São também denominados direitos individuais exercidos coletivamente e acabaram se incorporando à tradição liberal.

Já os direitos de segunda geração, os direitos sociais, econômicos ou de crédito, foram alcançados no século XX a partir de lutas do movimento operário e sindical. “São os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social. Tais direitos tornam reais os direitos formais” (VIEIRA, 1997, p. 22). Mas apesar do elemento social da cidadania ser tão antigo quanto o elemento civil e o político, somente no final do século XIX é possível enquadrar os direitos sociais como uma categoria diferenciada. Anteriormente, os três elementos da cidadania formavam um conjunto indiferenciado porque as próprias instituições estavam aglutinadas. Desse modo,

Marshall afirmava que a distinção entre os três elementos da cidadania na própria diferenciação social era o que caracteriza o processo de diferenciação das sociedades ocidentais (SILVA, 2008).

Como a promessa em torno da implantação da UPP Social se relacionava a promoção da educação, saúde, moradia, entre outros, o estudo privilegiou a análise dos direitos sociais. E quando se analisa os direitos pertencentes ao sujeito/cidadão, o olhar foucaultiano sobre essa questão propicia perspectivas interessantes. Apesar de Michel Foucault jamais tratar de maneira direta sobre a formação e desenvolvimento das práticas que constituem os direitos sociais, as suas pesquisas são ricas em sugestões de como tratar esse tema. Assim, analisar seu pensamento e os diferentes estudos que empreendeu é direcionar o olhar para uma perspectiva transversal que, ao longo de uma vasta obra, produziu problematizações sobre a loucura, o saber médico, as prisões, os dispositivos de sexualidade no Ocidente, entre outros. E em meio a esses fenômenos, abordar sobre um objeto que situe o campo do direito normativo a partir de Foucault é perceber a sua forma descontinuista de analisar arquivos e documentos históricos, dos quais surgem discursos que se situam entre o dito e o oculto, sem um ponto fixo entre os dois (FRANÇA, 2013, MACEDO, 1990).

François Ewald – assistente de Michel Foucault nos Cursos do College de France – dissertou algumas asserções que envolvem a perspectiva de Foucault sobre as conexões entre cidadania, direitos sociais e poder. Conforme Ewald (1986), a originalidade do pensamento foucaultiano se deve ao fato do filósofo francês propor uma história das relações de poder no Ocidente sob a égide de um modelo jurídico. Ewald (1986) considera que o direito não existe e aquilo que é denominado como “direito” representa uma categoria de pensamento que não aponta a nenhuma essência, mas tem o propósito de qualificar determinadas práticas: práticas normativas, práticas de coerção e da sanção social, prática política e prática da racionalidade, dessa forma, “pode-se determinar *a priori* o que é o direito, quais são as práticas que devem ser assim qualificadas, posto que isto depende daquilo que é reflexionado como direito no quadro de um certa experiência jurídica” (EWALD, 1986, p. 30).

De acordo com Ewald (1986), o direito social possui três características principais: a) refere-se a um direito que se dirige menos aos indivíduos de maneira isolada e mais a eles a partir do momento em que pertencem a um determinado grupo, classe ou categoria profissional. Nessa perspectiva os sujeitos de direito social são sujeitos qualificados em função da situação particular que ocupam, assim, o direito social seria um direito realista; b)

ele não representa um direito de igualdade, em que a regra de julgamento necessariamente passa pela igualdade de direitos, mas pelo contrário, trata-se de um direito de desigualdades, um direito discriminatório e dotado de preferências. É nessa seara que há também uma novidade no instituto do contrato do direito social. O contrato pressupunha para o pensamento liberal, a igualdade entre os contratantes e no mundo contemporâneo passa a definir uma relação de desigualdade; c) o direito social necessariamente se trata de uma questão que possui como base a sociologia – e não a filosofia, como o direito civil clássico – na medida em que a sociologia se constituiu em uma perspectiva histórica, como crítica da filosofia, de suas abstrações e sua metafísica, focando assim, o estudo da apreensão dos sujeitos e grupos sociais que estão no interior de uma realidade concreta (EWALD, 1986, MACEDO, 2010).

Nessa perspectiva, o traço distintivo que confere um perfil sociológico a teoria é o conceito de cidadania social. Para Silva (2008), ao destacar o chamado elemento social da cidadania, Marshall lançou as bases de uma teoria sociológica da cidadania, que por sua vez, salientou que a questão principal não é verificar se os direitos eram “reconhecidos em princípio, mas também até que ponto os direitos reconhecidos em princípio podiam ser usufruídos na prática” (SILVA, 2008, p. 66).

O usufruto dos direitos na prática se reporta a uma questão que Hannah Arendt (2009) abordou de maneira crítica ao analisar a Declaração dos Direitos do Homem, que os designava como inalienáveis e independentes dos governos dos Estados-Nação. Ao analisar os gravíssimos conflitos que ocorreram na Europa durante o século XX, a filósofa afirma que no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. Assim, mesmo com as constituições se baseando na Declaração dos Direitos do Homem, na prática, existia um grupo migrante de pessoas que não eram considerados cidadãos. Judith Butler (2009) avalia que o sujeito apenas pode ser constituído enquanto portador de direitos a partir do momento em que é reconhecida a humanidade do *Outro*. Contudo, em todos os lugares do mundo existem pessoas que são conformadas enquanto seres abjetos, cuja a materialidade da vida não importa. Para Butler (2011), primeiramente os dispositivos de poder produzem a “desrealização do outro” enquanto vida não passível de ser lamentada, para que em seguida, o sujeito seja transformado em alguém que não possui o direito a ter direitos (ARENDDT, 2009).

E quando se analisa o Brasil, são os mais pobres, sobretudo, os moradores de favelas que são historicamente conformados como sujeitos que não possuem direito a ter direitos.

Vera Telles (1999) afirma que a Constituição aprovada em 1988 representou a aspiração por uma sociedade democrática e muito mais igualitária.

É, portanto, no horizonte de uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade que a pobreza inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros igualitários de ação. Sinal de uma população na prática destituída de seus direitos, a pobreza brasileira não deixa, de fato, de ser enigmática numa sociedade que passou por mudanças de regime, fez a experiência de conflitos diversos, de mobilizações e reivindicações populares, que mal ou bem fez sua entrada na modernidade e proclama por isso mesmo, a universalidade da lei e dos direitos nela sacramentados (TELLES, 1999, p. 82.)

Assim, o enigma da pobreza estaria inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais. Não é por acaso, portanto, que tal como figurada no horizonte da sociedade brasileira, a pobreza apareça despojada de dimensão ética e o debate “sobre ela seja dissociado da questão da igualdade e da justiça. Pois é uma figuração que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social” (TELLES, 1999, p. 88).

De fato, a promoção e a extensão da igualdade dos direitos sociais a toda população brasileira nunca foi objeto de efetivo interesse da racionalidade governamental. As políticas de proteção social surgiram com os Estados de Bem-Estar Social norte-americano e europeu. No caso brasileiro, nem é possível fazer referência a um Estado de Bem-Estar Social, uma vez que o mesmo “nunca deu conta de garantir as necessidades básicas de existência, senão para toda, pelo menos para a maior parte da população” (GUIMARÃES, EIDELWEIN, 2010, p.07).

Nessa perspectiva, quando se analisa mais especificamente a população *favelada*, percebe-se um panorama ainda mais alarmante. Aos moradores de favela são negados uma série de direitos sociais como: saúde, educação, segurança, lazer, entre outros. Segundo Silva (2009), os diversos referenciais que podem ser atribuídos à favela, caracterizam-na como um espaço de ausência de direitos, em virtude de ter: a) insuficientes investimentos do Estado e do mercado formal, sobretudo, o imobiliário, financeiro e de serviços; b) edificações em sua maioria caracterizadas pela autoconstrução, erguidas a custo de intenso esforço; c) ocupação marcada pela alta densidade de habitantes, sem urbanização necessária; d) indicadores

educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do restante da cidade; e) elevada incidência de situações de violência, principalmente a letal, acima da média da cidade.

Fabi Luci Oliveira (2014) em sua obra “Mais justiça e mais cidadania nas favelas cariocas pós-pacificação”, destaca que as favelas cariocas apresentam um retrato de subcidadania ou de cidadania incompleta. O cenário de subcidadania fica claramente exposto na fala de um morador do Complexo do Alemão:

Sim, pra boa parte do pessoal (a infância) foi paupérrima. Porque a gente não tinha nada. Não tinha esgoto, não tinha água, a luz era aquela coisa piscando, a casa era de madeira. Não era como é hoje. Hoje o pessoal ainda reclama. Mas vamos analisar, se eles voltarem um pouquinho. Antes era casa de estuque, pingava, chovia. A rua não era asfaltada, se chovia, tinha lama até o teto (Loreto, morador do Complexo do Alemão, Pesquisa de campo, 2016).

Assim, as favelas são, de modo geral, *territórios* “sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores” (SOUZA e SILVA, 2009, p. 96). O autor avalia que o Estado impõe uma ordem balizada em uma visão de controle externo nas favelas, deixando assim, de pautar uma política direitos. Márcia Leite (2000) enfatiza que desde que população *favelada* passou a viver sob a metáfora da guerra – que vincula, de modo difuso, a criminalidade violenta e o narcotráfico às contradições que opõem morro e asfalto, traficantes e trabalhadores, *favelados* e cidadãos – os direitos civis e humanos dos *favelados* foram secundarizados, pois conforme a integridade dos aparatos governamentais, em uma “situação de guerra”, não haveria tempo para pensar em direitos. Conforme Leite (2000), em meados da década de 1990, começou a surgir discursos que contrapuseram a “metáfora da guerra”, como também, tais enunciados reivindicavam o respeito aos direitos civis e humanos.

A partir da segunda metade da década de 90, entretanto, vem encontrando cada vez mais ressonância na cidade uma corrente de pensamento e opinião alternativa [...]. Esta corrente vem propondo a pacificação da cidade por meio de soluções democráticas para o problema da violência e da segurança pública, com isso significando o respeito aos direitos humanos e civis de toda a população e a submissão das atividades policiais ao controle da sociedade civil. Advoga a necessidade de “domesticar a polícia” e de “levar a cidadania para as favelas e periferias”, integrando seus habitantes, particularmente os jovens, à cidade (LEITE, 2000, p. 82).

A partir de então, diversos foram os “atos de paz” promovidos pelos movimentos sociais, como por exemplo, o “Abraço à Candelária”<sup>32</sup>, em 1993 (LEITE, 2000). Enquanto os grupos subalternizados se mobilizavam na construção de elementos simbólicos que valorizassem a vida dos mesmos, o governo do Estado definiu a ocupação armada como estratégia para “pacificar” *os territórios da pobreza*, como foi evidenciado no capítulo anterior. Tomasi e Velazco (2013) advogam que com o início da implantação das UPPs nas favelas cariocas, houvera um investimento significativo na produção de um regime discursivo que buscou promover uma nova imagem de cidade, uma cidade *pacificada* e em via de ser “integrada”, em que a UPP Social seria um instrumento tido como fundamental para que esse processo de integração acontecesse.

---

<sup>32</sup> Refere-se a um ato protestava contra a chacina da Candelária (1993) que ocorreu próximo da Igreja da Candelária.

## **2.2. “A UPP Social foi um paliativo e muita gente acreditou”. UPP Social: Uma política de direitos?**

As intervenções urbanas feitas pelo Programa Favela-Bairro (criado na década de 1990); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – que quando aplicado às favelas procurou dinamizar a urbanização de tais *territórios*; a política de segurança pública ancorada na implantação de Unidades de Polícia Pacificadora e por fim, as políticas do governo federal – como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) – ajudaram a arregimentar um discurso a respeito da introdução da cidadania e do respeito aos direitos humanos nas favelas *pacificadas* (OST, FLEURY, 2013).

Conforme Lia Rocha (2014), após a implantação das UPPs, moradores de favelas, pesquisadores e autoridades públicas compartilhavam a ideia de que apenas essa nova política de segurança não seria suficiente para “integrar” as favelas à cidade e à cidadania. Desse modo, os variados agentes declararam a necessidade de outros tipos de atuação nesses *territórios*. É nesse contexto que o Programa UPP Social foi apresentado como uma agenda posterior à *pacificação*. A preocupação com a “regulação da vida coletiva durante a transição para outro regime, com o suposto fim da dominação sobre os moradores pelos grupos de traficantes de drogas locais, era central na criação do Programa UPP Social” (ROCHA, 2014, p.05).

O então Secretário Estadual de Segurança Pública, José Maria Beltrame, revelou sua angústia referente ao processo de *pacificação* aos meios de comunicação, em 2011. Ele afirmou que: “Nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil na entrada da favela que vai segurar, se lá dentro das comunidades as coisas não funcionarem. É hora dos investimentos sociais” (O GLOBO, 2011). Na visão de Beltrame, as UPPs estariam “agradando”, contudo, seria preciso viabilizar a chegada da dignidade nas favelas, pois essa seria a razão da existência das UPPs.

No dia 21 de janeiro de 2009, o então governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, assinou um decreto que propôs a criação do programa UPP social, deixando clara a associação íntima desse projeto com a política de *pacificação*,

O Programa das Unidades de Polícia Pacificadoras - UPP criado pelo Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009; o que consta do art. 1º do referido Decreto, acerca da pacificação e manutenção da ordem pública em comunidades populares; que a manutenção das comunidades já pacificadas requer a presença do Estado não só executando ações de segurança pública, mas também executando políticas sociais; e que a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos necessitará, também, de uma equipe especializada e tecnicamente adaptada para a execução de projetos e programas concernentes à consolidação do controle territorial e da pacificação, à promoção da cidadania e do desenvolvimento social e à integração plena das comunidades pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009).

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica criado, na estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, o Programa “UPP Social” para a execução de ações especiais de promoção do desenvolvimento social em áreas pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora - UPP.

**Art. 2º** - O Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos editará ato disciplinando e regulamentando a execução das ações especiais de que trata o art. 1º deste Decreto, inclusive no que tange à designação de pessoal (DECRETO 41.650/ 2009).

O programa UPP Social iniciou as suas ações a partir do segundo semestre de 2010 vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – entidade pública responsável pela integração e coordenação de ações sociais nas favelas com UPPs – e teve como coordenador principal, o economista Ricardo Henriques (ROCHA, 2014). As bases fundamentais do programa podem ser averiguadas no artigo intitulado “UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação” de autoria de Ricardo Henriques e Silvia Ramos (2011).

Conforme Henriques e Ramos (2010), a principal missão da UPP Social estava relacionada à realização de uma coordenação unificada das políticas sociais. O projeto partiu de um diagnóstico paradoxal, ou seja, de que nas favelas cariocas se observava a “ausência do Estado”, como também, a “presença”, por meio de muitas políticas públicas descoordenadas. Os autores discordavam da afirmação de que faltam projetos sociais nas favelas, pois eles existiriam em grande número, porém, de forma descontínua, fragmentada e com padrão de qualidade questionável, sobretudo, no que tange a disponibilização de serviços públicos. Os gestores públicos que comandavam determinado projeto social, desconheciam o trabalho desenvolvido por outros gestores, havendo em muitos casos, uma sobreposição de ações. Esses gerenciadores costumavam ignorar o público alvo atendido por outras ações simultâneas e não se coordenavam de modo a produzir uma cobertura adequada a todo o

*território*: haviam áreas ou setores ou famílias a quem se ofertavam programas similares e áreas totalmente descobertas por qualquer programa (HENRIQUES, RAMOS, 2010).

Assim, quando se adiciona nesse cenário os projetos desenvolvidos por ONGs e pelos setores de responsabilidade empresarial, observava-se que a presença de ações no mesmo *território* poderia ser intensa, entretanto, a fragmentação e sobreposição de ações reduzia enormemente a eficácia social de tais projetos (HENRIQUES, RAMOS, 2010). Em virtude da fragmentação das políticas públicas, a UPP Social estabeleceu um modelo de atuação que teve como meta integrar e coordenar ações, identificando demandas e as conectando a ofertas de serviços e bens públicos, fornecidos pelo setor estatal, setor privado e pela sociedade civil (como evidencia a Figura 16).

**Figura 16 - Modelo de atuação da UPP Social**



Fonte: HENRIQUES, RAMOS (2010)

No modelo acima, a demanda era consequência de um trabalho que combinou estudos e diagnósticos baseados em dados já existentes e levantamentos elaborados por técnicos no *território*, com uma escuta constante das reivindicações dos líderes locais (associações de moradores e comitês locais), dos gestores públicos que atuavam nas favelas

(como, professoras, agentes de saúde, agentes de cultura, entre outros) e dos atores externos que ofertavam serviços e projetos, como as ONGs e grupos religiosos (HENRIQUE, RAMOS, 2010).

Nesse sentido, o que se nomeou oferta representou o produto do mapeamento de programas governamentais federais, estaduais e municipais existentes e do levantamento de projetos, ações e boas práticas do setor privado e da sociedade civil. O objeto do modelo de atuação se reportava a organização, planejamento e integração de ações. Assim, os conceitos-chave da estrutura de gestão do programa UPP Social foram:

**Função integradora:** compartilhar diretrizes de atuação e articular demanda e oferta; **gestão em rede:** gestão a partir de uma um centro coordenador, sem ascendência hierárquica sobre os atores envolvidos; **caráter intergovernamental:** integração de esforços de secretarias e 10 órgãos públicos estaduais e municipais, em particular, sua estreita cooperação com a Secretaria de Segurança Pública e comandos das UPPs; **gestão participativa:** sistema permanente de escuta, parcerias com comunidades locais, setor privado e sociedade civil; **aprendizado contínuo:** produção de diagnósticos locais e uso sistemático de mecanismos de monitoramento e avaliação e, por último, **transitoriedade**, ou seja, a meta de integração plena das áreas ao conjunto da cidade, considerando indicadores de cidadania e bem estar (HENRIQUES, RAMOS, 2010, p. 10, grifo do autor).

Logo após a implantação desse engenhoso programa, os meios de comunicação passaram a anunciar a chegada da cidadania nas favelas. Uma reportagem do jornal o Extra teve o seguinte título: “Programa garante serviços públicos e direitos do cidadão”. Na publicação em questão, a UPP Social foi retratada como um modelo inovador de gestão pública, fundamental para melhorar a infraestrutura e conservação dos espaços públicos de *territórios com UPP*, como também, para levar serviços de saúde e educação a essas localidades no mesmo padrão do restante da cidade. “Com este trabalho, a prefeitura não só leva mais qualidade de vida aos cidadãos cariocas, mas ajuda a consolidar os avanços trazidos pela pacificação e a deixar no passado os legados da violência” (EXTRA, 2011). Nota-se então, que o regime discursivo em torno na *pacificação* buscava a essa altura conformar o morador de favela enquanto “cidadão”, como se em um “passe de mágica”, a referida política de segurança tivesse trazido cidadania a pessoas que sofrem com o descaso histórico dos direitos sociais. O esforço discursivo foi tamanho que o governo do Rio contratou o cartunista Ziraldo para elaborar uma revista em quadrinhos que retratasse o “cidadão pacificado” (ver Figura 17).

**Figura 17 - O policial e o “cidadão”**



Fonte: Ziraldo (2012),

No topo da figura em questão aparece a seguinte mensagem: “Agora vamos ter um Rio de paz”. Assim, destaca-se no plano de fundo do desenho, uma favela colorida atrás dos prédios da orla de Copacabana. Já no primeiro plano, observa-se que os dois personagens principais da imagem são o policial negro da UPP e um garoto branco que supostamente mora na favela. O policial da UPP diz: “Tudo por uma cidade inteira” – tal frase é emblemática, pois o grande mote da racionalidade governamental ao implantar nas UPPs nas favelas cariocas era: “pacificar para integrar”. A resposta do garoto é não menos emblemática: “Eu sou um cidadão”.

Assim, continuando o desenrolar do complexo arranjo institucional desenvolvido pelos seus proponentes, no primeiro semestre de 2011, o programa UPP Social foi transferido do âmbito estadual – especificamente a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – e reposicionado na autarquia municipal Instituto Pereira Passos (IPP). Durante essa modificação, o principal formulador e gestor do projeto, Ricardo Henriques, foi empossado como presidente do Instituto Pereira Passos. O argumento oficial para tal

transferência seria de que a maior parte dos serviços públicos ofertados nas favelas era de responsabilidade do município (ROCHA, 2014). Contudo, após essas mudanças no arranjo institucional e um discurso oficial afiado em torno da cidadania, como funcionou a UPP Social na prática?

Para os moradores da favela Santa Marta, a UPP Social representou apenas um “paliativo”, sendo que a desativação de uma creche para instalação da sede da UPP foi um péssimo indicativo para os mesmos.

A gente foi muito resistente com essa coisa da UPP Social, porque o que acontece... O governo agiu malandramente. Ele deveria ter colocado secretaria aqui. Por que não trouxe a secretaria de educação? Não é missão da polícia fazer social. Quem são os responsáveis por estarem fazendo esse tipo de trabalho e serviço? Ou você articula as secretarias governamentais dentro de um espaço ou caso contrário você vem com um paliativo. A UPP Social foi um paliativo e muita gente acreditou. A UPP foi o caramba, viu. A UPP ocupou a creche aqui no morro, viu. Então se a UPP ocupou a creche, onde estão as crianças? Então a UPP Social foi um paliativo. (Entrevista com uma moradora da Favela Santa Marta. Pesquisa de Campo, 2017).

Enquanto “ação paliativa”, a UPP Social serviu momentaneamente como elemento de justificação da UPP militar, já que por meio dela a cidadania teria “dado as caras” no Santa Marta. E como reforça a moradora, “*a UPP Social foi um paliativo e muita gente acreditou*”.

Assim sendo, em meio a muita controvérsia o programa se desenvolveu na forma de projeto piloto em três favelas representativas – Providência, Cidade de Deus e Complexo do Borel – do universo das 13 favelas que haviam recebido UPPs até o final de 2010. O período chamado de “pré-implantação” representava o momento em que um grupo de coordenadores se colocavam em campo para anunciar o projeto, conhecer as particularidades e setores organizados (associações de moradores, ONGs, Igrejas, empresa locais, projetos sociais, entre outros) das favelas em questão e começava o trabalho de encaminhamento de demandas. Posteriormente a essa ação, tinha-se o desenvolvimento do “Fórum UPP Social”, simbolizando assim, a introdução da UPP Social em determinado perímetro de atuação. O intuito desse fórum era elaborar um espaço de apresentação formal do programa à população local, da equipe de coordenação da UPP Social e da equipe de campo. Na composição da mesa do evento se faziam presentes: o presidente do IPP, gestores públicos de diversas secretarias do poder público municipal, o comandante da UPP e os presidentes das associações de moradores locais – a participação desses últimos era tida como expressão

maior da proposta do programa, que era a de produzir um diálogo horizontal com a população atendida (RODRIGUES, 2015, COUTO, 2016).

Conforme destaca Rodrigues (2015), em um momento inicial, houve um esforço das equipes que formavam a UPP social em se diferenciar da UPP militar. Eles buscavam fazer certo tipo de “limpeza simbólica”, pois a reação imediata dos moradores e lideranças era a de acreditar que os representantes municipais fossem, na realidade, policiais. Assim, eles tinham dúvidas sobre a sua “verdadeira identidade” do programa. Mas também haviam moradores que enxergavam os membros do UPP Social como canal em potencial de encaminhamento e resolução de demandas mais urgentes das favelas.

Essas demandas eram catalogadas por meio do contato diário que as equipes do programa tinham com os moradores, sendo que posteriormente ocorria uma sistematização das informações identificadas em campo. No âmbito das articulações que a UPP Social conseguiu construir com as secretarias municipais, destacam-se os projetos: “Vamos Combinar uma Comunidade Mais Limpa”, que representou um acordo de gestão firmado com a Comlurb,<sup>33</sup> e o “Vamos Iluminar”, que foi um pacto de gestão construído com a Rio Luz<sup>34</sup> (RODRIGUES, 2015).

Em relação às políticas desenvolvidas pela UPP Social, Ganem Misse (2016) destaca que o projeto desenvolvido por Ricardo Henriques e Silvia Ramos carecia de uma melhor capacidade de articulação institucional – ou governabilidade. O fato de não haver um objetivo comum a ser alcançado por todas as secretarias envolvidas ocasionou uma desarticulação das políticas setoriais, dessa forma, as intervenções nos *territórios* geraram baixo impacto e baixo controle de resultados.

Contudo, toda dinâmica desenvolvida pela UPP Social passou por modificações ao longo dos anos. Em 2013 – o então vice-prefeito do Rio – Adilson Pires, entrou em rota de colisão com o ex-prefeito Eduardo Paes ao declarar o fim do programa UPP Social.

---

<sup>33</sup> Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana. O acordo com a Comlurb envolvia um pacto em que a companhia pública comprometia-se, por um lado, a adquirir novos equipamentos e recursos para aperfeiçoar sua capacidade técnica nas áreas de favela e, por outro, a envolver participativamente a população atendida na elaboração e implantação do programa, o que envolvia a determinação de pontos e horários de coleta do lixo e locais para instalação de caçambas, papeleiras e equipamentos afins; além disso, o “Vamos Combinar...” previa a criação de uma comissão de moradores responsável pelo acompanhamento da implementação da nova logística de coleta de lixo e pela sua avaliação periódica (ver RODRIGUES, 2014, p. 87).

<sup>34</sup> Rio Luz – Companhia Municipal de Energia e Iluminação. O “Vamos Iluminar”, por sua vez, consistia de uma rotina mensal de reparo e manutenção de pontos de iluminação pública (troca de lâmpadas, de sensores etc.); a planilha era preenchida pela equipe de campo do UPP Social e enviada regularmente para a gerência da RioLuz pertinente, que enviava uma equipe de técnicos para fazer os reparos ((ver RODRIGUES, 2014, p. 87).

Posteriormente, a prefeitura desmentiu a afirmação do então vice-prefeito e o programa seguiu até agosto de 2014. Nesse mesmo mês, o programa acabou ganhando uma nova roupagem e foi nomeado de “Rio Mais Social”. Essa nova nomenclatura pretendia retirar o estigma que o programa anterior possuía, sobretudo, por ter a sigla UPP.<sup>35</sup> Conforme Rocha (2014), a complementaridade entre UPP Militar e “o social da UPP”, foi constituinte do projeto das UPPs desde seu início. Desse modo, a UPP Social foi desenvolvida como forma de operacionalizar o trabalho de outras entidades públicas nas favelas ocupadas pelas forças de *pacificação*, e nessa perspectiva, exercia uma função complementar à ocupação militar, ainda que com lugar institucional diferenciado. Porém, o fato de o projeto ser nomeado UPP Social dificultou a separação entre as duas linhas de atuação, civil e militar, o que auxilia a explicar a mudança de nome do programa.

Maria Isabel Couto (2016) revelou com precisão no estudo “UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade” os pormenores envolvidos na mudança dos princípios da UPP Social, com a implantação do programa Rio Mais Social. Esse processo se iniciou em 2012, quando o idealizador das ações da UPP Social, Ricardo Henriques, deixou o Instituto Pereira Passos para presidir o Instituto Unibanco. Assim, o seu posto acabou sendo ocupado por outra pessoa também graduada em Economia. Eduarda La Rocque – ex-secretária de fazenda do município do Rio de Janeiro – assumiu coordenação da UPP Social e começou a modificar as diretrizes desse programa, dessa forma, deixou de lado as propostas anteriores que vinham sendo desenvolvidas desde a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).

Assim, uma das primeiras medidas de Eduarda La Rocque foi a participação ativa no projeto denominado “Favela como Oportunidade”. O projeto teve a coordenação feita pela Marília Pastuk – do Instituto Nacional de Altos Estudos/INAE – e pelo então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Essa iniciativa começou a partir da publicação de um estudo que mapeava as demandas por serviços e melhorias de qualidade de vida em algumas favelas e a partir delas propunha um plano de desenvolvimento local. Após o lançamento desse trabalho, formou-se então um grupo cujo principal intuito era providenciar uma espécie de fundo de investimentos para projetos locais. A proposta apresentada e

---

<sup>35</sup> Revista Piauí. Quem se lembra da UPP Social. Reportagem. Data de publicação: 10/05/2017. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/05/10/quem-se-lembra-da-upp-social/>>. Acesso em 18/12/2017mas 23:14.

amplamente defendida pela então presidente do IPP, era que o BNDES<sup>36</sup> criasse linhas de subsídio a iniciativas de “organizações de favelas, que não seriam estruturadas o suficiente para captar os recursos sozinhas. Seriam, então, estas organizações que levariam adiante os planos de desenvolvimento locais, utilizando-se de recursos públicos cedidos pelo BNDES” (COUTO, 2016, p. 192).

Conforme Couto (2016), a proposta trazia o benefício de transferir recursos que possibilitassem o desenvolvimento de uma enorme gama de programas para os moradores de favelas. No período em questão, La Rocque desejava realizar a criação de um fundo de 30 milhões de reais. A definição das novas prioridades da UPP Social afastava o programa da proposta de qualificação dos serviços públicos, sendo que o pensamento de La Rocque era suprir o déficit de infraestrutura urbana e social nas favelas *pacificadas* por meio de iniciativas não-governamentais,

Apesar de não alterar a estrutura organizacional da UPP Social, Eduarda La Rocque buscou intervir em algumas áreas com o intuito de fortalecer o estímulo ao desenvolvimento de projetos privados de melhoria da qualidade de vida nas favelas sob "pacificação". Nesse sentido, a Gestão Institucional (GI) foi a área mais alterada após à saída de Ricardo Henriques. Anteriormente, a GI voltava-se principalmente para o contato com organizações do poder público. Eduarda La Rocque, por sua vez, demandaria o fortalecimento do setor de Mobilizações e Parcerias. Foram contratados novos consultores para ampliar o setor, e assistentes diretos da presidente do IPP passariam a trabalhar de forma próxima desta área. Por fim, cabe ressaltar uma última modificação importante entre a gestão de Ricardo Henriques e Eduarda La Rocque, que aponta para a mudança de rumos do programa. Eu permaneci na UPP Social até abril de 2013 e, até aquele momento, a nova presidência do IPP não realizara nenhuma reunião geral com o secretariado municipal. Nesse sentido, ficava em segundo plano a produção de acordos de gestão para a melhoria de serviços públicos. Não havia espaço político de diálogo para a proposição de novas estratégias conjuntas de atuação, para além das que já tramitavam na interação entre GI e "pontos focais". E, mesmo estas, quando esbarravam em obstáculos burocráticos das secretarias, não tinham o apoio político necessário para suplantá-los (COUTO, 2016, p. 192).

A gestão de Eduarda La Rocque no IPP ancorou as suas bases em uma governança empreendedora e empresarial. Com inspiração nos métodos desenvolvidos na época em que comandava a pasta da fazenda do governo fluminense, ela passou a incentivar as parcerias público-privadas, que auxiliara a institucionalizar enquanto secretária. Desse modo, o papel da UPP Social pouco a pouco foi se alterando e as propostas de integração com base na “qualificação do próprio modelo de prestação de serviços públicos cederiam espaço para uma

---

<sup>36</sup> BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

atualização do papel da UPP Social como órgão de fomento à investimentos privados e públicos em favelas” (COUTO, 2016, p. 193).

A “virada mercadológica” da UPP Social demonstrou que a política de direitos passaria ser totalmente secundarizada em detrimento da “inclusão produtiva” dos moradores de favela (LEITE, 2015). O discurso sobre a inclusão produtiva iniciou concomitantemente ao processo de *pacificação*. Em 2013, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo do Estado do Rio de Janeiro anunciaram com pompas a assinatura de um contrato de empréstimo. Os recursos visaram a implantação e fortalecimento de uma agenda de política pública dirigida aos jovens de 15 a 29 anos que viviam em *territórios* em processo de *pacificação*. O plano seria capacitar os moradores para uma posterior “inclusão social pelo mercado”. Para Daniela Carreira-Marquis, então representante do BID no Brasil, a implantação dessas políticas de inclusão produtiva visou a “recuperação efetiva desses territórios” (BID, 2013). Em 2017, Osmar Terra, ministro de Desenvolvimento Social, reuniu-se com representantes do BNDES no Rio para discutir estratégias para promover a inclusão produtiva e geração de oportunidades para jovens que vivem em “territórios considerados violentos”. O objetivo seria dar “uma resposta à crise econômica e de violência que atinge a cidade” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

Em suma, essas medidas buscaram “ativar” o mercado de trabalho e, sobretudo, modificar o comportamento dos *favelados*, para que os mesmos se tornassem “buscadores de emprego” ou empreendedores (DARDOT, LAVAL, 2016), isto é, sujeitos de sua empregabilidade, que se encarregam de si mesmo e que não ficam “escorado” em políticas e direitos que visem a proteção social. Aliás, essas medidas apenas emolduraram o processo de desconstrução da favela enquanto questão social. Tal processo é histórico e ganhou novas nuances com a *pacificação*, como poderá ser verificado na próxima seção.

### 2. 3. Os nexos do processo de desconstrução da questão social nas favelas *pacificadas*

A “questão social” representa uma perspectiva de análise da sociedade. Isso porque não há consenso de pensamento no fundamento básico que constitui a “questão social”. A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição essa, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela (LEIVA, 2012).

Historicamente, a questão social foi retratada sob o ângulo do poder, enquadrada como ameaça que a luta de classes – em particular, da classe operária – representava para ordem instituída. Marilda Yamamoto (2011) afirma que os processos sociais que ela traduz se encontram no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa escola intelectual, o sistema capitalista de produção “é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais histórico-econômicas de produção específicas” (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Na obra, “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, o sociólogo francês Robert Castel (1998) apresentou uma pesquisa que analisou em uma perspectiva histórica, as modificações ocorridas durante o percurso de tempo entre a sociedade pré-industrial (metade do século XIV ao fim do século XVIII) e a contemporaneidade (final do século XX em diante), como também, as relações que propiciaram aos indivíduos, a provisão de certas garantias sociais protetivas, principalmente, no que tange àquelas postas frente aos desacertos estruturais inerentes à questão social (SOUZA, 2012). O teórico francês definiu a questão social como “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (CASTEL, 1998, p.30).

De acordo com Castel (1998), a questão social surge primeiramente de maneira explícita na década de 1830, a partir da análise das condições de vida das populações que antes eram os agentes e vítimas da Revolução Industrial. Tal questão se reportava ao pauperismo, que por sua vez, representou um momento em que parecia ter havido um divórcio quase por completo entre a ordem jurídica e política – ancorada no reconhecimento dos direitos da cidadania – e a ordem econômica.

Então, se a “velha questão social” se relacionava ao pauperismo, a “nova questão social” para Castel (1998) estaria vinculada a três pontos principais: a) a **desestabilização dos estáveis** (uma parte da classe operária integrada e dos assalariados passaram a ser ameaçados pela desestabilização socioeconômica; b) a **implantação do trabalho na precariedade**, isto é, a constituição de um trabalho aleatório, descontínuo e que não pode servir de base à proteção de um futuro planejado; c) a **precarização do emprego e a escalada do desemprego**, manifestando-se assim, um déficit de lugares ocupáveis pelos pobres na estrutura social, compreendendo-se por lugares, as posições relacionadas à utilidade social e ao reconhecimento público.

Desse modo, Castel (1998) desenhou por meio de seu estudo, uma espécie de diagrama da questão social, em que a vulnerabilidade de massa se traduz em contingentes cada vez maiores de desempregados, de inimpregáveis, de precarizados, de pessoas que sobrevivem graças “aos programas de renda mínima, de jovens sem perspectiva de um emprego estável e de todos aqueles que mesmo momentaneamente *incluídos*, estão separados da insegurança social por um linha muito frágil” (MIAGUSKO, 1999, p. 171).

Castel (1998) salientou que na sociedade salarial, a conquista de um sistema de proteção social, fez do salariado um sujeito de direitos, o que corresponde uma inflexão no desenvolvimento capitalista, suprimindo assim, a “questão social” que apareceu com a Revolução Industrial. Por essa razão, o sociólogo francês considera haver uma “nova questão social”, no sentido de que a antiga questão havia sido superada com o advento do Estado de Bem-Estar Social. Assim, sob a ótica de Castel (1998), a sociedade contemporânea se encontra em uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências do mercado ou construir uma figura do Estado Social capaz de atender ao novo desafio. A aceitação da primeira opção representaria o desmoronamento da sociedade salarial. Já a segunda opção representaria uma redefinição do pacto social, isto é, um pacto de solidariedade, um pacto de trabalho, enfim, um pacto de cidadania (SIQUEIRA, 2014).

Para Pastorini (2004), a “nova questão social” não se trata da mesma que surgiu no século XIX, pois representa o resultado da revolução tecnológica de uma sociedade agora configurada como “pós-industrial” ou “pós-trabalho”. Assim, as evidências da questão social na contemporaneidade não são decorrência somente de um irreversível progresso tecnológico, mas sim, consequência da crise do sistema capitalista internacional com esgotamento do modelo fordista-keynesiano no início da década de 1970.

Apesar das análises de Robert Castel estarem relacionadas à realidade francesa é possível utilizar seus questionamentos para verificar as condições sociais do Brasil, pois o estudo do referido autor envolve apontamentos que convergem com o contexto brasileiro. A principal, “seria a produção de vulnerabilidades sociais acopladas à perda do lugar de trabalhador para uma parcela da sociedade que, se instala em uma área de precariedade de suas condições materiais de reprodução” (BRANDÃO, 2002, p.142).

Nesse sentido, Lúcio Kowarick (2009) realiza a seguinte indagação: Qual é a questão social brasileira? Para o autor, a questão social brasileira, na realidade, abrange várias questões. Todavia, aquela que mais se sobressai no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade está relacionada à dificuldade de expandir os direitos de cidadania para toda população brasileira.

Após uma década de lutas e reivindicações, num contexto em que gradualmente consolida-se um sistema político democrático, deixa de ocorrer um enraizamento organizado e reivindicativo que consolide um conjunto de direitos básicos. Eles podem estar na Carta de 1988, mas não se traduzem no fortalecimento de um campo institucional de negociação de interesses e na arbitragem de conflitos nem em políticas de sociais de alcance massivo, não ocorreram processos que levassem à consolidação de uma condição do *empowerment* de grupos e categorias da sociedade civil (KOWARICK, 2009, p. 77).

Entretanto, a fragilização de direitos no Brasil não poderia ser vista enquanto decorrente da crise da sociedade salarial, como apontou Castel (1995), pois nunca houvera semelhante modalidade de sociedade no país. Isso porque ela não supõe somente que a força de trabalho esteja em sua maioria empregada de forma perene e regular quanto à legislação vigente. Implica também uma trajetória profissional protegida por contratos coletivos que levem à ascensão socioeconômica ou, ao menos, garantam certos direitos aos que nesse percurso forem alijados do mercado de trabalho. No caso da França, basta analisar o processo histórico que levou ao reconhecimento do desempregado para observar que a construção da sociedade salarial foi permeada por conflitos e negociações que acabaram por produzir o reconhecimento público do assalariado “enquanto sujeito de direitos coletivos quando se figura alijado do processo produtivo. Certamente, esse não seria o caso do Brasil, pelo fato de que as garantias do (não) trabalhador sempre foram muito frágeis” (KOWARICK, 2009, 78).

Para Telles (2001) a nossa velha e persistente questão social é historicamente definida entre a tutela estatal e a gestão filantrópica da pobreza, pois a questão social foi projetada “no

cenário político brasileiro sob uma figuração plural que colocava no foco do debate as possibilidades de se firmar os direitos como princípios reguladores da economia e sociedade” (TELLES, 2001, p.04). Ianini (1991) acredita que há uma tendência a naturalizar-se a questão social por meio de duas visões. A primeira, é que ela é compreendida como um “problema de assistência social”. Já na segunda percepção, a questão social é entendida enquanto problema de violência (repressão, segurança e opressão).

Feltran (2008) avalia que novas nuances foram incorporadas à questão social a partir de 2004. O autor acredita que as dinâmicas sociais das periferias urbanas poderiam ser interpretadas a partir de uma série de crises – do emprego formal, da religiosidade católica, da promessa de mobilidade social da família operária, dos movimentos sociais e de sua representatividade. Tal panorama representaria uma crise, mas não um aniquilamento, pois: a) as relações sociais e a sociabilidade permaneceram em grande medida estruturadas pela categoria trabalho, apesar do desemprego crescente; b) a moral popular católica permaneceu dominante, embora o crescimento dos evangélicos neopentecostais fosse evidente; c) as ações coletivas populares seguiram atuando, embora sua representatividade passasse a ser questionada; d) “a perspectiva de ascensão social da família se mantinha como esperança, reanimada pelo crédito a Casas Bahia, embora a frustração do sonho de viabilizá-la pelo emprego fordista já fosse inescapável” (FELTRAN, 2008, p.97).

Mas quando se enquadra a questão social brasileira, enquanto a negação do direito a ter direitos (ARENDR, 2009), há um componente vital que torna essa negação ainda mais aguda: a extrema precariedade no padrão de vida urbano. Nessa perspectiva, destaca-se as favelas – entendidas como ocupação de terra pública e privada, barracos de alvenaria ou residências de alvenaria – localidade que é constantemente representada como o “locus do mal” em boa parte das cidades médias e grandes do Brasil (BURGOS, 2004, KOWARICK, 2009, VALLADARES, 2005).

No artigo, “A favela na cidade-commodity: desconstrução de uma questão social”, Luiz Cesar Ribeiro e Mariana Olinger (2012) avaliam que a questão social que envolve as favelas cariocas sofreu uma metamorfose ao longo dos últimos anos. Os autores afirmam que a questão social da favela sempre esteve envolta em um campo discursivo que emoldura a favela como objeto passível de diferentes tipos de intervenções, conforme os interesses de determinados grupos de poder. Ribeiro e Olinger (2012) enfatizam que a partir na segunda metade da década de 2000, as favelas passaram a ter um ambíguo tratamento por parte dos

dispositivos de gestão: se por um lado, as favelas consideradas um entrave ao desenvolvimento deveriam ser removidas, por outro, as favelas em que a remoção não fosse viável, fazia-se necessário a integração da mesma à cidade. Ao mesmo tempo em que se esvaziava a questão social, essa ação teria como objetivo estratégico, a ampliação do mercado consumidor nas favelas e a transformação das mesmas em ativos a serem explorados sob a perspectiva do “empreendedorismo dos ricos”.

Sabrina Ost e Sonia Fleury (2013) salientam que é lugar comum a constatação de que a atuação estatal nos “territórios da pobreza” – seja ela policial, assistencial ou promocional – possibilitou a expansão do mercado e gerou novas possibilidades e tensões em relação às garantias cidadãs dos *favelados* em virtude das ameaças de remoção e à elevação do custo de vida. A conformação da favela-mercadoria sinalizou uma progressiva mercantilização dos espaços e a cidade passou a ser um lugar estratégico para se entender as relações entre produção dos mercados, dispositivos de poder e gestão das populações (TELLES, 2015).

#### 2.4. “Pague a conta de luz. Seja um cidadão!”: *Pacificação, cidadania e o “empreendedorismo dos ricos” nos “territórios da pobreza”*

No livro, “A produção do espaço capitalista”, David Harvey (2005) concluiu que as administrações públicas na contemporaneidade são balizadas pelo planejamento estratégico e pelo empreendedorismo urbano. Para o autor, parece haver um “consenso geral” emergido em todo o “mundo capitalista” avançado, em relação aos benefícios positivos “obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 2005, p.167). Na estratégia dominante do chamado empresarialismo urbano ou empreendedorismo urbano, os governos buscaram a partir da década de 1980, a associação entre a esfera pública e a privada. O empreendedorismo urbano representou uma modificação estrutural no padrão de gestão urbana, desenvolvida a partir da crise macroeconômica mundial do modelo de regulamentação fordista e da crise fiscal financeira do Estado keynesiano (VIEIRA, 2008, HARVEY 2005),

[...] o empresarialismo urbano, como modelo de gestão para os governos locais no contexto do capitalismo tardio, pode ser definido como um conjunto de ações do governo local com efeitos nas instituições urbanas, bem como nos ambientes urbanos construídos, que visam potencializar a vida econômica através da criação de novos padrões e estruturas urbanas de produção, mercado e consumo (FERNANDES, 1998 apud VIERA, 2008, p. 56).

O Rio de Janeiro vem passando por modificações no seu padrão de governança, que parece caracterizar-se por uma gestão empreendedora, sendo que as ações dos dispositivos de gestão vêm promovendo profundas reestruturações na cidade tendo como meta a urbanização neoliberal, isto é, a transformação socioespacial adequada à dinâmica de mercantilização de cidades. Nas últimas décadas, a capital fluminense se tornou palco de grandes eventos internacionais – Jogos Pan-Americanos, em 2007, Jornada Mundial da Juventude, em 2013, a Copa do Mundo, em 2014 e por fim, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016. Esses eventos foram divulgados pelo poder público e pela mídia hegemônica como um “momento de oportunidade” para a feitura de grandes intervenções urbanísticas que, passados os eventos, deixariam um importante legado para a população carioca (LACERDA, SALLES e NOVAES, 2016).

E a implantação das UPPs estaria atrelada a um planejamento urbano carioca que viabilizaria o novo modelo empresarial proposto para a cidade. Brito (2013) ressalta um exemplo ilustrativo da relação existente entre *pacificação* e o empreendedorismo urbano. O autor destaca que o papel das UPPs instaladas em favelas do centro da cidade para garantir a realização do projeto Porto Maravilha foram fundamentais na privatização do espaço público local, como também, na comercialização de Certificados de Potencial Adicional Construtivo – CEPACS – no mercado financeiro, o que acabou por promover “a financeirização da cidade, aprofundando o processo de empresariamento urbano em uma área onde cerca de 70% do solo é público” (BRITO, 2013. p.97). Tal processo segue na contramão do Estatuto da Cidade e da função social da propriedade,

Assistimos, na última década, algumas cidades brasileiras aderirem mais fortemente a esse processo de gestão pública empreendedora, colocando-se na contramão do Estatuto da Cidade, que prevê a obrigatoriedade do Plano Diretor, em nível municipal, para definir a função social da propriedade e os limites ao uso privado do solo urbano. Ao contrário, promove-se e incentivam-se investimentos sem a adoção de instrumentos de promoção da função social da propriedade que poderiam proteger as classes populares residentes nestas áreas dos agentes do mercado, levando a apropriação daquele espaço por outros agentes econômicos (LACERDA, SALLES e NOVAES, 2016, p.03).

Pode-se afirmar que foi inovadora a articulação da ação governamental e grupos empresariais no planejamento e execução dessa política empreendedora (OST, FLEURY, 2013), em que moradores das favelas *pacificadas* a integraram na condição de consumidores. Com a *pacificação*, foi possível observar uma presença maciça de empresas disponibilizando serviços que antes apenas eram oferecidos aos moradores do “asfalto” – entretanto, eles têm que pagar a conta por esses serviços prestados – como também, pelos serviços já auferidos na forma de gato, que passaram por um processo de regularização. “O pagamento das contas, contudo é apresentado pelos gestores das empresas em questão (privadas ou públicas) como o primeiro passo para o exercício da cidadania” (ROCHA, 2015, p.23-24).

Conforme Vanessa Andrade (2013), os moradores das favelas estão sendo “ensinados” que as práticas que forjaram ao longo dos anos como forma de se integrarem à sociedade de consumo, como os gatos de internet, luz, TV a cabo devem ser consideradas execráveis e que pagando regularmente as contas desses serviços se transformarão, enfim, em cidadãos. Tal “Vontade pela cidadania” – expressão cunhada por Fonseca (1997) – representa um desdobramento e ao mesmo tempo, um facilitador da implantação e desenvolvimento de

“procedimentos da biopolítica neoliberal que transformam a cidadania em uma mercadoria fabricada em série comprada a prestações que devem ser pagas junto com as taxas de IPTU, luz, TV a cabo, cartão de crédito, etc” (ANDRADE, 2013, p. 59).

Essas práticas desenvolvidas pelos aparelhos institucionais atualizaram uma ideia de cidade e “vem contribuindo para a sustentação de múltiplas formas de sujeição. Uma ideia que acaba por reproduzir uma série de fascismos que ao mesmo tempo seduzem e aprisionam os corpos tornando-os cada vez mais submissos” (ANDRADE, 2013, p.59-60).

Assim, nas favelas *pacificadas* a seguinte frase se tornou popular: “A Sky vem em cima do caminhão do BOPE”. A atuação da empresa só foi possível graças a um acordo realizado entre a Sky, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Segurança do Governo do Estado que, por sua vez, resultou em um pacote promocional da Sky chamado “Sky UPP”. O pacote “Sky UPP” disponibiliza 89 canais de todos os gêneros, incluindo sete dos dez canais mais assistidos da TV paga. Os assinantes também contam com a rede de assistência técnica da operadora. O então presidente da Sky, Luiz Eduardo Baptista Rocha, explanou o seguinte discurso no dia da inauguração do programa: “A Sky, como empresa cidadã, espera sinceramente poder colaborar com a reintegração dessas comunidades ao processo econômico”. Já o então secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques, avaliou que oferta do pacote da Sky é importante conquista para o exercício da cidadania dos cariocas nesses *territórios*, onde se promove a formalização, integração e o progresso (PROP MAK, 2010).

Com a *pacificação* de algumas favelas do Rio, a Light – distribuidora de energia do município – passou a ver na formalização dos consumidores que usam *gatos* sua “principal oportunidade de negócios”. Os *gatos* produziam uma perda estimada em um bilhão por ano para empresa, para uma receita total de seis bilhões. Para reduzir as perdas, a Light agiu como *cão perdigueiro* “farejando” os passos da polícia nas ocupações de morros. O objetivo da companhia seria atingir praticamente todas as favelas com UPP. “No Santa Marta, a empresa viu seu faturamento subir de R\$ 600,00 (com apenas quatro casas pagando as contas) para R\$ 75.000,00, recolhidos em 1.600 domicílios, após a regularização” (FOLHA ON LINE, 2010).

Em março de 2014, o jornal *The Guardian* publicou uma matéria escrita por Clarissa Lins, consultora contratada pela Light. Na referida publicação, Lins enfatiza que por muito tempo os moradores de favela roubaram a energia das empresas concessionárias – que nada podiam fazer diante do controle armado do tráfico de drogas – porém, o panorama havia se

modificado totalmente com a *pacificação*. De acordo com a consultora da Light, com o *território* sob controle do Estado, havia uma necessidade urgente de retomar a prestação de serviços básicos de forma regular. “As pessoas arriscaram suas vidas para roubar energia e não levaram em consideração os níveis de consumo. Para a empresa local, esses potenciais clientes foram responsáveis pelo alto nível de perdas e inadimplência”, disse Lins. Ela completou o artigo afirmando que o “contrato social havia sido interrompido” e fez questão de frisar que a Light não pode ser vista como “vilã da história”, mas sim, um ente importante no processo civilizatório pelo qual os moradores deveriam passar (THE GUARDIAN, 2014).

Clarissa Lins também afirmou que o governo federal desenvolveu um regulamento voltado para populações de baixa renda por meio das quais as empresas concessionárias de energia elétrica tiveram que investir 0,5% do lucro operacional anual em "programas de eficiência energética". Esses investimentos abrangiam iniciativas práticas, como a substituição de aparelhos domésticos antigos (refrigeradores, lâmpadas, entre outros) por modelos mais eficientes; e iniciativas educacionais, para que as pessoas compreendessem a necessidade de ajustar seus padrões de consumo a níveis que gerariam uma conta acessível.

Entretanto, a visão a respeito da Light por parte de quem vive nas favelas *pacificadas* é nada positiva. De acordo com relatos de moradores da Favela Santa Marta, as primeiras faturas da Light vieram com preços abusivos, em torno de R\$ 1.000,00. Pedro, morador do *território*<sup>37</sup>, relatou que vários residentes tiveram que sair da favela porque não conseguiram pagar as contas. Ele considera essa situação “muito triste”. Esse calamitoso panorama acabou causando grande indignação. Em 2014, os moradores organizaram um protesto contra os abusos da Light no Santa Marta, bloqueando a Rua São Clemente, uma das principais vias do bairro de Botafogo. Centenas de pessoas partiram da Praça Corumbá – ponto de entrada da Favela Santa Marta – e marcharam com as contas de energia elétrica nas mãos, em uma das mais intensas mobilizações já ocorridas na favela (ver Figura 18).

---

<sup>37</sup> A entrevista com Pedro foi realizada em 2015.

**Figura 18 - Imagens do “Ato contra as contas abusivas da Light”**



Fonte: Thiago Firmino/Rio Watch (2014)

Na ação de protesto contra as contas abusivas da Light”<sup>38</sup>, um dos líderes do movimento alertou os moradores sobre o projeto de uma “nova cidade” que estava sendo implantado e proferiu o seguinte discurso:

Eu quero que vocês entendam e compreendam que isso faz parte de um projeto de cidade. Um projeto onde o que está à venda é a própria cidade, uma cidade elitizada, mercantilizada. Uma cidade onde hoje, você que é pobre, é da classe trabalhadora você não pode residir nas áreas nobres. Depois da militarização das UPPs há uma intenção... veja bem quem estão alugando os imóveis no Santa Marta, se é o migrante nordestino, que migrou do Nordeste para tentar uma vida melhor em uma grande metrópole. Não é mais, porque? Encareceu. Quem tá subindo é classe média que também está sofrendo em uma das cidades com o custo de vida mais caro do mundo, porque hoje (o Rio é) pra burguesia e pra elite. Porque você trabalhador, serve como força de trabalho da elite, mas não serve pra viver próximo dos ricos. Eles querem enviar você pra Campo Grande. O PAC no papel é um projeto bom, mas na prática virou um plano muito bom para higienização da pobreza. O Paes não quer mais pobreza nas áreas nobres. E o que manterá a gente aqui? É a nossa resistência, favela é quilombo. Temos que manter com a nossa história. Eles estão mexendo com o maior bem que o pobre tem, que é a sua casa. Estamos contra esse

---

<sup>38</sup> Ato contra as contra as contas abusivas da Light realizado no Santa Marta. Data:25/03/2014. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=zbYUNo3wRGg>> Acesso em 14/04/2016

processo fascista de gentrificação da pobreza. (Morador da Favela Santa Marta, em ato contra as contas abusivas da Light, 2014)

O documentário “Histórias da pacificação – Descaso da Light” (2013), narra o drama vivido por Francisco, morador da Favela Santa Marta. O residente de 69 anos relata um problema referente ao aumento da conta da energia elétrica, afirmando que “*na primeira conta veio R\$379 e pouco... depois a outra, na segunda que veio, veio R\$451,00, e a outra veio R\$508 e essa de agora veio R\$1.252*”.<sup>39</sup> Ele acredita que nada justifica esse aumento, porque o bar em que é proprietário apenas possui um *freezer*, uma geladeira e um ventilador. Assim, viver com esse débito a pagar lhe causou depressão e longas noites de insônia. Francisco afirma o seguinte: “*Eu queria que esse pessoal da Light tivesse uma consciência e viesse aqui ver o que está acontecendo nesse relógio (de força). Eu não sei o que eu faço [...]*”. Ele completa: “*o dinheiro que eu ganho é para comer*”.<sup>40</sup>

Além da formalização do serviço de energia elétrica, outra preocupação dos moradores de favelas *pacificadas* se refere à especulação imobiliária. Na reportagem intitulada “Imóveis em favelas com UPP sobem até 400%”, moradores relataram que com a *pacificação* e a consequente valorização das residências, tem sido difícil comprar ou alugar casas nesses *territórios* (O GLOBO, 2010). Um fato que vem gerando incômodo para os residentes tem a ver com a ambiciosa ação de grandes empresários sob os “territórios da pobreza”, pois eles têm comprado áreas inteiras para construir grandes empreendimentos (CBN, 2014).

O alto custo de vida em virtude da obrigatoriedade do pagamento por serviços e o crescimento da especulação imobiliária têm tornado a permanência dos moradores dessas localidades cada vez mais difícil. Se no processo de constituição histórica das favelas, os moradores estavam preocupados com a remoção forçada, por meio de uma violência impositiva – embora isso ainda aconteça em alguns *territórios* do Rio– a preocupação agora, refere-se à um tipo de “remoção branca”, em que o deslocamento dos moradores se daria por meio da “pressão do mercado”, iniciando assim, um processo de gentrificação<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Documentário Historias da “Pacificação” – Descaso da Light (2013).

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> O termo gentrificação é uma tradução literal da palavra *gentrification*. Ele foi utilizado pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964. A expressão descrevia um novo processo de mudança urbana que se iniciava no centro de Londres. As mudanças descritas pela pesquisadora atualmente são conhecidas como *gentrificação clássica* e representam a “invasão” da *gentry* (termo que pode ser traduzido como “pequenos nobres ingleses, porém, reporta-se as classes médias) nos bairros onde morava a classe trabalhadora, substituindo a população então residente pela *gentry* (OLIVEIRA, 2017).

Para a diretora executiva da ONG Comunidades Catalisadoras, *Theresa Williamson*, a remoção branca ou gentrificação, normalmente, inicia-se com um grupo bem-intencionado, como os estrangeiros que se mudam para as favelas em busca de experiências culturais e moradias mais baratas. “A gentrificação é o contrário do desenvolvimento comunitário. Quando há o desenvolvimento, os moradores conseguem se beneficiar, o que não ocorre nesse processo de remoção branca, em que as pessoas são expulsas da comunidade”, avalia Williamson. Contudo, ela enfatiza que a culpa maior é do empresário carioca que realiza grandes empreendimentos nas favelas (CBN, 2014).

No Rio de Janeiro, a Favela do Vidigal é uma das mais atingidas pelo processo de gentrificação (ver Figura 19). Conhecida como o “Morro dos artistas”, tornou-se local que abriga festas e casas luxuosas. O presidente da Associação dos Moradores do Vidigal, Marcelo da Silva, avalia que os residentes da favela ficam contentes em receber visitantes. Porém, essa popularidade também tem acarretado problemas. “Muitos não têm mais condições de viver aqui, os aluguéis deles sobem de preço e eles têm que arranjar outro lugar para morar”, ressaltou Silva (DW BRASIL, 2014).

**Figura 19 – O processo de gentrificação no Vidigal**



À esquerda da imagem, observa-se a construção de uma casa luxuosa no Vidigal. Ao fundo, casas de padrão costumeiro nas favelas.

Fonte: DW Brasil (2014)

Assim, com o enquadramento do Rio de Janeiro enquanto *city marketing*; o avanço do empresariamento urbano sobre as favelas; a derrocada da UPP Social e os processos de

gentrificação, foi possível evidenciar que a já “esvaziada” questão social nas favelas cariocas cada vez mais é secundarizada, pois os dispositivos de gestão apenas conseguem conceber esses *territórios* na ótica da mercantilização de espaços e da gestão militarizada, passando ao largo da pauta dos direitos sociais.

No texto “O mercado sobe o morro. Cidadania desce?”, Sabrina Ost e Sonia Fleury (2013), avaliam que a expansão do mercado propiciada pela maior inserção do Estado nas favelas *pacificadas* possibilitou a chegada de alguns benefícios – como serviços de melhor qualidade, diversidade na oferta, conhecimento, oportunidades de fontes de renda e de capacitação – contudo, aqueles que tiveram mais capacidade de aproveitar a oportunidade de lucrar foram os mais beneficiados com a *pacificação*, como é o caso das grandes empresas e alguns pequenos empreendedores, enquanto outros tantos vivem na insegurança. Assim, correu-se o risco de que esta política acabasse acarretando o empobrecimento da população, ao mesmo tempo em que o governo do Estado dizia ter “como meta a redução da pobreza” (OST, FLEURY, 2013, p. 663). As autoras cunharam o termo “cidadania de exceção” para nomear o tipo de cidadania que o Estado buscou oferecer ao *favelado*, pois as políticas implantadas pelo mesmo, por um lado, não levaram em consideração as desigualdades históricas entre a população da favela e a população do *asfalto*; e por outro, igualaram os deveres de consumidores sem que os moradores de favela fossem agraciados com os bens públicos que o Estado oferece à população do *asfalto*. Elas advogam que o Estado deveria ter como foco a proteção social,

A história nos mostra que o Estado tem papel primordial na compatibilização entre mercado e a segurança do cidadão visando o enriquecimento da vida civilizada com a redução do risco e da insegurança. Sem proteção e regulação estatal, os moradores da favela veem os direitos de cidadania ameaçados pela crescente especulação mercadológica e imobiliária, além de sofrerem o empobrecimento causado pelo aumento do custo de vida (OST, FLEURY, 2013, p. 664-665).

Nessa perspectiva, Dardot e Laval (2016) avaliam que a racionalidade neoliberal – que hegemônica em todo mundo – não indaga sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado, aos direitos ou ao cálculo da utilidade, sua preocupação se relaciona sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si. “O neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica

normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 34).

E partir do momento em que racionalidade neoliberal se aglutina ao dispositivo da *pacificação*, tem-se então, uma rede discursos, práticas e renovados dispositivos capazes de “inventar novos sujeitos” nas favelas cariocas. No próximo capítulo, será apresentado com detalhes o funcionamento dos dispositivos de normalização dos “favelados normalizáveis”.

## CAPÍTULO 3

### **Dos dispositivos de normalização à produção dos sujeitos empreendedores nas favelas *pacificadas***

No capítulo anterior, foi possível observar que as iniciativas em prol da expansão da cidadania nas favelas *pacificadas* foram rapidamente suplantadas por ações que propuseram a expansão da lógica de mercado naqueles *territórios*. Mas para que o *favelado* abraçasse as oportunidades econômicas da *pacificação*, primeiramente, seria necessário transformá-los em “sujeitos empreendedores”. A partir de então, algumas indagações se tornaram imperativas, tais como: Que discursos, tecnologias e práticas foram utilizados para conformar o *favelado* enquanto sujeito empreendedor? O que representa o empreendedorismo na vida desses moradores? Quais são os desafios que enfrentam? De forma eles vinculam à *pacificação* com o surgimento de novos negócios na favela?

Para responder esses questionamentos, procurou-se evidenciar que após a *pacificação* foi possível notar a atuação de um dispositivo formado por instituições governamentais e não governamentais que buscaram configurar os “territórios pacificados” em uma *nova era*, em que o “empresariamento de si” deveria ser a principal aposta para se vencer na vida

Nesse sentido, o estudo analisou o papel do Sebrae e da incubadora pública Rio Criativo na conformação dos moradores de favela enquanto sujeitos empreendedores. Essas

instituições empregaram uma série de técnicas que envolveram recompensas e punições, objetivando assim, um melhor “domínio de si mesmo”.

Por fim, verificou-se que após a participação nos programas governamentais, diversos foram os casos de moradores que modificaram a sua trajetória de vida, como por exemplo: o ex-assaltante que se tornou um “empreendedor de sucesso”, a beneficiária do Bolsa família que largou o programa após tornar-se empreendedora, o senhor que deixou o trabalho de carteira assinada para ter o seu próprio negócio, entre outros. Contudo, também foi possível notar que o dispositivo da *pacificação* teve seus limites e que nem todos os moradores de favela possuem histórias felizes para contar.

### 3.1. Ensinando da norma empreendedora

Pessoas com vidas interessantes não têm fricotes. Elas trocam de cidade. Investem em projetos sem garantia. Interessam-se por pessoas que são o oposto delas. Pedem demissão sem ter outro emprego em vista. Aceitam um convite para fazer o que nunca fizeram. Estão dispostas a mudar de cor preferida, prato predileto. Começam do zero inúmeras vezes. Não se assustam com a passagem do tempo. Sobem no palco, tosam o cabelo, fazem loucuras por amor e compram passagem só de ida.

Martha Medeiros (rede social/2017)

A frase acima pertence a jornalista e escritora Martha Medeiros e circula pelas redes sociais de modo contínuo, tornando-se assim, atemporal. A jornalista dita as regras que as pessoas devem seguir para trabalhar as relações que são estabelecidas consigo mesmo. Desse modo, para o sujeito se conformar enquanto pessoa de sucesso e realizada, a jornalista afirma que é necessário não ter medo de se aventurar e que é preciso assumir riscos, correr atrás dos seus sonhos, responsabilizar-se pelos seus fracassos, conduzir-se a felicidade que deseja na vida.

Para Nicolas Rose (2015), a partir do momento em que o poder político nota que as pessoas têm aspiração por liberdade, o mesmo passa acompanhar esse desejo individual e estruturar um campo de ação por onde os sujeitos aspirantes devem ser conduzidos. Na contemporaneidade, o empreendedorismo se tornou uma atividade fomentada pelos mais diferentes dispositivos para que os sujeitos passassem a conduzir-se enquanto “protagonistas de seu destino”.

Nas favelas cariocas com UPP, percebeu-se que o dispositivo da *pacificação* – formado por uma série de instituições governamentais e não governamentais – estruturou o campo de ação dos *favelados* com o objetivo de estimular governos de si mesmo, em um prisma em que os discursos e as práticas institucionais se encontraram entrepostas. Nesse sentido, para reconfigurar as condutas e propiciar a integração da favela à cidade via mercado, houve o desenvolvimento de ações vinculadas à: a) a expansão do crédito para os moradores de favela e b) práticas institucionais ancoradas em um saber especializado – SEBRAE e incubadoras – que visaram impingir no *favelado* o cálculo responsável em relação ao dinheiro.

Antes de tudo, cabe evidenciar que a favela sempre apresentou uma forma de organização notadamente capitalista, com uma pujança econômica que chega a espantar aqueles que com ela se defrontam. As alternativas disponíveis na favela para investimento e acúmulo de capital são as mais diversas, podendo abranger desde a criação de animais à especulação imobiliária e a produção de manufaturas (MACHADO DA SILVA, 2011). Entretanto, com a *pacificação* diversas entidades que tinham acesso restrito às favelas em virtude da criminalidade violenta, passaram a desenvolver programas de estímulo ao empreendedorismo.

Com relação à expansão do crédito, dentre outras iniciativas, pode-se destacar a criação do “Fundo UPP empreendedor”. Esse fundo foi desenvolvido especialmente para fomentar a economia das favelas *pacificadas* ou em processo de *pacificação*, e visou estimular o crescimento dos empreendedores locais, promovendo assim, o desenvolvimento desses *territórios*. Com o slogan: “Crédito rápido para quem começa a transformação na sua comunidade”, o Fundo UPP empreendedor, por meio da AgeRio – Agência Estadual de fomento do Rio de Janeiro – proporcionou atendimento especializado e orientação personalizada, com condições “especiais” para o crédito. O limite de crédito era de até quinze mil reais, com cobrança de taxa mensal de 0,25%, três meses de carência e prazo de até 24 meses para o pagamento. O dinheiro era emprestado para pessoa física e MEI (Microempreendedor Individual) e contava com os seguintes itens financiáveis: capital de giro, aquisição de mercadorias, aquisição de equipamentos, aquisição de itens necessários à atividade empreendedora, obras de reforma, melhoria/ampliação das instalações do empreendimento, entre outros. Como garantia, era necessário apresentar um fiador com renda comprovada ou fiança solidária – de no mínimo três e no máximo dez pessoas (FUNDO UPP, 2014).

Em 2016, a página virtual da AgeRio possuía como destaque a imagem de uma moradora do Morro do Vidigal. Ela evidenciou a importância do dinheiro do Fundo UPP empreendedor: “*O dinheiro que eu peguei foi para ampliar meu hostel. Solicitei este empréstimo que saiu bem rápido e agora estou construindo mais cinco quartos*”<sup>42</sup>

No ano de 2015, uma parceria entre a ABF-Rio (Associação Brasileira de Franchising) e a AgeRio (Agência Estadual de Fomento) proporcionou o oferecimento de capacitação e crédito para que empreendedores pudessem montar novos negócios em favelas

---

<sup>42</sup> Desde o momento de sua criação, todas essas iniciativas continuam funcionando, conforme o site da Agerio (verificado em 14/02/2018). Disponível em: < <http://www.agerio.com.br/index.php> > Acesso em 14/02/2018.

*pacificadas*. Os financiamentos eram realizados mediante análise do negócio, respeitando os limites impostos pela AgeRio (de até quinze mil reais, com juros de 3% ao ano). Assim, também era feita uma avaliação de crédito do interessado e exigido fiador ou aval. Diversos eventos da ABF-Rio foram realizados nas favelas com UPP com o objetivo de mostrar as marcas e modelos de negócios, sendo que em 2015 ao menos 18 marcas de franquias possuíam negócios em favelas que foram *pacificadas*. “A gente identifica esse como sendo um excelente mercado. Tivemos essa coragem porque enxergamos um potencial. Hoje, o Rio de Janeiro é uma coisa só. Não existe comunidade e asfalto, como tinha antigamente” disse o Luis Carquejeiro, então consultor de desenvolvimento da marca *Subway* (R7, 2015).

Pode-se destacar outras iniciativas que visaram estimular o empreendedorismo em favelas, como é o caso do *Viva Cred, o Credamigo*, um programa de microcrédito produtivo do Banco do Nordeste do Brasil S/A e que foi lançado em 2009. O objetivo do programa era atender pessoas que não possuíam acesso ao sistema bancário tradicional, principalmente, as pessoas sem comprovação de renda, como camelôs, diaristas, motoboys, entre outros. A Favela da Rocinha foi o primeiro *território* a ser *acolhido* pelo projeto, sendo que a meta do programa *Viva Cred, o Credamigo* era expandir o seu raio de atuação para dezenas de favelas do Rio (CARVALHO, 2010, MEIRELES e ATHAYDE, 2014).

Para Meirelles e Athayde (2014), é importante destacar que nas favelas *pacificadas*, perdeu-se o “investimento” do tráfico, que de uma forma ou de outra, proporcionava a circulação do dinheiro na favela. Um dos interlocutores do estudo revelou que no Complexo do Alemão os moradores consideravam o traficante Orlando – atuou no tráfico em décadas passadas – uma figura amada por todos, pois ele sempre dispunha de dinheiro para as pessoas necessitadas, incentivava as crianças a irem à escola e promovia até eventos culturais, como por exemplo, o financiamento do show do cantor Elymar Santos. Porém, desde a morte do estimado traficante, o Alemão sofreu com invasões constantes que provocaram o surgimento de novos chefes de tráfico a cada dia, e por não serem “nascido e criado” no *território*, não desenvolveram empatia em relação aos moradores, tratando-os assim, sob “rédeas curtas”.

Meirelles e Athayde (2014) ainda destacam que com a modificação da abrangência e forças de atuação do comércio de drogas nas favelas *pacificadas* – embora ainda persista – o Estado e a iniciativa privada foram “desafiados” a substituírem esse poderoso motor econômico local. E o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – foi um ator relevante no processo de reengenharia de negócios nas favelas. Apesar de a

entidade ser privada, prestou apoio junto ao poder público por meio do programa “Sebrae nas pacificadas”.

Lançado em 2011, esse programa abrangeu os seguintes *territórios*: Cidade de Deus, Vila Kennedy, Barreira do Vasco, Tuiuti, Rocinha, Complexo da Penha, Complexo do Alemão, Santa Marta, Complexo da Maré, Jacarezinho e Rio das Pedras. O programa objetivava apoiar o surgimento de pequenos negócios e teve como público alvo: a) empreendedores de favelas do Rio que já eram ou poderiam se tornar microempreendedores (MEI) e microempresas (ME); b) jovens de 15 a 24 anos com potencial de empreendedorismo; lideranças institucionais e empresariais e instituições públicas ou privadas de fomento ou apoio às atividades empresariais. Nas localidades onde o projeto atuava, foram efetuados plantões de atendimento que buscaram esclarecer os processos burocráticos (como por exemplo, alvará, nota fiscal) que envolvem a atividade de empreendedor. Além disso, o Sebrae contou com um calendário de capacitações, com cursos, oficinas e palestras sobre gestão de negócios (SEBRAE, 2017).

Por meio da “Pesquisa sobre Microempreendedorismo em Domicílios nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora” (2012), desenvolvida pelo Sebrae, foi possível destacar alguns pontos interessantes sobre os novos empreendedores das favelas *pacificadas*. O documento ressaltou a “necessidade” de expansão e fortalecimento do microempreendedorismo como alternativa de geração de trabalho e renda porque a entidade acreditava que a absorção de mão de obra, e o incremento da estrutura produtiva e de serviços pelo “empresariamento de si” seriam “indiscutíveis”. Assim, os objetivos do referido estudo foram:

- a) Captar as características sociodemográficas dos empreendedores moradores nas favelas *pacificadas* com vistas a entender a sua inserção produtiva e levantar demandas nas áreas de educação, programas de transferência de renda, políticas direcionadas à família, capacitação, condições de moradia e dos seus estabelecimentos, entre outros;
- b) Levantar características de infraestrutura urbana nas favelas com o propósito de compreender melhor se os problemas decorrentes são uma trava para o desenvolvimento dos negócios;
- c) Conhecer os diversos aspectos da evolução dos micronegócios nas favelas pesquisadas. Aspectos esses que vão desde as motivações que levaram a abertura do empreendimento, passando pelos aspectos de acesso a serviços financeiros e não financeiros, até a percepção sobre o futuro e expansão do empreendimento;
- d) A favela como geradora de percepções não mensuráveis sobre mercado, o papel da *pacificação*, as percepções de dinâmicas sociais que balizam a expansão das

atividades e a relação com as instituições de apoio e fomento ao microempreendedorismo;

e) Captar a utilização e domínio de ferramentas de gestão, contabilidade, manipulação de estoques, conhecimento de mercado e clientes, entre outros que permitam conhecer melhor os micros processos da atividade e a relação entre o microempreendedor e o seu negócio;

f) Coletar e sistematizar informação de aspectos que aprofundem o debate sobre os determinantes da formalização e os possíveis gargalos decorrentes para o desenvolvimento e sustentabilidade dos microempreendimentos (SEBRAE, 2012, p. 8-9).

Para atingir os objetivos destacados, o Sebrae implementou duas estratégias: uma pesquisa quantitativa capaz de coletar as informações de tal forma a produzir e calcular indicadores de forma robusta e representativa e uma pesquisa qualitativa com a metodologia de grupos focais. A disposição geográfica do estudo compreendeu favelas *pacificadas* das **Zonas Norte** (Andaraí, Borel, Formiga, Macacos, Salgueiro, São João-Mariz-Quieto, Turano, Complexo do Alemão), **Sul** (Babilônia e Chapéu Mangueira, Ladeira dos Tabajaras e Cabritos, Pavão Pavãozinho e Cantagalo e Santa Marta), **Centro** (Providência, Morro da Coroa/Fallet/Fogueteiro, Morro dos Prazeres, Escondidinho, São Carlos e Mineira) e **Oeste** (Batan e Cidade de Deus).

Em relação à pesquisa desenvolvida pelo Sebrae, destacam-se aqui alguns tópicos sobre os empreendedores em UPP:

❖ **Gênero:** Primeiramente, é relevante destacar algumas considerações demográficas envolvendo o gênero dos empreendedores. Em 18 das 20 favelas pesquisadas pelo Sebrae (2012) o número de mulheres microempreendedoras superou o percentual dos homens, em média 56 % dos microempreendedores são do gênero feminino. Apenas no Complexo Alemão e na Babilônia a maioria dos microempreendedores é masculina. Porém, quando se analisa a composição por gênero dos “chefes de família” – pessoas responsáveis pela maior parte renda da casa – a composição feminina apresenta uma queda, já que 57% dos “chefes” são homens, contra 43 % de mulheres. Essa situação constata a desigualdade na renda entre homens e mulheres das favelas *pacificadas*.

❖ **Cor/Raça:** Quando se realiza o recorte de cor/raça, o padrão dos microempreendedores difere da população da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto no Censo 2010, 51% da população do Rio se declarou branca, entre os microempreendedores das favelas pesquisadas pelo Sebrae esse percentual cai para 26%. Com a cor/raça parda ocorre o oposto: 52% dos

microempreendedores se autoqualificam nessa classificação, assim como 37% dos habitantes da cidade. Já entre os autodeclarados pretos, a variação é menor: 11% dos moradores do município contra 21% dos microempreendedores pesquisados. Assim, realizando o agrupamento sugerido pelo IBGE, as favelas da pesquisa contam com 73 % de empreendedores negros e 26% de empreendedores brancos.

❖ **Registro dos negócios:** No total das favelas com UPPs estudadas pelo Sebrae (2012), apenas 17% dos microempreendedores afirmaram que possuem algum tipo de registro de negócio. Este resultado foi influenciado pelo baixo patamar de formalização entre as pessoas que trabalhavam por conta própria, dos quais somente 14% tinham algum tipo de registro. Os registros mais frequentes nas favelas avaliadas foram o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (74% dos empregadores formalizados<sup>43</sup> e 47% dos trabalhadores por conta própria formalizados possuíam CNPJ), o cadastro de microempreendedor individual (32% dos empregadores formalizados e 27% dos trabalhadores por conta própria formalizados eram MEIs), as licenças ou permissões estadual ou municipal (22% dos empregadores formalizados e 17% dos trabalhadores por conta própria formalizados) e os alvarás (24% dos empregadores formalizados e 13% dos trabalhadores por conta própria formalizados).

A partir de 2011, o Sebrae iniciou uma “cruzada” nas favelas com a meta de combater o trabalho informal. Segundo a instituição, 92% dos negócios nas favelas não eram regularizados. Conforme a coordenadora de empreendedorismo em comunidades *pacificadas*, Carla Teixeira, o Sebrae lançou mão de diversos meios para atingir os objetivos da entidade: "*Temos consultores nas UPPs e nas associações de moradores. Utilizamos rádios comunitárias e até capacitamos soldados da polícia sobre a importância do comércio legal*". Ela evidencia ainda que a informalização se refere a uma “cultura” que precisa ser mudada e que com a *pacificação* a tendência era que os negócios fossem formalizados (UOL ECONOMIA, 2012).

Ainda conforme Carla Teixeira (2015), o Sebrae observou um obstáculo nas favelas *pacificadas* que é comum para todos os empreendedores brasileiros: a falta de preparo ao montar um negócio. Para ela, com as empresas que nascem em favelas, essa dificuldade é agravada devido à falta de estudo desses pequenos e médios empresários.

---

<sup>43</sup> Empregadores formalizados são empreendedores que possuem funcionários, ao contrário dos empregadores por conta própria, que executam todo o serviço sem o auxílio de funcionários.

O trabalho do Sebrae é realizar palestras e capacitar esses empresários para que eles consigam gerir seus negócios. Durante os trabalhos realizados nas comunidades, tivemos que adaptar o material para uma linguagem mais acessível e que fosse compatível com a escolaridade desses empreendedores. Além disso, orientamos sobre diversos aspectos de um negócio, como o acesso ao crédito e precificação de produtos. Desde 2010, fizemos 60 mil atendimentos e conseguimos formalizar mais de seis mil empresários. Devido à localização geográfica e a forma como as construções foram organizadas, uma dificuldade específica das favelas, está relacionado com a logística. Alguns fornecedores não conseguem entregar mercadorias: as ruas são muito estreitas e íngremes, então, caminhões não passam. A logística fica geralmente mais cara (TEIXEIRA, 2015, p.01).

Para a coordenadora do “Sebrae nas pacificadas”, a favela se constituiu em um verdadeiro “celeiro de oportunidades”. Assim, foi possível visualizar dois tipos de negócios dentro dos *territórios* cariocas: **negócios destinados ao consumo interno**, como os dos cabeleireiros, mercadinhos, bares, entre outros; e **empreendimentos voltados para o público externo**, como os *hostels* e guias de turismo que trazem pessoas de fora para dentro das favelas. Pelo fato da maioria dos empreendedores ainda serem informais, os mesmos tiveram acesso a crédito de forma muito limitada. Dessa forma, o potencial dos empresários das favelas estaria sendo “podado” em virtude desse fator, conforme a coordenadora do Sebrae (TEIXEIRA, 2015).

Durante a realização da pesquisa de campo, observou-se que por meio do programa “Sebrae nas pacificadas”, a referida instituição literalmente “colonizou” a Favela Santa Marta. Como conta Samantha (nome fictício / guia de turismo. Pesquisa de Campo, 2017), “*o Sebrae na verdade, não tinha um estande. Eles usavam a associação, eles na verdade utilizavam as parcerias. Eles usaram uma salinha da UPP. Eles fizeram parceria com a Igreja também*”.

Ela destacou que fez vários cursos no Sebrae e que a entidade foi fundamental para que a mesma soubesse organizar o seu negócio, sendo que foi no Sebrae que conheceu a sua sócia, Margarete (nome fictício, guia de turismo. Pesquisa de Campo, 2017). Samanta acredita que “*o Sebrae é muito bom, ele ajudou a gente bastante. Só não teve ajuda do Sebrae quem não quis. O Sebrae deu uma grande oportunidade aqui para galera*”. Outro guia de turismo do Santa Marta –Carambola – também disse que participou de vários cursos do Sebrae nos dois anos em que o programa “Sebrae nas comunidades” esteve no *território*.

Eu fiz vários cursos no Sebrae, marketing, empreendedorismo, vendas, precificação, lucro, tudo, o Sebrae há uns dois anos atrás lançou um projeto chamado “Sebrae nas comunidades”, que era para empreendedor de turismo de favelas, teve uma capacitação durante dois anos, tudo quanto é capacitação que você

puder imaginar. Tinha muitos encontros aqui, mas lá no centro da cidade também, na Candelária. Um grupo de empreendedores de favela ia participar dos cursos (Entrevista com Carambola. Pesquisa de campo, 2017).

Henrique (nome fictício, guia de turismo do Santa Marta) segue a mesma perspectiva de Carambola. Para ele, o Sebrae foi fundamental para que entendesse o que era o empreendedorismo,

O Sebrae foi muito importante na nossa comunidade porque eu particularmente fiz inúmeros cursos do Sebrae e foi muito bom para eu entender um pouco o que é empreendedorismo... como a gente consegue ganhar um certo volume de dinheiro em um determinado período do ano e depois como se faz para se manter com esse mesmo dinheiro. Eu fiz um curso de precificação. Eu aprendi como cuidar do meu negócio. Nós fizemos muitos cursos no Sebrae. Ele foi muito importante, pelo menos para mim. Para mim, foi muito bom. Ele foi fundamental para eu entender o mercado (Entrevista com Henrique. Pesquisa de Campo, 2017).

Já Andressa – nome fictício, dona de uma loja de souvenir na Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2017 – disse que ter frequentado vários cursos que o Sebrae disponibilizou na favela foi motivo de orgulho para ela. *“Eu fiz vários no Sebrae, meu filho! Eu quase morava lá. Eu fiz formação de preço, fiz monitora de turismo. O curso de serigrafia foi no Sesi. Eu fiz muito curso no Sebrae”*.

Para que os moradores de favela pudessem se constituir enquanto empreendedores, eles tiveram que estudar uma série de materiais de apoio do Sebrae. Dentre os principais conteúdos disponibilizados aos moradores, pode-se destacar o *“Guia Essencial para empreendedores”*. Esse guia tem como intuito ajudar as pessoas a realizarem um trabalho sobre si mesmas, como é possível observar no seguinte trecho: *“É a partir das atitudes que os empreendedores mudam o mundo. E são atitudes que queremos ajudá-lo a despertar. Vamos encorajar você a começar”* (SEBRAE, 2015, p.67). De acordo com o livro, o empreendedorismo representa um modo de pensar, uma atitude que deve ser desenvolvida, sendo que ela somente é aprendida se for praticada (SEBRAE, 2015).

Em sua cartilha, o Sebrae detalha os passos que os moradores de favela devem seguir para desenvolverem uma atitude empreendedora. Assim, eles necessitam ter: a) **Persistência**: saber que todo empreendedor comete erros, porém, se eles acontecerem é necessário prosseguir; b) **Resiliência**: possuir capacidade de retornar ao seu estado natural após viver

“situações incomuns”; c) **Mente aberta**: ler materiais de apoio, livros, revistas, blogs que possam expandir o conhecimento do empreendedor e por fim, d) **Mentoria**: ouvir os conselhos empreendedores experientes e de consultores especializados (SEBRAE, 2015).

“Todas as práticas pelas quais o sujeito é definido e transformado são acompanhadas pela formação de certos tipos de conhecimento” (FOUCAULT, 1993, p.205). Nesse sentido, os materiais de apoio do Sebrae possuem um saber especializado que é legitimado institucionalmente e contém verdades que os moradores de favela tiveram que assimilar como suas, para que assim, pudessem se constituir enquanto sujeitos empreendedores.

Contudo, não foi apenas o Sebrae que auxiliou os moradores de favela a se tornarem empreendedores. Isabela – nome fictício, guia e dona de uma agência de turismo na Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2017 – afirmou que após passar por um rigoroso processo seletivo, conseguiu ser assessorada pela incubadora Rio Criativo. A empreendedora destacou que a entidade somente a aprovou no certame pelo fato da Favela Santa Marta contar com uma base da UPP.

O Rio Criativo se trata da primeira incubadora pública de empreendimentos criativos do Brasil. Essa incubadora surgiu em 2010. É um projeto da Secretaria Estadual de Cultura em parceria com o Ministério da Cultura, a FAPERJ<sup>44</sup> e o Instituto Genesis (da PUC-Rio). A Rio Criativo estimula negócios da denominada “economia criativa”. Tais negócios englobam: arte cênica; música; arte visual; literatura e mercado editorial; audiovisual; arquitetura; design; moda; gastronomia; cultura popular; patrimônios material e imaterial; artesanato; entretenimento e eventos; e turismo cultural (RIO CRIATIVO, 2017).

Conforme Ivana Brandão, então gerente de incubação da Rio Criativo, o projeto nasceu com o propósito de “disseminar a cultura empreendedora no Estado” criando espaços de incubação de empresas,

O Rio Criativo é dividido em quatro núcleos, o núcleo de incubação, o núcleo de conhecimento, o núcleo de negócios e o núcleo do laboratório audiovisual [...]. Através dos quatro núcleos a gente desenvolve a economia no Estado do Rio de Janeiro. O núcleo de conhecimento, que é o núcleo que dissemina a cultura empreendedora no Estado, oferece cursos, workshops, palestras abertas para qualquer pessoa que tenha interesse nos assuntos de economia (BRANDÃO, 2014, VÍDEO INSTITUCIONAL/RIO CRIATIVO).

---

<sup>44</sup> FAPERJ: *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro*.

Resumidamente, o pensamento que envolve a incubação é trazer a empresa e o empreendedor para um espaço controlado, de modo que a entidade, como também, e o sujeito empreendedor sejam modelados de maneira permanente por uma rede de especialistas. Isabela afirmou ao pesquisador que considera que a participação na incubadora Rio Criativo fez com que ela se tornasse de fato um empreendedora, sendo que ela trata esse projeto como um “divisor de águas” em sua vida. *“Eu sempre falo, todo empreendedor deveria ter uma incubadora para chamar de sua, porque para mim fez muita diferença”*.

Eu participei na incubadora do Rio Criativo. Uma incubadora cultural. Você pode procurar a Rio Criativo e vai ver que eu faço parte da primeira turma. (Na seleção) foram mais de três mil empreendimentos. Desses três mil, eles incubaram 17 empresas e a minha empresa foi uma dessas. Eles gostaram muito da nossa proposta de trabalho. Na verdade, estar na incubadora foi muito mais. Eu falo isso para as pessoas... a incubadora me deu muito mais, como eu falo isso para você, eu fiquei muito mais confiante, pessoalmente falando, porque durante o período de incubação eles forneceram vários cursos para gente e a minha empresa foi uma das que mais participou dos cursos, qualquer curso que tinha a gente participava. Isso foi uma coisa assim... que ajudou muito a gente a afinar a nossa proposta de valor e não só isso, a incubadora ajudou muito a gente a eliminar gorduras da empresa (Entrevista com Isabela. Pesquisa de Campo, 2017).

Dentro da incubadora, os consultores remodelaram a estrutura da empresa de Isabela, deixando-a mais enxuta. De acordo com a empreendedora, os consultores avaliaram que ela não conseguiria oferecer ao seu público uma gama muito extensa de produtos. *“Eles cortaram muito. Então de 40 coisas que eu oferecia, viraram quatro”*. Isabela acredita que essa medida fez com que ela pensasse no que realmente gostaria de oferecer para as pessoas. *“Tinha uma lista de valor que eu queria oferecer para as pessoas, a lista de valor virou portfólio”*.

Isabela avalia que participar da Rio Criativo *“foi muito interessante, como empreendedora eu me senti mais confiante para lidar com o mercado, para lidar com as pessoas e como eu já tinha aquela coisa de pensamento crítico e tudo mais, me ajudou”*. Ela disse que a Rio Criativo ajudou a mesma a conformar a sua empresa como um negócio social. *“Eu na verdade acabei parando na Rio Criativo porque o Sebrae não entendeu a minha proposta de negócio, como o Sebrae trabalha muito com essa coisa mais crua, eu não estava crua”*. Assim, a empreendedora já possuía plano de negócio e o escopo de como a sua empresa iria funcionar, então acreditava que precisava ir além.

Contudo, para Isabela se tornar uma empreendedora incubada pela Rio Criativo, a mesma teve que seguir os ditames da rede de consultores e “abrir mão” de seus valores pessoais. Ela foi praticamente obrigada pela Rio Criativo a participar de um comercial que seria veiculado na Rede Globo de Televisão. Na época em que a reportagem foi gravada, Isabela estava em um momento angustiante, em que tinha que divulgar a empresa e fazê-la faturar a todo custo, já que tinha assumido compromissos bancários, entretanto, *“aparecer na Globo para mim não é uma coisa que eu tenha o maior tesão, muito pelo contrário, a Globo representa o turismo de massa, e eu não quero o turismo de massa na favela”*,

Só que eu tava lá na incubadora né, esses desgraçados (TV Globo) conseguiram né... quase acabar com a minha vida... esses miseráveis. Porque eles vieram fazer uma entrevista comigo e eu falei olha: É tiro, porrada e bomba e aí era aquele cara, o Fábio Judice, [...] então eles vieram, uma repórter da Globo veio também e era aquela coisa assim, você tem que falar isso, isso e isso. Eu já ficava estressada, entendeu? O repórter falava: *“Você tem que falar assim: A água é insípida e inodora”*. Eu falava assim: *“Bom gente, tudo bem?”*. Eles diziam: *“Bom gente não, você tem que falar água é insípida e inodora, eu não falei para você falar bom gente, não tem bom gente”*. Eram frasezinhas curtas (que eu tinha que falar). Então nesse sentido para mim foi muito frustrante, você não tem ideia do que as pessoas vão escrever. Aí as pessoas falam: *“Isabela você apareceu, você é muito orgulho”*, mas eu não senti orgulho, entendeu? Eles fizeram uma matéria sobre a Copa do Mundo. Pô, eu sou uma pessoa que foi em todos os movimentos, eu fui em todos esses protestos, essa p\*\*\*\*a toda (Entrevista com Isabela. Pesquisa de Campo, 2017).

Isabela classificou a experiência de aparecer em uma reportagem televisiva como “muito traumática”, pois ela é uma pessoa vinculada a movimentos sociais que criticavam os efeitos negativos da realização dos eventos esportivos no Rio de Janeiro – como as remoções de casas, por exemplo – e repentinamente, percebeu-se emoldurada em uma reportagem que notadamente vangloriava tais eventos. *“Aparecer na Globo foi muito pesado, mas a p\*\*\*\*a da assessoria de imprensa do Rio criativo ficava no meu pé comendo meu fígado”*. Eles disseram: *“Tem que fazer, porque agora você tem que dar visibilidade para o negócio e tudo mais, isso foi uma experiência boa para mim para entender o que é visibilidade”*. Por meio dessa experiência, a empreendedora disse que compreendeu em que espaços quer estar e sobretudo, onde não deseja estar.

Isabela aprendeu a “duras penas” que para tornar-se uma empreendedora, antes de tudo, é preciso sujeitar-se. A partir do momento em que ela assinou uma linha de crédito junto a Rio Criativo, a empreendedora entrou em um sistema de recompensas e punições. Os tesionamentos de relações de poder marcadas pela dissimetria de poder fizeram com que

Isabela fosse pressionada a renunciar as suas ideias para aliar-se ao pensamento institucional, já que como ela mesma afirma, “o Rio Criativo ficava no meu pé comendo meu fígado”.

Assim, as ações da Rio Criativo instituíram um processo em que o sujeito empreendedor e empresa foram modelados de maneira contínua pelos consultores da referida incubadora. Essa dinâmica pode ser comparada a uma anedota que Foucault (2014) conta a respeito do monge que é confinado no mosteiro, em que o acompanhamento do chefe religioso teria o objetivo de fazer o sujeito efetuar um trabalho de si sobre si,

Assim, como os clássicos, o monasticismo não desconfiava unicamente da carne, mas também do eu. Além disso, o acompanhamento não se interrompe, o monge deve sempre permanecer em retiro com relação a qualquer chefe religioso. O acompanhamento se transforma em conduta autoritária, não tendo mais nada a ver com a evolução pessoal do guia, em direção a um objetivo específico: tornou-se uma técnica de trabalho de si sobre si (FOUCAULT, 2014, p.335).

Em suma, o Sebrae e a Rio Criativo estão relacionados a múltiplos procedimentos ligados a uma “escola” ou a “gurus” que objetivam um melhor “domínio de si mesmo”. Eles possuem como meta o fortalecimento do eu, apresentam saberes autorizados, modos de argumentação empírica e metodologias particulares. Cada método tem seus instrumentos, suas modalidades, sua hierarquia de técnicos. É relevante observar, sobretudo, que “são técnicas que visam a *conduta de si mesmos e dos outros* ou, em outras palavras, técnicas de governamentalidade que visam essencialmente aumentar a eficácia da relação com o outro” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 339-340).

Entretanto, para que os moradores de favela pudessem desenvolver os seus negócios, foram criados programas que tiveram a missão de reconfigurar os *territórios* de acordo com as potencialidades econômicas evidenciadas nas favelas. Dentre os nichos averiguados pelo dispositivo da *pacificação*, o turismo ganhou grande destaque. Em 2010, o Sebrae – em parceria com os governos federal e estadual – participou do desenvolvimento do programa Rio Top Tour. Esse programa teve o objetivo de transformar moradores em guias locais, como também, mapear os pontos turísticos existentes dentro das favelas. Diversos foram os discursos proferidos pelas autoridades presentes na Favela Santa Marta no dia da inauguração do projeto que visava fomentar o turismo nas favelas *pacificadas*:

❶ Eu não poderia deixar de vir inaugurar esse projeto (Rio Top Tour) porque nós, da nossa geração, precisamos recuperar o tempo perdido para que os nossos filhos não precisem chamar nenhum bairro de favela, para que tudo seja bairro, tudo seja comunidade (O GLOBO, 2012). Visitando, andando pelas ruas é que temos a certeza de que a comunidade está em paz [...]. (ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva).❷ As UPPs estão mudando o Rio e o turismo está acompanhando essa revolução, abrindo oportunidades de geração de emprego e renda para a população - ex-ministro do Turismo, Luiz Barreto (MINISTERIO DO TURISMO, 2012). ❸ Este programa é uma celebração do direito de ir e vir –ex-secretária Estadual de Turismo, Márcia Lins (O GLOBO, 2012, p.01).

Os representantes institucionais atribuíram as políticas turismo e de segurança a inserção da favela em uma *nova era*. Eles avaliaram que a partir do desenvolvimento econômico propiciado pela atividade turística as favelas seriam integradas à cidade e que a própria chegada do turista à favela comprovaria o “ambiente seguro” da mesma após a instalação das UPPs. Lívia De Tommasi e Dafne Velasco afirmam que com a *pacificação*, houve uma difusão de imagens positivas nos meios de comunicação, principalmente nas plataformas digitais (que são espaço privilegiados para a atuação das ONGs e governos). Esses aparelhos institucionais configuraram a favela não mais como lugar do tráfico, da “violência, do perigo, do medo e sim, como lugar da solidariedade, da riqueza cultural, artística e estética, em um discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local” (TOMMASI e VELASCO, 2013, p.20).

Assim, o dispositivo da *pacificação* instituiu uma série de discursos que enfatizavam uma suposta “natureza empreendedora” do morador de favela. A reportagem do jornal O Globo é emblemática. Com o título: “Turbinando o DNA empreendedor” (2012), o texto informou que com a *pacificação*, os negócios nas favelas cresceram e as vendas de um a cada quatro comerciantes aumentaram. A publicação avaliou que os moradores das favelas *pacificadas* possuem um “DNA de empreendedor”, pois reconhecem a oportunidade, correm risco, investem no negócio sem “nada a temer” (O GLOBO, 2012).

Conforme a pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela (2015), ser o dono do próprio negócio é o desejo de 40% dos 12 milhões de moradores das favelas brasileiras, tal número é maior que a média brasileira. No Brasil, 23% das pessoas querem se tornar donos de empresas, segundo o estudo. “Entre os moradores de favelas que querem ter o próprio negócio, 55% pretendem abrir em até três anos. A maior parte (35%) deseja investir no ramo de alimentação. Quanto à localização, 63% querem empreender dentro da favela onde vivem”. (UOL ECONOMIA, 2015).

A seguir, serão apresentadas as histórias de alguns empreendedores das favelas *pacificadas* do Rio de Janeiro.

### 3.2. Os empreendedores turísticos das favelas *pacificadas*

Ao entrar na Favela Santa Marta é possível ver centenas de casas aglutinadas. Existem desde grandes construções com três andares a casas com estruturas precárias (que misturam madeira com placas de ferro sobrepostas). Nas lajes das residências de alvenaria se observou muitas caixas de água e antenas parabólicas, sobretudo da Sky. Os turistas que transitam pela favela têm como parada principal a laje do Michael Jackson, onde podem tirar diversas fotos com a estátua do cantor, situado em um espaço conhecido como “Laje do Michael Jackson”. Na mesma laje tem um muro com a imagem do cantor americano feita por pequenos ladrilhos. Esse ambiente é cercado por guarda-corpos por causa da expressiva altura do lugar e recebe muitos eventos, normalmente de samba, que são organizados por empreendedores da favela – mas o público é do “asfalto” – quase não tem morador nas festas realizadas ali.

Em virtude da laje tratar-se do principal ponto turístico da favela, duas moradoras resolveram abrir lojinhas de *souvenir* na entrada e saída do lugar. Próximo à laje, pode-se ver uma das três Igrejas evangélicas da localidade, a Assembleia de Deus. A parede lateral do recinto contém os horários e dias dos cultos, para que assim, o fiel não possa perder os eventos da instituição.

No Santa Marta circulam muitos animais, sobretudo cachorros. Em virtude disso, avistou-se dejetos caninos com frequência por entre vielas e becos. Moradores e turistas tem que fazer “malabarismos” para não sujar o calçado. Por entre as vielas, um salão de cabeleireiro apresentava uma faixa com os seguintes dizeres “*Deixe suas madeixas lindas. Fazemos progressivas e cauterização*”. O dono do local costuma ligar o ar condicionado e ventilador ao mesmo tempo para tentar deter o intenso calor da cidade.

Os microempreendedores são criativos e vendem múltiplos produtos em um mesmo ambiente. Em um dado estabelecimento, foi possível avistar uma barraca que vende ovos, frutas e até cerveja. Em outro, observou-se uma empresa que é um bar na maior parte do tempo, mas no almoço transforma-se em restaurante e durante a noite, pizzaria.

Não muito distante do bar de múltiplas funcionalidades, foi possível avistar um Sushi bar. O dono do estabelecimento apesar de “ser nascido e criado” na favela não trabalha ali, ao invés disso, fez com que dois moradores se transformassem em chapeiros. “*Ele teve o dom de montar o negócio, me profissionalizou, assim como meu amigo, que trabalhava na chapa e*

*que daqui a pouco está chegando*". A *pacificação* ajudou a dinamizar o movimento do Sushi Bar, já que agora o pessoal do "asfalto" passou a adentrar a favela sem grandes temores. "Aqui é pra geral, não tem o negócio de mais para morador não. Vem turista, morador, gente da pista, vem todo mundo. Eles também podem pedir comida pelo whatsapp" completou o chapeiro.<sup>45</sup>

Entretanto, a favela se tornou um espaço para ser explorado também por empreendedores que tradicionalmente estão vinculados ao "asfalto". A festa Spanta Neném, que sempre fora promovida nos bairros nobres no Rio, passou a ser realizada na quadra de uma escola de samba do Santa Marta. O organizador da festa disse que: "Antes das UPP eu não sei se eu faria um evento aqui para o público classe A (...) Essa estratégia de segurança diminuiu muito a violência (...) não se vê mais pessoas armadas na rua". O intuito dele era propiciar o encontro entre o "povo do asfalto" e o "povo da favela". "Precisávamos trazer nosso público para esse movimento, mostrar para as pessoas que a comunidade é carente, mas é legal pra caramba". Uma frequentadora da festa Spanta Neném disse que: "depois da UPP a gente tem mais segurança e fica mais tranquila pra vir aqui. Eu acho que tem que ter festa o ano todo, não só no carnaval". Outro frequentador avalia que "a beleza do Rio é mascarada pelos pontos turísticos normais e na verdade quando você sobe aqui você vê o carioca de verdade" (VILA MULHER, 2016).

Já no Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, moradores que trabalhavam como motoboys resolveram incrementar o seu negócio após a *pacificação*. Além de efetuarem o transporte das pessoas que moram na favela, como sempre fizeram, resolveram criar o *Mototour*, um passeio de moto exclusivamente destinado aos turistas. Segundo um dos motociclistas que trabalha nessa associação informal "a interação com os moradores encantam os turistas, pois eles podem andar das vielas e biroscas, falar frases em inglês com as crianças e até a se arriscarem no funk" (R7, 2014). Em 2009, teve-se a criação do Museu de Favela nos territórios do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo. O Museu de Favela é o primeiro museu territorial<sup>46</sup> integral do Brasil. Ele se refere a uma organização não-governamental que foi constituída pelos moradores do referido conjunto de favelas com o intuito de valorizar a memória coletiva (MORAES, 2010).

---

<sup>45</sup> A entrevista com o chapeiro foi realizada em 2016.

<sup>46</sup> O museu territorial é um tipo de museu que articula a paisagem de uma comunidade por meio de todo tipo de relação entre sociedade e natureza na produção de cultura (SCHEINER, 2009 apud MORAES, 2010)

Assim como o Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, o Complexo do Alemão viveu um *boom* turístico após a *pacificação* e chegou a receber até a visita do príncipe Harry, em 2012. Na ocasião, o príncipe foi apresentado a alguns militares da Força de *Pacificação* e chegou a vestir o boné azul turquesa da tropa. Os militares quebraram o protocolo e sacaram suas máquinas fotográficas para tirarem fotos do príncipe "*Ele quis saber se hoje nós podemos transitar livremente por todas as ruas do Alemão. Falei para ele que podemos, e os moradores também*", disse o então comandante Miguel Paiva (BBC, 2011). Entretanto, dois anos após ser *pacificado* o “Alemão turístico” esmoreceu com a volta dos tiroteios, o que acabou frustrando os empreendedores daquele *território*.

Para compreender melhor a dinâmica que envolve dispositivo da “pacificação” e o desenvolvimento do empreendedorismo nas favelas *pacificadas* foram feitas algumas entrevistas com moradores/empreendedores da Favela Santa Marta, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e do Complexo do Alemão com o objetivo de conhecer melhor a história de vida dos mesmos, como também, quais foram as razões principais que os levaram ao desenvolvimento do próprio negócio.

**3.2.1. Carambola: “A pacificação foi tipo assim: vai lá e faz pô! Você tem que fazer diferente, entendeu? Aí, todo mundo teve que fazer diferente”**

Carambola (nome fictício, negro, 33 anos) é um microempresário da Favela Santa Marta. Ele trabalha como guia de turismo e, além disso, possui uma agência de viagens e um *hostel* na localidade. Também investiu em uma empresa de entrega de saladas. Além disso, exerce a função de cozinheiro quando promove eventos de samba em que o prato principal é a feijoada. Sua vida deu uma grande guinada após participar do programa Rio Top Tour, dos cursos de capacitação oferecidos pelo Sebrae e por fim, após se graduar como guia de turismo em um colégio estadual da cidade.<sup>47</sup>

O empreendedor acredita que a participação no projeto Rio Top Tour foi um “start”, pois o mesmo afirmara que possuía algumas ideias, mas que não sabia como concretizá-las. Conforme ele, as pessoas dizem: “*Vai se capacitar!... falar é fácil, mas pra quem sabe como é viver em uma favela, a dificuldade que tem, do que precisa fazer, você acordar cedo para trabalhar e do trabalho ter que voltar para cuidar dos filhos e ter que estudar. É difícil*”.

Quando o projeto Rio Top Tour veio para o Santa Marta foi dada a possibilidade aos moradores de favela de fazer um curso de guia de turismo em um colégio estadual situado na Praça da Bandeira (as pessoas teriam que ter o ensino médio concluído). Carambola acredita que o conhecimento adquirido no curso de guia foi fundamental para desenvolver o seu negócio. No final de cada semestre, os alunos tinham que apresentar um trabalho acadêmico “*Então, por exemplo, eu apresentava um roteiro no Santa Marta, apresenta um sistema de hospedagem no Santa Marta, apresenta uma reserva no Santa Marta*”. Desse modo, as tarefas acadêmicas serviram de base para a implantação do seu negócio. “*Então daquilo ali eu consegui ter uma visão ampla e aberta. Eu fui investindo em conhecimento e fazendo as coisas acontecerem*”. Após o término do curso, Carambola se regularizou enquanto MEI (Microempreendedor Individual).

Quando eu abri a empresa em 2012, eu abri o MEI. Eu já era guia. Então, já foi um trabalho muito rentável, rentável na questão de você conseguir trabalhar, ter um salário para você e com um pouquinho que sobrasse você empreender com investimentos. Por exemplo, no *hostel*. Então, desde o primeiro ano, começou a dar

---

<sup>47</sup> As entrevistas com o Carambola foram feitas em dois períodos distintos. A primeira foi realizada no mês de janeiro de 2015 e a segunda foi efetuada em dezembro de 2017.

lucro. As pessoas acham o seguinte: começou a dar lucro, então já vem um monte de cifrão, um monte de dinheiro. Desde que você consiga se manter, manter os seus filhos, você consegue pegar um pouquinho da grana e fazer um investimento no seu negócio, fazer um novo cartão, um novo panfleto, um site, já é um lucro. Porque como a gente atua com uma mentalidade de negócio social, ele não visa só o lucro, o lucro é revertido para que as pessoas cresçam e se desenvolvam, então no Santa Marta eu comecei como o primeiro guia da comunidade. Agora nós temos 12 guias, entendeu? E isso para mim é um ganho muito grande. Porque agora, por exemplo, tenho a condição de pegar um aluno que estuda para ser guia e botar num táxi e levar ele na escola para não se atrasar e fazer a matrícula e ajudar ele fazer um curso de guia e hoje ele ser um guia. Então isso é um investimento (Entrevista com Carambola. Pesquisa de Campo, 2017)

Conforme Carambola, o empreendedorismo modificou a sua vida. Para ele, o empreendedorismo significa a transformação de *“uma coisa que você gosta em um negócio e fazer aquilo com muito profissionalismo, com muito amor e com muito comprometimento, não adianta apenas você só empreender você tem que empreender por uma causa”*. Carambola completa afirmando que as pessoas devem empreender por um *“bem comum”*, *“você não pensa só em visar o lucro e ganhar dinheiro, você tem que conseguir resolver algum problema social através do empreendedorismo”*.

Ele acredita que qualquer um pode empreender, mas acha que não é só o fato da pessoa ter dinheiro que a habilita a empreender, como também, não seria somente o fato de ter conhecimento, pois *“são um conjunto de coisas que tornam alguém em um empreendedor e eu costumo dizer que as pessoas que nascem nas favelas já nascem empreendedores, é só deixar aflorar”*. Quando confrontado pelo pesquisador porque as pessoas na favela já nascem empreendedoras, Carambola afirma que é *“porque as pessoas são menos favorecidas, daquela dificuldade transforma em algum negócio para sua família e consegue resolver um problema na sua comunidade, em seu meio de sobrevivência”*.

Carambola acha que o empreendedor precisa ter comprometimento por aquilo que faz e necessita realizar algo que cause um impacto positivo no local onde vive, pois na sua opinião: *“Eu falo para qualquer um que seja empreendedor há muito mais tempo do que eu, não é só visar lucro, visar só dinheiro. É visar transformar um problema numa causa e dessa causa empreender”*. O guia considera o empreendedorismo uma espécie de *“varinha mágica”*, capaz de transformar um barracão de madeira em uma *guest house* (adaptação de uma casa para receber turistas).

Eu trabalhava com coisas que eu não tinha amor, por conta do dinheiro, tinha que pagar as contas de casa para ajudar os meus filhos, fui participar de um projeto social, de um projeto chamado Rio Top Tour, um projeto de turismo, desse projeto eu conheci o mundo do turismo e vi na minha comunidade, na favela, uma oportunidade de empreender e transformar de fato minha favela em um local de acesso para visitantes no mundo inteiro, transformar minha casa em um local onde as pessoas possam se hospedar e ter uma hospedagem de experiência mais diferenciada do que você estar em um hotel cinco estrelas, por exemplo. Você tá em um prédio, tudo bem, você está lá e tal, tal, tal. Mas você não tem uma vista da favela, por exemplo, você não tá vendo uma vista de uma pessoa que mora na favela, muita das vezes em um barracão simples de madeira, através disso (empreendedorismo) consegue transformar sua casa em uma *guest house*, e dessa *guest house* ele consegue movimentar uma grana e com isso sustentar melhor a família, gerar a economia local, fazer com que os turistas gastem dentro da comunidade, isso é muito importante (Entrevista com Carambola. Pesquisa de Campo, 2017).

O outro ponto interessante que Carambola destaca, refere-se ao fato dele acreditar que existe uma grande diferença entre os empreendedores da favela e do “asfalto”, pois esses últimos contam com grande aporte financeiro ao iniciarem os seus negócios,

A diferença é muito grande, a maioria das pessoas que empreendem no asfalto tem dinheiro para investir. Conheci uma menina agora que fez uma *guest house* aqui perto. Na parte de baixo ela alugou o espaço dela, tem um restaurante... fez uma cozinha, um novo negócio vamos dizer, de alimentação saudável. Ela gastou 200 mil no espaço, entendeu? O cara vai fazer um negócio na favela. Aqui na favela não tem um negócio desse. A gente tá ajudando a criar, a desenvolver. A gente criou do nada, do zero, entendeu? Com o que entra a gente conseguiu fazer uma lojinha, com o que entrou a gente conseguiu comprar a bancada, com o que entrou a gente conseguiu pintar. A diferença é muito grande. Desde o conhecimento que eles têm, até contatos e oportunidade financeira, que é o que nós mais nos esbarramos (Entrevista com Carambola. Pesquisa de Campo, 2017).

Para Carambola, a principal vantagem de se empreender na favela é que *“muita das vezes ele (favelado) tem um espaço ocioso e transforma aquele espaço em um comércio, naquele comércio, ele vai na cidade e compra coisa para revender”*. Ele acredita que os moradores do Santa Marta empreendem porque buscam uma melhor qualidade de vida para toda a família. O guia disse que os empreendedores vendem os produtos 10 a 15 % mais caro que nos supermercados, contudo, propiciam uma melhor comodidade aos residentes, pois não precisam sair da favela para comprar algum produto a todo instante. Carambola ressalta que os “empreendedores de favela” colocam “a mão na massa” e desenvolvem o seu negócio com sentimento. *“É aquela senhorinha que faz aquele bolo gostoso, que faz aquele bolo com amor, como se fosse para ela comer”*. Em contrapartida, ele critica os empreendedores do asfalto. *“Diferente de restaurantes de 4 ou 5 estrelas do asfalto que tem o nome do cara lá e*

*só quer saber de contas, quem cuida é o gerente, só que ele mesmo não põe a mão no negócio”*

Já as desvantagens de ser empreendedor na favela estão relacionadas com a falta de conhecimento, a falta de oportunidade, o preconceito da sociedade e principalmente, o preconceito dos empreendedores do *asfalto*. *“Eles acham que quem mora na favela tem sempre que ser submisso a todos eles, por exemplo, no governo Lula criaram o MEI, até hoje eu escuto as pessoas falarem que MEI não deveria existir”*. Ele disse que ouve dos empreendedores do “asfalto” que só quem tivesse muito dinheiro deveria investir em um negócio. Na visão do Carambola, o MEI democratizou o “mundo do empreendedorismo”. *“O MEI você paga quase 50 reais de taxa, você consegue acesso a créditos nos bancos, consegue uma conta jurídica, você consegue a maquininha de cartão de crédito e débito”*. Ele completa afirmando que a possibilidade de o pobre empreender “incomoda muita gente”.

Toda a transformação do Carambola está relacionada à atuação do dispositivo da *pacificação*, que por meio de um leque de instituições governamentais e não governamentais, reconduziu ele para o “mundo da ordem legítima”. O ambiente militarizado criou um ordenamento autoritário, em que o mesmo se sentiu impelido a “agarrar as oportunidades” do dispositivo. *“Mas a pacificação foi tipo assim: vai lá e faz pô! Você tem que fazer diferente, entendeu? Aí, todo mundo teve que fazer diferente”*. “Fazer diferente” representou a ressignificação de sua trajetória, a saída do “mundo do crime” em direção a ascense empreendedora, o que lhe trouxe inúmeras gratificações, dentro e fora da favela.

Entretanto, infelizmente a vida de Carambola não é marcada apenas por momentos exitosos relacionados ao “empresariamento de si”. A trajetória de vida dele foi calcada por inúmeros percalços, pois ele literalmente vivia sob o “fogo cruzado”, na época em que a favela era dominada pelo controle armado do tráfico de drogas. Perdeu o pai cedo e sua mãe era empregada doméstica, não teve muitas oportunidades na vida. Quando adolescente, envolveu-se com o “mundo do crime”. Carambola praticou furtos e assaltos até ser preso pela polícia militar quando iria roubar uma loja de materiais de construção. A prisão se deu de forma violenta, pois até chegou a levar tiro à “queima roupa”. Depois desse episódio, foi condenado a cinco anos de prisão e acabou cumprindo dois anos na penitenciária de Bangu após garantir liberdade condicional. Quando quis recomeçar a sua vida se deparou com imensas dificuldades, pois não conseguia arrumar emprego. Na visão dele, o fato de “ser do

morro” e ex-presidiário complicava a sua vida. Assim, tornar-se empreendedor se configurou em uma brecha, uma forma de “driblar” os preconceitos do mercado de trabalho.

Ele considera que faz parte de uma geração perdida, onde a maioria de seus amigos foi morta pela polícia, em uma perspectiva onde sua trajetória com final vencedor se refere a uma exceção,

Faço parte de uma geração que não teve oportunidade de trabalho, oportunidade de fazer curso, oportunidade de nada, sempre foi discriminada. Se não for fazer como eu fiz, correr atrás, ir batalhar, buscar seu lugar ao sol, vai ser só mais um para sociedade. Mais que morreu, mais um que está buscando trabalho, mais um que está desempregado. Infelizmente, eu sou dessa geração e não vou deixar que a sociedade me conte como mais um. Eu sou mais um sim, mais um que batalha, mais um que corre atrás, que apesar de ter a infância e adolescência perdida... por exemplo, dos 18 aos 20 anos eu estava preso. Eu saí e não consegui arrumar trabalho. Era taxado como ex-presidiário. Não se consegue trabalho. Não se consegue nada. E mesmo eu preso... e muitos amigos meus, mesmo os que não foram presos, sofrem com a mesma discriminação (Carambola, morador e empreendedor da Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2015).

Essa discriminação que Carambola diz sofrer, mesmo com a saída do “mundo do crime” pode estar relacionada ao fato das pessoas acreditarem que os sujeitos que têm uma trajetória de vida como a dele, possuem uma *subjetividade peculiar* (MISSE, 2010), algo como um “carisma de valor negativo”, fazendo com que sempre sejam taxados como “bandidos”.

De acordo com Michel Misse (2010, p.24), a formação de tal *subjetividade peculiar* está vinculada aos processos de sujeição criminal. A primeira dimensão desse conceito é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, por meio de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. Já, a segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, conseguida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária.

Assim, trazer o *sujeito criminal* de volta à norma e a sociabilidade convencional representaria, portanto, um processo da magnitude de uma “conversão” ou “reconversão”, e não é raro que esse processo se realize estritamente sob a forma de uma “conversão religiosa”. Uma série de conversões que reintegram esse indivíduo a ordem social legítima, também o reintegram como um *indivíduo especial*, cuja vivência diferenciada é representada como

passível de ter-lhe permitido acessar registros ontológicos incomuns. “O carisma negativo se metamorfoseia em carisma positivo. Não basta que haja conversão, é necessário dar-lhe o *testemunho público*” (MISSE, 2010, p.30). O autor completa afirmando que não são poucos os casos em que o ex-bandido se transforme no seu tipo oposto, em pastor, sacerdote ou mesmo em “santo”.

Quando a experiência da sujeição criminal não é tão radical assim, ou é atenuada por uma subcultura que lhe confere intersubjetividade suficiente para arrefecer essa individualização extrema, o indivíduo, que geralmente também não se desfilou tão completamente dos vínculos que o integram à ordem legítima, poderá abandonar a sujeição criminal utilizando-se de recursos sociais mais variados e menos extremados. Ainda assim, sua experiência anterior lhe servirá para diferenciar-se do homem comum (MISSE, 2010, p. 29).

A *conversão* pela qual Carambola passou é uma questão interessante. Alguns pontos de sua trajetória se assemelham com as asserções teóricas de Misse (2010), pois Carambola é uma figura pública dentro da Favela Santa Marta, uma pessoa conhecida por todos pelo seu carisma, pelo seu trabalho como guia turístico, como também, por organizar diversos eventos no *território*. O fato de toda favela o avistar conduzindo grupos de turistas poderia delinear uma espécie de “*testemunho público*”, o que evidenciaria que Carambola deixou o “mundo do crime” e redirecionou a sua trajetória. Outra questão que Misse (2010) coloca é que para integrar-se ao “mundo social da ordem legítima” o sujeito pode lançar mão dos mais variados recursos sociais.

Nesse sentido, Carambola utiliza em seu trabalho como guia turístico todo seu estoque de conhecimento referente à favela, contando aos turistas histórias que se reportam a época em que a favela era dominada por traficantes, porém, sempre busca enfatizar que a favela também possui aspectos positivos,

Porque nos telejornais sai que tem troca de tiros, morte...não...Porque na favela não tem só coisa ruim, tem pessoas do bem, tem pessoas que trabalham, pessoas que criam seus filhos com amor e carinho. Viver numa favela não é fácil, ser taxado pela sociedade não é fácil. É viver matando um leão por dia e correndo de dois (Entrevista com Carambola. Pesquisa de campo, 2015).

Percebe-se também que, hoje, Carambola busca um novo *self*, o de “empreendedor de sucesso”, que passou por vários momentos turbulentos em sua vida, mas que conseguiu obter

êxito, reconduzindo assim, a sua trajetória que anteriormente estava ligada ao “mundo do crime”. “*Hoje em dia, sou empresário, e proprietário do meu próprio estabelecimento [...] saí da linha da pobreza e hoje sou um empreendedor de sucesso, e muito sucesso, por sinal. Meus sete filhos, comem do bom e do melhor*”. Ele pode ser considerado uma espécie de personalidade na favela, pois frequentemente é destaque em diversos meios de comunicação, sendo que inclusive sua trajetória como empreendedor é utilizada em projetos publicitários do Banco do Brasil.

Os *tours* desenvolvidos por ele são diversificados, pois são vendidos diversos pacotes com preços que variam de R\$90,00 a R\$130,00. Além dos *tours*, Carambola possui um *hostel* na localidade para que as pessoas possam vivenciar como é morar em uma favela. Para ele, por meio do *hostel* se cria novas experiências que ficam na memória do turista, acredita que o intercambio social é bom tanto para o turista, quanto para o morador, pois “*ajuda a incentivar o talento da galera local, fortalece o empreendedorismo no morro e contribui para o desenvolvimento sustentável das favelas no Rio*”.

### 3.2.2. Isabela: “O meu negócio se fortaleceu pós-pacificação”

Isabela (nome fictício, negra, 46 anos) é moradora da Favela Santa Marta.<sup>48</sup> Ela administra uma agência de turismo receptivo dentro da favela juntamente com uma sócia. Isabela e sua parceira atuam na empresa enquanto guia de turismo. A empreendedora afirma que representa o que os moradores do Santa Marta chamam de “cria da favela” por sempre ter residido a vida toda no *território*. “*Economicamente falando*”, considera que teve uma infância muito pobre e viveu momentos extremamente difíceis e conturbados na favela, pois “*foi um período de muitas guerras, tráfico de drogas e tudo mais. Então assim, não foi uma infância muito tranquila, mas foi uma infância a onde a gente brincava na rua, a gente corria por aqui (Praça do Cantão)*”. Isabela considera que não teve uma “infância dos sonhos”, porém, classifica a adolescência como o pior período de sua vida,

Quando você é criança, você não entende muita coisa, né. Mas depois que você fica mais velho as coisas já começam a fazer sentido... em relação a entender o que está acontecendo a sua volta. Quando você é criança quer muito é brincar. Quando já é adolescente, você já entende um pouco as relações. Na adolescência eu vivenciei muita coisa, muita guerra. Foram experiências bem fortes. Experiências bem profundas (Entrevista com Isabela. Pesquisa de Campo, 2017).

Ela afirma que parte de suas profundas experiências são relatadas aos turistas durante os *tours*. Isabela avalia que devido ao fato de morar na favela sempre tem alguma coisa nova para contar. “*Às vezes eu explico para as pessoas que quando eu era mais jovem eu tinha que dormir com um travesseiro na cabeça, porque teve uma época aqui que a gente tinha muito estupro. Eu ouvia as meninas serem estupradas, isso me perturbava muito*”. Ela disse que tal prática violenta não acontece mais na Favela Santa Marta, mas que o estupro de mulheres ainda é uma realidade em muitas favelas do Rio de Janeiro. “*São coisas que você vivencia. Você conhece mulheres que foram estupradas e essa coisa toda, é pesado né. As próprias guerras mesmo, você sai para escola e tem corpo pelo caminho. Essa era coisa que fazia parte da vivência*”.

Isabela disse que buscou apagar da memória muitas coisas doloridas que vivenciou “para tentar seguir a vida”. Outras coisas ela avalia que é preciso falar (aos amigos), pois é

---

<sup>48</sup> A entrevista com Isabela foi realizada em 2017, na praça principal do Santa Marta.

impossível ficar carregando tantos acontecimentos terríveis em sua vida por tanto tempo. *“Eu comecei a falar dessas coisas muitos anos depois, então você acaba virando psicólogo de si mesmo. Então você processa essas coisas junto com outras pessoas, no dia a dia, né”*.

Uma questão relevante que Isabela aborda se refere ao fato de que sua geração no Santa Marta não teve muita possibilidade de sonhar. Ela acredita que em um passado não muito distante os jovens não eram estimulados a sonhar. *“Sou de uma geração de que qualquer trabalho que se conseguisse na casa na madame já estava bom pra caramba. Então a gente não foi educada para pensar, em querer ser um advogado”*. Isabela relatou que gostaria de ser veterinária “para o pessoal”, contudo, os moradores da favela zombavam dela e diziam *“que veterinária o que, vai trabalhar, vai fazer alguma coisa”*.

A partir de então, ela começou a trabalhar com doze anos de idade. O primeiro emprego dela foi em uma padaria. Na visão da empreendedora, isso aconteceu por não ter sido estimulada a apenas estudar, mas sim, cumprir sua *função social*. *“Nossa função social era abastecer esse mercado. Eu não fui educada para fazer uma universidade, eu não fui educada para concluir os meus estudos, entendeu? Eu fui educada para servir como mão-de-obra”*. Conforme Isabela, o trabalho de carteira assinada era algo muito valorizado dentro da favela, não era necessário ter em uma profissão gratificante, pois o objetivo a ser alcançado seria *“pelo menos você não correr o risco de entrar para a marginalidade. É você tentar ter uma vida digna. (Vida) digna é ter um trabalho fixo, uma parada assim”*.

Nos seus vinte e poucos anos ela teve a possibilidade de estudar. Ela começou a trabalhar na biblioteca de uma faculdade particular. Pouco tempo depois pleiteou uma bolsa junto à instituição e conseguiu a mesma. Acabou escolhendo fazer faculdade de turismo, *“para ver se eu viajo nessa bodega, na verdade é um pouco ilusório. Mas você alimenta esse sonho”*. Mas ao entrar na faculdade passou a conviver com novos desafios. O principal problema para Isabela consistiu em estudar com o que denomina “nata da playboyzada da Zona Sul”. E quando ela entrou na faculdade percebeu que era a única *favelada*. *“Então você sempre era minoria”*. Quando indagada pelo pesquisador qual foi a reação dos estudantes ao saber que ela morava na favela, Isabela afirmou que escondia de todos essa informação,

Na escola eu nunca falava que era da favela. Na faculdade eu meio que cansei um pouco disso. Eu falei... Eu não vou mais vestir essa máscara. Vocês vão ter que aceitar do jeito que eu sou. Eu não era uma pessoa de f\*\*\*-se. Mas naquela época eu fiquei um pouco assim. Agora eu vou assumir essa p\*\*\*a. Eu nunca tive orgulho

de ser *favelada* naquela época, não é orgulho estar na favela. Mas eu estava um pouco cansada de ter que ficar fingindo, de ter que ficar escondendo para as pessoas. Nunca na minha vida acadêmica as pessoas vinham na minha casa para fazer o dever de casa. Então é um pouco assim... Eu falei... não vou mais inventar história, (pois para mentir) você tem que ficar inventando muita história. Então isso é uma coisa que na época da escola era muito difícil, né (Entrevista com Isabela. Pesquisa de Campo, 2017).

Assim, lembrar do passado é algo que deixa Isabela atordoada. Enquanto lembrava dos momentos difíceis vivenciados na faculdade regrediu seu pensamento para dificuldades vividas em época anterior, na escola. Isabela se sentia apequenada por ser *favelada* e os outros alunos serem abastados. Quase todo o material da escola dela era feito com coisas recicladas. *“Há sempre aquela luta. Eu ia para a escola com o uniforme todo usado, minha mochila era uma calça jeans que minha mãe fez. O estojo era de um pano que minha mãe também fez. Meu pai amolava o lápis com faca”*.

Quando estudou no Colégio Pedro II ela sofreu muito por também ter que mentir em relação ao lugar onde morava. Uma questão que a apavora era contar como foram as suas férias nas redações que os professores pediam no início do ano. *“Eu mentia horrores”*, disse ela. Nessa época, Isabela teve que começar a pensar aonde iria *“inventar que foi viajar”*, pois todos os alunos compartilhavam relatos de suas viagens pela Europa e que inclusive chegavam a encontrar o professor em determinado país europeu. *“Então, eu tinha que ir em um lugar que ninguém conhecia. Eu sempre estava viajando para Argentina no final do ano”*. Ela ganhou um cartão postal de uma coordenadora de uma instituição de caridade. Nesse cartão postal, a coordenadora descreveu como era a cidade de Mendoza. *“E quando eu fazia a redação... eu pegava essas informações. Porque ninguém conhecia essa p\*\*\*a de Mendoza. Pelo menos eu saía do país. Então era assim. Você mente muito sobre a sua origem”*. A adolescência de Isabela se resumiu em *“esconder onde morava”*, sendo que ela sempre optava por fazer os trabalhos escolares sozinha, pois tinha vergonha de levar algum colega para casa.

Já a vida adulta – principalmente durante a faculdade – também classifica como uma época muito dolorida em que ela teve que ser muito resistente. Os alunos na faculdade tinham acesso à vida cultural que ela jamais teve, frequentavam cinemas, teatros, por esse motivo Isabela se sentia deslocada das discussões em sala de aula. Ela não fazia ideia do que as pessoas estavam debatendo. A estratégia encontrada pela Isabela foi ficar calada, ser brava e ficar com a *“cara sempre fechada”*. Quando finalmente resolveu revelar a sua *“identidade de*

favelada”, o pior aconteceu. Isabela passou a ser configurada como traficante pelos seus colegas e a todo instante era pressionada a comprar e usar drogas,

A vida acadêmica foi essa luta com a minha identidade. (Eu dizia a todos) Eu sou da favela. Não era essa coisa de dizer eu sou favelaaaaada (de modo escancarado). Tinha época também que as pessoas da faculdade vinham aqui comprar maconha e tinha aquela coisa... (Dizia aos alunos) “*Já falei que eu não sou traficante!*”. Eles achavam que os moradores eram traficantes ou que a gente era usuário de droga. Na minha turma só eu e o Gabriel, no primeiro ano da faculdade... só eu e ele não éramos usuário de droga e todo o restante da classe usava. Eu tive que brigar com eles porque falavam assim: “*Ah, Isabela traz lá um pouco disso...maconha*”. Eu falei para eles: “*Olha só, eu vou baixar a porrada se começar com essa palhaçada de achar que eu vou ficar indo no morro para comprar drogas para vocês*”. Era a maior tortura, porque no recreio, na época da faculdade, as pessoas fumavam e só eu e o Gabriel que não. A pressão foi tão grande que ele saiu do curso. Ele disse que não conseguia aguentar. Ele não aguentou. Era essa pressão, era muita pressão, a playboyzada querendo pressionar para você fazer parte... imagina... a turma inteira usava droga e não era uma turma grande. Você ia para um lugar e a galera consumia e você fica pensando: P\*\*\*a, “*O que você está fazendo aqui?*”. Aí você diz: “*Quer saber, eu não vou!*”. A pressão era muito grande, você ia na casa dos *playboy* e até a mãe dos caras usava droga. Então, assim, você não usar era muito esquisito (Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017).

Para Isabela, o uso de drogas não fazia sentido, pois ela viu muita gente morrer de overdose, como também, pelo fato de ter perdido muitos amigos em virtude da “guerra as drogas”. “*Então quando eu vi esse ambiente assim eu tinha alguma coisa muito forte com isso, eu pensava, cara! Como é que alguém consegue relaxar com aquela p\*\*\*ra.*” Desse modo, nada que estivesse conectado com as drogas a fazia relaxar.

Outra questão marcante que aconteceu na vida de Isabela durante a faculdade, foi ganhar uma bolsa de alemão no instituto Goethe. Ela era a única pessoa que estudava alemão na faculdade toda. “*A minha vida acadêmica foi toda de resistência. Eu estudei no Instituto e eu era a única bolsista. Eu tinha bolsa integral. Era só eu e outra menina que tinha bolsa integral e como a gente tinha bolsa integral a média era muito alta. Era oito ou nove*”. Então se ela tirasse uma nota menor do que a estabelecida pela instituição perderia a bolsa. Além de toda pressão de tirar notas altas “*outra parada era que era só playboizada que estudava, era filho de alemão, tinha um povo que estava querendo fazer diplomacia, que tinha um poder aquisitivo muito alto e todo o ambiente da sala era de classe alta*”.

A vivência em um ambiente de classe média alta fez com que ela tivesse que lidar com inúmeras humilhações que inclusive partiram de quem menos se podia esperar. Em uma

oportunidade, “a professora pediu para eu descrever a minha casa e ela me devolveu e disse: *Eu não entendo a sua casa, se você não refizer o trabalho, você vai ficar sem nota*”. Isabela então teve que pegar uma planta de um prédio e fazer dessa projeção a sua casa. Ela teve que fingir que morava em um prédio para que a professora pudesse entender o seu contexto. “*Eu falei para ela, olha, mas eu moro em uma favela e ela disse que não queria saber onde eu morava, só queria saber se tinha conhecimento das partes da casa e que pouco importava*”. Por ser bolsista, ela não se sentia no direito de questionar o Instituto Goethe, então, por isso, optou por refazer todo o trabalho. Contudo, Isabela teve um momento de redenção. Ela apresentou a favela aos alunos do curso de alemão em trabalho final.

Mas também foi uma época boa (estudar no Instituto Goethe), porque na apresentação final do curso eu falei sobre o Santa Marta, da colônia de férias, então ficou todo mundo surpreso. Porque também lá era um mundo muito *fake*, muito conectado com aparência do ter. Era só eu que morava no morro também, então os alunos ficavam assim... e depois vieram me perguntar como era. Eu quase não fiz amigo no curso de alemão porque era uma galera muito rica. Você fazia interação se você ia no cinema com a galera, se ia no teatro. Eu estava meio fora e também não me sentia, eu não me sentia pertencendo àquele grupo. Uma vez eu fui almoçar no centro da cidade... em um restaurante panorâmico. Eu contava o dinheiro na mão naquela p\*\*\*a de restaurante caro. Eu sempre me perguntava se eu poderia pedir uma água ou não. Às vezes eu não bebia. Eu dizia para todos que não bebia durante a refeição. Até hoje eu não bebo durante a refeição, porque eu não podia comprar bebida para tomar durante o almoço (Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017).

Na mesma época em que cursou a faculdade, Isabela também participou muito dos movimentos sociais e de instituições de base comunitária. Ela não participou de encontros somente no Santa Marta, mas também em outras localidades, como por exemplo, na periferia de Nova Iguaçu. Por participar muito dos movimentos sociais acabou sendo escolhida – por um programa que apoia o intercâmbio de jovens engajados – para realizar uma viagem até a Alemanha. “*Eles escolheram só os melhores, não os melhores, mas as pessoas queriam alguém que seria uma boa representatividade da juventude carioca [...] a galera me escolheu para participar*”. O fato de ter viajado para Alemanha mudou completamente a vida de Isabela, pois no país europeu encontrou uma realidade completamente diferente da vivida na favela. Enquanto no morro existia momentos em que se alimentava uma vez por dia, na Alemanha havia café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche do jantar. “*Tive uma overdose de comida, né, passei muito mal nessa viagem. Eu emagreci muito porque não consegui me adaptar. Porque era muita comida*”.

Após viajar pela Alemanha, de Norte a Sul, Isabela teve que lidar com o impacto da volta para o Santa Marta. Ela lembrou também que nas primeiras semanas que voltou para favela, não reconhecia mais a sua casa. Quando retornou para sua residência no Santa Marta disse que: *“voltava para o quarto e achava que tinha cama”*. Quando dormia e depois despertava levava sustos ao abrir os olhos e se ver imersa na pobreza. *“Eu não conseguia me achar no meu espaço. Foi uma experiência que foi dura né, porque as pessoas foram muito duras comigo, porque como eles não viveram aquilo, tinha meio que aquela raiva né (inveja)”*. Isabela se sentia totalmente isolada em um ambiente em que as pessoas tinham dificuldade em lidar com o sucesso alheio. *“Quando eu voltei para cá, eu voltei totalmente sozinha nos meus devaneios dessa viagem, né. Aí você não tem ninguém para conversar, as pessoas falam: Aí que saco, vai falar de novo de Europa, de não sei o que”*.

Depois que conheceu a Alemanha, Isabela não parou mais de viajar. Ela viajou muito pelo Brasil pois era engajada em um movimento nacional de meninos de rua, sendo que por fazer parte do colegiado dessa organização sempre viajava muito para as reuniões que aconteciam em diferentes cidades. Participar dos movimentos sociais a retirou, em certa medida, do ambiente do Santa Marta, *“me fez entender que o mundo era maior do que isso aqui né, então foi um pouco assim, essa experiência me ajudou nesse sentido, foi a minha base para fazer o trabalho que eu faço hoje (guia de turismo)”*.

Apesar de guiar na Favela Santa Marta desde a década de 1990, ela apenas conseguiu estruturar o seu negócio juntamente com sua sócia muitos anos depois, após passar pela incubadora Rio Criativo. Isabela considera que o morador de favela empreende “por necessidade” e que o “empresariamento de si” seria uma espécie de “carta de alforria” em relação aos desmandos dos patrões,

Eu acho que assim, para gente que está nessa situação de empreendedor de favela, não é o mesmo que empreender na rua, não é. A gente realmente empreende por necessidade. O empreendedorismo é uma possibilidade de você quebrar um pouco todo o trabalho formal que está em volta de você. É um pouco sua carta de alforria. Empreendedorismo é um pouco isso, não ter ninguém chicoteando você, você acorda motivado para fazer uma coisa, mas você não grita com você, você não é maltratado por uma outra pessoa que detém o poder, o dinheiro de pagar você. Mas por outro lado é um caminho de incerteza, também de dificuldade, um caminho onde você tem o tempo todo que se reconstruir, às vezes você começa com alguma coisa e daí tem que mudar para poder adaptar (Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017).

Quanto Isabela iniciou o seu negócio achava que ele deveria ter uma “veia social” e ajudar as pessoas a terem uma visão positiva sobre a favela. Mas ganhar dinheiro e ter um negócio social era algo confuso para ela. *“Como é que você faz negócio social? Isso era uma dificuldade muito grande porque... a gente fazia dinheiro. Se alguém perguntar assim, você começou impactando... impactava nada, o impacto é (bate a mão no bolso) monetário”*. Ela afirma que o empreendedorismo não é “nada romântico”, pois se refere a um caminho árduo, em que *“você ficar por conta própria, você tem que responder por fracassos também, responder por coisas que não dão certo, é bastante complicado, mas também é um processo de bastante crescimento, de bastante autoconhecimento”*.

Conforme Isabela, o negócio dela tomou corpo após a implantação da UPP no Santa Marta e o conseqüente aumento do fluxo turístico, já que quando a favela era controlada pelo tráfico armado poucas pessoas se aventuravam a subir no morro. *“Fortaleceu depois, né, foi pós-pacificação, porque quando eu tinha terminado o MBA de turismo que eu comecei a ver o que eu estava fazendo como uma possibilidade de negócio mesmo”*. O processo de estruturação do negócio de Isabela coincidiu com o momento em que o governo estava pacificando a Favela Santa Marta. *“A pacificação, na verdade, mudou muito a estrutura dentro da favela, então, muita gente viu a pacificação como uma oportunidade”*.

### 3.2.3. Vanessa: “A pacificação deu uma quebrada em alguns negócios e abertura para outros”

Vanessa (nome fictício) é negra e possui 45 anos. Ela é dona de uma barraca de *souvenir* situada na laje do Michael Jackson. A comerciante iniciou a entrevista de maneira muito bem-humorada e afirmou que apesar de morar na favela desde criança, argumentou que não é “nascida e criada na favela” – expressão popular entre os moradores – “*Eu falo para as pessoas que não sou cria, quem cria é rato (risos). Então eles falam nascida e criada e eu falo que não, porque eu nasci na maternidade e vim para cá*”.<sup>49</sup>

Ela revelou ao pesquisador que resolveu empreender para ficar disponível ao seu filho por mais tempo. O filho dela possui nanismo. Conforme a empreendedora, na época em que foi diagnosticada a doença, os médicos disseram que ele não iria andar e nem falar porque possuía a cabeça maior que o corpo. Ela iniciou, então, uma batalha incessante em busca de uma melhora em relação ao estado físico da criança. “*Ele começou a fazer fisioterapia e tudo mais só que eu trabalhava nessa época e eu não conseguia fazer duas coisas ao mesmo tempo então eu preferi dar atenção para o meu filho. Eu saí do meu trabalho*”.

Vanessa trabalhava como operadora de caixa em um hortifrúti e após sair desse emprego resolveu abrir um bar no “pé do morro”. Contudo, a ordem civilizatória instituída pela UPP fizera com que os bailes *funks* fossem proibidos e como os clientes dela eram provenientes desses festejos, o bar teve que ser fechado. “*Ficamos (Vanessa e o marido) sete anos com esse bar... após a pacificação não tinha mais bar porquê, não tinha mais baile funk, então não tinha mais como existir um bar, porque não tinha mais baile*”.

Depois da pacificação não teve mais baile funk. Daí a gente observou um fluxo muito grande de turistas nesse próprio bar e nós começamos a fazer algumas coisas de artesanato para os turistas. Vimos que dava certo. Decidimos montar uma barraquinha e fazer alguma coisa para vender e foi assim que a gente teve a ideia de colocar aqui, logo após a inauguração da estátua (do Michael Jackson). Nós viemos e colocamos do outro lado, uma barraquinha de ferro e começamos a vender. Depois dessa barraquinha de ferro, a Coral Tintas, que era uma empresa que tinha na favela, fez a revitalização da laje (o alicerce). Eles me ofereceram aquele espaço para fazer essa loja porque eles sabiam que a gente estava querendo fazer isso e que nós tínhamos planos futuros, como também, que nós estávamos juntando dinheiro para fazer a loja. E aí eles falaram: “*Vocês topam construir?*”. Eu falei: “*Que dia a gente começa a construir? Amanhã? Pode começar a furar os buracos*” (risos). Eles

---

<sup>49</sup> A entrevista com Vanessa foi realizada em 2017.

falaram que apenas não iriam fazer a decoração da loja. Eu respondi: “*Meu amigo, vocês fazendo a loja, o resto a gente se vira*”. Eles construíram isso aqui (loja). A estrutura dela por fora, a iluminação, o rebaixamento, tudo isso foi a Coral que fez. Isso aqui era uma vala que tinha aberta e como a gente trabalhava em frente, a gente colocou um tablado tampando a vala. Em cima da vala nos colocávamos a nossa arara e vendíamos as coisas (Entrevista com Vanessa. Pesquisa de Campo, 2017).

“*A pacificação deu uma quebrada em alguns negócios e abertura para outros. Porque pelo menos aqui no Santa Marta não tinha loja de Souvenir, porque não tinha turismo. Não tinha um turismo tão forte como tem hoje, só após a pacificação*”. Além da *pacificação*, Vanessa considera a instalação da estátua do Michael Jackson na favela um fator decisivo para o aumento do fluxo turístico na localidade. Em virtude do fluxo ela resolveu construir uma barraca de *souvenir* no território (ver Figura 20).

**Figura 20 – Imagem da Loja de Souvenir**



Fonte: Arquivo do pesquisador (2017)

Assim, para a dona da loja de *souvenir*, o empreendedorismo representa a montagem e continuação de um negócio,

Eu acho que empreendedorismo é... você montar... em um português muito claro, montar um negócio e aquele negócio... conseguir gerir e dar continuidade a ele. Eu acho que o maior desafio do empreendedor é dar continuidade ao negócio, entendeu? Porque você pode muito bem montar hoje e quebrar amanhã. Então para mim empreendedorismo é isso. Você conseguir hoje montar e continuar (Entrevista com Vanessa Pesquisa de Campo, 2017).

Na opinião dela, qualquer um pode ser empreendedor. Para Vanessa, as suas características enquanto empreendedora se resumem em ser uma pessoa que não tem medo de tentar. *“Acho que você tem que ir lá e fazer o negócio acontecer e não ficar, eu tenho um sonho... vamos lá e ver se a gente consegue fazer esse sonho virar realidade”*. Vanessa avalia que as diferenças entre se empreender na favela e no asfalto se reportam ao fato de que na localidade em que vive *“não tem IPTU como tem na rua e talvez não tenhamos tanta fiscalização, como é que fala.... vigilância sanitária e todos aqueles outros órgãos que tem na rua, acho que essa é a única diferença, porque o imposto a gente está quase igual.”* Por ser MEI, ela possui CNPJ e máquina de cartão de crédito e débito. Vanessa não vê desvantagem em se empreender na favela e que tudo depende da tipologia do negócio, como também, da realização de um estudo referente à viabilidade econômica do mesmo.

Enfim, Vanessa apenas deseja que o seu negócio continue prosperando e que tenha tempo e renda necessária para pagar os cuidados médicos que o filho dela tanto necessita.

### 3.2.4. Margarete: *“Olha que engraçado. Eu tinha bolsa família, hoje eu já não tenho mais, porque hoje eu sou empresa”*

Margarete (nome fictício, 40 anos, branca) é moradora da Favela Santa Marta. Antes da *pacificação* possuía *“uma barraca de lanche na favela. Eu vendia sanduíche, comida, salgado. Eu me virava nos trinta”*. Contudo, ela resolveu aproveitar a “boa fase” da favela após a *pacificação* para investir em seu próprio negócio. Margarete disse que chega a ganhar mais de dois mil reais por mês. O rendimento é maior em relação ao que ganhava em seus empregos anteriores. Margarete consegue pagar um colégio particular para o filho (de quatro anos) com a renda auferida. Ela relatou de teve a ideia de ser empreendedora a partir do momento em participou do projeto Rio Top Tour,

Eu comecei através de um projeto chamado Rio Top Tour. Um projeto do governo do Estado e tinha as três secretarias juntas (turismo, esporte e lazer). Então eles vieram para cá incentivar os moradores a trabalhar com o turismo e empreendedorismo. Eles davam qualificação e encaminhavam os moradores para fazer o curso de guia de turismo lá no colégio Antônio Prado Júnior. E a partir desse processo eles faziam anúncio lá (no colégio) para fazer estágio aqui. Nós trabalhávamos como estagiários também por dois anos. Muita gente que se formava fazia o estágio aqui. A gente ganhava uma bolsa de R\$512,00 (Entrevista com Margarete. Pesquisa de campo, 2017)

Em 2015, ela se graduou como guia de turismo. Após a realização de uma série de cursos no Sebrae a moradora do Santa Marta resolveu formalizar o seu negócio. *“No início, com a capacitação na área de turismo, pensei em procurar emprego. Mas depois percebi que não precisava. Aqui é uma mina de outro”*. Conforme Margarete, cada guia oferece um serviço diferenciado. *“Eu, por exemplo, ofereço tour mais almoço na laje, tour com feijoada. Existe um limite de pessoas que eu atendo na laje, né. O Carambola tem o hostel, cada um tem um diferencial”*. Ela criou diversos pacotes personalizados para oferecer aos turistas, como por exemplo, trilha com futebol, trilha com pipa, *“e por aí vai”*.

Margarete se formalizou enquanto microempreendedora, com isso, conseguiu um alvará que engloba os serviços de agência e guia, entretanto, apenas exerce a última função. *“Como empreendedora, nós temos nossos direitos e deveres, nós temos que estar em dia com o MEI, tem que pagar todo mês acho que R\$ 50,00”*. A empreendedora diz que a melhor parte de estar com a empresa regularizada se reporta ao fato de poder contar com o apoio do

Sebrae sempre que precisar. Para impulsionar os ganhos do empreendimento, Margarete costuma frequentar diversas para feiras de turismo – principalmente, as que acontecem em São Paulo – com o objetivo de divulgar a Favela Santa Marta e, sobretudo, os serviços da empresa dela.

O fato de ter se tornado empreendedora aumentou a confiança e autoestima de Margarete. Ela relatou não precisar mais dos recursos do Bolsa família na nova fase em que vive,

Há dois anos atrás participei de um comercial do Sebrae. Eles estavam comemorando 5 milhões de MEI. Então, eu fui escolhida, assim... eu fui escolhida a dedo, no meio de cinco milhões. Esse comercial ficou pronto 15 dias depois da gravação. Daí eu já estava lá na página do *facebook* da presidente Dilma. Ele teve uma repercussão incrível. Um amigo meu que estava lá no Amazonas falou assim: “*Eu vi um outdoor com sua foto aqui, celebrando cinco milhões de MEI*”. Olha que engraçado, porque na época eu tinha bolsa família, hoje eu já não tenho mais, porque hoje eu sou empresa. Mas eu fiquei dois anos recebendo aquele apoio do Bolsa família (Entrevista com Margarete. Pesquisa de campo, 2017).

Conforme Margarete, todo esse sucesso que obteve enquanto empresária possui relação com a implantação das UPPs. “*A pacificação veio, ela foi um divisor de águas, ela realmente no começo foi, muito boa, trouxe progresso, veio projetos bons para favela, mas que infelizmente se perdeu*”. Ela afirma que o projeto de turismo Rio Top Tour acabou, “*mas nós, guias, demos seguimento com as próprias pernas, independente de pacificação, de estar aqui ou não, a gente dá continuidade a esse projeto*”.

### 3.2.5. Henrique: “*Eu me formei como guia foi graças a implantação da UPP em favelas*”

Henrique (nome fictício, branco, 48 anos) é natural do Rio de Janeiro e veio para o Santa Marta quando tinha 10 anos de idade.<sup>50</sup> Ele é guia de turismo no local onde vive. O morador decidiu ser um empreendedor “*porque eu trabalhei 24 anos com carteira assinada e cheguei à conclusão que você não chega a lugar nenhum. Quando você trabalha com carteira assinada você é limitado em alguma coisa*”. Ele acredita que enquanto funcionário só poderia crescer trabalhando em uma empresa multinacional, assim, quando a pessoa não observa um notório crescimento na vida é preciso empreender. Para Henrique, as pessoas deveriam fazer aquilo que gosta, como também, aquilo que proporcionasse dinheiro suficiente para o próprio sustento.

“*O empreendedorismo para mim, no meu ponto de vista, é a gente tentar conquistar o nosso espaço financeiramente sem depender de patrão e com o nosso próprio recurso conquistar a nossa independência financeira, ou seja, o nosso pão de cada dia*”. De acordo com Henrique, qualquer um pode ser empreendedor “*é só ter o desejo de evoluir e crescer financeiramente na vida*”. Ele trabalhava como mecânico de automóveis e técnico de eletrônica antes de ser empreendedor. Contudo, ao tornar-se guia de turismo se sentiu mais realizado,

Eu tô mais feliz agora, porque agora eu faço o que eu gosto. Eu consigo tirar o meu sustento no que eu gosto de fazer e isso não tem preço. É uma questão muito pessoal. Eu abri uma empresa de turismo, uma MEI. Atualmente não tenho nenhum funcionário, mas eu estou com algumas projeções futuras que... se Deus quiser... Eu vou conseguir chegar lá (Entrevista com Henrique. Pesquisa de Campo, 2017).

Ele planeja contratar um funcionário para ajudá-lo nos serviços da empresa. Henrique disse que já possui uma pessoa que trabalha para ele, porém, trata-se de uma relação informal, “*ele é apenas um prestador de serviço*”. A motivação de contratar um funcionário está vinculada ao fato da empresa ter tido retorno financeiro satisfatório nos últimos tempos.

Para Henrique, o “empreendedor de favela” é diferente do empreendedor “do asfalto”. “*Aqui nós temos um valor. Nós temos valores sociais, valores comunitários que agregam*

---

<sup>50</sup> A entrevista com Henrique foi realizada em 2017, no Posto de Informação Turística da Favela Santa Marta.

*muito na empresa, ou seja, quando você abre uma empresa na favela você tem os valores*". Ele avalia que consegue manter os "valores sociais" com sua empresa, diferentemente dos empreendedores dos bairros mais abastados da cidade. *"Você não encontra lá (valores sociais) no asfalto, o asfalto é muito capitalismo e você esquece dos valores"*. Na opinião dele, os empreendedores que trabalham nas favelas respeitam mais a área em que ganham dinheiro. *"Nós respeitamos os moradores, ganhamos dinheiro na comunidade, mas nós respeitamos"*. O contraditório discurso de Henrique – em que apesar de ganhar dinheiro, não executa uma atividade "muito capitalista" – sustenta-se pelo fato de que os empreendedores que moram na Favela Santa Marta acreditam que o trabalho deles possui uma "conotação social", pois grande parte do dinheiro que auferem é gasto na própria favela.

O empreendedor não vê nenhuma desvantagem em trabalhar na favela, pelo contrário, já que acha a favela o melhor lugar para se ganhar dinheiro honestamente. *"Pode ser aqui ou em outra favela. Eu acho que você consegue movimentar muito mais a moeda aqui do que você abrir uma lojinha ali (no asfalto) que em dois anos pode falir"*. Ele considera que os empreendimentos do asfalto são mais passageiros em relação aos negócios que existem na favela. *"Porque o público que você tem no asfalto é um público diferente do que você tem na favela, é um ambiente comunitário, em que as pessoas têm um vínculo. Na rua não se cria tanto esse vínculo"*.

De acordo com Henrique, a implantação da UPP contribuiu enormemente para abertura de novos negócios na favela e que sem a *pacificação* não haveria turismo no Santa Marta,

Eu particularmente não posso falar mal da UPP e não posso falar bem da UPP. Mas eu tenho que dizer o seguinte, se não fosse a UPP não teria turismo na favela. Então se eu tô trabalhando hoje, como guia... Eu me formei como guia graças a implantação da UPP em favelas, quando falo em favelas não é nessa favela só, mas favelas em geral. Então teve inúmeras atividades e foi decorrente dessa implantação das UPPs (Entrevista com Henrique. Pesquisa de Campo, 2017).

O empreendedor avalia que a *pacificação* trouxe um leque de oportunidades para a favela, que apesar dos desafios que encontra no dia a dia, busca não esmorecer. *"O brasileiro está sempre lutando. O brasileiro não abaixa a cabeça. Ele está sempre lutando"*.

### **3.2.6. Alessandro: “A pacificação deu um boom gigante, todo mundo queria abrir um negóciozinho”**

Alessandro (nome fictício, negro, 28 anos) cursa faculdade de engenharia civil e também é guia de turismo. Ele mora na Favela Pavão-Pavãozinho desde o período em que era criança. Já sua avó e seus pais vieram de Minas Gerais em busca de novas oportunidades no Rio de Janeiro. Eles resolveram morar na favela, pois a situação econômica da família era delicada.<sup>51</sup>

O morador do Pavão-Pavãozinho lembra da sua infância como uma fase positiva, pois acredita que a favela lhe propiciou muitos aprendizados. *“As pessoas têm uma gratidão muito grande por esse lugar. Eu lembro da inocência de uma criança, você era criado não somente pelos seus pais, mas por todo mundo que morava aqui em volta”*. Alessandro recorda que a educação das crianças se constituía em um processo coletivo, os vizinhos cuidavam dos filhos dos outros vizinhos, “chamavam a atenção”, e até mesmo davam algumas palmadas quando necessário. *Você é criado por todo mundo da região, todo mundo querendo o seu bem, a amizade que tenho é irmandade, você dormia na casa, você comia na casa dos seus amigos”*. Ele tratava as mães dos seus vizinhos como se fossem a dele. *“A minha infância foi muito produtiva, você brincava, você tinha sempre muitos amigos perto. Os amigos eram como irmãos, você brincava e se divertia bastante”*.

Durante a infância e adolescência, Alessandro estudou no Lar Menino de Luz. Essa instituição possuía uma parceria com o projeto British Linguatéc. Nesse programa, várias pessoas do mundo inteiro davam aulas de inglês para as crianças do Pavão-Pavãozinho. Um dos seus professores tinha uma curiosidade muito grande sobre como era a vida na favela e pediu para que Alessandro o guiasse rumo ao “novo mundo”. Esse professor o estimulou a fazer passeios guiados na favela por acreditar que Alessandro era um jovem brilhante e que o “turismo de favela” possuía uma potencialidade muito grande.

Então eu chamei um outro amigo meu lá que fazia aula de inglês também para poder mostrar o lugar que a gente mora, né. No meu primeiro contato com o *tour* em si trouxe ele onde eu morava. Eu mostrei mais ou menos como é que era favela. Na época era muito difícil de fazer um negócio desse, porque ninguém estava acostumado a receber pessoas na favela. Em 2004, 2003, 2005... essa época aí, não

---

<sup>51</sup> A entrevista com Alessandro foi realizada em 2017, em um jardim situado na Favela Pavão-Pavãozinho.

tinha o costume de trazer pessoas na favela, não tinha pessoas de fora aqui, então quando (os moradores) viam pessoas de fora ficavam meio assim... assustados, questionando o que você está fazendo aqui. Eu era um pouco conhecido, mas não tinha aquele respeito que eu tenho hoje, foi um pouco complicado no começo, aí depois fiz parceira com um rapaz que já sabia do meu *background*, de ser um cara que fala inglês, e dedicado... Depois de 2006, 2007, 2008 já fazia *tours, tours* periódicos aqui na favela... sábados e domingos. Esse rapaz me convidou para ser o guia com ele (Entrevista com Alessandro. Pesquisa de campo, 2017).

A partir de então, por meio de parceiras efetuadas com seu amigo, Alessandro começou a guiar turistas na Favela Pavão-Pavãozinho. “*Eu me considero um empreendedor, tudo que eu fiz na minha vida até hoje, [...] tive que buscar informações sozinho, tudo que eu tive que fazer era sozinho, então eu sou um empreendedor natural da vida*”. Assim, ele avalia que tudo o que conseguiu na vida foi “por conta própria”.

A experiência que teve ao trabalhar em uma empresa privada não foi interessante para Alessandro, o que o auxiliou a perceber que deveria ter o seu próprio negócio, pois não se adequava à condição de trabalhador. “*Tenho uma visão empreendedora diferente da maioria das empresas do Brasil. As empresas brasileiras, a maioria delas, não estou julgando todas, mas elas não tendem a respeitar o individual. Para eles você tem que trabalhar e acabou*”. Na opinião do Alessandro, as empresas não querem que seus funcionários melhorem de vida, ou melhor, não querem que os seus empregados ao menos tenham uma vida, querem que o “mundo do funcionário” seja apenas dimensionado pelas questões que envolvam o trabalho. Desse modo, a “visão empreendedora” dele fez com que não pensasse em ser empregado de alguém.

Alessandro acha que qualquer um pode ser empreendedor. Contudo, ele adverte que é preciso ter algumas qualidades básicas, “*porque você pode empreender, mas para ser um empreendedor de sucesso você tem que ter algum conhecimento um pouco mais aprofundado de como gerenciar o seu dinheiro e acompanhar o mercado*”. Ele destaca que um bom empreendedor deve sempre estar buscando coisas novas, deve sempre estar “seguindo o mercado”. “*Porque o mercado tem tendências e você não pode ficar para trás, né*”. O empreendedor exemplifica essa dinâmica citando a cantora baiana Ivete Sangalo, já que na opinião dele, ela sabe acompanhar todas as tendências musicais que estão em voga, cantando assim, diversos ritmos musicais.

Ele acredita que o empreendedor possui a iniciativa e a vontade de criar coisas novas como características e que tais engajamentos se reportam a questões que são “naturalmente” afloradas nas pessoas,

O empreendedor tem que ter iniciativa, dando um exemplo aqui, eu fui para o Centro de Operações da Reserva, eu sou aspirante da R2, e no caso, ali... você tinha que ser posto em posição de comando, você via que tinha pessoas que não tinham aquilo ali já aflorado. E você via que tinham pessoas que naturalmente já tinham aquilo. Você já sabe como se comportam no comando, que você precisa ter uma postura. Você tem que ter uma posição de comando, iniciativa, você tem que gostar de aprender e principalmente gostar de empreender também porque eu também conheço muitas pessoas que não gostam do cargo de superior. Eles querem sempre ficar ali porque quando você está em baixo, você tem menos responsabilidade, assim, sendo o último da cadeia, você só obedece, você só executa, só que têm pessoas que também gostam de empreender. Você tem que falar: “*Aqui! Eu tô aqui no comando. Vamos fazer assim, do meu jeito, vamos ter ideias novas*”. E isso é uma coisa que você tem que ter, tem que ter iniciativa, e também ter espírito de grupo, porque você nunca faz nada sozinho, só que lógico no começo, você está meio que sozinho, mas depois você vai criando uma equipe e aí você vai sempre melhorando a equipe (Entrevista com Alessandro. Pesquisa de campo, 2017).

Alessandro argumentou que um empreendedor sempre deve “estar se cobrando”. Ele acredita que é necessário que o mesmo sabia desafiar os próprios limites. “*Se você não conseguir ser empreendedor, trabalha para alguém fixo que daí vai ser melhor para você, se não gosta de (auto) cobrança. O empreendedor gosta de cobrança*”.

Já em relação as diferenças que existem entre abrir um negócio na favela e “no asfalto”, Alessandro avalia que a principal diferença é que a favela é um lugar “muito político” com pessoas culturalmente muito diferentes. A favela seria um lugar onde é preciso respeitar a opinião de todos. “*Você tem que ter a sua história que te procede e a favela é um lugar que você não pode dar mole, você não pode cometer um erro grotesco, porque isso vai manchar a sua reputação*”. Ele considera que algumas pessoas avaliam que a favela é mostrada pelos guias como se fosse um parque de diversões, contudo, Alessandro ressaltou que os donos de bares e restaurantes gostam desse trabalho, “*porque a gente tá sempre trazendo um público variado, que vai ajudar a manter um negócio dele, então tem diversos pontos de vista, então a gente tem que conciliar isso tudo e tentar ajudar as pessoas*”.

Ele acredita que no Pavão-Pavãozinho as pessoas possuem medo de arriscar, de propor negócios inovadores. “*As pessoas as vezes têm um pouco de preguiça de pensar, aqui as pessoas vão para o certo, bar e lanchonete e se você pensar, tem muita pensão, muito bar e*

*muita lanchonete. Todo mundo abre um bar*”. Alessandro aponta que uma das razões para que isso é aconteça se refere ao fato dos moradores não “abraçarem o novo” e como também, não gostarem de gastar muito dinheiro na favela, desse modo, os empreendedores acabam seguindo “na mesma toada” e apenas abrem negócios convencionais.

Para Alessandro, a *pacificação* fez com que a favela fosse vista pelos “de fora”, como um ambiente tranquilo e os discursos da mídia conformaram a favela como um lugar *vintage*, *gourmet*, um “território de oportunidades”,

A *pacificação* começou em 2008, aqui veio em dezembro. A curto prazo deu um *boom* gigante. Todo mundo queria vender a sua casa, comprar casa na favela.... até porque a mídia transformou a favela em um lugar *vintage*, *gourmet*, “que é muito legal morar na favela”. Então é assim. Eu nunca entendi muito bem, porque eu sempre morei aqui e achei um lugar sempre tranquilo, mas não vou falar que a favela é muito tranquila, porque tem épocas que pode haver tiroteio, o maior problema da favela é o confronto entre polícia e bandidos e em algumas favelas entre bandido e bandido mesmo, de facção diferente. Mas assim, na época teve aquela impressão de que fosse um lugar pacífico e que todo mundo pudesse vir. Até na questão do Rio deu um salto maior. As agências já vendiam de outra forma a favela. A mídia transformou em uma coisa legal. Então é tudo ditado pela nossa grande mídia brasileira que dita muito a tendência da favela. Para você ter uma ideia, uma casa que custava 30 mil antes da *pacificação*, passou para 70, 100 mil, a mesma casa. E fora os empreendimentos, todo mundo queria abrir um negóciozinho. As pessoas de fora queriam conhecer a favela. A favela sempre foi pra mim o lugar em que eu me sinto mais seguro na cidade. (Entrevista com Alessandro. Pesquisa de campo, 2017).

Alessandro parou de guiar grupos de turistas a partir de 2015, quando os tiroteios voltaram a ocorrer de maneira mais frequente no Pavão-Pavãozinho. Ele disse que pretende abrir um escritório de engenharia civil quando terminar a faculdade.

### 3.2.7. Andressa: “A pacificação foi uma maquiagem. Mas os negócios foram um estouro”

*“Eu sou da Paraíba, de Joao Pessoa, hoje em dia, eu queria voltar para lá. Faz trinta e poucos anos que estou aqui e o meu esposo nasceu no Rio de Janeiro, criou-se aqui na favela, ele tem 43 anos de comunidade”*. Andressa (nome fictício) possui 52 anos de idade. Ela é proprietária de um *hostel* no Cantagalo, favela “colada” ao Pavão-Pavãozinho.<sup>52</sup>

O *hostel* não foi o primeiro empreendimento de Andressa. Primeiramente, ela abriu um restaurante na parte baixa do morro juntamente com o seu esposo. Contudo, alegou que a “*correria era uma muito grande*” e que após 10 anos trabalhando no ramo alimentício seria o momento de exercer outras atividades. Andressa disse que fechou o restaurante em virtude da ocorrência de tiroteios no local. “*A partir do momento em que começou a ter tiroteio, ninguém queria mais comer, porque antes o pessoal do asfalto até vinha para cá. Mas daí começou os tiroteios... Tinha dia que eu tinha que fechar*”. Ela relatou que a freguesia ficava “*toda nervosa*”.

Então, de modo despretensioso, Andressa e o marido começaram a construir uma grande obra, com vários andares. Eles construíram o edifício por um período de 15 anos. “*Se a gente quisesse poderia até construir mais pra cima, mas dentro da comunidade tem um limite de altura*”. Andressa iniciou o desenvolvimento do *hostel* sem realizar um estudo prévio. Ela simplesmente teve a ideia de abrir uma empresa de hospedagem e resolveu realizar o sonho. “*Fomos os primeiros a pensar em hostel na comunidade, só que fomos os últimos a abrir porque foi uma obra muito grande*”. Primeiramente, a empreendedora pensou em alugar o edifício por mês para alguém, pois seria um modo mais fácil de ganhar dinheiro.

A moradora do Cantagalo define empreendedorismo como: “*É você abrir uma empresa. É você dar emprego, principalmente, para as pessoas da comunidade. É você crescer e ver outros horizontes*”. Ela afirma que qualquer pessoa pode empreender, porém, adverte “*é preciso enfrentar muita guerra, muita batalha. É muito difícil chegar nesse patamar, porque administrar uma empresa não é fácil*”.

Ela acredita que quem empreende em favelas lida com muitas dificuldades, como por exemplo, o lixo nas ruas e o que chama de “*nossos jovens*” (meninos do tráfico). Andressa acredita que as desvantagens de se abrir um negócio na favela se referem aos episódios de

---

<sup>52</sup> A entrevista com Andressa foi realizada em 2017, em seu *hostel* – situado no Cantagalo.

violência. *“A violência é o que mais perturba. Um tiroteio um dia, acaba valendo por três meses. Todo mundo cancela as reservas”*. A empreendedora argumenta que o fato de uma turista ter sido morta por um policial na Rocinha<sup>53</sup> – em outubro de 2017 – fez com que movimento do seu *hostel* caísse drasticamente.

E quando surge na “grande mídia” alguma notícia de tiroteio no Cantagalo, a situação financeira do *hostel* fica mais alarmante ainda. Segundo Andressa, os turistas fazem diversas pesquisas antes de se hospedar nas favelas, o que para ela, seria um “fator complicador” para o seu negócio, pois com essa medida os turistas teriam uma percepção negativa sobre o território. O *hostel* dela fica posicionado em frente a uma boca de fumo. Os embates entre traficantes e policiais são frequentes no local. Ela teve até que construir uma porta de aço para que os tiros não adentrassem em sua empresa. Quando tem tiroteio, a empreendedora “coloca” todos os turistas para dentro do recinto. Andressa enquadra a *pacificação* enquanto uma “maquiagem”,

Logo quando chegou a *pacificação*, todo mundo falava que era uma “maquiagem”. Mas os negócios foram um estouro. Todo mundo ficou falando. Todo mundo queria abrir um *hostel* aqui. Hoje, quase não tem mais nenhum. Só o do Vidigal que tá resistindo e no Cantagalo, esse daqui. O resto está abrindo para fazer aluguel fixo, porque a violência é muita. Ela está na mesma intensidade de antes da *pacificação*. Nós vivemos meses e meses de tiroteio forte. A gente pedia para que os hóspedes saíssem sempre desse portão depois das 9 horas, porque era muito perigoso levar um tiro se saíssem antes. Você vê que no portão foi colocada uma placa de aço. Os tiros estavam quase botando a pilastra do meu prédio abaixo, pois foram muitos tiros na porta. A situação era muito complicada. Teve muito tiro com hóspede aqui dentro. A gente falava... eu e o meu marido reclamávamos para polícia: *“Tem hóspede aqui dentro e você está atirando aqui dentro da cozinha”*. Eles (policiais) levaram meu marido para delegacia. Eles deram voz de prisão dizendo que era um desacato. Aí, eu fui na delegacia buscar ele. Aí, meu marido disse que não foi desacato e os policiais registraram como desacato. Eu falei para os policiais que atirar aqui dentro estava errado (Entrevista com Andressa. Pesquisa de Campo, 2017).

Andressa acredita que os “garotos do tráfico” respeitam ela muito mais do que a polícia. Por morar muito tempo no Cantagalo, ela relatou que viu os “moleques” crescerem diante dos olhos dela, em virtude disso, Andressa acredita que estabeleceu certo tipo de relação com eles. *“Nós não gostamos da polícia. Seria muito melhor assim, só os garotos. Mas a polícia vem e quer dinheiro, o dinheiro do traficante. Você deve saber como é”*.

---

<sup>53</sup> Uma turista espanhola foi morta por um policial na Rocinha – em outubro de 2017 – após a van em que estava “furar” um bloqueio feito pelos policiais. Para mais informações, acessar: < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/turista-espanhola-morre-em-tiroteio-na-rocinha.ghtml> > . Acesso em 21/01/2018 às 17:34.

### 3.2.8. Loreto: “O Sebrae foi uma benção. Todo mundo deveria empreender”

Loreto (nome fictício, negro, 46 anos) é morador do Complexo do Alemão, funcionário de uma gráfica e durante os fins de semana trabalha como guia de turismo.<sup>54</sup> Ele é natural de Governador Valadares (MG) e veio para o Rio de Janeiro acompanhado de seu pai quando tinha apenas três anos de idade,

Primeiro (quando eu cheguei) que não existia o Complexo. Meu pai veio pra cá, morou na Providência, se não me falhe a memória na Gamboa, depois foi morar em Caxias e depois ele veio morar de aluguel aqui na Rua Joaquim de Queiroz, que é onde que eu moro. A Joaquim de Queiroz é uma rua que passa dentro da região da Grota. O que é a Grota? A Grota é geograficamente o encontro entre dois morros, no fundo é a Grota. Então, dentro da comunidade da Grota, meu pai teve sorte de encontrar um líder comunitário chamado Teófilo da Souza Pinto. Na qual o acolheu, deu uma casa para ele morar pagando um aluguel irrisório e antes de morrer a mesma casa que meu pai pagava de aluguel passou para ele, porque ele então pode comprar. E hoje a minha família mora nela. Seu Teófilo da Souza Pinto foi assassinado, ele era uma figura bem carismática, para o bem e para o mal... a comunidade estava crescendo. Ele era o responsável para as pessoas não fazerem as casas no entorno rua. Mas é claro, o cara chega do Nordeste e vai querer fazer na rua. Numa dessas, fizeram uma tocaia e o mataram pelas costas. Mas antes de morrer o Seu Teófilo fez o Centro Social Joaquim de Queiroz, com meu pai e mais doze ou quinze homens. Esse centro social era responsável por receber as pessoas e dar alguma coisa pra comer, naquela época a coisa era bem paupérrima (Entrevista com Loreto. Pesquisa de Campo, 2016).

Ele disse que sua infância foi paupérrima, já que seu pai teria chegado ao Rio “*com uma mão na frente e outra atrás*”. O pai dele veio trabalhar em uma empresa chamada Companhia Carioca Industrial que fazia gordura de óleo de coco. “*Mas enfim....quarta série, o cara vem, com um filho, arruma mais um filho..Naquela época já era difícil nos anos 60. Depois de um certo tempo começou ganhar o dinheiro, arrumou muita mulher. E completa: “Daí você pode imaginar como que era né”*”. Loreto afirma que hoje é possível ter bolsa família e outros auxílios governamentais, mas naquela época tudo era difícil. A compra do material da casa era muito complicada, e hoje, com a expansão no crédito nas periferias tudo havia ficado mais simples.

Ele avalia que para boa parte dos moradores do Complexo do Alemão a infância foi muito pobre. No Alemão não tinha esgoto, não tinha água e o abastecimento de energia

---

<sup>54</sup> A entrevista com Loreto foi realizada em 2016, em um ponto próximo ao Teleférico do Alemão.

elétrica era extremamente precário. *“A casa era de madeira. Não era como é hoje. Hoje o pessoal ainda reclama. Mas vamos analisar, se eles voltarem um pouquinho. Antes era casa de estuque, pingava, chovia. A rua não era asfaltada, se chovia, tinha lama até o teto.”*

Loreto recorda que em uma oportunidade arrumou uma namorada quando estava no primeiro grau. Ele a classificava como de “classe média”, pois apesar de morar em rua paralela a da casa dele, a namorada tinha uma condição financeira melhor. Acredita que por tocar violão, despertava a atenção das garotas. *“Eu era feio pra ... Arrumei a porra de uma mulher bonita. E ela sempre querendo ir lá em casa e eu com uma vergonha. Um belo dia, chega lá em casa e bate na porta, quando vejo a mulher viu... lama até o teto. E para sua infelicidade: “Não deu duas semanas acabou o namoro”*

Com o passar dos anos, o pai dele começou a ganhar dinheiro, mas gastava tudo com muita “festa”, pois todo fim de semana realizada festas “regadas” com muita bebida e comida para os convidados. A sua infância havia sido muito ruim, porém, na adolescência as coisas começaram a melhorar. Loreto conta que seu pai chegou a possuir duas empresas de construção civil, mas foi à falência. Quando completou dezoito anos, ainda não tinha feito o segundo grau. *“Eu fiz o segundo grau depois de velho. Porque a gente era educado para primeiro trabalhar e depois estudar, quando eu vim montar a minha família eu já estava com meus 28 anos para 29”.*

Entretanto, ele avalia que filho de pobre não pode ter só segundo grau, filho de pobre tem que fazer cursos de mecânica, consertar ventilador, liquidificador, entre outros. O seu primeiro emprego foi aos treze anos na função de lixador de tamanco,

No carnaval carioca não se usava sandália, apenas tamanco e a gente lixava tamanco e vendia tamanco no carnaval carioca. Meu primeiro emprego foi esse. Depois fui para exército brasileiro, fiquei um ano lá, depois voltei e meu pai arrumou um emprego de almoxarife para mim, dentro da construção civil e eu fiquei oito anos dentro da construção civil, só que fazendo a parte técnica no negócio, nunca fui de pegar a mão na massa. Eu era curioso, sempre perturbava o mestre daqui o mestre dali. (Entrevista com Loreto. Pesquisa de campo, 2016).

Quando eu pergunto a Loreto se na sua infância ele teve que lidar com a violência, o mesmo responde: *“Não, não tinha uma violência tão exacerbada como esta agora”.* Ele afirma que na década de 1970 já tinha tráfico de drogas no Alemão, mas não era aquela “coisa pesada”. Ele mora no Complexo do Alemão desde 1960 e a história da violência, segundo o

mesmo, começou quando assassinaram o seu Teófilo. Nesse período já tinha arma, mas “*não era essa coisa de arma de guerra*”. Loreto considera que a partir desse evento, o tráfico se intensificou. Naquela época, as pessoas traficavam apenas maconha, “*não tinha droga pesada*”.

Ele relatou que praticamente “*cresceu*” com os traficantes, “*a gente não se misturava, eles escutavam a gente tocar violão ali e a gente aqui. Olha, era vocês lá e eu cá. A gente não se misturava e eles não queriam que a gente se misturasse*”. Naquele tempo, os traficantes não pegavam garotos de doze e treze anos para ficarem tomando conta de boca de fumo, segundo Loreto.

O fato de ter seguido uma vida completamente diferente dos seus amigos propiciou com que o mesmo constituísse uma família com certa tranquilidade. Hoje, Loreto trabalha em uma gráfica situada na Zona Norte do Rio.

Em 2013, ele participou de um curso desenvolvido pelo Sebrae sobre como desenvolver o seu próprio negócio. A entidade é tratada pelo morador do Alemão como uma “*benção*”, pois se constitui em um dos poucos “*socorros*” que os moradores possuem. Pelo fato de Loreto gostar muito de conversar com as pessoas, resolveu fazer um curso de guia de turismo em um Colégio Estadual do município. Ele acha que todo mundo deve empreender e que o morador deve ser educado para isso, já que na visão de Loreto, os moradores ainda não possuem plena consciência do “*dinheirão*” que podem ganhar. Contudo, Loreto já conseguiu ver uma mudança no comportamento das pessoas. “*Mas já tem morador que já aluga uma cama, já faz uma comidinha diferente para vender. É isso que eles (os turistas) querem... (eles querem) comer algo diferente do que eles estão acostumados*”. E completa: “*Eles querem consumir as coisas do lugar.*”

Em 2017, o pesquisador contatou Loreto para que o mesmo realizasse um passeio guiado pelo Complexo do Alemão, entretanto, o empreendedor relatou que não guiaria mais os turistas pelo *território* em virtude dos intensos tiroteios. Quando o teleférico estava ativo, ele fazia um percurso que apenas abrangia as estações. Já com o teleférico inativo, ele teria que conduzir os turistas a pé pelas ruas e vielas do Alemão, algo que para o guia está “*fora de cogitação*”. Como estratégia de segurança, Loreto apenas trabalha guiando turistas pelo Centro, Zona-Oeste e Sul do Rio.

### 3.3. Um dispositivo e seus sujeitos normalizáveis

Historicamente, o ordenamento urbano tem como técnica a normalização dos seus residentes por meio de uma série de equipamentos coletivos, como a habitação, a fábrica, hospitais, prisões e escolas. Eles representam os meios por onde a normalização é exercida de maneira mais imediata (FOUCAULT, 1987). Nesse sentido, o Sebrae e a incubadora Rio Criativo representam a renovação desses dispositivos de normalização. Esses equipamentos de poder tiveram o propósito de conformar os sujeitos normalizáveis das favelas *pacificadas* enquanto sujeitos empreendedores.

Isabela ressaltou ao pesquisador que boa parte dos jovens da favela continua envolvida com o tráfico de drogas. Na Favela Santa Marta e no Pavão-Pavãozinho, por exemplo, os “meninos do tráfico” circulam pelos *territórios* com armas na cintura. Eles não foram capturados pelo dispositivo da *pacificação* e são compreendidos pela integridade governamental enquanto sujeitos “não normalizáveis”, desse modo, estariam “entregues à própria sorte”, ou melhor, apenas estariam a espera da próxima bala disparada por um policial ou por um integrante de uma gangue rival.

Em outro prisma, os “sujeitos normalizáveis” que souberam aproveitar as benesses dos aparelhos governamentais e percorreram os caminhos estruturados pelo dispositivo da *pacificação* – como é o caso de Carambola, Vanessa, Isabela, Henrique e Andressa – seriam os “representantes” do sucesso da *pacificação*, pois souberam realizar um trabalho sobre si mesmo. Como enfatiza Leite (2013), com essa nova modalidade de gestão desses *territórios* – que combina atuação policial com diversos dispositivos governamentais e não governamentais – promove-se uma espécie de “processo civilizatório” e o que parece estar em jogo é a produção de “novos sujeitos”.

Esses “novos sujeitos” são frutos de um regime subjetividade que busca os vincularem a imagens de soberania, autodomínio, poderes onipotentes e felicidade, porém, o sofrimento, a frustração e a morte são ameaças para tal regime (ROSE, 2016). Perceber os limites da atuação do *self* autônomo se refere a uma situação que os empreendedores do Complexo do Alemão, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo tiveram que lidar quando os tiroteios voltaram a se tornar frequentes naqueles *territórios*, após uma breve pausa com instalação das UPPs. Muitos desses empreendedores tiveram que interromper as atividades desenvolvidas

para não colocar em risco a vida dos turistas que adentravam à favela. “*Como posso fazer contrato com operadora de turismo sabendo que a qualquer momento o turista pode ficar preso no teleférico durante o tiroteio?*” disse Silvana (guia de turismo do Complexo do Alemão. Pesquisa de campo, 2016).

Nesse capítulo, o estudo privilegiou a apresentação dos discursos, práticas e técnicas empregadas pelos diferentes elementos que compõem o dispositivo da *pacificação*, como também, privilegiou a descrição da trajetória de vida dos sujeitos empreendedores, para que certas dimensões subjetivas ficassem destacadas de modo preciso na pesquisa. O próximo capítulo possui uma dimensão mais analítica e apreciará com maior acuidade os processos derivados da interação entre o dispositivo da *pacificação* e o dispositivo neoliberal, destacando assim, o neoliberalismo enquanto uma racionalidade que conduz governantes e governados.

## **CAPÍTULO 4**

### **A invenção das novas subjetividades nas favelas cariocas: os empreendedores da “favela turística”**

Neste capítulo, será analisado os processos-chave da invenção das novas subjetividades nas favelas *pacificadas*. O objetivo aqui será evidenciar que os moradores de favela foram conformados enquanto sujeitos empreendedores por instâncias de poder que abrangeram um conjunto de dispositivos, como também, será destacado os dilemas que os mesmos enfrentam em meio aos processos de subjetivação. A partir daí, é possível destacar algumas questões que buscam desvendar a trama inerente a construção do dispositivo da *pacificação*, como: A que demandas e necessidades o dispositivo responde? Quais são os interesses que o justifica? Qual o seu papel na gestão de condutas?

Na primeira parte do presente capítulo, destacou-se que o dispositivo da *pacificação* – composto por instituições governamentais e não governamentais, tanto em sua dimensão

militar quando em sua dimensão mercadológica – atuou na estruturação do campo de ação dos *favelados*, funcionando assim, como um catalizador da racionalidade neoliberal ao operar na otimização dos processos de subjetivação da forma-empresa nos *territórios* abrangidos por ele. Notou-se que o dispositivo da *pacificação* e dispositivo neoliberal realizaram alianças estratégicas na produção das novas subjetividades, que por sua vez, foram estruturadas de modo de surgissem governos de si, cumprindo assim, as metas do poder político.

Já na segunda parte, teve-se a análise das peculiaridades que envolvem o empreendedorismo nas favelas cariocas. Destacou-se as tensões entre o *ethos* comunitário – baseado na solidariedade social – e o *ethos* empreendedor, de cunho individualista. Essa seção destacou que os projetos coletivos que visavam a transformação social foram paulatinamente esvaziados em detrimento de projetos individuais baseados no “empresariamento de si”. As relações impessoais – tão costumeiras no ambiente da favela – ficaram secundarizadas diante da emergência das relações contratuais, a partir do momento em que os *favelados* subjetivaram a forma-empresa. Observou-se então, que esse processo de subjetivação foi delineado pelo dispositivo do gozo de si/desempenho. Esse dispositivo atuou no modelamento dos sujeitos da favela. Os moradores foram inseridos em processos de “auto-cobrança” e incitados a irem cada vez mais “além das suas capacidades”, entrando assim, em processos de “ultrasubjetivação”.

Na terceira seção, o estudo destacou que os “empreendedores de favela”, por um lado, foram encorajados a terem “iniciativas criativas”, por outro, encontram-se configurados em um contexto de trabalho flexível em que inconstância nos ganhos financeiros se revelou como um dos principais problemas do “empresariamento de si”. Notou-se que os moradores lidam com várias dimensões do risco ao desenvolverem um empreendimento nos “territórios da pobreza”. Esses riscos abrangeram desde aos relacionados à abertura e desenvolvimento dos negócios até os riscos vinculados à integridade física. Esse conflituoso panorama levou os “empreendedores de favela” a desenvolverem peculiares estratégias de sobrevivência.

E por fim, na última parte do capítulo, evidenciou-se o papel dos empresários locais na produção da favela turística, como também, destacou-se que eles costumam utilizar o “saber especializado” que possuem em relação ao conflito social para conformar a favela enquanto produto turístico. Verificou-se também que, por um lado, os moradores tentam diversificar o imaginário social em relação à favela – buscando assim, contestar os vários estereótipos atribuídos a ela – por outro, os turistas que visitam esses *territórios* desejam vivenciar

cenários de hiper-realidade e excitação extrema, em que a violência pode fazer parte de uma inusitada atração.

#### **4.1. A invenção de novas subjetividades nas favelas cariocas: o dispositivo da *pacificação* como catalizador da racionalidade neoliberal**

Penso que se alguém quiser analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, ele tem que levar em conta não só as técnicas de dominação, mas também técnicas de si. Digamos: ele tem que levar em conta a interação entre esses dois tipos de técnicas – técnicas de dominação e técnicas de si. Ele deve ter em conta os pontos onde as tecnologias de dominação dos indivíduos, umas sobre as outras, têm recurso a processos pelos quais o indivíduo age sobre si mesmo. E, inversamente, ele tem que levar em consideração os pontos onde as técnicas de si estão integradas a estruturas de coerção e dominação. O ponto de contato onde os indivíduos são conduzidos por outros está ligado à maneira como eles se conduzem, é o que podemos chamar, eu acho, de governo. Governar pessoas, no sentido amplo da palavra, governar pessoas não é uma maneira de forçar as pessoas a fazer o que o governador deseja; é sempre um equilíbrio versátil, com complementaridade e conflitos entre técnicas que asseguram coerção e processos através dos quais a subjetividade é construída ou modificada por ele mesmo (FOUCAULT, 1993, p.204-205, tradução do autor).

Seguindo as asserções teóricas de Foucault (1993), o estudo realizou a análise do processo de constituição dos moradores de favela em sujeitos empreendedores observando as interações entre as técnicas de dominação e as técnicas de si. E para analisar os meandros dessas relações de poder, inicialmente, cabe destacar que estruturação do campo de ação dos *favelados* foi realizada pelo dispositivo da *pacificação* – interpretado aqui como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos” dos sujeitos (AGANBEM, 2005, p. 13). Esse dispositivo operou como um ente organizador de condutas e sua atuação pode ser classificada da seguinte forma: (1) dimensão militarizada: ordenação dos espaços por meio de força repressiva; (2) dimensão mercadológica: catalizador da racionalidade neoliberal e (3) invenção de subjetividades pelos eixos de poder e governos de si mesmo;

Primeiramente, pode-se afirmar que em relação a sua dimensão militar, o dispositivo da *pacificação* instituiu um regime de manutenção da ordem nas favelas abrangidas por ele, provocou assim, uma espécie de cisão nesses *territórios*, isto é, um marco regulatório das condutas, que por sua vez, impingiu aos moradores por meio de força repressiva a entrada ao mundo social da ordem legítima. Tal dispositivo construiu um aparato de vigilância permanente que forjou uma *máquina de fazer experiências*, modificar comportamentos, treinar ou retreinar sujeitos (FOUCAULT, 1987). Ele atuou por meio da coerção sobre os

corpos, estabelecendo desse modo, um quadro social determinado em que o *favelado* teria que adaptar-se a ele e modificar a sua conduta. Entretanto, muito mais do que a modificação da dinâmica social da favela, seu objetivo derradeiro tinha o propósito de “modificar as almas”, ou seja, produzir subjetividades afeitas a ordem institucional.

A dimensão mercadológica do dispositivo da *pacificação* teve papel fundamental na produção das novas subjetividades nos “territórios da pobreza”. Essa dimensão do dispositivo serviu como um catalizador da racionalidade neoliberal por meio de políticas de estímulo ao “empresariamento de si mesmo”. Pierre Dardot e Christian Laval (2016) avaliam que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou política econômica, trata-se prioritariamente de uma *racionalidade* que estrutura e organiza não somente a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.17). O termo *racionalidade* não é empregado pelos autores como um eufemismo que se possibilita evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo representa então, a razão do capitalismo contemporâneo. Um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. “Desse modo, o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.17).

O conceito de “racionalidade política” foi desenvolvido por Michel Foucault ao abordar a problemática da governamentalidade. No curso ministrado no Collège de France intitulado “Nascimento da biopolítica”, o filósofo francês avalia que a compreensão do neoliberalismo representa a elucidação de uma racionalidade empregada na conduta dos sujeitos. Para aprofundar os seus estudos em relação a essa racionalidade, o autor analisou os pressupostos do neoliberalismo alemão e do neoliberalismo norte-americano.

Com relação a racionalidade econômica alemã, Foucault (2008b) considerou que ela possuía uma contradição. Por um lado, após a Segunda Guerra Mundial a Alemanha queria implantar a *Gesellschaftspolitik*, uma política “orientada para a constituição do mercado. Era uma política que devia assumir e levar em conta os processos sociais a fim de abrir espaço, no interior desses processos sociais, para um mecanismo de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p.330), em que o Estado deveria fomentar a concorrência empresarial e generalizar a “forma empresa” para toda a sociedade. Isso significava desdobrar o modelo investimento-custo-lucro

e estendê-lo para as relações sociais, criando assim, um modelo de existência e formas de relações consigo mesmo.

Já por outro lado, os alemães não consideravam que seria adequado que a lógica da concorrência fosse um princípio ideal para comandar uma sociedade inteira. Então ao mesmo tempo em que o Estado estimulava a existência de grupos concorrenciais, de empresas competindo uma com as outras, ele criava também políticas de cunho social, para que o senso de “cooperação entre os homens” não fosse totalmente dizimado pela racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008b).

Em relação ao neoliberalismo norte-americano, Foucault (2008b) acredita que essa racionalidade se estabeleceu nos Estados Unidos de uma forma bem mais radical, uma generalização ilimitada da forma econômica do mercado em todo sistema social. Tal generalização da forma econômica do mercado funcionou “como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais” (FOUCAULT, 2008b, p. 334), o que significa que termos da economia de mercado serviram de modelos que podem ser aplicados a campos não-econômicos, consistindo dessa forma, em uma tentativa de aplicação da análise econômica a uma série de campos de comportamentos ou de condutas, que abrangeriam, por exemplo, o casamento, a educação dos filhos, a criminalidade, entre outros.

Foucault (2008b), ao se interessar pela história do governo liberal, evidenciou aquilo que é chamado desde o século XVIII de “economia” e que está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas – a “biopolítica – e que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita.

Todavia, não se trata mais de se perguntar como, de maneira geral, as relações capitalistas impõem-se à consciência operária como “leis naturais evidentes”, trata-se de compreender, mais especificamente, como a governamentalidade neoliberal escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 21).

Conforme Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal não se impôs como a execução de uma doutrina inteiramente pronta, como um programa completo que emergiu da vontade de um Estado-maior político mundial. Eles buscaram evidenciar por meio de uma

abordagem genealógica que o neoliberalismo é o resultado prático de uma série de experimentos políticos bem diversos conduzidos por diferentes governos na década de 1980 ou mesmo antes, sendo assim, uma racionalidade política válida universalmente. De acordo com os sociólogos franceses, o neoliberalismo é nesse sentido o que Michel Foucault nominou de “efeito global”, isto é, o efeito de processos muito heterogêneos, e não a colocação deliberada em prática de uma ideologia ou de uma doutrina.

Desse modo, o “momento neoliberal” é marcado pela homogeneização do discurso do homem em torno “da figura da empresa. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 326).

A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou simplesmente, neossujeito. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo, trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder ele é substituto dos dispositivos de direção de condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e de gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio *desejo*, à qual ele não pode resistir (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 327).

A exigência de “competitividade” se tornou um princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios. Ela é expressão exata de que a sociedade não está lidando com uma “mercantilização sorradeira”, mas sim, com uma expansão da racionalidade de mercado. Na verdade, o que aconteceu é que a empresa se transformou de maneira

progressiva a norma pela qual o indivíduo deve se fazer sujeito: cada um é chamado a agir como uma empresa de si mesmo, o que não se faz sem envolver certo tipo de relação com os outros – a saber, uma relação de concorrência. Daí decorre uma consequência de importância primordial. Do ponto de vista da subjetividade, não é mais tanto o valor da força de trabalho ou o valor criado pela força de trabalho no processo de produção que importa, mas o valor que o sujeito “se torna em si mesmo e que ele tem que valorizar cada vez mais ao longo de toda a sua existência. É o sujeito que se relaciona consigo próprio durante toda a sua vida sob o modo da autovalorização como um capital” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 29).

A expansão da racionalidade neoliberal sempre pressupõe intervencionismo governamental, ou seja, a inserção de mecanismos que atuem na produção de novas subjetividades. O Estado neoliberal é “governamentalizado”, no sentido de que os novos dispositivos institucionais que o distinguem objetivam produzir situações de concorrência, “introduzir lógicas de escolha, desenvolver medidas de desempenho, cujo efeito é modificar a conduta dos indivíduos, mudar sua relação com as instituições e, mais precisamente, transformá-los em consumidores e empreendedores” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 287).

Nesse sentido, é pertinente destacar que o engajamento na atividade empreendedora dos diversos sujeitos que participaram do presente estudo teve como ponto de partida a participação em programas governamentais. A partir do momento em que os aparelhos governamentais definiram que boa parte dos problemas concernentes ao *favelado* teriam que ser “equacionados” pela lógica do mercado (LEITE, 2015), foi preciso que a intervenção governamental fizesse “uma escolha estratégica de meios, de caminhos e de instrumentos” (FOUCAULT, 2008b, p. 366).

Michel Foucault (2008) considera que um “bom governo” seria aquele que conhece exatamente tudo o que acontece no que diz respeito aos processos econômicos. Esse governo “deverá explicar aos diferentes agentes econômicos, aos diferentes sujeitos, como a coisa acontece, porque acontece e o que devem fazer para maximizar seu lucro” (FOUCAULT, 2008b, p. 388). O filósofo francês afirma que para ocorrer o modelamento da sociedade em torno das políticas neoliberais é preciso que haja a construção de um saber econômico a ser difundido o mais amplamente e uniformemente possível, entre todos os sujeitos. Nesse prisma, o Sebrae operou na implantação de uma “consciência de verdade”, isto é, construiu um saber bem erigido com o intuito de difundi-lo entre os sujeitos econômicos dos “territórios da pobreza”.

O dispositivo da *pacificação* acabou por instaurar uma “nova ordenação” das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades. Esse dispositivo teve uma ação sobre as ações de sujeitos supostamente livres em suas escolhas e operou por meio de uma diversificação de integridades e estruturações dos campos de ações, que variou conforme a situação em que se localizava cada morador de favela. “De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre a sua própria ação” (FOUCAULT, 2008b, p. 243).

Os *favelados* diante da janela de oportunidades da *pacificação* foram constituídos como *homo economicus*, que por sua vez, consiste em alguém manejável, governável e que responde sistematicamente a modificações sistemáticas que são introduzidas artificialmente no meio (FOUCAULT, 2008b). Responder sistematicamente as experimentações governamentais “introduzidas no meio”, sintetiza a ação que o *favelado* é obrigado a desempenhar por toda a sua vida, como foi possível observar na realização da pesquisa empírica.

Carambola relatou que os moradores sempre se adaptaram as maquinarias políticas dos aparelhos de poder e com a implantação da UPP não seria diferente. Eles “se modelaram” ao ambiente de vigilância militarizada e abraçaram as oportunidades econômicas criadas com o surgimento da “favela turística”. Como ressalta o empreendedor, a implantação da UPP fez com que cada morador tivesse que se “re(inventar)” e abraçar a janela de oportunidades que estava sendo criada com a *pacificação*,

(A pacificação) teve um impacto na realização dos eventos, vamos dizer assim, meio que uma proibição das UPPs em fazer os eventos. As pessoas tiveram que se transformar, evoluir. Vou dar um exemplo bem claro, a senhora que fazia uma quentinha e vendia para tráfico de drogas, não podia mais vender aquela quentinha para o tráfico de drogas, ela teve que fazer o que? Dar um jeito de fazer com que a quentinha chegasse ao pessoal da Zona Sul do Rio de Janeiro, porque o traficante ficou enfraquecido, têm menos pessoas trabalhando com o tráfico, como é que ela vai vender as quentinhas dela? Quem é que vai comprar? Então ela teve que se reinventar, fazer o possível para as quentinhas chegarem ao pessoal das Furnas – eu digo Furnas de energia – ela teve que fazer a marmita chegar lá e ela consegue entregar lá, então para isso ela precisou fazer o que? Se reinventar, esse é um exemplo clássico e claro. Todo mundo teve que se reinventar de alguma forma. Por exemplo, o turismo não existia, foi outra coisa, me reinventei e fui trabalhar como guia de turismo, entendeu? O cara que não fazia caipirinha nenhuma, só vendia cachaça, vou fazer o que? Vou fazer caipirinha de morango, de abacaxi, maracujá e de melancia, que o gringo se amarra. Aí o público dele muda, começa a cobrar um valor mais alto, consegue arrumar mais dinheiro, consegue ter um rendimento maior.

O que ele fez? Se reinventou. Então é uma reinvenção do seu negócio (Entrevista com Carambola. Pesquisa de campo, 2017).

A entrada coercitiva ao mundo social da ordem legítima por meio da *pacificação* fez com que certo grupo de moradores tivessem que reorientar as suas condutas, como é o caso da vendedora de quentinhas que ficou impossibilitada de vender seus produtos para o tráfico e foi obrigada a buscar outra carteira de clientes, como bem salientou Carambola. Vanessa, dona de uma barraca de *souvenir* na Favela Santa Marta, destacou que “A *pacificação* deu uma quebrada em alguns negócios e abertura para outros”. Ela teve que fechar o seu bar após a proibição dos bailes *funk* na favela pelos policiais da UPP e reorientar a sua conduta em uma nova atitude empreendedora.

Carambola explicitou os nexos do dispositivo da *pacificação* na seguinte frase: “Mas a *pacificação* foi tipo assim: vai lá e faz pô! Você tem que fazer diferente, entendeu? Aí, todo mundo teve que fazer diferente”. Ele deixou evidente que a autoridade imposta com a implantação da UPP nos “territórios da pobreza” fez com que uma mudança de comportamentos por parte dos *favelados* se tornasse algo imperativo. O próprio Carambola, após deixar o “mundo do crime” percebeu que com a *pacificação* era preciso abraçar as “oportunidades” oferecidas e reorientar sua vida rumo a uma trajetória vinculada ao mundo social da ordem legítima.

Em suma, com a *pacificação* as pessoas tiveram que se (re)inventar, se constituírem enquanto “novos sujeitos”. A **invenção dessas novas subjetividades** nas favelas *pacificadas* não se refere a um fenômeno individual, pois fazem parte de um regime de subjetividade de surgiu a partir dos dispositivos de poder. Tais dispositivos não formaram um bloco monolítico ou coerente e trataram da invenção de um certo tipo de sujeito. Um sujeito que de forma concomitante estabelece uma relação consigo mesmo e uma relação com os eixos do poder, forças exteriores a ele. Se por um lado, é o próprio *favelado* que se constitui enquanto sujeito, “por outro as verdades ele atribui a si e as práticas que realiza sobre si mesmo não são inventadas por ele, mas provenientes de modelos normativos existentes independentemente dele” (NOTO, 2009, p. 09).

Assim, considera-se nesse estudo, que as invenções de si pela qual os moradores de favela passaram são resultados da estruturação do campo de ação pelo dispositivo da *pacificação*, como também, pelo dispositivo neoliberal, que por sua vez, configurou favela

como um campo de oportunidades, em que a intencionalidade individual foi presumida como preponderante para tornar-se um “empreendedor de sucesso”. Esse conjunto de dispositivos apreendeu o *favelado* e o induziu a pensar em termos de ganhos sobre sua vida. Essas novas subjetividades foram estruturadas de modo de surgissem governos de si, cumprindo assim, as metas do poder político. Margarete, guia de turismo da Favela Santa Marta, ao expressar que largou o bolsa família “*porque hoje eu sou empresa*” deixou evidente a sua subjetivação da forma-empresa e como o dispositivo da *pacificação* ao catalisar o neoliberal produziu governos de si mesmo e fez com que a empreendedora deixasse de ser “assistida” pelas políticas sociais.

Destaca-se assim, que as modificações impostas nos *territórios* visaram, sobretudo, os *favelados* normalizáveis, que passaram então a serem conformados como sujeitos ativos que ficam à espreita das melhores oportunidades, desse modo, os dispositivos criaram situações em eles foram obrigados e incitados a maximizar seus próprios interesses. “Fazer com que os indivíduos ajam no sentido desejado supõe que se criem as condições particulares que os obrigam a trabalhar e a se comportar como agentes racionais” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 226).

Rose (2011) reforça que a autonomia do *self* não pode ser classificada como a eterna antítese do poder político, mas sim, um dos objetivos e instrumentos das mentalidades e estratégias modernas de condução da conduta. A democracia liberal – se compreendida como uma arte de governo e uma tecnologia de governar – há muito tempo tem estado vinculada à invenção das técnicas para constituir os cidadãos de uma política democrática com as capacidades “pessoais” e aspirações necessárias para suportar o peso político que repousa sobre eles. A possibilidade de impor limites “liberais” sobre a extensão e a meta do governo político tem sido sustentada pelo aumento de discursos, práticas e técnicas por meio das quais as capacidades de autogoverno podem ser instaladas em indivíduos livres a fim de fazer com que suas próprias formas de condução e avaliação de si mesmos estejam alinhadas com objetivos políticos,

Governar de acordo com a democracia liberal depende da disponibilidade de tais técnicas que irão moldar, encaminhar, organizar e direcionar as capacidades pessoais e os *selves* dos indivíduos sob a égide de uma pressuposta objetividade, neutralidade e eficácia técnica ao invés de um a parcialidade política. Através das alianças indiretas estabelecidas pelo aparato de expertises, os objetivos de um governo “liberal” podem ser levados ao encontro dos *selves* dos cidadãos “democráticos”. Ainda mutações contemporâneas de governo tornaram-se não só imagináveis como

praticáveis pela multiplicidade de tecnologias que tem se unido recentemente, ordenando e posicionando a liberdade regulada dos *selfs* autônomos (ROSE, 2011, p.216-2017).

Assim, o empreendedorismo une a retórica política e os programas regulatórios às capacidades de “autodireção” das pessoas. “Como parte dessa terceira dimensão de poder político, o empreendedorismo forja uma ligação entre as formas pelas quais somos governados pelos outros e as formas pelas quais deveríamos nos governar” (ROSE, 2011, p. 215). Nesse prisma, o empreendedorismo se reporta a uma série de regras para a conduta da existência diária de uma pessoa: energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal. O *self* empreendedor seria então um ser tanto ativo quanto calculador, um *self* que calcula sobre si próprio e que age sobre si mesmo a fim de aprimorar-se. O empreendedorismo, em outras palavras, designa uma forma de governo que é intrinsecamente “ética”: o bom governo deve ser ancorado nos modos pelos quais as pessoas governam a si próprias (ROSE, 2011).

Para Rose (2011), a “cultura empreendedora” engloba uma ética do *self* sedutora, uma crítica potente da realidade contemporânea institucional e política, como também, um *design* aparentemente coerente para a transformação radical das disposições sociais. Empreendedorismo não apenas estabelece um tipo de forma organizacional – com unidades individuais competindo entre si no mercado – mas também, de modo mais abrangente, fornece uma imagem de um modo de atividade a ser incentivado em muitos eixos de vida – a escola, a universidade, o hospital, os consultórios dos clínicos gerais, a fábrica e as organizações de negócios, a família e as estruturas de bem-estar social. Em muitas ocasiões, as organizações são problematizadas em função de sua falta de empreendedorismo, o que demonstraria suas fraquezas e fracassos.

Paralelamente, as relações que resultam em fracasso da organização devem ser reconstruídas com promoção e utilização das capacidades empreendedoras de todos, estimulando as pessoas a se comportarem com ousadia e vigor, a calcular para seus próprios proveitos, a se esforçar e a aceitar riscos na busca de objetivos,

O empreendedorismo pode, assim, adotar uma forma “tecnológica” por parte dos especialistas da vida organizacional, planejando relações humanas através da arquitetura, de grades de horários, de sistemas de supervisão, de programas de pagamentos, de currículos e coisas do gênero para alcançar a economia, a eficiência,

a excelência e a competitividade. Práticas regulatórias contemporâneas – desde aquelas que procuram revitalizar os serviços públicos e civis remodelando-os como agências privadas ou pseudo-privadas com orçamentos e alvos, até aquelas que procuram reduzir o desemprego crônico através de transformação do indivíduo desempregado em um indivíduo ativo à procura de trabalho, tem sido transformadas para incorporar a pressuposição de que os seres humanos são, poderiam ser, ou deveriam ser indivíduos empreendedores, lutando por satisfação, excelência e realização (ROSE, 2011, p.215).

De acordo com Rose (2011), a linguagem do empreendedorismo é somente uma das maneiras de articulação de presunções éticas que são amplamente compartilhadas na contemporaneidade e que passaram a formar um consenso para quase todas as racionalidades, programas e técnicas de governo em sociedades democráticas liberais. O governo nas sociedades ocidentais não é caracterizado pelo sonho utópico de uma maquinaria regulatória que adentraria em todas as áreas do corpo social, administrando-os para o bem comum. De forma distinta, desde o século XIX o pensamento político liberal tem sido organizado pela oposição entre os limites constitucionais do governo de um lado e, de outro, pelo desejo de planejar as coisas de modo que os processos sociais e econômicos tenham o melhor resultado sem a necessidade de intervenção política direta. Dessa maneira, as limitações formais sobre os poderes estatais têm produzido, como consequência, a “propagação” de uma série de programas e mecanismos dispersos, desvinculados das atividades diretas dos poderes públicos, os quais prometem, contudo, moldar práticas no âmbito do trabalho, do mercado e da família para gerar valores “públicos” tais como riqueza, eficiência, saúde e bem-estar.

A ética do empreendedorismo – competição, força, vigor, ousadia, foco nos aspectos externos e impulso para o sucesso – pode parecer oposta à ideia que está associada com o hedonismo e o autocentramento. E de fato, a cultura contemporânea é tipicamente pluralista: as diferenças que Max Weber examinou entre os “estilos de conduta” adequados a diferentes “esferas de existência” – espiritual, econômica, política, estética, erótica – não foram abolidas. Mas apesar de tal pluralismo ético, esses diversos regimes operam dentro de um a priori único: a “autonomização” e “responsabilização” do *self*, a instalação da hermenêutica reflexiva que “proporcionará autoconhecimento e autodomínio, e a operação de tudo isso sob a autoridade de especialistas que alegam que o *self* pode conquistar uma vida melhor e mais feliz através da aplicação do conhecimento científico e habilidade profissional” (ROSE, 2011, p.219).

Segundo Rose (2011), o regime de subjetividade baseado no empreendedorismo busca reforçar alguns mantras como: “torne-se inteiro, torne-se o que você quiser, torne-se você mesmo”. Assim, o indivíduo deve tornar-se, por assim dizer, um empresário dele mesmo, buscando maximizar seus próprios poderes, sua própria felicidade, sua própria qualidade de vida, instrumentalizando assim, suas escolhas autônomas a serviço do seu estilo de vida. Tal percepção fica evidente quando se observa que alguns dos empreendedores das favelas *pacificadas* buscam enfatizar o sucesso que tiveram destacando o esforço que empregaram. Contudo, a conformação do *favelado* enquanto sujeito empreendedor pode produzir certas tensões relacionadas ao senso comunitário das favelas cariocas, como poderá ser observado a seguir.

#### **4.2. “Cada um quer furar o olho do outro”: o *ethos* comunitário em tensão com o *ethos* empreendedor**

Uma das consequências mais perceptíveis do processo de constituição dos *favelados* em sujeitos empreendedores se refere as possíveis tensões entre o *ethos* comunitário e o *ethos* empreendedor. Verificou-se que os conflitos que emanam da relação estabelecida entre esses dois *ethos* acabaram por gerar modificações na dinâmica social dos *territórios* analisados.

Nos estudos antropológicos, os aspectos morais de uma dada cultura e os elementos valorativos da mesma, foram sintetizados por meio do termo “*ethos*”. “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEERTZ, 2008, p.93). Nesse sentido, ao se analisar os “territórios da pobreza” é possível verificar que o *ethos* comunitário está relacionado a uma acentuada experiência associativa baseada no senso na cooperação e no sentimento de pertencimento (ZALUAR, ALVITO, 2013). Na sociabilidade desenvolvida no cotidiano das favelas, os diversos atores sociais participam de uma série de experiências em conjunto, desde as mais positivas, como os momentos de lazer, até as mais negativas, como a falta de energia elétrica e a violência policial, desse modo, a “esfera privada frequentemente se estende até a esfera pública por causa da proximidade das moradias e a estreiteza dos becos e vielas” (BALLARINI, 2014, p.59).

Em tese, o *ethos* comunitário vai de encontro com o *ethos* empreendedor – pois envolve práticas de modelação de sujeito por meio de processos de concorrência (DARDOT, LAVAL, 2016) – onde o sujeito que empreende se relaciona a alguém que busca o sucesso individual e que sabe aproveitar as oportunidades do meio social que habita tendo em vista a retirada do melhor proveito econômico para si próprio, enfim, uma subjetividade contábil marcada pelo cálculo individual – e não coletivo – de suas ações.

Nas relações existentes entre os “empreendedores de favela”, foi possível evidenciar que não existe espaço para a “camaradagem”, já que as relações entre os mesmos são enquadradas enquanto “contratuais”, como pode ser verificado no seguinte trecho: “O *congolês* (*guia*) hoje mora na minha casa, ele mora no *hostel*, uma das vagas fixas é dele. Todos os *tours* em francês na favela, é ele que faz. É contratado pela minha empresa” disse Carambola. O *congolês* citado por Carambola se refere a um refugiado do Congo que após

migrar em direção ao Rio de Janeiro se tornou guia de turismo. Carambola citou outro exemplo das relações contratuais existentes na “favela empreendedora”: “*O Jonathan, um morador que é guia, é contratado para fazer o tour em inglês, tem um grupo de mais de dez pessoas? Chamo qualquer outro guia para ir lá trabalhar junto comigo*”.

O guia Henrique também ressaltou a importância da dinâmica contratual entre os empreendedores da favela: “*Ontem, por exemplo, nós fizemos um passeio com 22 franceses e fizeram via uma empresa (de fora). O Carambola contratou eu e o Clodoaldo. A gente vai contratando um ao outro*”. Enfim, os moradores de favela subjetivaram a forma-empresa e estabeleceram relações contratuais, sejam elas, formais ou não. Henrique denomina essa relação de “turismo sustentável”, pois em sua visão, a partir do momento em que um morador contrata o outro, o dinheiro tenderia a permanecer no *território*. Observou-se então que as relações são estabelecidas por meio de práticas de mercado em detrimento da característica impessoalidade do ambiente da favela, em que cada morador “*empresta o açúcar do vizinho*”, como relatou Isabela. No lugar de “associações comunitárias” em prol do bem comum, destaca-se as relações contratuais entre os moradores,

“A cidadania não é mais definida como participação ativa da definição de um bem comum de uma comunidade política, mas como uma mobilização permanente de indivíduos que devem engajar-se em parcerias e contratos de todos os tipos com empresas e associações para a produção de bens que satisfaçam os consumidores” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 239).

Além da existência de relações contratuais entre os empreendedores, foi possível observar que a concorrência entre os mesmos fez com que cada um buscasse oferecer um serviço diferenciado ao turista com o intuito de obter certo destaque em relação aos demais empreendedores. “*Cada um oferece um tipo de serviço, um pacote personalizado. Eu, por exemplo, ofereço tour mais almoço na laje e o tour com feijoada. Tem um limite de pessoas que eu atendo na laje, né. Já o Carambola tem o hostel*”, relatou Henrique. Como enfatiza Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se refere a um modo de governo que faz da adesão a uma doutrina ou meio privilegiado de poder. Ele se apoia, sobretudo, na coerção que exerce sobre os indivíduos por meio das situações de concorrência que coloca ativamente em prática.

As dinâmicas concorrências fizeram com que cada guia de turismo da Favela Santa Marta se auto direcionasse na busca do lucro individual de seu negócio. Contudo, essa dinâmica poderia ser diferente se os guias que trabalham no Santa Marta tivessem optado por desenvolver uma organização empresarial coletiva, em meados de 2008. O modelo de gestão na forma de cooperativa representa àquele capaz de promover igualdade no poder decisório e fundamenta-se na propriedade coletiva. Esse modelo assegura a cooperação e a solidariedade de determinado grupo social (ROSENFELD, 2007).

Sandra – guia de turismo da Favela Santa Marta – disse que no início do desenvolvimento do turismo na favela havia uma proposta coletiva em voga. Nela, todos os 12 guias de turismo do *território* trabalhariam de maneira conjunta. *“Porque no início nós queríamos fazer uma empresa para todo mundo, tipo uma cooperativa. Infelizmente cada um tem um objetivo. Não queriam cooperativa. Aí, cada um tem a sua empresa”*. A não escolha pela cooperativa, obedeceu desse modo, a lógica da sociedade neoliberal, onde “não só cada um pode perseguir seu próprio interesse, mas cada um deve persegui-lo até o fim procurando leva-lo ao seu ponto máximo” (FOUCAULT, 2008b, p. 375).

Após essa decisão dos guias, Sandra resolveu trabalhar com mais dois empreendedores com que tinha afinidade. Entretanto, eles optaram por não abrir uma empresa conjuntamente. *“Aí, juntou eu, a Margarete e o marido dela. Contudo, todos tem a sua empresa própria na forma de MEP”*, revelou Sandra.

Na verdade, eu sempre trabalhei com projeto social e quando surgiu essa questão do turismo no Santa Marta foi novidade, daí eu fui, me formei, aquela coisa toda. Aí veio o projeto, mas eles não quiseram saber de trabalhar em conjunto. Como eu trabalhei há muito tempo... há mais de dez anos com grupos, ONGs... para mim é mais fácil trabalhar em grupo. Infelizmente, o pessoal não quer trabalhar em grupo (Entrevista com Sandra. Pesquisa de campo, 2017).

Sandra considera que as pessoas não querem trabalhar em grupo por não estarem dispostas a repartir o dinheiro, como também, pela exacerbada ganância. *“A real, o português claro, cada um quer furar o olho do outro, ninguém quer ganhar a mesma coisa. Tipo, eu quero ganhar mais, quero sair na mídia melhor, entendeu? É isso”*. Já a guia Isabela considera que a criação da cooperativa seria algo muito complexo e que sua existência poderia transformar-se em uma “bateção de cabeça”. Outra questão que ela pontua, é a “clima de competição” que existe entre os empreendedores,

A gente bate muito a cabeça, por isso que a gente diz que cooperativa é muito difícil, porque a “bateção de cabeça” continua. É uma coisa que o sistema bota.... ele bota muito a gente em um sistema de competitividade. Sandra é minha competidora, Henrique é meu competidor, mas eu não estou competindo com p\*\*\*a nenhuma e quando você pensa competição, você pensa que todo mundo quer correr, mas eu não quero correr. Vai que minha onda seja, sei lá... uma hidroginástica, uma aguinha mais relaxante. Então isso não é competição. Porque daí eu só vou poder competir com nadador, essa coisa de você botar todo mundo no bolo. Epa! Todo mundo começa a correr, você dá um tiro e todo mundo começa a correr e você não sabe nem para onde vai a p\*\*\*a. Mas tá todo mundo correndo, eu vou correr também. Eu já parei para pensar. Que p\*\*\*a é essa? (Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017).

A inquietação de Isabela está relacionada à ação do dispositivo neoliberal. Ele conformou os empreendedores da Favela Santa Marta enquanto competidores, no entanto, o mesmo não restringiu a reflexividade da Isabela. Ela observou que a competição que existe entre eles não é algo que lhes acarreta benefícios, muito pelo contrário, pois “*todo mundo começa a correr e você não sabe nem para onde vai*”. Contudo, mesmo tendo ciência da ação que dispositivo tem sobre sua vida, Isabela não consegue percorrer um caminho diferente daquele estruturado previamente pelo próprio dispositivo.

Assim, constatou-se que disseminação da cultura empreendedora por meio de uma racionalidade liberal – que é hegemônica – foi potencializada pelo dispositivo da *pacificação* e acabou por estabelecer uma inflexão nas dinâmicas sociais da favela, corroborando assim, para o esvaziamento do *ethos* comunitário em detrimento do *ethos* empreendedor. Quando o pesquisador perguntou para Carambola, se para os moradores de favela mudarem de vida é preciso lutar por conta própria ou por meio de uma ação coletiva, o mesmo respondeu na seguinte forma:

É um conjunto de coisas, primeiramente a gente tem que ter acesso, primeiro tem que ter acesso à educação; segundo, acesso à saúde; terceiro, direito à segurança, isso a gente não tem. E aí, uma andorinha só não faz verão. Hoje em dia, nós somos 12 guias que trabalham aqui. Nós temos um coletivo de guias, cada um tem sua empresa, mas nós somos um coletivo. Se cada um fizesse por si, talvez a gente não tivesse galgado situações e momentos que a gente tem hoje em dia, de empresas parceiras que começaram a fazer *tour* na favela e que hoje em dia são parceiras nossas e que trazem turistas. (A gente tem que ter) acesso a conhecimentos e cursos e oportunidades, a gente tem que pensar em um conjunto, agir como um conjunto, nenhum de nós é tão bom, quanto todos nós juntos, só que nossa sociedade, eu falo nossa sociedade, porque é ela que faz ficar do jeito de esta. Enquanto nossa sociedade não enxergar que todos somos um só, vai ficar difícil a gente caminhar junto (Entrevista com Carambola. Pesquisa de Campo, 2017).

Ele disse que para se vencer na vida é necessário um “conjunto de coisas” e enfatizou a importância do *ethos* comunitário, já que considera que os empreendedores deveriam trabalhar juntos. Entretanto, Carambola ressalta a existência de um entrave, a “sociedade”, ou seja, os mecanismos estruturais que norteiam a proverem o seu lucro de forma individual. E se caso algum empreendedor tiver um insucesso, ele teria que encarar essa dura realidade sozinho, deixando a relação entre os mesmos bem distante dos nexos que compõem a solidariedade coletiva do *ethos* comunitário. Essa mesma questão foi posta para Vanessa, que respondeu da seguinte maneira:

Ah eu não vejo essa questão de você lutar, lutar... se você acha que você tem que lutar por um objetivo seu acho que independente dela ser conjunta ou sozinha, se tiver que dar certo, vai dar. Então não tem essa questão de você achar que vai dar certo se tiver sozinha ou você achar que vai dar certo se tiver com o coletivo de pessoas. Eu não vejo isso, eu acho que independente de qualquer situação, se você tem um objetivo para buscar, você vai, não depende com quem você vai e com quantas pessoas você vai, se você vai sozinha ou acompanhada. Vai! Eu pelo menos penso dessa forma. (Entrevista com Vanessa. Pesquisa de campo, 2017).

Vanessa enfatiza que se a pessoa tem um objetivo na vida ela deve seguir, independente da luta coletiva, isto é, o sujeito deve ser o protagonista de sua vida, não importando se a favela coaduna com seus pensamentos e interesses. Já a fala de Alessandro expõe com mais clareza os processos sociais pelos quais as favelas têm passado, pois para o mesmo os *favelados* têm se tornado cada vez mais individualistas. Ele considera que o senso coletivo vem sendo desconstruído paulatinamente nesses *territórios*,

Então, porque essa parte aí, a favela começou com um esforço coletivo e se não fosse um esforço coletivo não existiria a favela. Tudo que está construído aqui... no começo eram de pessoas que tinham um sonho de ter a sua própria casa e que necessitavam da ajuda de outras pessoas que tinham a mesma necessidade dela. Isso criou a favela. O lugar que as pessoas dizem que o governo não gosta. Um lugar que tem as suas próprias leis e as suas próprias regras. Isso foi um esforço coletivo e tudo que você faz é um esforço coletivo e você ajuda a maioria, todo mundo. Só que, hoje em dia, no século XXI, as pessoas estão se tornando muito individualistas dentro da favela. Mudou 100 %. A minha infância é da década de 1990. De 90 para cá já mudou muita coisa. Quando eu era novo, na década de 90, não passou nem 20 anos... já mudou bastante coisa. Hoje, as pessoas estão muito individualistas. Eu disse que eu fui criado por todo mundo na área. Hoje em dia, se você vê algum garoto fazendo alguma coisa errada e quer cobrar, os pais dele vão falar: “*P\*\*\*a, você não é o pai dele!*”. Então tem muito disso. Hoje em dia, tem uma diferença, uma diferença discrepante. Hoje em dia, as pessoas estão muito individualistas, estão se importando com elas próprias e estão esquecendo do coletivo (Entrevista com Alessandro. Pesquisa de campo, 2017).

Alessandro acredita que o turismo na Favela Pavão-Pavãozinho estava “melhorando o coletivo”. Essa melhora estava relacionada ao fato dos *tours* que realizava pela favela deixava a mesma com “outro aspecto”, já que os turistas passaram a circular pelo *território*. Outro ponto a ser destacado é que Alessandro acusa os outros moradores de serem individualistas, mas ele não, mesmo sendo totalmente a favor de atividades empreendedoras, onde o lucro é sempre individual.

Uma passagem na fala de Isabela reforça que as pessoas não são tão unidas na Favela Santa Marta tal qual um presumido “senso comunitário” poderia indicar, sendo que apresentam inclusive inveja do sucesso alheio. Isabela disse que quando retornou de uma viagem realizada na Alemanha, na década de 1990, as pessoas da favela “*foram muito duras comigo, porque como eles não viveram aquilo, tinha meio que aquela raiva né, aquela filha da mãe viajou para fora*”. O que empreendedora deixou transparecer é que apenas existe a solidariedade na favela enquanto os moradores estão situados no mesmo patamar social e vivenciando as mesmas dificuldades e quando os processos de diferenciação passam a ocorrer, sentimentos nada nobres são despertados.

De modo geral, empreendedores se contradizem a todo momento, fazem “malabarismos” para conciliar o “ethos comunitário” com o “ethos empreendedor”. Em determinado momento disseram que na favela possui “uma aura comunitária”, baseada na ajuda mútua, em outras oportunidades, relataram que os moradores são individualistas e “*cada um quer furar o olho do outro*”. Na realidade eles manipulam a importância desse *ethos* comunitário conforme o interesse que está em questão, sendo que ele parece ser sempre secundarizado quanto o que está em “jogo” é o dinheiro.

Na Favela Santa Marta – localidade em que os empreendedores turísticos decidiram não abrir uma cooperativa, rejeitando assim, o *ethos* comunitário em prol do *ethos* empreendedor – eles acabaram fazendo concessões com o passar dos anos, já que foram obrigados a trabalhar em um espaço conjunto. Tal fato aconteceu porque os guias iniciam os seus passeios na Praça Corumbá, local esse, onde os mesmos aguardam os turistas em um estande coberto. Como o governo e prefeitura do Rio não enviaram nenhum funcionário para trabalhar nesse estande – como acontece em Copacabana, por exemplo, sendo que essa

medida é reivindicada pelos guias – eles tiveram que revezar os períodos de permanência no local, trabalhando assim, de maneira conjunta, como relatou Sandra:

Daí a vida dá tantas voltas e viu que não adianta só trabalhar sozinho. É preciso ter um estande. Aqui é um coletivo e acaba todo mundo trabalhando junto. Cada um tem seu espaço e a sua empresa, mas cada um acaba sendo um coletivo. Aí tem parceiros, né, que no final a gente rateia, acabou acontecendo o que seria a ideia no início. Mas, além disso, cada um tem a sua empresa, tem contatos particulares fora da favela (Entrevista com Sandra. Pesquisa de campo, 2017).

Apesar de trabalharem de maneira conjunta, tal dinâmica passa ao largo do que seria uma cooperativa. Conforme Ost e Fleury (2013), com expansão da lógica de mercado nas favelas, a ideia de uma sociabilidade comunitária é, de certo modo, corroída pelo individualismo que tal lógica provoca, onde cada um tenta “garantir o seu quinhão”. Assim, a maior entrada do mercado formal nos *territórios* contribuiu para disputas e prevalência de interesses pessoais, pois a dinâmica mercantil não atua de forma especificamente solidária. Contudo, o desmantelamento da lógica solidária nas favelas se refere a um processo histórico e contínuo, como bem destacou Alessandro. Esse processo é global e se deve ao fato de o dispositivo neoliberal ter impingido a incorporação das lógicas de capital nas relações sociais,

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as suas dimensões da vida, como um capital que devia valorizar-se, estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria, investimentos a longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 201).

Foucault (2008b) destaca que na sociedade neoliberal os vínculos econômicos podem gerar processos de dissociação e tornam mais incisivo o interesse egoísta dos indivíduos, ao mesmo tempo em que desfaz os vínculos sociais espontâneos. O processo de individualização na cultura moderna se reporta a um tema sociológico clássico. Simmel (1987) avalia que a metrópole e o dinheiro provocaram o encurtamento das distâncias e maior mobilidade aos indivíduos na modernidade. Entretanto, se por um lado, propiciaram mais liberdade individual, por outro, as relações sociais passaram a ser configuradas sob a égide da

impessoalidade, como também, pelo desmantelamento progressivo dos laços estreitos de comunidade.

Em suma, esses “novos sujeitos” das favelas cariocas acabaram por serem conformados pelo dispositivo do gozo de si e do desempenho, como foi possível observar na fala de Carambola. Com relação “ao gozo de si”, isso pode ser notado em razão do estilo de vida do guia, que sempre busca divertir-se nas festas em que promove e nas viagens que realiza. Em uma passagem de sua fala, o empreendedor evidenciou que gostaria de conseguir um empréstimo de 50 mil reais em um banco para realizar investimentos em seus negócios, contudo, deixou de pensar nessa hipótese, já que a instituição financeira que consultou apenas lhe oferecera o crédito de três mil reais, o que Carambola considerou algo fora de propósito. “Com três mil eu vou pegar e vou viajar e ficar dez dias fora e acabou os 3 mil reais e não vou investir em nada. Então não me interessa”. Assim, “gozar a vida ao máximo” se constitui em um elemento relevante no processo de constituição dos moradores de favela em sujeitos empreendedores. Agambem (2005) pontua que na raiz de cada dispositivo está um desejo demasiadamente humano de felicidade, sendo que a captura e a subjetivação desse desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo.

Para Carambola, tão importante quanto o “gozo de si” é a fascinação pelo aumento do desempenho de seus negócios. Ele disse que pretende investir na construção de um *site* com botões de pagamento e com informações traduzidas em inglês, francês e espanhol. O empreendedor também quer investir no sistema *google adwords*, para que no momento em que o turista pesquise os termos “favela” e “turismo”, seja direcionado ao *site* de sua empresa.

Notou-se também que ele não se contentou em trabalhar como guia de turismo na agência que criou. Hoje, ele administra também um *hostel* e uma empresa de entrega de saladas. Assim, os governos de si mesmo produzidos pelo dispositivo da *pacificação* fizeram com que ele se autorregulasse nas trilhas do empreendedorismo. Carambola revelou que teve que reorganizar o seu tempo diário, de modo fosse possível administrar os três negócios,

Eu estou 100% neles o tempo inteiro. Eu trabalho nos três. É sentar, responder e-mail, fazer agendamento, mandar e-mail, mandar mala direta, falar com cliente, com fornecedor, já ir no mercadão comprar os utensílios da semana, das saladas. Eu não me dividi, eu me organizei para atender, cada um, em um determinado horário. Na parte da manhã, às 7:00 da manhã até às 12:00 estou em função do Saladorama, que é de alimentação, só que eu não deixo de fazer os meus contatos... do *hostel* e do *tour* de experiência. Na segunda-feira, por exemplo, tenho um *tour* às 9:00 da manhã. O que eu vou fazer? A produção do Saladorama cai para o domingo. Eu

ajudo a fazer a produção, tem a cozinheira e o entregador, a gente produz, faz a pré-produção juntos e aí é só montar as saladas. O objetivo principal é trazer acesso à alimentação saudável para pessoas da comunidade. Eu sou sócio do Saladorama aqui no Rio. Tem aqui no Rio, tem em Recife, em Florianópolis, tem em São Paulo (Entrevista com Carambola. Pesquisa de Campo, 2017).

O cotidiano atribulado de Carambola possui relação com o fato do sujeito neoliberal ser produzido pelo dispositivo gozo/desempenho. Dardot e Laval (2016) avaliam que esse dispositivo exige que o sujeito produza e goze sempre mais e ao mesmo tempo faz com que o desempenho seja um dever. A tensão entre ambos encontraria a equivalência na exigência imperativa do dispositivo de cobrar sempre mais dos sujeitos. Os autores advogam que a norma social do sujeito modificou, pois não seria mais o equilíbrio, a média, o objetivo a ser buscado, mas é o desempenho máximo que se torna o alvo da “reestruturação” que cada sujeito tem que realizar em si mesmo. Não se pede mais para que o sujeito seja conformado, mas sim, ordena-se ao sujeito que “se transcenda”, que “leve os limites além”, como dizem os gerentes e consultores do Sebrae, por exemplo.

A máquina econômica mais do que nunca, não pode funcionar em equilíbrio e, menos ainda, com perda, pois tem de mirar um “além”, um “mais”, que Marx identificou como “mais valor”. Tal exigência própria do regime de acumulação do capital não havia desdobrado todos os seus efeitos até então. A nova dinâmica passou a existir quando o comprometimento subjetivo foi tal que a procura desse “além de si mesmo” tornou-se a condição de funcionamento tanto dos sujeitos quanto das empresas. Daí o interesse da identificação do sujeito como empresa de si mesmo e capital humano: a extração de um “mais gozar”, tirado de si mesmo, do prazer de viver, do simples fato de viver, é que faz funcionar o novo sujeito e o novo sistema de concorrência,

Em última análise, subjetivação contábil e subjetivação financeira definem uma subjetivação pelo excesso de si em si, ou ainda, pela superação indefinida de si. Consequentemente, aparece uma figura inédita de subjetivação. Não uma “trans-subjetivação”, o que implicaria mirar um além de si mesmo que consagraria um rompimento consigo mesmo e procuraria alcançar uma relação ética consigo mesmo, independentemente de qualquer outra finalidade, de tipo político ou econômico. De certa forma, trata-se de uma “ultrasubjetivação”, cujo objetivo não é um estado último e estável de “posse de si”, mas um além de si sempre repetido e, além do mais constitucionalmente ordenado, em seu próprio regime, segundo a lógica da empresa e, para além, segundo o “cosmo” do mercado mundial (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 356-357).

Enfim, o conjunto de dispositivos que estimulam o sujeito a querer sempre mais acabou por delinear os empreendedores das favelas pesquisadas, entretanto, após o estabelecimento da atividade empreendedora, os moradores entraram em um espiral de riscos, como poderá ser observado na próxima seção.

### 4.3. O “empreendedor de favela”, flexibilidade e as várias dimensões do risco

O processo de constituição dos moradores de favela em sujeitos empreendedores os configurou enquanto permanentes “gestores de risco”, isto é, eles necessitam lidar com questões que abrangem desde a instabilidade financeira do negócio desenvolvido até os problemas de segurança encontrados nos *territórios*. A racionalidade neoliberal estruturou um campo de ação caracterizado por riscos e inseguranças, pois ao mesmo tempo em que os “empreendedores de favela” se constituem em torno da polivalência e da autonomia profissional, eles têm que lidar com questões negativas derivadas da lógica da produção flexível do trabalho.

Para compreender o processo de flexibilização do trabalho é preciso destacar que a passagem do modelo de organização fordista para a adoção do sistema flexível toyotista de produção implicou rupturas e continuidades nas formas de exploração da força de trabalho. A implantação do modelo de produção flexível instaurou um processo de fragmentação crescente da classe trabalhadora com novas formas de gestão da força de trabalho onde predominam espaços precários das relações de trabalho, em que novos e velhos modelos trabalhistas coexistem e operam aos ditames do capital. O contexto de instabilidade que caracteriza as novas formas de emprego surgidas no contexto da flexibilização produtiva e normatizadas sob a égide de políticas de inspiração neoliberal tornou as trajetórias profissionais imprevisíveis (BARDOSA, 2011, SANTOS, 2011).

Aos sujeitos modelados dentro das grandes corporações foi imposta uma série de valores, normas e princípios vinculados à inovação, criatividade, flexibilidade e empreendedorismo. A valorização do trabalho autônomo empreendedor é feita por meio do seu potencial criador e por sua conformação enquanto indivíduo apto as rápidas mudanças que se processam no âmbito de um mundo do trabalho intensamente afetado pela lógica da flexibilização produtiva, como também, pela “predisposição” do mesmo à inovação, ao risco e a insegurança (BARBOSA, 2011, LIMA, 2010, LOPEZ-RUIZ, 2004).

Nesse sentido, os moradores dos “territórios da pobreza” tiveram que se adaptar as questões vinculadas ao risco e insegurança ao se transformarem em empresários. Andressa, dona de um *hostel* no Cantagalo, avalia que “*tem risco abrir um negócio sim, não há como negar que o risco que uma pessoa corre ao abrir uma empresa é tremendo*”. Andressa já teve

que fechar o restaurante em que era proprietária em virtude de os tiroteios na favela terem “espantado” os seus clientes, isso ainda antes da instalação das UPPs. Contudo, ela se define como uma pessoa que não desanima e que sempre busca estudar novas possibilidades de negócio. Para a empreendedora, as pessoas precisam “*saber se virar*”.

Administrar os riscos da atividade empreendedora foi algo que Carambola também teve que lidar. Em 2015, ele resolveu emprestar junto a um amigo certa soma de dinheiro com o objetivo de reformar o *hostel* que possui. Carambola fez esse investimento com a expectativa de conseguir um grande retorno financeiro durante o período das Olimpíadas no Rio, tendo como parâmetro o grande lucro que obteve durante a Copa do Mundo. Entretanto, os planos de Carambola se frustraram em virtude do baixo número de turistas que resolveram visitar as favelas, assim, a expectativa se transformou em dívida. Ele disse que: “*Não tem como pagar agora, porque o que entra, paga-se o salário do guia, que é o meu salário, investe num negocinho aqui e tal*”. Carambola pretende guardar o dinheiro mensalmente “*para ir pagando o que deve*”.

O guia Henrique, morador do Santa Marta, também se frustrou ao perceber que o movimento de turistas nas Olimpíadas ficou aquém do esperado. Ele afirmou que não obteve o retorno do investimento financeiro que fez em sua empresa. O empreendedor colocou a culpa do prejuízo em uma ação executada pelos consulados – dos Estados Unidos e de alguns países europeus – e no governo do Rio, que retirou as favelas das propagandas turísticas da cidade durante os Jogos Olímpicos com receio de que algum turista ou atleta fosse ferido ou morto ao visitar os *territórios*,

A Copa do Mundo foi o show do milhão, não teve nada melhor do que a Copa do Mundo. Eu trabalhei muito, exaustivamente. Eu consegui guiar em 30 dias, 790 pessoas. Eu sozinho guiava todos os dias, turistas do mundo inteiro. Já as Olimpíadas aqui foram um fracasso, porque o Comitê Olímpico juntamente com os consulados mais importantes – o consulado alemão e dos Estados Unidos – proibiram todo participante da Olimpíada e visitante de ingressar em uma favela para visitação. Daí não rolou. Tinha gente que não podia nem fotografar aqui senão perdia o trabalho ou ia ser punido... foi muito ruim aqui em relação ao turismo de favela nas Olimpíadas. (Entrevista com Henrique. Pesquisa de campo, 2017).

Além do “fracasso olímpico”, os empreendedores tiveram que lidar com outro grave problema. Henrique afirmou que desde a morte de uma turista espanhola na Rocinha, em 2017, e posteriormente, a entrada das forças do exército na Rocinha, a imagem das favelas “se

manchou” de um modo geral. Como consequência, o movimento de turistas na Favela Santa Marta caiu brutalmente: “*Agora a gente segue sobrevivendo*”, disse o guia. Pedro, guia do Santa Marta, também lamenta a queda do fluxo turístico na favela, mas evidenciou que é preciso “*entender a crise e saber sambar conforme a música*”. Assim, para driblar os “altos e baixos” do turismo ele resolveu diversificar suas atividades empresariais. Além de guia de turismo, Pedro atua como DJ e motorista do Uber. Ele segue, portanto, o retrato fiel do seria o “trabalhador flexível” contemporâneo que enfrenta sozinho todas as intempéries que surgem pelo caminho.

O guia Alessandro – da Favela Pavão-Pavãozinho – acredita que abrir um negócio possui riscos e que os mesmos devem ser assumidos pelas pessoas. “*As pessoas se baseiam muito em: Eu não tenho dinheiro para poder empreender e por isso não empreendem... e às vezes tem muito risco, mas as pessoas tendem a querer segurança*. Para ele, o “empreendedor de verdade” sabe de nunca vai ter segurança, sendo que o mesmo sempre irá buscar novas ideias em busca de suprimir eventuais fracassos,

Se você comparar, eu não tô dizendo que sou a favor do governo americano, de nenhuma forma. Mas têm algumas coisas que eu concordo e que se fosse lá estudar em uma universidade americana, em qualquer curso que você for, você vai ter uma visão empreendedora. Aqui no Brasil, até a engenharia que era um curso que você tem que ser empreendedor naturalmente, você aprende a ser executor. Eu estudo em uma faculdade e pelo menos 90 % dos alunos querem trabalhar em obra e trabalhar em obra é o seguinte, você só obedece praticamente. Quando você chega na obra tá tudo meio que planejado. Eu tenho planos maiores, de ser empreendedor, de estar sempre no topo da cadeia, de estar sempre controlando, porque eu gosto de tudo. Muitos amigos meus querem fazer concurso público. Eu nunca quis fazer concurso público, para você ter ideia. Eu acho que o concursado – já trabalhei em empresas públicas – eu acho que muitas pessoas não trabalham e isso me deixou muito triste. Nunca quis ter essa segurança de concurso público. Dá uma segurança muito grande e é isso que as pessoas querem no Brasil. É muito difícil empreender por isso, porque as pessoas querem segurança. O empreendedor nunca vai ter segurança, se ele for um empreendedor de verdade, ele vai sempre pensar em crescer o negócio e sempre buscar coisas novas, ele nunca vai ter segurança e vai estar sempre investindo, sempre acreditando em ideias novas. E isso nunca vai trazer segurança para ninguém. A ideia pode ser que dê certo, pode ser que não dê certo. Então, o empreendedor está sempre acostumado a correr risco. E quando você corre risco, você aprende muito, você não fica na mesmice (Entrevista com Alessandro. Pesquisa de Campo, 2017).

O empreendedor acredita que as pessoas querem buscar um trabalho com carteira assinada para terem a segurança da CLT<sup>55</sup>. Ele afirma ser contra as leis trabalhistas, em

---

<sup>55</sup> CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

grande medida, porque “*elas nos travam em algumas coisas*”. E parece que os desejos do Alessandro foram atendidos com grande celeridade, pois com a reforma trabalhista aprovada em 2017, várias questões sensíveis ao trabalhador – como férias, tempo de intervalo, transporte, negociação de normas coletivas, encaminhamento de processos na Justiça do trabalho, entre outros – foram modificadas em prejuízo à classe trabalhadora.

Observando a fala de Alessandro – que é contrário a CLT – pois o mesmo a configura como uma “amarra” em relação as possibilidades do sujeito, é possível observar que o “favelado empreendedor” tenta se forjar enquanto um “átomo de liberdade” diante do governo e todas as legislações, mas não percebe que já foi configurado enquanto um tipo de sujeito que possibilita justamente que “uma arte de governar se regulasse de acordo com o princípio da economia” (FOUCAULT, 2008b, p.370). Assim, “capturado” por um conjunto de dispositivos, não percebe que é um “parceiro” e elemento base de uma racionalidade governamental neoliberal que valoriza o “sujeito de risco”.

Embora o risco seja inerente a condição humana, a “vivência do risco” modificou de natureza com o advento da modernidade, pois no referido período foi possível constatar uma significativa valorização da parcela de autorrealização que conforma a experiência individual, enquanto parte daquilo que as pessoas herdaram, isto é, do que é legado a elas pela coletividade, diminuiu de forma proporcional. Risco e autorrealização individual tornaram-se “de algum modo sinônimos, a partir do momento em que a autorrealização pressupõe que o indivíduo se projete no futuro sem que os resultados dessa projeção sejam totalmente conhecidos” (PERALVA, 2000, p.121).

Para Ulrich Bech (1995), os significados específicos do que seria considerado coletivo ou grupo – como por exemplo, a consciência de classe – na cultura da sociedade industrial estão sofrendo processos de desintegração e desencantamento. Tais processos deram apoio às democracias e as sociedades econômicas ocidentais no decorrer do século XX e conduzem à imposição de todo esforço de definição sobre os indivíduos e sintetizam o “processo de individualização”. Mas no momento, a individualização tem um significado bem diferente. Conforme Georg Simmel, Emile Durkheim e Max Weber – que teoricamente moldaram este processo e esclareceram o mesmo em vários estágios no início do século XX – a diferença reside no fato de que na contemporaneidade as pessoas não estão sendo “libertadas” das certezas feudais e religiosas/transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mais sim,

da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco. Esse tipo de sociedade comporta uma ampla variedade de riscos globais e pessoais.

Nesse sentido, torna-se relevante destacar que as sociedades modernas foram constituídas sob o paradigma da insegurança, pois são sociedades de indivíduos que não acham, nem em si mesmos, nem em seu entorno mais próximo, a capacidade “de afiançar a sua proteção. Se é verdade que essas sociedades estão ligadas à promoção do indivíduo, elas também promovem sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que o valoriza” (CASTEL, 2005, p. 09).

Esse novo sujeito modelado pela sociedade neoliberal foi constituído como proprietário de um “capital humano”, capital que ele necessita acumular por escolhas esclarecidas por um cálculo responsável de custos e benefícios. Nesse prisma, os resultados obtidos na vida seriam fruto de uma série de decisões e esforços que dependem apenas do indivíduo e não implicam nenhuma compensação social em caso de fracasso. Em todas as suas esferas de existência, o “sujeito empresarial é exposto a riscos vitais dos quais ele não pode se esquivar, e a gestão desses riscos está ligada a decisões estritamente privadas. Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 346).

O dispositivo neoliberal produziu “sociedades de risco”. Esse dispositivo destruiu o pressuposto de que os aparelhos estatais devam tratar sob forma de seguro social obrigatório alguns riscos profissionais ligados à condição do assalariado. O neoliberalismo objetiva a criação de uma política de riscos individualizados que devem ser geridos não pelo Estado Social, mas por empresas – cada vez mais poderosas e numerosas – que propõem serviços estritamente individuais de “gestão de riscos”.

O risco tornou-se um setor comercial, na medida em que se trata de produzir indivíduos que poderão contar cada vez menos com formas mútua de seus meios de pertencimento e com os mecanismos públicos de solidariedade. Do mesmo modo e ao mesmo tempo que se produz o sujeito de risco, produz-se o sujeito da assistência privada. A maneira como os governos reduzem a cobertura socializada dos gastos com doenças ou aposentadoria, transferindo sua gestão para empresas de seguro privado, fundos comuns e associações mutualistas intimados a funcionar segundo uma lógica individualizada permite estabelecer que se trata de uma verdadeira estratégia (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 348).

Desse modo, verifica-se uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam interpretadas como crises individuais e que todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual. A nova norma em matéria de risco é da “individualização do destino”. A extensão do risco coincide com uma mudança em sua natureza. Esse risco passa a ser visto cada vez menos como um “risco social”, que seria assumido por certa política do Estado Social e cada vez mais um “risco ligado à existência”. Observa-se então, o pressuposto da responsabilidade ilimitada do indivíduo, que “deve mostrar-se *ativo*, ser *gestor* de seus riscos, assim, conseqüentemente convém que suscite e alimente uma atitude ativa em questão de emprego, saúde e educação” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 349).

Mas quando se pensa nos riscos incutidos na atividade empreendedora, torna-se pertinente destacar que os moradores de favela têm que enfrentar diversas dimensões do risco. Desde a mais tenra infância eles lidam com risco de terem as suas vidas ceifadas a qualquer momento se estiverem “no lugar errado e na hora errada”. E toda essa experiência ligada à exposição ao risco é utilizada pelos os empreendedores das favelas *pacificadas* com objetivo mitigarem os riscos de empreender em um *território* conflituoso. Por exemplo, para realizar o seu trabalho de guia, Carambola sempre busca “investigar o terreno” a todo instante com intuito de deixar os seus clientes a salvo de qualquer possível tiroteio. Para atingir esse objetivo, ele teve que desenvolver diversas estratégias,

Eu moro aqui, vivo aqui, conheço todos e tudo. Converso com Deus e o diabo, do Oiapoque ao Chuí, a gente sabe o que acontece, como funciona, como agir quando tem uma incursão da polícia. Hoje em dia, o que a gente pede é para não subir quando tem a possibilidade de um conflito (armado). Por exemplo, tem uma incursão agora de manhã, agora não dá para fazer o *tour*, tem que esperar a incursão da polícia... Eles subiram, desceram de lá. Só depois começa o nosso *tour*. E por que acontece isso? Quem faz isso é a própria polícia, muita das vezes sem o aval do próprio capitão. O cara fala assim: “*Eu sou da polícia, vamos lá e pronto acabou*”. Entendeu? (Entrevista com Carambola. Pesquisa de campo, 2017).

Carambola disse que sabe quando vai acontecer as operações policiais. Ele avalia que é fácil ter uma previsão dos possíveis conflitos entre traficantes e policiais pelo fato da Favela Santa Marta ser pequena,

O Santa Marta é pequeno, só tem uma entrada e uma saída, por cima e por baixo. Nós que somos guias... nos comunicamos para falar do assunto de turismo (e os

outros assuntos também), nós nos comunicamos muito bem sempre. Se eu tô no alto do morro com um *tour* e chega os policiais para uma incursão... Eu fico lá e os policiais descem. Eu aviso meus companheiros: “*Gente, eles já estão descendo, se alguém for subir agora, espera um pouquinho e tal. Espera aí embaixo*”. Pode não acontecer nada e pode ter uma troca de tiro. Pode ter tiro só da polícia e eles falarem que é troca de tiro (Entrevista com Carambola. Pesquisa de Campo, 2017).

Se para um empreendedor “do asfalto” seria inimaginável estruturar o desenvolvimento do seu negócio baseado na ocorrência ou não de incursões policiais violentas, para Carambola, esse ambiente conflitivo não lhe provoca grandes temores. “*A gente sabe como funciona*”, ressaltou o empreendedor. Conforme Peralva (2000), ao vivenciarem um cotidiano violento, os moradores de favela passam a ter certa familiaridade com o risco, como também, eles podem responder ao risco do entorno com condutas de risco. O engajamento de jovens *favelados* no tráfico de drogas, por exemplo, pode estar ligado com a familiaridade com o risco, ao vivenciarem um cotidiano violento, eles responderiam ao risco exposto com condutas de risco.

Em um dos momentos da pesquisa de campo (2017), a empreendedora Isabela apontou ao pesquisador traficantes com armas na cintura que estavam circulando na favela – algo que o pesquisador se quer notou – e relatou o seguinte: “*O que pode ser perigoso para você, para mim não é, temos diferentes percepções do risco*”. Essa percepção particular do morador de favela se reporta ao fato de que a exposição continuada a situações de risco gera processos de naturalização.

Entretanto, toda essa familiaridade com o risco não livra os empreendedores de sentirem “na pele” graves episódios de violência, como por exemplo, uma cruel sessão de espancamento, conforme relatou Isabela. Ela disse que foi uma das primeiras pessoas a desenvolver o trabalho de guia de turismo na favela – na década de 1990 – em uma época em que o Santa Marta ainda era totalmente dominado pelo controle armado do tráfico de drogas. “*Então eu lembro dessa época, era complicado porque saía um tiroteio eu tinha que me virar com a galera*”. Isabela contou que tinha por hábito entrar na casa de alguém quando ocorria tiroteio. “*Eu sempre ia colocando os turistas dentro de casas de conhecidos*”.

Isabela vivenciou sua pior experiência enquanto guia de turismo quando resolveu guiar dois alemães e repentinamente, deparou-se com policiais. “*A polícia pegou a gente no meio do morro, a gente estava descendo e o Wolfgang não falava português, então a polícia bateu na gente, bateu nele. Foi horrível, botaram a arma na nossa barriga*”. Ela resalta que

era uma época diferente, onde a situação da favela era bem pior do que a encontrada atualmente.

Em suma, os moradores de favela podem ser caracterizados como “empreendedores por necessidade”. Eles dependem de seus investimentos no negócio para sobreviverem, como também, de sua predisposição em inovar e do “trabalho duro” como probabilidade de sucesso, sendo que esses empresários a todo instante são obrigados a transformar uma situação de mercado desfavorável, em seu contrário (BARBOSA, 2011). E mesmo com todos os riscos que os moradores enfrentam no desenvolvimento de seus negócios, eles persistem no caminho do empreendedorismo e buscam a todo instante criar estratégias para transformar a favela em um produto a ser modelado conforme a expectativa do turista, como poderá ser observado na seção seguinte.

#### 4.4. A favela turística: “Entre governamentalidades, empreendedores e turistas”

As visitas à pobreza se encontram em uma fase de significativo destaque em várias partes do mundo – são milhares os turistas dispostos a pagar certa soma de dinheiro para visitar áreas pobres da África do Sul, Índia, Quênia, Brasil, entre outros – entretanto, as incursões pelos “territórios da pobreza” não se tratam de um fenômeno recente. Na década de 1880, multidões de londrinos ricos deixavam as suas casas para fazer passeios noturnos a poucas milhas do centro da capital da Inglaterra com o objetivo de conhecer os bairros menos favorecidos da cidade e observar como os pobres agiam no que consideravam ser seu “habitat natural”. A citação abaixo de Nicolas Wiseman – então arcebispo de Westminster – descreve com precisão os *territórios* da Londres vitoriana, que em um passado não muito distante eram chamados de “Terra do Diabo” (CONFORT, 1996, FRENZEL et al 2015):

Perto da abadia de Westminster, lá em labirintos ocultos, becos, vielas e favelas, ninhos de ignorância, vícios, depravação e crime, bem como de miséria, e doença; cuja atmosfera é o tifo, cujo ventilação é cólera; em que enxames de enormes e quase inúmeras populações, nominalmente, ao menos, católicos; assombração de imundície, sem esgoto. O lugar possuía cantos escuros, sem iluminação (WISEMAN apud FRENZEL et al 2015, p. 240, tradução do autor).

Mesmo os “territórios da pobreza” de Londres sendo categorizados como “local da escuridão”, “lugar onde habita um desconhecido Outro”, milhares de londrinos abastados estabelecerem algum tipo de contato com pobreza urbana. Com relação ao Brasil, relatos de José Casais – embaixador espanhol – evidenciam que na década de 1940 muitos visitantes estrangeiros se sentiam seduzidos pelas favelas cariocas e faziam incursões nesses *territórios*, enquanto a elite local se recusava a manter qualquer tipo de contato com as mesmas (FRENZEL et al 2015, FREIRE-MEDEIROS, 2009).

No Rio de Janeiro, considera-se que o *turismo de favela* se iniciou de forma massiva com a ECO 92, quando agências de turismo passaram a levar multidões de estrangeiros à Rocinha. Como destino turístico, a Rocinha se encontra tão consolidada que recebe cerca de 3.000 visitantes ao mês, levados por guias locais e oito agências que disputam esse mercado de maneira acirrada. Contudo, as visitas guiadas não se restringem a essa favela. Após a implantação das UPPs, diversos *territórios* passaram a ser passíveis a visitação massiva, como

a Favela Santa Marta – que ganhou visibilidade com a gravação de clipe musical por Michael Jackson e posteriormente, com a colocação de uma estátua no local (ver Figura 21) – o Complexo do Alemão – que passou a receber visitantes após ampla exposição televisiva da expulsão de traficantes pelas forças de *pacificação*, como também, após a instalação de um teleférico (atualmente paralisado) – e outras favelas situadas na Zona Sul, como Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Chapéu Mangueira, Ladeira dos Tabajaras, Vidigal, entre outros. O fim da presença ostensiva do narcotráfico com a instalação das UPPs propiciou um crescimento notório do turismo, sobretudo, nos primeiros anos da implantação desse programa de segurança, entretanto, hoje, muitos desses *territórios* sofrem com a falta de segurança e diminuição do fluxo turístico (FREIRE-MEDEIROS, 2009, LEITÃO, ARAUJO, BATISTA, 2009, MENEZES, 2007).

**Figura 21– Estátua do cantor Michael Jackson na Favela Santa Marta**



Fonte: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo, 2015.

O mercado do “turismo de favela” sempre partiu da premissa de que estrangeiros gostam mais de “ver a pobreza” do que os brasileiros, e isso é classificado internacionalmente como *exotic tour* ou *be a local*. Com a *pacificação* e a consequente criação de projetos

governamentais, observou-se o surgimento de diversos empreendedores locais nos “territórios da pobreza”. “Em contexto neoliberal, a governamentalidade supõe sujeitos sociais que na busca “voluntária” por autoconhecimento e por realização dos desejos na esfera do mercado, adotam as funções reguladoras do governo” (FREIRE-MEDEIROS, 2015, p.196). Os estudos de Bianca Freire-Medeiros (2015) em *territórios* do Rio de Janeiro e África do Sul evidenciam que não há um recuo da ação governamental, mas sim, uma reconfiguração das estratégias e táticas de regulação das subjetividades que conforma a própria condição de possibilidade do exercício do governo em locais estigmatizados, como é o caso das favelas.

As subjetividades produzidas por meio das ações governamentais foram incentivadas a realizarem atividades em torno do “empresariamento de si” e tiveram que atuar na transformação do conflito social em um “tipo de produto”. Dardot e Laval (2016) salientam que a racionalidade política busca conformar os sujeitos enquanto “empreendedores criativos” que desejem deixarem de serem assistidos pelos aparatos estatais e que encontrem na “criatividade” a solução para seus problemas. Para Tommasi (2014), os regimes discursos relacionados da *pacificação* buscaram reforçar a todo instante uma suposta “criatividade natural” dos moradores de favela e que essa característica os tornava aptos ao desenvolvimento de atividades empreendedoras. Os discursos dos aparatos institucionais em relação a uma suposta criatividade nata dos *favelados* acabaram sendo assimilados pelos moradores enquanto “verdades de si”, assim, eles utilizaram os elementos encontrados nos *territórios* e lançaram um novo olhar sobre os mesmos com o intuito de oferecer um produto adequado aos visitantes da favela. O primeiro desafio dos “empreendedores de favela” consistiu em tentar decifrar quais seriam as motivações que levariam o turista à favela,

Acho assim, na Europa não têm favelas, o que eles têm é assentamentos para receber refugiados, imigrantes e tal. A favela virou moda desde 2010. Eles querem saber como a gente vive, muitos deles pagam para ficar um dia na favela ou então se hospeda lá no *hostel* do Carambola. Eles querem conhecer a nossa história, a nossa cultura... a gente aqui tem história de vida, cultura e turismo. A maioria são turistas estrangeiros, 70 % por cento dos turistas são estrangeiros e os brasileiros que vem fazer passeio conosco não são cariocas, normalmente são de São Paulo, do Sul e de Santa Catarina. Na maioria das vezes eu levo eles na minha casa, na casa da minha sogra, a vista é muito boa. Eles saem do Santa Marta felizes da vida (Entrevista com Margarete. Pesquisa de campo, 2017).

Andressa avalia que os turistas se hospedam nas favelas em virtude da boa receptividade de seus moradores. Ela se caba por ter já ter recebido um turista que se

hospedou no Fasano, mas que em 2017 decidiu ficar em seu *hostel*, no Cantagalo. “*Ele disse que gosta de ficar aqui para sentir o calor do Brasil. Ele é sueco, mas mora na Suíça. E falou que gostaria de sentir o calor dos brasileiros*”. A empreendedora acredita que nos hotéis onde os “gringos” se hospedam, normalmente, “*todo mundo fica com nariz em pé*”, desse modo, o ambiente acolhedor da favela traria vantagens competitivas ao seu negócio.

Já Isabela – guia de turismo do Santa Marta – acredita que os turistas visitam a favela em virtude da “*curiosidade mórbida por aquilo que não conseguem entender*”. Ela avalia que a favela é um ambiente muito vivo e que mantém relações impessoais que os turistas europeus e norte-americanos não estão acostumados. “*Você ainda bate na porta do seu vizinho para pedir açúcar, tomate, qualquer coisa assim? Então, a gente ainda faz isso aqui. Quando eu falo, as pessoas riem e dizem: Caraca! você ainda bate na porta do seu vizinho!*”. Isabela ressalta que quando os moradores querer preparar alguma iguaria, eles vão até a “*mercearia dos vizinhos*”, pois é muito mais prático do que ter que se deslocar até algum estabelecimento comercial. “*Daí vai batendo na porta dos vizinhos. É nesse nível.... a gente ainda tem essa coisa*”. Para ela, as pessoas do asfalto vivem em uma “*sociedade do controle*”, onde tudo é passível de fiscalização e autocontrole, assim, as relações sociais seriam todas engessadas. “*Então aqui está um pouco menos engessado do que lá embaixo*”.

Os empreendedores locais buscam mostrar os *territórios* onde vivem ressaltando dois aspectos principais: (1) A representação da favela como lugar que transcende as questões vinculadas à criminalidade violenta e (2) exposição do conflito social vocalizada “*pelos de baixo*”, onde apesar de se utilizarem das narrativas ligadas à violência, refutam qualquer vinculação ao tráfico de drogas.

Nesse sentido, os guias de turismo buscam a todo instante direcionar o “*olhar do turista*”. John Urry (2001) avalia que o olhar do turista é tão socialmente organizado e sistematizado quanto o olhar médico – que Foucault (2011) analisou em “*O Nascimento da Clínica*”. “*É claro que ele é de uma ordem diferente, na medida em que não se limita a profissionais apoiados e justificados por uma instituição*” (URRY, 2001, p.16). Entretanto, até na produção de um prazer considerado “*desnecessário*” existem profissionais que procuram construir e desenvolver o olhar do turista, como por exemplo, os guias de turismo. Olhar esse que começa a ser influenciado pelas agências antes mesmo dos turistas saírem de casa – quando as pessoas entram nos *sites* para terem ideia do que conhecerão ao chegar no Rio de Janeiro – e que é direcionado “*durante todo o tour pelos guias, que dizem o que vale a pena*

ou não ser visto, os lugares nos quais se deve permanecer por mais ou menos tempo, o que deve ou não ser registrado pelas câmeras fotográficas, etc.” (MENEZES, 2007, p.20).

Durante as incursões nas favelas foi possível observar que os empreendedores locais que pertencem a esses *territórios* geralmente evidenciam características que comumente não são tão divulgadas e enfatizadas pela mídia hegemônica, e que os moradores acham positivas, como: os laços de solidariedade do ambiente comunitário, as belezas naturais de algumas partes da favela, práticas culturais locais, entre outros. A maioria dos empreendimentos desenvolvidos pelos moradores contam com o termo “favela” como modo de destacar o negócio. Freire- Medeiros (2009) aponta que a favela se tornou uma marca global e representa um fenômeno da circulação e do consumo. Para autora, essa localidade detém tamanho status em virtude dos filmes, romances e textos acadêmicos que acabaram delineando-a como um objeto de desejo a ser consumido na perspectiva do “turismo alternativo”.

Uma das questões em voga em relação ao turismo contemporâneo, seria a de que ele tenderia a disponibilizar visitas a “não-lugares”, ou seja, localidades que descaracterizaram os elementos da cultura local e construíram espaços especificamente destinados ao entretenimento. Conforme Marc Augé, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional e nem como histórico, definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p.83). “Lugares autênticos” e não-lugares são tipos ideais (WEBER, 1973) que representam os espaços dominantes nas sociedades contemporâneas (SÁ, 1994). Nessa perspectiva, nos últimos tempos a favela vem sendo construída como um lugar autêntico e representativo da cultura brasileira (FREIRE-MEDEIROS, 2009).

De um modo geral, os “empreendedores de favela” advogam que somente eles possuem a capacidade de mostrar ao turista as nuances de lá em virtude de morarem nos *territórios*. “*Eu acho que é interessante mostrar o que a gente tem de bom nas favelas. A cada dia que eu tiver com 20 turistas, 30 turistas, cada dia esse turista vai levar para fora esse lado legal da favela. Sou favelado com muito orgulho*”, disse o guia Pedro. Isabela afirma que a experiência que o turista tem na favela está muito mais conectada a informação que ela passa ao mesmo durante o tour, do que propriamente ao passeio em si e que se o turista vier sozinho na favela dificilmente terá condições de “*realmente conhecer o lugar*”.

Henrique avalia que os guias locais respeitam mais a favela do que os guias “do asfalto”. Ele acredita que se as empresas de fora da favela que querem operar no Santa Marta

devem antes contratar um guia local para acompanhar o guia da agência. “*Os guias de fora não têm o respeito que nós temos e não têm a visão que nós temos... não agrega valores à comunidade como nós agregamos*”. Para ele, os guias locais “*agregam mais à favela*”, pois grande parte do dinheiro que ganham é gasto na localidade, propiciando assim, uma circulação interna do dinheiro proveniente do “turismo de favela”. Como o produto “Santa Marta” é alvo de disputa entre as empresas de “fora” e os guias de “dentro”, o Comitê de Turismo do Santa Marta desenvolveu ações que visaram o estabelecimento de parcerias entre esses dois grupos (FREIRE-MEDEIROS, VILAROUCA, MENEZES, 2016).

Enfim, os guias locais ressaltam os aspectos que normalmente ficam encobertos pelo que Caldeira (2000) chama de “fala do crime”, discursos que não são feitos de visões equilibradas, mas da repetição de estereótipos, em que de forma geral, as pessoas mais pobres são associadas a criminosos e sempre referidas nos termos mais depreciativos, até mesmo pelos próprios pobres. Isabela sempre pede para os turistas “relaxarem” durante o *tour*, pois os mesmos andam na favela com a mochila posicionada a frente do corpo, com medo de serem roubados. Ela costuma afirmar aos mesmos que a favela é um local em que esse tipo de incidente não acontece, ao contrário do “asfalto”.

Os empreendedores turísticos buscam contestar representações negativas expressas em filmes e reportagens, como também, as percepções negativas que as agências de turismo do “asfalto” passam sobre as favelas. Em uma visita feita pelo pesquisador à Rocinha, por meio de uma empresa de *Jeep Tour*, constatou-se que a guia de turismo proferiu discursos que configuraram os *favelados* como “ladrões”,

A guia de uma agência de viagem veio me encontrar no *hostel* onde eu estava hospedado. Saímos de Botafogo e fomos pegar um casal espanhol da cidade de Bilbao e uma família brasileira, que mora em Brasília. O curioso é que eram cariocas, porém, nunca tinham entrado em uma favela. O casal fez o passeio com dois filhos pequenos. Nós vínhamos tranquilamente sob o jipe, até que chegou o momento em que a guia disse: “*vou te explicar o que é a favela*”. A partir daí o passeio começou a ficar tenso. Ela forçava essa tensão dizendo que estávamos entrando em uma área de grande risco, que nossas vidas estavam correndo perigo, pois a favela é uma “*zona de guerra*”, em que se pode ocorrer tiroteios entre policiais e traficantes a qualquer momento. Olhei para o turista brasileiro, e ele fez uma “*feição de soluço*”, em que sua expressão parecia dizer: “*Onde estou me metendo com minha família?*”. O casal espanhol não compreendia muito bem a língua portuguesa e a tradução feita pela guia parecia amenizar a situação (Diário de campo, 22/07/2016).

O discurso inicial da guia desqualificava os moradores: “*Eles são todos ladrões, roubam água, energia... não pagam nada*”. Ela disse que comentários desse tipo apenas poderiam ser feitos dentro do jipe. Assim, nós teríamos que ser extremamente comedidos ao entrar na Rocinha, pois “*na favela eles ouvem de tudo. A gente pensa que eles não ouvem, mas ouvem*”. Durante o passeio as pessoas tinham que andar como se estivessem em um “campo de guerra”, todos em fila indiana, próximos uns aos outros. Ela argumentou que em um dos *tours* que realizou se deparou com jovens portando metralhadoras. “*Eu fiquei apavorada. Eles não fizeram nada comigo, não me deram tiro nem nada. Mas eles olharam pra mim e falaram: “Vai embora!”*”. Então a guia disse que a partir desse dia, sempre recomenda que os turistas fiquem juntos durante o *tour*: “*porque você nunca sabe o que vai encontrar*”, explicou ela.

A conformação da favela como “território de bandidos” representa tudo o que os moradores abominam e buscam contestar a todo o momento. Isso não significa que a exposição do conflito social não faça parte do roteiro, já que os empreendedores evidenciam aos turistas os conflitos existentes na favela, porém, buscam destacar que a ampla maioria dos moradores não possui nenhum vínculo com o crime e que os conflitos violentos derivam do embate entre o tráfico e a polícia.

“*Fiquem tranquilos, não vai acontecer nada com vocês.... Vocês estão em uma favela pacificada*”. Essa é a saudação inicial que Carambola dá aos turistas que são guiados por ele.<sup>56</sup> Destaca-se nessa passagem que o empreendedor busca “destismificar” a percepção da favela como um local violento e para isso, Carambola utiliza o discurso da *pacificação*. Para ele, mostrar a favela ao mundo é o seu papel. O guia acredita que é importante mostrar para as pessoas os desafios que moradores das favelas enfrentam, “*faremos de tudo para quebrar paradigmas e estereótipos de que somos apenas um simples favelado! Queremos dar o nosso melhor sem querer ser mais que ninguém!*”. Carambola deseja que o *favelado* seja representado nos meios de comunicação como uma figura pró-ativa, que luta para “vencer na vida” e que se lança ao mundo em busca de desafios, enfim, um sujeito empreendedor.

Mas de que maneira a violência é retratada nas favelas pelos guias já que de fato ela é real? Bom, para proferir os enunciados sobre a violência os agentes locais desenvolveram diferentes estratégias. Carambola costumava dizer que a violência que existia era parte de um *passado violento* e que com a UPP, a favela passou a ser segura. Mesmo com a derrocada das

---

<sup>56</sup> Carambola deu essa saudação em 2015.

UPPs, Carambola acredita que a violência não seja algo que define a Favela Santa Marta. Já Pedro se apropria do discurso científico para comprovar a idoneidade dos moradores. Ele afirma aos turistas que apenas 3% dos moradores de favela são bandidos e que 97% deles são formados por trabalhadores, “gente do bem”.

Rodolfo, guia da Favela Ladeira dos Tabajaras, defende a sua localidade das representações vinculadas à insegurança. Ele alega que o *território* em que vive é mais seguro do que Copacabana, pois na favela ele pode deixar a porta aberta ou estacionar a moto com a chave no contato que ninguém rouba. “*Pessoas que não conhecem a favela acham perigoso. Quem conhece a nossa favela sabe que não há um problema de segurança*”.<sup>57</sup>

Já os guias do Complexo do Alemão têm diferentes estratégias para representar a dinâmica do lugar. Loreto prefere esconder a violência no Alemão para que os turistas não “fujam”: “*Sempre falo que quem trabalha com turismo não pode ficar falando de tiro, da direita e da esquerda. O que move o turismo? Não é o turista? Você vai falar para o turista que está rolando bang bang aqui?*”

Ele argumenta que a complexo é muito grande e a única coisa que o guia deve fazer é não passar no local específico onde está ocorrendo o tiroteio. Outra estratégia de Loreto se refere à comparação do Alemão com locais que na visão dele são mais violentos:

“O cara vai para o Iraque e você vai ficar falando que tão bombardeando lá? Vou dar um exemplo. Meu patrão é judeu e foi pra Israel. Ele estava num barzinho de lá tomando os seus goró e de repente surgiu uma bola de fogo. Era um homem bomba” (Entrevista com Loreto. Pesquisa de campo, 2016).

Ele completou o argumento afirmando que o seu patrão então lhe disse o seguinte em uma oportunidade: “*Vou voltar para o Rio, aqui tem bala perdida e coisa e tal, mas homem bomba não*”. Para Loreto, “*tem um monte de homem bomba em Israel*”, mas os veículos de comunicação apenas relatam que explodiu apenas uma pessoa. “*Mas aqui eles fazem questão de esgrachar*” argumentou o guia de forma aborrecida.

Já a guia Silvava adota uma postura diferente quando os turistas chegam ao Complexo do Alemão: “*a gente conta a verdade, doa a quem doer*” diz ela. Dessa forma, não esconde

---

<sup>57</sup> A entrevista com Rodolfo foi feita em 2016.

dos turistas que os tiroteios no Alemão são frequentes e que para entrar no Alemão é necessário assumir alguns riscos.

Cada guia de turismo utiliza o seu capital incorporado (BOURDIEU, 1987) com a vivência na favela para conformar o conflito social em um produto permanentemente renovado. Como relatou Carambola: “*na favela sempre tem muita coisa nova para contar*”. Nesse sentido, cada empreendedor utilizar essa vivência para situar o turista em um cenário de hiper-realidade: Isabela relatou histórias impactantes relacionadas aos estupros que as mulheres da Favela Santa Marta sofriam; Pedro contou histórias de como era a vida no “período das guerras” durante as décadas de 1980 e 1990, Carambola apresentou um muro cheio de marca de tiros oriundos das “guerras de antigamente”, buscando assim, fazer com que turista consiga “sentir o conflito” de forma mais latente; Alessandro também mostrou as marcas de tiros da Favela Pavão-Pavãozinho ao pesquisador, só que ao contrário do muro perfurado e que fora apresentado pelo Carambola como marcas de um “passado longínquo”, as *digitais dos tiros* no muro do Pavão-Pavãozinho se reportam aos “rastros da pacificação”, oriundo dos embates entre polícia e traficantes (Ver Figura 22).

**Figura 22 – Muro com marcas de tiros na Favela Pavão-Pavãozinho**



A imagem mostra um muro de uma casa no Pavão-Pavãozinho com marcas de tiros. No momento em que o pesquisador visitou a favela os muros estavam cobertos por massa corrida. Essa foto foi tirada pelo guia Alessandro e representa o período anterior a reforma “tapa tiros”.

Fonte: Alessandro (nome fictício, guia de turismo), 2017.

Entretanto, não foi somente as marcas de tiros que Alessandro mostrou ao pesquisador. Durante o passeio na favela, no final de 2017, o guia percorreu um trajeto em que havia traficantes armados com fuzil. Um dos traficantes avistados fazia o trabalho de sentinela apontando a arma para cima, enquanto um outro traficante visualizado pelo pesquisador caminhou com surpreendente naturalidade com um fuzil dependurado pelo corpo pelas vielas e becos do *território*. A situação indicava que Alessandro fez o passeio em plena “boca de fumo” de maneira deliberada, com o intuito de mostrar a “favela real”.

Para Freire-Medeiros (2009), violência é um grande atrativo para os turistas que visitam as favelas, um atrativo que é propagado pela mídia, por meio de noticiários e filmes como “Cidade de Deus” e “Tropa de Elite”. Para a autora, o processo de construção da favela como destino turístico está associado à expansão dos nomeados *reality tours* mundo afora e no posicionamento da favela nos circuitos do consumo em nível global, sendo que tal localidade foi constituída como um signo a que estão vinculados significados ambivalentes que a colocam, ao mesmo tempo, como *território* violento e local de autenticidades preservadas.

O pesquisador se hospedou em *hostels* situados na Ladeira dos Tabajaras/Morro dos Cabritos e Pavão-Pavãozinho, sendo que entrevistou também, pessoas que visitaram o Santa Marta e a Rocinha. Observou-se então, que a violência representa um importante ingrediente que torna a favela um local singular aos olhos do turista, sobretudo, os turistas estrangeiros. A seguir, destaca-se as aventuras de turistas que chegam a atravessar o oceano Atlântico apenas para estar em contato com o seu objeto de desejo: a favela.

*“Todo mundo na Noruega sabe como a favela é... A favela é muito famosa por lá. Principalmente depois do filme Velozes e Furiosos, com as corridas de carro... com Vim Diesel, o filme número 5”* disse Christoffer, turista e voluntário norueguês (branco, 20 anos. Pesquisa de Campo, 2016). Ele afirmou que jogou vídeo *games* que simulam “situações reais” durante sua adolescência, sendo que um deles tinha como cenário as favelas cariocas. O garoto se encantou com as simulações violentas dos *games*, em que poderia escolher diversas armas, para então, poder brincar de ser traficante ou policial. Ele tinha o grande sonho de saber como era uma favela “de verdade”, então resolver vir para o Rio de Janeiro. *“Conheci esse universo pelo jogo Call of Duty (ver Figura 23), que tem o mapa da favela. Aí eu pensei comigo, eu tenho que ir lá”*.

**Figura 23** – Imagem virtual do jogo *Call of Duty* – Rio



O jogo *Call of Duty* imita com perfeição a paisagem carioca, representando tanto as favelas, como também, símbolos icônicos da cidade, no caso, o Cristo Redentor.

**Fonte:** Call of Duty Games (2014).

Como não dispunha de muito dinheiro para pagar a passagem aérea, como também, a estadia na cidade, Christoffer resolveu se inscrever em um programa que conecta pessoas dispostas a trabalhar como voluntários com empresas que precisam de algum tipo de auxílio em determinados momentos. Ele então conseguiu estabelecer um acordo com o dono de um *hostel* – situado na Favela Pavão- Pavãozinho – para que pudesse trabalhar como auxiliar de serviços gerais. Ele desempenhava essa tarefa a contragosto, pois não estava acostumado a receber ordens de ninguém, sobretudo, na condição de serviçal. Christoffer possui outras ambições na vida. “*Eu quero estudar direito para me tornar advogado, mas gostei tanto da favela...talvez eu fique por aqui. Eu encontrei uma garota na favela*”, disse o jovem norueguês.

Nos momentos de folga, Christoffer aproveita para “ser turista” e desvenda o “mundo novo” que a favela representa para ele. Até que um dia pode de fato deparar-se com a realidade que tanto via nos *games*. Ele conseguiu fazer amizade com traficantes da Favela Pavão-Pavãozinho e tirar várias fotos com fuzis. Nas imagens reveladas ao pesquisador, o norueguês estampava um sorriso de grande satisfação juntamente com uma amiga norueguesa, que também trabalhava como voluntária do *hostel*. Com o fuzil dos traficantes na mão direita, ele simulava um “mata-leão” em sua amiga, como se ela fosse sua refém. A jovem também aparentava estar se divertindo muito na foto.

Christoffer considera que *“a favela é perigosa, mas também é tão legal, o espírito de comunidade, todo mundo conhece todo mundo. Os moradores têm amizade com os vizinhos. É algo especial”*. O norueguês revelou as estratégias que utilizou para se manter a salvo no Pavão-Pavãozinho: *“Mas com relação à violência, você tem que fazer amizade com os “bad guys”, daí você estará seguro”*. Outra estratégia relevada por ele se refere ao fato de que na favela é preciso *“sorrir bastante”*, já que as pessoas gostam dessa expressão facial.

*“Eu me sinto mais seguro em volta dos “gangsters” (traficantes), do que perto da polícia. Você pode ir ao baile e encontrar 30 pessoas armadas, falando pelo rádio a todo momento, em todo lugar, já a polícia não está em todo lugar”*. O jovem completou: *“Entre policiais e traficantes tem muitos tiros, mas isso é entre eles”*. Pode-se considerar que o visitante norueguês quis conhecer meandros que envolvem a favela turística e o que acontece em seus *“bastidores”*. MacCannell (1989) considera que os turistas são movidos pelo desejo de explorar o desconhecido, desejam ir além do que geralmente é mostrado, não se satisfazendo assim, com um conhecimento de fachada. O autor recorre aos conceitos goffmanianos de *front* e *back region* para constatar que os turistas desejam penetrar nos bastidores dos lugares por onde anda e conhecer as condições sociais que asseguram a realidade.

Ao perguntar para Laura<sup>58</sup> – nome fictício, branca, 46 anos, nasceu em Cape Town, na África do Sul, mas atualmente tem residência fixa em uma pequena cidade situada no Sul da Inglaterra. – o porquê resolveu visitar a favela, a mesma respondeu o seguinte: *“Eu queria saber como era a vida na favela. Como são as pessoas da favela... Eu tinha um grande interesse em conhecer”*. Quando perguntado de que forma conseguiu obter informações sobre a favela, Laura respondeu: *“Eu assisti reportagens sobre o réveillon, alguns documentários, mas nada específico. Eu assisti Cidade de Deus”*.

No meio da entrevista com Laura, um turista francês de Nice disse, *“Eu também assisti o filme Cidade de Deus, ele é real ou uma ficção? Eu achei um pouco exagerado. Acredito eu que foi uma coisa mais comercial, para fazer dinheiro para eles terem êxito com o filme”*. Para ele, esse tipo de filme não tem uma boa influência sobre os mais jovens, pois *“uma criança pode assistir o filme e querer ser traficante, imitar o filme. Seria como no filme Scarface, de Alpacino. Seria um tipo de atração”*.

---

<sup>58</sup> A entrevista com Laura foi realizada em 2016.

Laura contesta o turista francês, “*Eu acho que naquele período tinha muita violência. Eu acredito que era daquele jeito, porque eu vivi na África do Sul, as favelas de lá eram realmente violentas. Lá as vidas não valem nada. Eles podem te matar por 20 reais*”. Ela completou afirmando o seguinte: “*Sabe, é estranho que todos os países que são muito bonitos, têm muitos problemas, como o México, África do Sul, Brasil... os países mais bonitos do mundo têm muita violência. Laura acredita que: “Deve ser por causa da colonização, escravidão”*”.

Na maioria das entrevistas, o filme “Cidade de Deus” se trata da representação da favela que o turista mais se recorda. O conteúdo violento da película auxiliou a formular o imaginário social a respeito desses *territórios*, sendo que a instalação das UPPs e a “performance” dos policiais aguçaram ainda mais o *imaginário* desses turistas. Nesse sentido, foi possível observar durante a pesquisa de campo na Favela Pavão-Pavãozinho, que os turistas possuem grande fascínio pelo “ambiente militarizado”. Para esses visitantes, o fato de os policiais portarem fuzil representa algo totalmente inusitado, o que faz com que os agentes públicos se tornem um “objeto a ser observado com atenção”,

Após alguns minutos sentados no bar, juntamente com um grupo de turistas europeus que conheci em um *hostel*, foi possível observar que dois policiais da UPP começaram a revistar um grupo de moradores da favela que estava sentado em um bar localizado no outro lado na rua. Esses policiais portavam fuzis e ordenaram que os frequentadores do estabelecimento colocassem a mão na parede e abrissem as pernas enquanto a revista fosse feita. Presumi que estavam procurando pessoas portando drogas. Eu estava temeroso sobre o que poderia acontecer ali – como, por exemplo, uma eventual troca de tiros – mas os turistas estavam completamente excitados com a cena e começaram a fotografar os policiais e os moradores que estavam sendo revistados. Quando eu perguntei a um turista inglês por que estava fotografando essa cena, ele simplesmente me respondeu que em seu país não tinha aquilo e que precisava registrar (Diário de Campo. Pesquisa de campo, 2015).

A ocupação armada e sua imposição autoritária sob os “territórios da violência” despertou tanto deslumbre nos turistas que os mesmos registraram fotos ao lado de policiais, como também, em frente a tanques de guerra, como é o caso do Complexo do Alemão, no período em que o mesmo foi ocupado pelas “forças da pacificação” (ver Figura 24).

**Figura 24 – “Clima bélico” é atração turística no Complexo do Alemão**



À esquerda, imagem de uma turista tirando fotos ao lado de um policial da UPP Fazendinha, área situada no Complexo do Alemão. Já à direita, imagem de uma família de turistas tirando fotos em frente a um tanque de guerra, durante o período em que o Alemão estava sendo ocupado pelas “forças da pacificação”.

**Fonte:** Uol Viagem e O Globo.

De fato, a violência não é algo que necessariamente “afugenta” os turistas. Durante a pesquisa de campo (dezembro/2016), o pesquisador foi informado por um morador do Pavão-Pavãozinho que o PCC tinha tentado invadir o Morro da Babilônia, contudo, a organização criminosa foi rapidamente reprimida por uma “coalização” formada pela polícia e “soldados do Pavão”, resultando na morte de uma pessoa. Esse mesmo morador disse que o clima no Morro da Babilônia estava mundo tenso no período em questão. Essa informação foi repassada para Laura, porque a mesma iria hospedar-se no Morro da Babilônia. Quando ela soube, no início ficou um pouco temerosa, mas depois brincou: *“Então eu vou ficar andando como um soldado durante a guerra, dar alguns passos e me esconder atrás das paredes (risos)”*. Alguns dias depois, ela avistou uma sigla “CV” pichada no portão de uma casa no Morro da Babilônia, não sabia o significado, porém, logo induziu tratar-se de uma organização criminosa, mas tal fato não lhe intimidou. Semanas depois, hospedou-se na Rocinha.

Entretanto, a proximidade com a favela pode revelar momentos de tensão. Müller (nome fictício 27 anos, natural de Frankfurt, Alemanha. Pesquisa de campo, 2016) disse que estava fazendo *cooper* na Rua Sá Ferreira e resolveu subir as escadarias que dá acesso à Favela Pavão-Pavãozinho. Quando chegou à localidade, foi assaltado, mas aí então algo surpreendente para ele aconteceu: *“Chegaram uns caras e começaram a discutir com o garoto que pegou a minha carteira e celular, daí então, o garoto devolveu as minhas coisas... eu tinha uma quantidade considerável de dinheiro. Fiquei sem entender nada”*. Tal fato ocorreu porque existe um acordo tácito entre os moradores que evidencia o repúdio a certos tipos de

crime, como também, os assaltos poderiam chamar a atenção da polícia, ou seja, tudo o que traficantes do local não desejam.

Contudo, é possível fazer uma distinção referente ao gosto dos turistas que visitam as favelas. Silvana (guia, pintora e moradora do Alemão) disse que o turista que mais gostava de visitar o complexo é o “gringo”. Segundo ela, eles vinham pela curiosidade de conhecer como é a favela, o “outro lado” do Rio de Janeiro e também porque eles queriam ver “se existia mesmo a UPP”. Silvana não leva mais turistas para o local porque acredita ser inseguro, já que os tiroteios voltaram a ser rotina no Alemão, “(imagina) o susto que a pessoa pode levar quanto tem tiro, pode ser grande. O gringo gosta, mas o brasileiro não. Eles acham assim, diferente... eles dizem: “Não pode ter tiro, tem UPP!”. Entretanto, Silvana argumenta aos turistas o seguinte: “mas tem tiro, sim... O brasileiro tem medo, mas o gringo não... o gringo tem curiosidade. Eles querem entender essa logística de: Como tem UPP para proteger a gente e tem tiro?”.<sup>59</sup>

Assim, o encontro com a favela pode proporcionar diferentes visões sobre a mesma. Ibarra (turista chileno, 22 anos, Santiago. Pesquisa de campo, 2016) resolveu conhecer a favela da Rocinha sozinho, andando a pé, e teve percepções opostas sobre a mesma durante apenas dois dias. Na primeira visita à Rocinha disse que “*todo mundo pensa que a favela é um ra ta ta (tiros). Não achei perigosa, porque tinha muita polícia, muita polícia*”. No dia seguinte, resolveu visitar novamente a favela e encontrou um grupo de garotos jogando bola – que aparentavam terem em torno de dez anos – porém, um deles portava um revólver na cintura, ao avistar essa cena, teve medo e resolveu “partir em retirada”: “*Eu creio que eles estavam olhando para mim. Eles olharam para mim porque eu sou um gringo, se ficasse por mais tempo lá poderiam gritar: “Hey, motherfuc... e começar a atirar”*”.

Ele disse que conheceu um pouco das favelas por meio do filme “Tropa de Elite”, que por sua vez, ficou muito famoso no Chile. Quando perguntado sobre a razão de ter visitado a Rocinha, ele disse que: “*Todos querem visitar uma favela. Não tem como ir ao Rio e não visitar a favela. É como ir a Roma e não ver o papa. No Chile tem bairros pobres como as favelas do Rio, mas não tão perigosos como aqui. No Rio tem muita ação... muita ação.*” Ibarra acha que as favelas são muito bonitas, com arquitetura interessante e vista privilegiada. Ele gostou muito de conhecer o Vidigal e disse que a favela pareceu segura, porém, fez um adendo: “*mas isso foi de dia, à noite já não sei se é perigoso*”.

---

<sup>59</sup> A entrevista com Silvana foi feita em 2016.

Os turistas também relatam as suas experiências em plataformas virtuais, como é o caso dos blogs. O parisiense Lino relatou em sua página pessoal como foi o seu passeio na Favela Santa Marta com tons dramáticos:

Eu também não posso negar que eu estava absolutamente aterrorizado. Os caminhos do beco se estreitaram e escureceram. Passamos por um grupo de jovens do sexo masculino que apenas estavam pendurados em um muro. Minhas pernas estavam tremendo por causa do cansaço de subir a escadaria, mas também devido ao medo. Eu estava definitivamente lutando contra o monstro assustador na minha cabeça e ter dúvidas sobre o nosso pequeno guia ... Será que ele estava me levando em algum lugar em que teria problemas? Claro que esse monstro estava na minha cabeça. Os jovens "ameaçadores" estavam apenas tomando um *drink* em um pequeno bar escondido debaixo de uma casa, e nos reconheceram com sorrisos amigáveis quando passamos. Finalmente, a qualidade da luz mudou, e nós emergimos de um lugar claustrofóbico e fomos perto de edifícios pintados nas cores do arco-íris. Quando vi os policiais da UPP, eu me senti aliviado. Achei que minha vida estava por um fio. (Blog, Lino, turista francês, 2015).

Nesse relato, foi possível perceber que o turista ficou agoniado ao entrar na favela – embora nada tenha acontecido com ele – isso ocorre porque a representação da favela como cenário onde reina a criminalidade violenta acaba afetando a percepção que o turista tem em relação ao ambiente social.

Na página do site de viagens *Tripadvisor*<sup>60</sup> também foi possível encontrar diversos relatos de turistas que visitaram a Favela Santa Marta acompanhados pelos guias locais. Em um dos comentários, uma turista brasileira relatou que foi muito interessante conhecer a história dos moradores, como também, verificar as mudanças na favela depois da *pacificação*, sendo que avalia que a visita se configura em uma experiência necessária para todos os turistas do Rio. Ela ressalta que: “*foi um passeio muito agradável e seguro. A agência é organizada e os guias conhecem muito favela, tem muitas histórias para contar, super pontuais. Recomendo!*”.

Outra turista disse que achou o passeio muito interessante e enriquecedor, sendo que ser guiada por um morador tornou a visita mais segura e intimista. “*Foi uma ótima oportunidade para romper diversos preconceitos que possuía e verificar novos modos de vida. É um passeio singular que contribuiu muito para o meu crescimento pessoal*”. Ela conclui que: “*É, convém repetir que o passeio é bastante seguro. Os moradores são muito receptivos, inclusive. O valor cobrado é acessível.*”

---

<sup>60</sup> Os relatos da página *Tripadvisor* foram postados em 2014.

Freire-Medeiros (2009) avalia que os turistas que saem de passeios como os da Favela Santa Marta podem ter o seu *self* “transformado”, na medida em que os mesmos se colocam na situação dos moradores da favela, que normalmente vivem em situação precária. Em uma acepção geral, compreende-se por *self* aquilo que define a pessoa na sua individualidade e subjetividade. O “*self*” (“eu”) é reflexivo e aberto ao desenvolvimento de novas experiências, tais como as viagens,

Uma das conclusões mais interessantes no âmbito da investigação acerca da experiência turística é a noção de subjetividade que lhe é subjacente. Cada experiência assume, em sua essência, um significado diferente para cada turista, e cada experiência tem seu próprio momento. Nesse contexto, cada turista construirá, de forma subjetiva e individual, sua própria experiência de viagem (MENDES e GUERREIRO, 2010, p. 317).

Contudo, esse turista que busca obter novas experiências por meio do contato com a alteridade já tem em sua mente uma representação definida do que seria uma favela. O pesquisador acompanhou a visita de um turista francês – Louis, branco, 36 anos – a Favela Santa Marta (2016). Ele teceu alguns comentários sobre o lugar. “*Aqui existe um projeto artístico com a cor... casas coloridas. É a favela mais famosa (do Rio), turística, não gosto disso. Penso que é um bom projeto, as pessoas podem ter as suas casas coloridas*”. Ele completou o comentário da seguinte forma: “*É um bom projeto, mas é um projeto turístico que eu não gosto*”. Louis relatou que gosta da favela em sua forma “natural”, isto é, casas sem reboque e tinta. Quando ele chegou até a última estação do plano inclinado, conseguiu avistar o modelo de favela idealizado pelo mesmo e finalmente, abriu um largo sorriso e tirou várias *selfies*. Para Frenzel (2016), os turistas que se sentem atraídos pelas favelas costumam se comportar contrários as expectativas que comumente possuem em relação ao “turismo convencional”. Ao invés de procurarem espaços urbanos hegemonicamente considerados “racionalizados”, eles buscam lugares onde possam satisfazer a expectativa que possuem em relação ao *Outro*.

Além do interesse pela própria estética das favelas, as drogas podem ser consideradas outro chamariz relevante. Pierre (turista francês natural de Montpellier, branco, 35 anos. Pesquisa de Campo, 2016) visitou a Favela Santa Marta, o Pavão-Pavãozinho e uma favela situada próximo ao bairro do Flamengo e afirmou que em todas elas teve facilidade para encontrar drogas. Ele disse ser usuário de cocaína e o Rio de Janeiro seria o lugar onde esse tipo

de droga possui a “melhor qualidade” no mundo todo. Quando perguntado como encontrou os traficantes, Pierre respondeu: *“Ah, eu pergunto para uma pessoa que parece que vende drogas. Porque eu sei como identificar um traficante. Eu sei ver quem é um traficante e quem não é um traficante.”* E completa asseverando que: *“eu sei as características de um traficante... não vou abordar uma mulher com uma criança, pergunto para homens que para mim parecem serem vendedores de drogas”*.<sup>61</sup>

O tirocínio – suposto “saber policial” que permite identificar “suspeitos” – de Pierre parece que não costuma falhar, mas para seu a azar o tirocínio dos policiais também “estava calibrado”. Ele acabou sendo revistado três vezes pelos agentes da UPP. Após ser indagado sobre o que achou dessa experiência, relatou o seguinte: *“Penso que uma é operação da pacificação. Mas é normal, estrangeiros ou gringos como dizem aqui, para a polícia não importa se sou francês ou brasileiro... é a mesma coisa”*. Ele completou afirmando que: *“É uma experiência que devo respeitar...a revista, normal, como um brasileiro, é a lei”*.

Ele acredita que os turistas estrangeiros que buscam droga, mas têm medo visitar as favelas, buscam a mesma em Copacabana, porém, Pierre adverte: *“É mais caro, duzentos reais a grama em Copacabana e na favela é trinta reais. A cocaína é melhor do que em Copacabana. Encontrei pessoas que queriam me vender em Copacabana. Disse “não”!* E completou: *“Eu achei a coca muito cara, caríssima”*.

Genaro (nome fictício, turista italiano, 23 anos, branco, proveniente da cidade de Bergamo. Pesquisa de campo, 2016) logo que chegou ao *hostel* do Pavão-Pavãozinho se mostrou interessado em consumir maconha. Primeiramente, ele resolveu caminhar na favela e encontrou uma moça que havia dito a ele que tinha um “contato quente” de um traficante. Mas depois de um tempo esse turista se sentiu contrariado, pois a moça começou a conversar com outra pessoa e deixou de cumprir a “missão” que fora atribuída a ela. Foi aí que Christoffer, o garoto norueguês – que tem acesso fácil a drogas por meio de seus amigos traficantes – apareceu. Ele disse ao rapaz italiano que os traficantes que conhecia moravam em um prédio logo atrás do *hostel* e que poderia comprar maconha para Genaro.

O turista italiano deu o dinheiro para Christoffer e o mesmo foi buscar a droga. Porém, instantes depois resolveu retornar, pois disse que não poderia tornar-se intermediário na compra de droga, pois iria se sentir “quase um traficante”. Aí então, Christoffer resolve disponibilizar sua própria “reserva” de maconha para seu novo amigo. Gerano fumou o

---

<sup>61</sup> A entrevista com Pierre foi realizada em 2015.

cigarro de maconha feito pelo norueguês, mas logo depois desdenhou do “presente” dizendo “*Essa maconha é muito preta, não é de boa qualidade*”.<sup>62</sup>

Jamel – nome fictício, 26 anos, branco. Pesquisa de campo, 2016 – é natural do Marrocos, reside na Holanda e também se hospedou em um *hostel* situado na Favela Pavão-Pavãozinho. Ele disse que conheceu a favela por meio do filme “Cidade de Deus” e que na Holanda esse filme foi transmitido em TV aberta, sendo assim, um grande sucesso no país europeu. “*Eu gosto muito da favela, pois lembra muito meu país, essa barraca cheia de frutas.... é muito parecido com Marrocos, sinto falta dessa confusão na Holanda*”. Ele caminhou pela Favela Pavão-Pavãozinho todos os dias em que esteve no *território*, mas como é muçulmano, teve que rezar antes de sair do *hostel*. Jamel trouxe em sua mala um tapete para estender na varanda do *hostel* na hora de ajoelhar-se para orar. Ele também utilizou um aplicativo no celular para saber onde é a direção da sagrada cidade de Meca. Contudo, seus rígidos preceitos religiosos foram “flexibilizados” em alguns momentos, pois Jamel não escondeu de ninguém o desejo de conhecer uma mulher brasileira. “*Você acha que vou fazer mais sucesso com as mulheres brasileiras dizendo que sou da Holanda ou dizendo que sou do Marrocos?* Em seguida, respondeu a ele mesmo: “*Bom, acho que vou dizer que sou do Marrocos, pois o mistério costuma chamar atenção das meninas*”.<sup>63</sup>

Aliás, grande parte dos turistas estrangeiros que vêm ao Rio de Janeiro têm o interesse de conhecer as mulheres brasileiras. Eles buscam estabelecer contato indo a festas na Lapa, nas praias e nos bailes *funks*. A conformação do Rio de Janeiro como destino de “mulheres exuberantes” vem de longa data. Durante a década de 1970, a Embratur – Empresa Brasileira de Turismo – realizou uma série de ações promocionais de cunho internacional, derivadas principalmente de duas campanhas publicitárias, a Conheça o Brasil (EMBRATUR,1973) e Rio, Samba e Carnaval (EMBRATUR,1975) que estimulavam a vinda de turistas ao Brasil (ver Figura 25). O material publicitário da Embratur destacava a imagem de um país que fosse um verdadeiro paraíso tropical, cosmopolita, com mulheres deslumbrantes, sem a existência de tensões sociais e violações dos direitos humanos, agindo assim, conforme os interesses do regime militar. Após sofrer muitos questionamentos, a Embratur mudou o foco de suas campanhas nos anos 2000, focando apenas nos aspectos naturais e culturais do país (DAMAS, 2009). Hall (2016) salienta que toda a representação de grupos não hegemônicos é

---

<sup>62</sup> As interações entre Christoffer e Genaro foram observadas em 2016.

<sup>63</sup> A entrevista com Jamel foi feita em 2016.

perigosa, pois as suas características podem ficar *reduzidas* e fixadas sob a forma do estereótipo.

**Figura 25** – Campanha da Embratur em que a mulher brasileira é configurada como “atração turística”



Fonte: Campanha Rio, Samba e Carnaval (Embratur, 2975).

O interesse de muitos visitantes homens da classe média carioca que frequentam as festas que acontecem na Favela Santa Marta é conhecer uma “garota da favela”. Já na subida do morro eles ficam paquerando as meninas. Duas visitantes – negras/ 24 e 27 anos – que moram na Baixada Fluminense e foram até uma dessas festas que acontecem na Laje do Michael Jackson afirmaram que gostaram muito de conhecer a favela. “*Aqui é o canal, eu tenho que voltar mais vezes, aqui é um fervo*” disse uma das garotas de forma bem-humorada. A garota relatou que ela não é muito paquerada na Baixada, mas que na Favela Santa Marta o processo é inverso.

A favela apenas recebe esse fluxo de pessoas porque ela se tornou algo que “está na moda”. Os turistas e visitantes agora frequentam bailes *funks*, hospedam-se em *hostels*,

escalam morros em busca de vistas deslumbrantes, enfim, estão em contato com o que alguns configuram como o “Outro Rio”. No texto “Filosofia da Moda”, Georg Simmel considera que o fundamento fisiológico do indivíduo é caracterizado pelo repouso e movimento, pela atividade e receptividade, assim, o mesmo sempre é constituído por processos antagônicos, pelo interesse de unir permanência com a perseverança na mudança, de proporcionar um compromisso com a totalidade social e ao mesmo tempo impor a própria individualidade. Tal contexto social dialoga perfeitamente com a moda, pois: ela satisfaz, por um lado, a necessidade de apoio social, “na medida em que é imitação; ela conduz o indivíduo às trilhas que todos seguem. Ela satisfaz, por outro lado, a necessidade da diferença, a tendência à diferenciação, à mudança, à distinção [...]” (SIMMEL, 1988, p. 45-46, tradução do autor).

Assim, pode-se considerar que o turista que visita a favela buscaria seguir as tendências que estão na moda, nesse prisma, destaca-se o Morro do Vidigal, que se tornou “cool” com uma série de espaços “gourmets”, abrangendo restaurantes, casas de Jazz e hotéis com vista panorâmica para praia. Ao mesmo tempo, esses visitantes desejam diferenciar-se das pessoas que apenas visitam os pontos turísticos tradicionais da cidade. Além de visitar lugares considerados mais “exclusivos”, eles estariam se distinguindo dos turistas convencionais por demonstrarem terem uma maior “preocupação social” com pobre, ao se mostrarem dispostos a visitar os “territórios da pobreza”, “agregando pontos” no “mercado de bens simbólicos” que configura os processos de distinção (BORDIEU, 2007).

A fascinação pelo *Outro* é tamanha que em um “Tour fotográfico” promovido pelo guia Pedro – em 2014 – atraiu 94 pessoas. Esse evento fazia parte as comemorações do aniversário do bairro de Botafogo. Um “batalhão” de pessoas visitaram a localidade por cerca de três horas e fotografaram “cada metro quadrado” da Favela Santa Marta (ver Figura 26). Freire-Medeiros (2009) cita Walter Benjamin para evidenciar que no início da década de 1930 o autor considerava que a fotografia havia conseguido transformar até mesmo a pobreza mais abjeta em um objeto de apreciação.

**Figura 26 – Tour Fotográfico na Favela Santa Marta**



Esse tour foi organizado por um guia local e contou com a participação de 94 pessoas.

Fonte: Favela Santa Marta Tour (2014).

Mas não é apenas a favela que está na mira das câmeras fotográficas dos turistas, os moradores também estão. Na Favela Santa Marta foi colocada uma placa com os seguintes dizeres: “Proibido Tirar Foto”, em meados de 2012. A placa foi colocada após uma reunião entre moradores e os agentes promotores do turismo no local. Os moradores relataram grande desconforto com a presença de turistas e suas câmeras. Alguns moradores não gostam nem de serem filmados em reportagens televisivas.

Entramos – pesquisador, turistas e uma equipe da TV Globo/ programa Profissão repórter – todos no bonde, quando descemos na primeira estação do plano inclinado um homem branco, corpulento e de cabelos longos e grisalhos começou a gritar com Carambola: “*Eu já avisei que não queremos que filmem a gente, pode parar com isso*”. Parece que teria ocorrido uma reunião na Associação de Moradores em que ficou decidido que não seriam permitidas as filmagens dos moradores. A partir desse momento a câmera da equipe do programa *Profissão Repórter* teve que ser desligada (Diário de Campo. Pesquisa de campo, 2015).

Um moradora da Favela Santa Marta (negra, 43 anos) relatou que não gosta que os turistas tirem fotos dela, pois não sabe qual será o destino delas,

Antigamente eles chegavam e ficavam tirando foto. Isso daí realmente não é certo. Porque se você for no país deles, eles não gostam que fiquem tirando fotos deles... querem entrar na justiça, dizem que não pode, porque estão usando a sua imagem, então realmente não gostam. Tem criança que fala, tira a minha foto, mas eles não têm maldade nenhuma, tá entendendo? Agora gente adulta já não gosta, vai tirar minha foto pra quê? Vai levar minha foto pra onde? As pessoas ficam meia que cismadas. Eu também não gosto (moradora da Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2017).

Ao analisar fotoblogs relacionados ao “turismo de favela”, Palloma Menezes (2007) destacou que os que os turistas fotografaram uma série de elementos da Rocinha que podem ser categorizados da seguinte maneira: as casas (205 fotos), os moradores (150 fotos), as ruas (84 fotos), a infra-estrutura da favela (61 fotos), a vista da Rocinha (43 fotos), bichos e plantas (43 fotos), o comércio (38 fotos), aspectos relacionados ao turismo (38 fotos), paredes da favela (37 fotos) e atividades relacionadas à cultura e lazer (11 fotos). A autora avaliou que a maior parte dos moradores não se importa de ser fotografada pelos turistas e os poucos que não gostam de serem fotografados mencionaram a timidez e vergonha como justificativa. Contudo, parte dos moradores que concordam em serem fotografados exigem que os turistas paguem uma quantia em dinheiro, pois seria uma maneira “justa” de serem recompensados pelo uso da imagem. Na obra “Vida para consumo”, Zygmunt Bauman (2008) disserta sobre a conversão das pessoas em produtos, considerando que “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria” (BAUMAN, 2008, p. 20). Nesse sentido, a vida cheia de privações de muitos moradores de favela faz com que eles se utilizem de práticas inusitadas para ganhar dinheiro, o que inclui a venda da própria imagem.

Destarte as diferentes percepções dos moradores em relação a fotografia, de maneira geral os empreendedores locais recomendam aos turistas que evitem fotografar os residentes. Isabela afirmou que no trabalho em que desenvolve enquanto guia, sempre teve uma preocupação grande em relação à fotografia. Ela costuma aconselhar os turistas antes dos *tours*, afirmando que “*muitas coisas aqui vocês não vão poder registrar, não pode tirar foto, então vocês vão ter que capturar isso com o olhar de vocês, vocês não vão poder fotografar*”. Tal recomendação visa respeitar a privacidade dos moradores, como também, evitar problemas com os traficantes da favela.

Cabe destacar que o modo como a favela é representada por quem a fotografa é um campo em disputa e os moradores do Santa Marta buscaram tensionar as relações de força ao

seu favor ao criarem a Agência Olhares do Morro. De acordo com seu idealizador, Vicent Rosenblatt, esse projeto social tem o objetivo simbólico de “introduzir nos veículos de comunicação outras imagens e olhares, diferentes dos clichês da violência que são dominantes. Conquistar um espaço para representações do cotidiano e da cultura”<sup>64</sup>. Esse projeto social tem os jovens *favelados* como público-alvo (ver Figura 27).

**Figura 27 – Imagens da Agência Olhares do Morro**



À direita, uma criança acaricia a barriga da mãe grávida. A imagem ao lado mostra um garoto sendo fotografado durante um salto.

Fonte: Agência Olhares do Morro (2018)

As questões relacionadas à fotografia e a pobreza turística abrem espaço para análises das perspectivas morais que envolvem o “turismo de favela”. O desejo de ver pessoas vivendo na pobreza enseja a análise das dimensões éticas desse tipo de turismo. Em *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*, Boltanski (2004), analisa as práticas modernas relacionadas às políticas de reconhecimento do sofrimento alheio (particularmente das classes mais populares, pobres e operários) e a partir dos pressupostos teóricos de Adam Smith, disserta sobre a “moral do espectador” que observa a representação da alteridade. O autor considera que o espectador é sempre cobrado publicamente a ter uma simpatia pelas pessoas que passam por uma situação de sofrimento, entretanto, as chamadas redes digitais possibilitam que o sujeito observe o sofrimento do *Outro*, mas ao mesmo tempo mantenha uma posição de distanciamento em relação à alteridade. No “turismo de favela” o processo é inverso, já que o visitante busca estabelecer certo tipo de contato com o *Outro*.

<sup>64</sup> Agência Olhares do Morro. História. Disponível em: < <http://www.olharesdomorro.org/uma-historia/2/#.Wqm6eWrwbIU>> . Acesso em 14/01/2018 às 9:31.

A busca por um “outro mundo” do Rio de Janeiro tem como *pano de fundo* uma alteridade racializada que represente a “autêntica cultura brasileira”. O processo que conforma a favela como um local a ser fantasiado compreende a estrutura radical do estereótipo. A favela e seus moradores estão presos em uma estrutura binária, a qual é dividida entre dois extremos opostos. De um lado a favela é retratada como “berço do samba”, com pessoas solidárias que possuem grande senso de comunitário. Por outro lado, a favela também é representada como lócus do mal e os *favelados* como bandidos. Dessa forma, o significado de *favela e favelado* transita por entre esses dois polos de forma interminável, sendo que muitas vezes são figurados ao mesmo tempo com esses dois tipos de representação.

“O ponto importante é que os estereótipos referem-se tanto ao que é imaginado, fantasiado ao que é percebido como real e as reproduções visuais das práticas de representação são apenas metade da história” (HALL, 2016, p. 200). Muitos turistas que vão até as favelas criam a sua própria favela imaginária a partir das representações, filmes como “Cidade de Deus” têm o poder de instigar o telespectador, porém, após esse primeiro contato visual, os turistas passam a fantasiar com o “Outro” e percorrem um campo social cheio de conflitos para suprir as suas fantasias.

Conforme Menezes (2007) os turistas que visitam as favelas costumam fotografar pessoas negras, pois elas se enquadram no estereótipo “favelado/ preto/ pobre”. Tal percepção fica evidente a partir do relato de uma moradora entrevistada por ela: “Uma vez quando meu filho era mais novo, (alguns turistas) quiseram tirar foto dele, quando eu cheguei com ele, (que é branco), eles não quiseram, porque eles queriam um neguinho” (MENEZES apud FREIRE-MEDEIROS, 2009, p.108).

No livro *Colonial Desire*, Robert Young examinou conceitos relacionadas à raça, cultura, civilização, diferença e sexualidade. Ao analisar o colonialismo inglês, Young (1995) concluiu que o “desejo colonial” se tratava de uma obsessão secreta, e ao mesmo tempo insistente com o transgressivo, o sexo inter-racial e a miscigenação. Para o autor, os debates sobre as “teorias de raciais” no século XIX estabeleciam a possibilidade ou impossibilidade dos hibridismos, focado explicitamente na união sexual entre brancos e negros e chegou a constatar que as “teorias raciais” foram na verdade dissimuladas “teorias de desejo”. Dessa forma, o “Outro” ao mesmo tempo em que desperta o desejo colonial pelo contato e interação, provoca repulsa por ser considerado inferior, assim, *desejo e repulsa* são constructos ambivalentes que se encontram em permanente tensão.

Segundo Brito (2013), a própria representação pública da favela nos meios de comunicação normalmente recebe um tratamento ambíguo. Em determinados momentos se ressaltam a violência, a “sexualidade exacerbada” manifestadas nos bailes *funks* e o desprezo que a sociedade tem pela favela e pelos que lá habitam. Já em outros momentos, tem-se uma exaltação desmedida, por meio de novelas e reportagens que mostram todo o “progresso” que lá existe, sob a ótica do consumo e do empreendedorismo dos pobres, como se essas populações não vivessem processos de extermínio e exclusão sistemática.

Ainda segundo o autor, essa confusão acontece em virtude de os meios de comunicação atuarem de forma distinta em relação ao *conteúdo* e a *forma* social contida naquilo que é conhecido como favela. De um lado a mídia tem profunda ojeriza dos moradores dessas formas habitacionais e sobretudo, o seu significado socioeconômico – a fratura social e racial exposta na condição de um grupo que sofre elevados níveis de exploração, exclusão e violência – de outro lado, como um secular espaço de socialização, de construção de uma cultura popular e de uma experiência habitacional espontânea, a favela é reduzida a uma *forma* a ser assimilada culturalmente: como é típico na cultura moderna, acaba separada de seu contexto social de origem (BRITO, 2013).

Laura, a turista da Inglaterra, demonstra grande fascínio pelas favelas, tanto interesse a fez hospedar-se em três favelas – Pavão-Pavãozinho, Babilônia e Rocinha – e quando indagada sobre o motivo de tanto interesse ela relatou: “*Como eu te disse... sou a “garota da favela”. Sério! Eu não sei porque eu estou tão fascinada pelas favelas, mas eu estou. Elas são bonitas*”. Mas em outra oportunidade ela fez uma explanação sobre o “Brexit” – referendo que decidiu que o Reino Unido não deveria mais ser membro da União Europeia. Ela afirmou que votou a favor da saída da Inglaterra da zona do euro, pois o país já não suportava mais sustentar tanta “gente de fora” – sobretudo, do leste europeu – achava injusto pagar impostos que não sejam retornados em proveito do povo britânico e que os serviços públicos estavam se deteriorando, citando como exemplo, os hospitais abarrotados de pessoas. Parece que ao mesmo tempo em que Laura deseja ter contato com o “Outro”, deseja manter certa distância, nesse sentido, pode-se supor o “favelado” apenas seria um “objeto fascinante” se permanecesse em seu “habitat natural”.

Mas que tipo de elemento vincularia o turista com o *Outro*? Nessa perspectiva, é possível evidenciar que no “turismo de favela” o dinheiro engendra uma associação entre pessoas que normalmente estão circunscritas em realidades completamente díspares: o *favelado* e o turista.

Para Simmel (2009), a impessoalidade do dinheiro permite, de fato, o despontar de uma ação comum de indivíduos e grupos diferentes, que em outros âmbitos acentuariam com nitidez sua separação e reserva.

Isabela afirma que apesar de não aprovar o desenvolvimento do turismo nas favelas do Rio, ela desempenha o trabalho de guia por causa do dinheiro, pois não encontrou outras possibilidades de auferir renda. Margarita Barreto (2003) acredita que certos habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os visitantes, “mas o dinheiro dos turistas. Os turistas passam a ser um mal necessário. Mal porque sua presença incomoda; necessário porque seu dinheiro faz falta” (BARRETO, 2003, p.26). Isabela desabona o “turismo de favela” porque acredita que essa atividade econômica romantiza a favela e a configura como um lugar maravilhoso: *“Você quer morar na favela? Porque tudo nela ainda é negativo e não mudou muita coisa, então parem com esse discurso de que morar na favela é legal, morar na favela é legal o caramba! Então vem para cá, você fica aqui”*.

Porque eu na verdade não gosto do Favela *tour*, como eu sou um negócio social, porque a proposta do meu trabalho é desconstruir a imagem estereotipada da favela e muita gente quando faz o “turismo de favela” exotiza e romantiza ainda mais, a coisa da favela, então é um movimento na verdade contrário. Só que eu não sei se as pessoas conseguem entender isso (Entrevista com Isabela. Pesquisa de campo, 2017).

A fala de Isabela fica evidenciado que os guias preferem retratar a atividade que desenvolvem como um “negócio social”. Carambola avalia que os moradores de favela empreendem “por uma causa” que estaria relacionada ao bem comum, isto é, mudar a percepção negativa que as pessoas possuem em relação aos “territórios da pobreza”. Henrique avalia que o “bem comum” do turismo de favela estaria relacionado com o fato dos moradores fazerem o dinheiro circular pela favela e desse modo, todos beneficiarem com o turismo.

Porque a gente leva os turistas nas lojas de *souvenir*, nas biroskas, levamos para almoçar no restaurante, leva na escola de samba. A gente faz com que a moeda circule aqui na favela. Isso é bom! A partir do momento que a gente contrata um guia que é aqui da favela, a gente dá apoio a Associação dos Moradores. A gente recebe o apoio deles, então, nós damos uma contribuição em dinheiro. Aí todo mundo fica feliz, todo mundo ganha. (Entrevista com Henrique. Pesquisa de campo, 2016).

“A gente cobra por esse passeio, então parte do dinheiro vai para Associação dos Moradores, é um turismo sustentável de base comunitária” completa Henrique. A relação que os guias locais possuem com a Associação de Moradores é controversa, pois, se por um lado os guias consideram que estão contribuindo com a favela ao repassarem determinada quantia de dinheiro para a associação, por outro, essa ação mina a “política na favela” e qualquer avaliação crítica por parte da entidade em relação ao trabalho desenvolvido pelos guias. Afinal, quando o dinheiro vai para a associação, “todo mundo fica feliz”, como bem enfatiza Henrique.

Freire-Medeiros (2009) avalia que quando se faz a associação entre dinheiro, moral, lazer e miséria, usualmente, provoca-se um “mal-estar” nas pessoas. Mas com seu estudo ela objetivou fugir do senso comum, considerando que não é possível culpar o “turismo de favela” pela pobreza. Segundo a autora, torna-se necessário superar as posições extremas: tanto a que “aposta em sua promoção como saída parcial ou total para os males das localidades em desvantagem econômica quanto [...] a que indica uma suposta imoralidade inscrita na comercialização da pobreza pela via do turismo e prefere ignorar a sua existência” (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 147).

Contudo, pode-se destacar também que a racionalidade neoliberal possui grande afinidade com a produção da favela turística e seus empreendedores, pois o neoliberalismo tende a celebrar as diferenças geradas pelo capital, enquanto silencia os movimentos de reivindicação direcionados a uma melhor redistribuição econômica. Nesse sentido, percebe-se que por meio da favela turística os dispositivos governamentais buscam construir “novas molduras” para o conflito social ao mesmo tempo em que sugerem aos moradores dos *territórios* que a pobreza deve ser utilizada pelos mesmos enquanto substrato de uma ilusória “emancipação econômica”, quando na realidade o dispositivo neoliberal tende a reforçar a responsabilidade do *favelado* em relação a seu próprio destino.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década, diversos foram os moradores de favela que reconfiguram as suas trajetórias, ressignificaram seus desejos e buscaram no “empresariamento de si” um meio pelo qual poderiam conseguir realizações relevantes em suas vidas. Mas ao invés de considerar esse processo como algo “libertador”, com a presente tese, foi possível evidenciar que o processo relativo à constituição dos *favelados* em sujeitos empreendedores foi regido por um aparato de regulação. Nessa perspectiva, esses sujeitos foram delineados por um complexo conjunto de normas, relações de poder, práticas e conhecimentos que perfizeram um dispositivo. Agambem (2005) afirma que não seria equivocada definir a fase extrema da consolidação capitalista contemporânea como uma enorme acumulação e proliferação de dispositivos. “Certamente, desde que apareceu o homo sapiens havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (AGAMBEM, 2005, p.13).

O estudo buscou analisar a soma de mecanismos que “convidaram e incitaram” os moradores de favela a fazerem parte de um processo civilizatório por meio da realização de um “trabalho sobre si”. Tais mecanismos tiveram como ponto aglutinador o dispositivo da *pacificação* – formado por uma série de instituições governamentais e não governamentais – em que a atuação policial teve um papel preponderante na reconfiguração dos “territórios da pobreza”. Como ressalta Foucault (1987), a constituição do sujeito nas sociedades disciplinares é forjada por meio de experiências delineadas pelos aparatos institucionais de poder.

As discussões levantadas na tese permitiram concluir que a política de segurança vinculada às UPPs não era homogênea, ou seja, possuiu efeitos diversos, a depender do *território* onde as UPPs foram instaladas. Desse modo, a ideia de esboçar contornos totalizantes sobre a *pacificação* representa uma tarefa desafiadora, uma vez que, a noção de multiplicidade de efeitos se configurou em uma das marcas mais significativas da *pacificação*. Essa política de segurança também nunca teve como objetivo abarcar todas as favelas cariocas, sendo apenas implantadas em localidades consideradas *estratégicas* para a realização de megaeventos – Copa do Mundo e Jogos Olímpicos – e conseqüentemente, para a conformação do Rio de Janeiro enquanto uma *city marketing*, onde o que está à venda é o

próprio espaço urbano, o que abriria assim, o caminho para grandes investimentos da iniciativa privada.

Assim, indaga-se agora, quais foram os efeitos de subjetividade do dispositivo da *pacificação*? Destarte a “retirada das armas” e a redução dos conflitos armados, que podem ser considerados resultados positivos do programa (CANO, 2012, MACHADO DA SILVA, 2010), a dimensão militar do dispositivo compreendeu uma biopolítica de gestão da vida (ANDRADE, 2013, LEITE, 2015) – com as diversas regulações impostas pelos policiais – abrangeu assim, o eixo das corporalidades e comportamentos, tentativas racionalizadas de produzir uma relação particular no que tange a subjetividade dos moradores. Em outras palavras, a vigilância hierárquica e normalizadora buscou instituir uma relação interna entre os indivíduos e seus corpos, um controle disciplinar que o *favelado* deveria exercer sobre ele mesmo.

O dispositivo da *pacificação* instaurou múltiplas formas de dirigir condutas e a ação disciplinar sobre os corpos consistiu em um aspecto da elaboração de certo domínio do funcionamento da subjetividade. É possível afirmar que os moradores tiveram que se adaptar ao regime disciplinar das UPPs, com estratégias de não enfretamento e submissão, como bem salientou Pedro que sempre dizia “*Oi, Boa tarde, boa noite*” para os policiais.

Os moradores enfatizaram que as regulações impostas pelos policiais nos “territórios da pobreza” acabaram por “*matar a vida criativa na favela*”, sobretudo, com as proibições dos bailes *funk*. Assim, a UPP acabou por sujeitar os corpos a movimentos regulares, excluiu assim, a agitação e a distração para impor uma hierarquia que influenciasse profundamente no comportamento dos *favelados*. “Choque de ordem, ocupação das favelas, criminalização do modo de vida e da cultura popular são as marcas características do poder público para as regiões ocupadas” (FRANCO, 2013, p.119). Loïc Wacquant (2006) salienta que os efeitos da estigmatização territorial também possuem reflexos em relação ao desenvolvimento das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma “zona de não-direito” (ou uma *cit e* fora da lei), é fácil para as autoridades justificarem “medidas especiais”.

Contudo, os moradores de favela não podem ser considerados como meros “sujeitos passivos”, pois os mesmos em muitas vezes questionaram os abusos policiais, organizaram protestos, sendo que até chegaram a expulsar policiais “à base tijoladas”. A afirmação de Michel Foucault de que o sujeito é um efeito das relações de poder e de saber não significa que ele está submetido a uma força incontornável que predispõe os acontecimentos. Pensar

em “sujeitos livres” seria uma contradição em termos, já que sujeito é aquele que está sendo sujeitoado, porém, mesmo sendo sujeitoados os indivíduos possuem um campo de possibilidade para várias condutas e diversos comportamentos (CASTANHEIRA, CORREIA, 2017).

Entretanto, a configuração dos *favelados* enquanto “sujeitos livres” não pode mascarar o fato de que nas favelas *pacificadas* sempre existiu uma “desigualdade nas relações de poder” e que a imposição hierárquica do policial se fazia valer na maior parte do tempo. Por meio da construção de um ambiente de permanente controle, o dispositivo da *pacificação* atuou dentro de uma dinâmica que envolvia a captura – resistência – recaptura, tendo como objetivo derradeiro a normalização do *favelado*, isto é, a produção de “novos sujeitos” vinculados a uma dada “ordem civilizadora”.

“*Mas a pacificação foi tipo assim: vai lá e faz pô! Você tem que fazer diferente, entendeu? Aí, todo mundo teve que fazer diferente*”. Com essa afirmação, Carambola perfaz a UPP como uma potente maquinaria capaz de impor um novo modo de ação ao indivíduo considerado “incivilizado”. O dispositivo da *pacificação* funcionou como um aparato disciplinar exaustivo, que buscou abranger todos os aspectos do *favelado*, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral e suas disposições. O dispositivo esquadrinhou a população *favelada* na medida em que orquestrou de forma calculada as atividades dos moradores sob uma racionalidade prática dirigida a certos objetivos, maximizou assim, certas capacidades e restringiu outras.

É relevante destacar que o modelo de policiamento que circunscreveu as UPPs, apesar dos inúmeros problemas e limitações, produziu fissuras no modelo militarizado hegemônico, que sempre foi caracterizado por gerar exacerbada violência. O término da referida política de segurança deveria indicar – em um plano ideal – a desterritorialização das favelas enquanto “território de UPPs” para que, em seguida, as mesmas fossem incorporadas como bairros normalizados à cidade. Contudo, observou-se que a “retórica da paz” foi suplantada por ações e discursos – irradiados pelos promotores da intervenção federal no Rio – que corroboraram para a disseminação da barbárie como modo de “instituir” a lei a ordem, potencializando assim, o fortalecimento das bases de uma nefasta necropolítica<sup>65</sup>.

O estudo também argumentou que para além da normalização e naturalização do policiamento permanente e do discurso do controle, a *pacificação* forneceu esperanças quanto

---

<sup>65</sup> A necropolítica se refere a “destruição material dos corpos e populações humanas julgadas como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135).

a chegada e efetivação dos direitos sociais. A retórica dos aparatos governamentais apresentou a implantação das UPPs como uma “primeira etapa” que, uma vez consolidada, possibilitaria a inserção de outras atividades estatais voltadas à oferta de bens de cidadania. O programa UPP Social representou a possibilidade da “chegada dos direitos” às favelas ocupadas, mas uma mudança em sua perspectiva original fez com que o escopo de uma política de direitos fosse esvaziado. Nesse panorama, é importante destacar que os sujeitos de direitos sociais são qualificados em razão de uma situação particular que ocupam, isto é, em função da forma como eles são caracterizados enquanto grupo pelos aparelhos governamentais. Historicamente, os favelados são figurados como sujeitos de não-direitos, sendo assim, uma mudança no que tange à inferência institucional em relação a esse grupo social em um curto espaço de tempo seria muito difícil.

Além disso, destaca-se que o desenvolvimento de uma política de direitos envolve mudanças estruturais no âmbito federal, sobretudo, uma maior alocação dos recursos do orçamento público para as políticas sociais em detrimento da alocação de recursos destinados ao pagamento de uma dívida pública jamais auditada.

Se o desenvolvimento de política de direitos não foi executado, a alternativa encontrada pelos dispositivos gestionários foi incentivar a inclusão produtiva via empreendedorismo. O “empresariamento de si” nas favelas *pacificadas* teve como destaque o desenvolvimento de negócios ligados, principalmente, ao consumo de certos aspectos simbólicos da vida cotidiana das favelas (BOTELHO, 2013). A percepção do autor se relaciona com o fato de que o processo de transformação da favela enquanto “bem cultural” destinado ao consumo de turistas e visitantes se intensificou depois da *pacificação*. A turistificação dos *territórios*, contudo, não compreendeu todas as favelas do Rio de Janeiro, mas sim, apenas aquelas que possuíam características consideradas “singulares”. As favelas da Zona Sul levaram imensa vantagem em relação as demais em virtude da localização estratégica que as mesmas possuem dentro do circuito turístico da cidade.

Além do “fator localização”, os *territórios* de Santa Marta, Morro dos Cabritos/Ladeira dos Tabajaras, Pavão-Pavãozinho, também tiveram vantagem em seu delineamento enquanto atração turística, em virtude dos conflitos armados – entre traficantes e polícia – não serem tão frequentes (embora atualmente essas localidades passem por grande instabilidade no que tange a segurança). Essa vantagem fica evidente quando se compara tais localidades com o Complexo do Alemão, que após um curto “efeito paralisante” propiciado

pela instalação da UPP – que segundo os moradores durou dois anos – configurou-se na percepção pública, como um local a “ser evitado”, em virtude dos tiroteios rotineiros. E foi possível observar que por mais paradoxal que possa ser, o clima de “intensa instabilidade” serviu de “chamariz” para diversos turistas, sobretudo estrangeiros, que ficaram fascinados por estarem em cenários de “hiper-realidade”. Destaca-se que, nas últimas décadas, os conflitos das favelas foram exaustivamente retratados em representações fílmicas mediadas por redes socio técnicas (LATOURET, 2012), em um cenário em que as novas tecnologias foram fundamentais na conformação, circulação e comercialização do “produto favela” (FREIRE-MEDEIROS, 2009).

A presente tese também evidenciou que o papel exercido pelas instituições governamentais e não governamentais foram essenciais na constituição da “favela-pacificada-turística”, desde a criação de políticas de incentivo ao turismo à implantação de dispositivos de normalização que visaram conformar os moradores de favelas enquanto empreendedores turísticos. Assim, foi possível observar que nas favelas pesquisadas o Sebrae teve um papel importante no direcionamento dos negócios dos moradores. Ele auxiliou os mesmos na identificação das potencialidades da favela, como também, no estabelecimento de um “cálculo responsável”, tanto em relação ao empreendimento, quanto em relação à vida dos residentes. Essa dinâmica foi instituída por meio de uma série de cursos, feiras e gincanas.

Na visão dos moradores, o Sebrae representou uma das poucas instituições que poderiam ser decisivas na transformação de suas vidas, já que grande parte deles são destituídos da possibilidade de inclusão social por meio da obtenção de um trabalho assalariado que garanta uma remuneração digna com uma ampla proteção de direitos. Notadamente, essas pessoas são destituídas – pela ausência de capital cultural incorporado (BOURDIEU, 2007) – da condição de disputarem colocações em espaços de poder e prestígio. Assim, muitos moradores de favela vislumbraram no “empresariamento de si” uma forma de inserção no mercado de trabalho, como bem salientou Tomasi e Velazco (2013). A pesquisa abordou inúmeros moradores, dentre eles: ex-presidiário, ex-beneficiária do bolsa família, assalariados de baixa renda e desempregados. Todos eles possuem suas especificidades, mas têm em comum o fato de vivenciarem a vulnerabilidade social e de enxergarem no empreendedorismo uma forma de encontrar um “lugar ao sol”.

Essas pessoas são obrigadas a “se virarem” como podem e o “turismo de favela” representou uma possibilidade de obterem alguma ocupação profissional. Observou-se então o

surgimento de guias de turismo, vendedores de *souvenires*, proprietários de pequenos restaurantes e lanchonetes, como também, pessoas que transformaram as lajes de suas casas em “espaços culturais” com o intuito de receber turistas. A lógica de ação desses empreendedores compreendeu o ato simbólico de “arregaçar as mangas”, tornaram-se assim, “protagonistas do seu destino”.

Contudo, os moradores percorreram esse caminho porque, antes de tudo, houvera uma estruturação dos seus campos de ação por um conjunto de dispositivos. Notou-se que o empreendedorismo circunscreveu uma linguagem relevante para articulação de uma racionalidade política e o que a pesquisa cunhou como dispositivo da *pacificação* teve um papel fundamental na catalisação da racionalidade neoliberal nas favelas cariocas. O dispositivo acompanhou e orientou o desejo individual, agiu assim, sobre as “antecipações imaginárias” de diversos *favelados*. É preciso destacar que *pacificação* catalisou algo que já era existente na favela, pois a processo de subjetivação da forma empresa é hegemônico e como ressalta Valladares (2005), é infrutífero pensar que certas dinâmicas sociais são exclusivas das favelas.

Mas qual seria o propósito da expansão da lógica neoliberal nas favelas pelos aparatos de poder? Como bem frisa Foucault (2008b), a “condução das condutas” sob essa perspectiva possibilita à racionalidade política governar de modo mais avançado com a promoção de um leque de mecanismos indiretos que produzem governos de si mesmo. Nesse sentido, é possível afirmar que o dispositivo da *pacificação* criou maneiras pelas quais os *favelados* vieram a compreender e realizar coisas em relação si mesmos. O trabalho argumentou que a *pacificação* teve um papel fundamental na constituição de um regime de subjetividade nas favelas cariocas, que por sua vez, abrangeu somente os *favelados* considerados *normalizáveis*.

A constituição de um “favelado ativo” compreendeu a estratégia pela qual o dispositivo encontrou para produzir uma espécie de “processo civilizatório” governando sujeitos pela promoção de autogovernos. “*Não é porque hoje com o enfraquecimento das UPPs no Rio de Janeiro que você tem que deixar de fazer diferente, você tem que continuar a fazer diferente sempre na sua vida, nos seus negócios*”. Por meio desse discurso do Carambola, é possível destacar o relevante papel que o dispositivo da *pacificação* teve na entrada de um ex-assaltante ao “mundo da ordem legítima” e como esse mesmo dispositivo produziu autogovernos. “Precisamente, a grande inovação da tecnologia neoliberal é diretamente vincular a maneira como um homem *é governado* à maneira como ele próprio *se*

*governa*” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.333). Nesse sentido, “fazer diferente” pode representar o que Leite (2015) evidencia como “retirada da favela si” – ou seja, todos os aspectos da vida que os dispositivos gestionários consideram incivilizados – o que autora destaca como um dos principais objetivos da *pacificação* ao promover a gestão da vida nesses *territórios*.

Percebe-se então que a racionalidade empresarial possui a “vantagem” de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso, com isso, ela consegue promover a unificação de diferentes regimes de existência. O vocabulário do empreendedorismo (ROSE, 2011) permitiu que dada racionalidade política fosse “traduzida” em tentativas de controle de aspectos de existência social, econômica e pessoal que se mostraram problemáticos.

Outra questão importante a se levantar no estudo reporta-se a seguinte questão: a dimensão mercadológica do dispositivo da *pacificação* teria promovido uma aquisição de consentimentos em relação à dimensão militar? Nesse sentido, foi possível perceber que as vantagens econômicas e a possibilidade de trabalho legitimaram, em parte, a presença dos policiais nas favelas, como relatou um morador da Favela Santa Marta,

Olha, eu vou falar por mim, eu pessoa, trabalhador e morador. Eu nunca fui destrutado. Eu particularmente nunca fui. Mas eu já vi aqui muitos “revoltosos” que “malham” a UPP, que colocam a UPP lá em baixo. Mas que estão ganhando o seu dinheiro na comunidade e que estão trabalhando graças a UPP. Porque antes não tinha turismo. Hoje eu trabalho graças a UPP (guia de turismo, 42 anos, Favela Santa Marta. Pesquisa de campo, 2015).

“Fazer com que os favelados ganhem seu dinheiro” pode ser interpretado como uma nova faceta do capitalismo brasileiro, isto é, investir na circulação do dinheiro na favela como forma de mediar o conflito, reatualizando assim, a atuação dos dispositivos de poder nas periferias (FELTRAN, 2014).

“*Eu quero me livrar do trabalho formal a minha volta*”, “*Eu quero ter minha empresa, porque nasci para comandar*”, são discursos dos “empreendedores de favela” que representam a incorporação das estratégias neoliberais de promoção da “liberdade de escolher”. Contudo, ressalta-se que na maior parte do tempo os sujeitos não distinguem a dimensão normativa que necessariamente lhes pertence. Em outras palavras, a “liberdade de escolher” se relaciona com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora que é

centro de um quadro “legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha com toda liberdade o que deve obrigatoriamente escolher” para seu próprio interesse (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 216).

Nessa perspectiva, notou-se que a expansão da lógica neoliberal nas favelas cariocas pode ter intensificado os processos relacionados a: (1) Individualização do destino e culpabilização do pobre e (2) Precarização dos direitos e esvaziamento da esfera pública.

Com relação à **Individualização do destino e culpabilização do pobre**, é possível destacar que o estímulo a inserção econômica dos moradores de favela via empreendedorismo pode ter potencializado uma ideia vinculada a desresponsabilização do Estado em relação ao destino do *favelado*, já que todos os infortúnios de sua vida poderiam ser justificados pelo fato do morador não ter abraçado as “oportunidades da pacificação”.

Souza (2009) salienta que no Brasil se tem uma crença hegemônica ancorada no *economicismo*. O ideal fundamental do *economicismo* se estrutura na percepção da sociedade como sendo formada por um conjunto de *homo economicus*, isto é, agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. Nesse olhar distorcido do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média, por exemplo. Por conta dessa visão, o miserável e sua miséria são sempre classificados como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua “situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa *andar com as próprias pernas*. Essa é a lógica, por exemplo, de todas as políticas assistenciais entre nós” (SOUSA, 2009, p.16).

Assim, como destaca Roxo e Grohmann (2014), a maioria das competências necessárias para se vencer na vida passa a ser centrada na figura do indivíduo, que é celebrado pelos seus acertos e culpabilizado por seus erros, sendo que essa ideologia meritocrática centrada no indivíduo pode ser classificada como um modo de dominação, que oculta sua faceta social como uma *illusio* ou uma “naturalização das práticas” (BOURDIEU, 2007).

Já com relação a **precarização dos direitos e esvaziamento da esfera pública**, muito embora a favela seja notadamente caracterizada como um “zona de não direitos”, o processo de individualização inspirada no ideário neoliberal e na lógica da flexibilização afetam as

formas de sociabilidade dos “indivíduos, principalmente quando consideramos o fenômeno da precarização dos direitos vinculados à condição de assalariamento e a fragilização dos vínculos sociais produzida pela crise do Estado como esfera provedora de bens públicos” (BARBOSA, 2011, p. 126).

O estudo evidenciou que o fortalecimento do *ethos* empreendedor pode fragilizar o *ethos* comunitário. Isso ocorre porque uma cultura do trabalho organizada em torno do par “empregabilidade/empreendedorismo fere de morte os valores de solidariedade social tão dificilmente institucionalizados sob a fórmula trabalho livre mas protegido”, tornando-se assim, o centro do processo de legitimação ideológica da fragmentação social que, sob esse ponto de vista, se tornaria irreversível (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 105). A lógica individualista da dinâmica neoliberal poderia catalisar processos de distanciação mútua (WACQUANT, 2006) e aniquilar projetos coletivos que já se encontram enfraquecidos.

Hannah Arendt (1999) advoga que a esfera pública é constituída a partir do conceito de política. E contrariando o conceito moderno de política, ela acredita que a política deve ser pensada totalmente separada da lógica econômica e liberal. Tal pensamento parte do princípio de que “uma esfera formada por indivíduos que afirmam e defendem interesses privados, nega radicalmente esse *nós* que é a vida política” (FERREIRA, 2017). Assim, a gestão desses *territórios* compreendeu uma racionalidade governamental cujas práticas fazem com que – a perspectiva da figura de um “cidadão” amparado por uma responsabilidade coletiva – desapareça pouco a pouco, para dar lugar ao “sujeito empreendedor”, um sujeito ao qual a sociedade “não lhe deve nada”, aquele que “tem que se esforçar para conseguir as suas coisas”.

Assim, o ideário da ação pública em relação aos moradores de favela não seria conformá-los como sujeitos de direitos, mas sim, como atores empreendedores que fazem os mais variados contratos privados com outros atores empreendedores. Longe de ser “neutra”, a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica democrática da cidadania social, “reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de *subcidadãos* e *não cidadãos*” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 381).

Pode-se considerar que dispositivo da *pacificação* forjou os *favelados* como seres que possuem uma ampla gama de capacidades e possibilidades, ao mesmo tempo que impôs

fardos e decepções. Tal processo foi notado nas entrevistas que o pesquisador desenvolveu com Carambola, na primeira (2015), ele se configurava com um “empreendedor de sucesso”, na segunda (2017), retratou-se como um empresário endividado que sofre para pagar a conta correspondente aos investimentos que não deram o retorno esperado. Esse mesmo processo de “desilusão” em relação ao empreendedorismo foi notado que aconteceu com outros moradores.

Em virtude dos riscos e angustias que os sujeitos enfrentam no empreendedorismo, considera-se a crítica como uma importante ferramenta de avaliação de si e do entorno social, sendo que ela seria o melhor meio para a construção de uma prática política inteiramente condizente com o discurso humanitário, como também, com sujeitos políticos autônomos e não normalizados. Parece então, que o trabalho crítico pode evitar que os grupos sociais sejam conduzidos conforme as conveniências dos aparelhos biopolíticos, que sempre favorecem o aumento de sua potência, ao invés de respeitarem a condição dos indivíduos enquanto “sujeitos autônomos capazes de exercer uma atitude de conduta transgressiva ao discurso subjetivante muitas vezes praticado por um conjunto de dispositivos” (BARROS, 2010, p. 15).

Enquanto a ação dos dispositivos de normalização e gestão se encontrar longe de ser reconfigurada, como também, enquanto esses dispositivos não tiverem como norte o desenvolvimento de uma ampla política de direitos, caberá aos moradores de favela, então, somente a resistência.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Janete. **Banalização da morde na cidade calada: A hespenhola em Porto Alegre, 1918**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio**. *Espaços e Debates*, São Paulo, v.14, n.37, p. 34-46, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2005.

ALBERNAZ, Elizabete, CARUSO, Haydée, PATRÍCIO, Luciane. **Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

ALMEIDA, Rafael. **Favelas do Rio de Janeiro: A geografia histórica da invenção de um espaço**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ. Ano: 2016.

ALVES, Maria Helena, EVANSON, Philip. **Vivendo no Fogo Cruzado**. São Paulo: Editora Unesp, 2012

ANDRADE, Vanessa. **A política de pacificação e povo da favela**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Ano: 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: Venda Nova, 1994.

BALLARINI, Daniel. **"Favela chique": um estudo sobre o processo de elitização das opções de lazer e os locais de sociabilidade da favela Santa Marta pós-UPP**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- graduação em Sociologia. UFF, 2014.

BARBOSA, Attila. **O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, fev. 2011.

BARBOSA, Gabriel. **A Favela Santa Marta e seus guias de turismo: identidade, mobilização e conflito.** Revista Iberoamericana de Turismo– RITUR, Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 169 – 179, abr. 2015.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. **In:** In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro (orgs). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BARREIRA, Marcos, BOTELHO, Maurílio. O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro (orgs). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo.** São Paulo: Papirus, 2003.

BARROS, João Roberto. **Crítica e direitos dos homens em Foucault: Biopolítica, potência do Estado e direitos humanos.** Artigo, 2010. Disponível: < CRÍTICA E DIREITOS DOS HOMENS EM FOUCAULT: Biopolítica, potência do Estado e direitos humanos >. Acesso em 20/03/2018 às 14:05.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008

BATISTA, Vera. **O Alemão é mais complexo.** Artigo, 2011. Disponível em: <<http://gajop.org.br/justicacidade/wp-content/uploads/O-Alem%C3%A3o-%C3%A9-muito-mais-complexo.pdf>>. Acesso em 23/12/2016 às 18:40.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BELTRAME, José. Entrevista ao O Globo. **Beltrame sobre 5 anos de UPP: Daqui a 20 anos, o que será da favela.** O Globo, 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-sobre-5-anos-de-upp-daqui-20-anos-que-sera-da-favela-11056774>> . Acesso em 20/10/2016.

BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering: Morality, Media and Politics: Morality, Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BORDIN, Marcelo. **POLÍCIA COMUNITÁRIA: entre a retórica do estado e a prática cotidiana**. Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, p. 349-368. ISSN 2175-9596, Curitiba, março, 2009.

BORGES DOS SANTOS, Júlio. **Os megaeventos, a política de pacificação e a transformação da favela em commodity**. Artigo, 2014. Disponível em: <[http://megaeventos.etern.ippur.ufrj.br/sites/default/files/artigos-cientificos/os\\_megaeventos\\_a\\_politica\\_de\\_pacificacao\\_e\\_a\\_transformacao\\_da\\_favela\\_em\\_commodity.pdf](http://megaeventos.etern.ippur.ufrj.br/sites/default/files/artigos-cientificos/os_megaeventos_a_politica_de_pacificacao_e_a_transformacao_da_favela_em_commodity.pdf)>. Acesso em 12/11/2017 às 19:09.

BOURDIEU, Pierre. **What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups**. Berkeley Journal of Sociology, n. 32, p. 1-49, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico**. Artigo publicado na revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, setembro de 1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi.

BOTELHO, Maurílio. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e o empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro (orgs). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRANDÃO, André. **Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil**. Emancipação, 2(1): 141-157, 2002.

BRETAS, Marcus. **Observações sobre a falência dos modelos policiais**. Tempo social. Rev. Social, USP, São Paulo, 9 (1). 79-94, maio 1997.

BRUM, Mario. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos**. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs). **Um século de favela**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

\_\_\_\_\_. Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento. In: Souza e Silva, Jailson. **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulamentação armada de territórios cariocas. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro. *Até o último homem – Visões cariocas da administração Armada da Vida Social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**. Revista Contemporânea. Jan-Jun. Ano: 2011.

CAMARGO, Paula. **As cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. FGV. Ano: 2011.

CANO, Ignácio. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, LAV/UERJ, 2012.

CARVALHO, Fernanda. **Expansão territorial de um programa de microcrédito por meio de parceria estado-terceiro setor: o caso Viva Cred Crediamigo**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Monique. **A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura**. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

CASTEL, Robert. *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Vilobaldo, SILVA, Maria do Rosário. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

CASTRO, João Paulo. **Da favela à comunidade: Formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 8, volume 15(2): 171-198 (2004).

CASTANHEIRA, Marcela, CORREIA, Adriano. **A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação**. Artigo, 2017. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-marcela-alves.pdf>>. Acesso em 18/12/2018 às 20:16.

COMPANS, Rose. **A regularização fundiária de favelas do Rio de Janeiro**. Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 41-53, jan./abr. 2003.

CONFORTI, Joseph. **Ghettos as tourism attractions**. *Annals of Tourism Research*. Volume 23, Issue 4, October 1996

CORREIA, Fernanda. **Breve histórico sobre a questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro**. Revista de Ciência Política. Número 43. Ano: 2010.

COSTA, Reginaldo. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano: 2015.

COSTA, Arthur. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, Arthur, SÉRGIO DE LIMA, Renato. Segurança pública. In: SÉRGIO DE LIMA, Renato, RATTON, José Luiz, AZEVEDO, Rodrigo. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTO, Maria Isabel. **UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade**. Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ano: 2016.

CUNHA, Christina. **O medo do retorno do medo. Um ponto de inflexão no programa das UPPs.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 41-62

CUNHA, Neiva. MELLO, Marco. **Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 3 - JUL/AGO/SET 2011 - pp. 371-401.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the Margins of the State.** 330 p., Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DENARI, Giuliana. **“Batom na caveira”: um estudo sobre as mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos: Ufscar, 2016.

DENZIN, Norman, LINCOLN, Yvonna. Introduction: Entering the field of qualitative research. In: Denzin and LINCOLN. **Handboock of qualitative Research.** Thousand Oaks: Sage Publications. 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

\_\_\_\_\_. Violence and civilization: the state monopoly of physical violence and its infringement. In: KEANE, J. **Civil Society and State.** London: Verso, 1988. p. 177 -198.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

EWALD, François. **L'État Providence.** Paris: Grasset, 1986.

FERREIRA, Evandson. **O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt.** Sapere aude – Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 211-226, Jan./jun. 2017 – ISSN: 2177-6342.

FERREIRA, João. **Pesquisa e metodologia em Michel Foucault.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jul-set. 2015. Vol 31 n 3.

FLEURY, Sonia. **A militarização do social como estratégia de integração – O caso da UPP do Santa Marta**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.

FELTRAN, Gabriel. \_\_\_\_\_. **O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **About the Beginning of the Hermeneutics of the Self: Two Lectures at Dartmouth**. Political Theory, Vol. 21, No. 2. (May, 1993), pp. 198-227. Disponível em:< [http://pages.uoregon.edu/koopman/events\\_readings/cgc/foucault\\_herm-subject-80-dartmouth-unmarked.pdf](http://pages.uoregon.edu/koopman/events_readings/cgc/foucault_herm-subject-80-dartmouth-unmarked.pdf)> Acesso em 24/12/2017 às 20:32.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1987. a

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987. b

\_\_\_\_\_. Sobre a História da sexualidade. In: Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos. Vol. IV: Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico**. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **História de la medicalización**. Conferência para o curso de medicina social. Data: outubro de 1974. Instituto de Medicina Social, Centro Biomédico da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.a

\_\_\_\_\_. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.b

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica.** São Paulo: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. **Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise.** Rio de Janeiro: Florense, 2014.

FRANÇA, Fábio. **Foucault, o direito e a norma: apontamentos para uma reflexão sobre o saber jurídico.** Artigo, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpublius/article/view/3283/4309>>. Acesso em 16/11/2017 as 14:44.

FRANCO, Marielle. **UPP - a redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração. Ano: 2014.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na Laje:** produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. **Governamentalidade e mobilização da pobreza urbana no Brasil e na África do Sul: favelas e townships como atrações turísticas.** In: BIRGAN, Patrícia, et.al (org). Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca, VILAROUCA, Márcio, MENEZES, Palloma. **A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta.** Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. 78, p.571-585, Set./Dez. 2016.

FRENZEL, Fabian. **Slumming it: The Tourist Valorization of Urban Poverty.** London: Zed Books, 2016.

FRENZEL, Fabian, KOENS, Ko, STEINBRINK, Malte, ROBERSON, Christian. **Slum tourism: state of the art**. *Tourism Review International*, Vol. 18, pp. 237–252, 2015. Disponível em: <[https://ira.le.ac.uk/bitstream/2381/33397/2/Slum\\_Tourism\\_State\\_of\\_the\\_Art.pdf](https://ira.le.ac.uk/bitstream/2381/33397/2/Slum_Tourism_State_of_the_Art.pdf)>. Acesso em 13/01/2018 às 22:42.

GANEM MISSE, Daniel.. **A Gestão social em áreas pacificadas na construção da Conferência Rio+20 nas comunidades**. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/>>. Acesso em 22/02/2014 às 20:20a.

\_\_\_\_\_. **UPP e Sistema Integrado de Metas: Impacto na redução da criminalidade violenta**. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8584&Itemid=429](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8584&Itemid=429)> Acesso em: 17/02/2014 às 15:10b.

\_\_\_\_\_. **Cinco anos de UPP: Um breve balanço**. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 - no 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 675-700.

GARLAND, David. **Governmentality and the problem of crime: Foucault, Criminology, Sociology**. *Internacional Theoretical Criminology*. University of Edinburg, London. SAGE publications, 1997.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin, GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. Sao Paulo: Editora da UNESP, 1990.

GÓES FELIPE. Os grandes eventos de 2011 e 2016 e seus legados para a cidade. In: URANI, André, GIAMBIAGI. **Rio – A hora da virada**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo : Cortez, 1994.

GONÇALVES, Rafael. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2013.

GRANJA, Patrick. **UPP: O novo dono da favela – cadê o Amarildo**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

GUIMARÃES, Gleny, EIDELWEIN, Karen. (org). **As políticas sociais e as organizações financeiras internacionais**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2016.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio, in: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUES, Ricardo, Silvia, RAMOS. **UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação**. Artigo, 2010. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>>. Acesso em 21/07/2017 às 1:14.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis. Ano II, N3 – janeiro a junho de 2001.

IANNI, Octavio. **A questão social**. Revista São Paulo em Perspectiva. Volume 5 – número 1. São Paulo, 1991.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, Larissa, SALLES, Livia, NOVAES, Patrícia. **Urbanização neoliberal no Rio de Janeiro e seus impactos na favela do Vidigal**. Artigo, 2016. Disponível em: < [http://observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook\\_file/artigo\\_urbfavelas2016.pdf](http://observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/artigo_urbfavelas2016.pdf)>. Acesso em 18/11/2017 às 11:16.

LARKINS, Erica. **The Spectacular Favela**. Violence in Modern Brazil. 2015. California: University of California Press, 2015.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

LEITÃO, Gerônimo, ARAUJO, Helena, BATISTA, André. **Novos roteiros da cidade maravilhosa**. Artigo, 2012. Disponível em: [http://www.catscataguases.com.br/dvd\\_2012/pdf/eixo2\\_003\\_Novos\\_roteiros\\_na\\_Cidade\\_Maravilhosa.pdf](http://www.catscataguases.com.br/dvd_2012/pdf/eixo2_003_Novos_roteiros_na_Cidade_Maravilhosa.pdf)>. Acesso em 14/11/2017 às 14:55.

LEITE, Márcia. **Entre o individualismo e a solidariedade. Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro**. RBCS Vol. 15 número 44/ outubro/2000.

\_\_\_\_\_. **“Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.6.

\_\_\_\_\_. **Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625-642

\_\_\_\_\_. **Novos regimes territoriais em favelas cariocas**. XXVIII Simpósio Nacional de história. Artigo. Ano: 2015. Disponível em: <[http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428368776\\_ARQUIVO\\_paperANPUH2015-Marcia-Leite.pdf](http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428368776_ARQUIVO_paperANPUH2015-Marcia-Leite.pdf)> Acesso em 01/04/2016 às 14:50.

\_\_\_\_\_. **Gestão das “margens” no Rio de Janeiro: sobre dispositivos e agenciamentos em curso em algumas favelas cariocas**. Anpocs, 2015. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=9764&Itemid=461](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9764&Itemid=461)>. Acesso em 20/04/2016 às 9:38.

\_\_\_\_\_. **De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas no contexto de “pacificação”**. In: BIRGAN, Patrícia, et.al (org). Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

LEIVA, Júlio. **Questão social na contemporaneidade: desigualdades sociais, pobreza e o Estado de bem-estar social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Ano: 2012.

LENKE, Thomas. **The birth of bio-politics: Michel Foucault’s lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality**. *Economy and Society* Volume 30 Number 2 May 2001.

LIMA, Jacob. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 158-198.

LIMA, Junia. **Dispositivo urbanismo: entre a governamentalidade e a resistência.** Tese de Doutorado. UFMG. Ano: 2017.

LIMA, Roberto Kant de. **Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no\_4 - OUT/NOV/DEZ 2013 - pp. 549-580.

LOPEZ-RUIZ, Oswaldo. **O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Ano: 2004.

LOURENÇO, Nelson. **Legitimidade e confiança nas polícias.** Revista do Ministério Público 129 : Janeiro : Março 2012.

MACEDO, Ronaldo. **Foucault: o poder e o direito.** Tempo Social. Revista Sociologia. USP. São Paulo. 1990.

MACHADO DA SILVA, Luiz. **Da informalidade a empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho).** CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002

\_\_\_\_\_. **As várias faces da UPP.** CIÊNCIA HOJE • vol. 46 • n° 276. Novembro, 2010.

\_\_\_\_\_. **A política na favela.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 699-716.

\_\_\_\_\_. **O controle do crime violento no Rio de Janeiro.** Diplomatique Brasil. Artigo, 2013. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1348>>. Acesso em 20/09/2016 às 14:50.

\_\_\_\_\_. **A experiência das UPPs: Uma tomada de posição.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 7- 24.

MACHADO DA SILVA, Luiz. LEITE, Márcia, FRIDMAN, Luis. **Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública.** Relatório do Projeto. IBASE/Action Aind-Brasil?Fundação Ford, dez. 2005.

MAGALHÃES, Alex. **O direito das favelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATIOLLI, Thiago. **O que o Complexo do Alemão nos conta sobre a cidade: poder e conhecimento no Rio de Janeiro no início dos anos 1980**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Ano:2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. In: GREGOR, Helena (org). *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAM – MUAC, 2012, p.130-139.

MEIRELLES, Renato, ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: a maior pesquisa sobre a favela brasileira**. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MELICIO, Thiago; GERALDINI, Janaína; BICALHO, Pedro. *Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas*. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 24 – n. 3, p. 599-622, Set./Dez. 2012 .p. 602.

MENDES, Ovídio. **Concepção de cidadania**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2010.

MENDES, Júlio, GUERREIRO, Manuela. Reconstruir a experiência com base nas memórias perdidas. In: PANOSSO, Alexandre, GAETA, Cecília. **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora Senac-SP, 2010.

MENEZES, Palloma. **Turismo e favela: reflexões sobre ética e fotografia**. *Dialogando no Turismo*, Rosana (SP), v. 1, n. 3, p. 10-30, 2007

\_\_\_\_\_. **Vivendo entre “dois deuses”: uma análise da rotina, sociabilidade e mobilidade nas duas primeiras favelas “pacificadas”**. Artigo, 2015. Anpocs. Disponível em: < [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=9766&Itemid=461](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9766&Itemid=461)> . Acesso em 12/05/2016 às 16:50.

MIAGUSKO, Edson. **A nova questão social**. Plural: Sociologia, USP. São Paulo, 6: 169-172. 1º semestre 1999.

\_\_\_\_\_. **ESPERANDO A UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense**. *RBCS Vol. 31 n° 91 junho/2016: e319101*.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1993.

MISSE, Michel. **Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas**. Seminário Brasil em perspectiva: os anos 90. IFCS-UFRJ. Ano: 1993.

\_\_\_\_\_. **Rio como bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política**. *Insight Inteligência 3 (5)*, 12-16, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. Artigo, 2010. Lua Nova, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>>. Acesso em 10/12/2012 às 20:30d.

\_\_\_\_\_. **Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades**. *Revista de Sociologia Política*. V. 19. Ano: 2011. a

\_\_\_\_\_. **Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro**. Artigo, 2011. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-rearranjos-de-poder-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 14/05/2015 às 18:39. b

\_\_\_\_\_. Entrevista para Folha de São Paulo. **Intervenção é paliativo com efeito publicitário, diz sociólogo**. Data de Publicação: 18/02/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/intervencao-e-paliativo-com-efeito-politico-publicitario-diz-sociologo.shtml>>. Acesso em 23/02/2018 às 19:03.

MOTTA, Luana. **Fazer Estado, produzir ordem: sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFSCar. Ano: 2017.

MORAES, Bel. **Turismo e o Museu de Favela. Um caminho para novas imagens das favelas do Rio de Janeiro.** *Revista Eletrônica Cultural*. Volume 04 – N.01 Ano: 2010.

MUNIZ, Jacqueline. **Entrevista ao Programa Voz Ativa.** Março/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8yXidQifeDU&t=1047s>> . Acesso em 14/04/2018 às 14:30.

MUNIZ, Jaqueline, MELLO, Kátia. **Nem tão perto, nem tão longe.** O dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 44-65, jan-mar. 2015.

NOTO, Carolina. **A ontologia do sujeito em Michel Foucault.** Dissertação de Mestrado. USP. Ano: 2009.

OLIVEIRA, Fabi. **Mais Justiça e mais cidadania nas favelas cariocas pós-pacificação.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

OLIVEIRA, Jane Souto. **Repensando a questão das favelas.** *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v.2 n.1, jan/jun 1985, p. 9-3.

OLIVEIRA, Márcio. **Projeto Rio Cidade: Intervenção Urbanística, Planejamento Urbano E Restrição À Cidadania Na Cidade Do Rio De Janeiro.** X Coloquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona, 26 - 30 de maio de 2008.

OLIVEIRA, Natália. **Gentrificação e moradia social: como a política urbana pode atual.** Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

OST, Sabrina. **O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta Pós-Upp.** Dissertação de Mestrado em Administração. Fundação Getúlio Vargas, 2012.

OST, Sabrina, FLEURY, Sônia. **O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 3, 2013, pp. 635 a 671.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios.** *MANA* 20(1): 125-161, 2014.

PAIXÃO, Antônio, BEATO, Claudio. **Crimes, vítimas e policiais**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 233- 248, maio de 1997.

PANDOLFI, Dulce, GRYNZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. . In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). **Cidade: história e desejos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PASSOS GUIMARÃES, Alberto. **As favelas do Distrito Federal**. Revista Brasileira de Estatística, jul/set/1953.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, 3 ed., Cortez, 2004.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**. O paradoxo brasileiro. Paz e Terra: 2001.

PEREIRA, Luiz. **O Programa Favela Bairro: Mais do mesmo? Quais as possibilidades para a superação dos “problemas” existentes na cidade do Rio de Janeiro?** Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XIX, número 331 (54). Ano: 2010.

PEREIRA DA SILVA, Maria. Favela: É geral? É particular? É urbano? (p. 32). In: SOUZA E SILVA, Jaílson. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. *Tempo Social* .Revis. Sociol. USP, vol. 9, n 1, 43-52, maio 1997.

PRADO FILHO, Kleber. **Trajetórias para a leitura de uma história crítica Das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault**. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor. Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Ano: 1998.

PUZIO, Marcelo, ROSA, Pablo. **Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do homo œconomicus**. Artigo, 2013. Disponível em: <Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do homo œconomicus>. Acesso em 14/07/2016 às 22:45.

RAMOS, Silvia. **Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas**. Trivium Estudos Interdisciplinares – Direitos Humanos. Ano: 2011.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos Essenciais**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

RIBEIRO, Ludmila. **O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012)**. *Análise Social*, 211, xlix (2.º), 2014. Issn online 2182-2999.

RIBEIRO, Luiz, OLINGER, Marianna. **The favela in the city-commodity: deconstruction of a social question**. Artigo, 2012. Disponível em: < [http://www.observatorio.dasmetropoles.net/download/favela\\_olinger.pdf](http://www.observatorio.dasmetropoles.net/download/favela_olinger.pdf)>. Acesso em 02/04/2014 às 21:35.

RIBEIRO, Paulo, STROZENBERG, Pedro. **Balcão de direitos – Resoluções de conflitos em favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

RIZEK, Cibele. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. In: BARROS, Joana, BARBOSA, Evanildo, DUARTE, Lívia. **Juventude e direitos na cidade**. Rio de Janeiro: Fase 50 anos, 2013.

ROCHA, Anabella. **Cadê o Amarildo? Iterabilidade e construção de memórias em cartografias comunicáveis**. Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ano: 2016.

ROCHA, Ana, ECKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas**. Artigo, 2008. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30176/000673630.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18/07/2014 às 19:40.

ROCHA, Lia. **Da “cidade integrada” ao “empreendedorismo”: participação e gestão nas margens em tempos de “pacificação”**. 38º Encontro Anual da Anpocs Caxambu - Minas Gerais. Outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas**. In: BIRGAN, Patrícia, et.al (org). Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RODRIGUES, Daniel. **Mudanças e contiuidades na gestão social das favelas cariocas: as experiências do Serfha e do Upp Social**. Cadernos gestão social, v.6, n.1, jan./jun. 2015.

ROJIDO, Emiliano. **UPP na favela: Por que respeitar a lei?.DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 - no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 91-110.**

ROSE, Nikolas. **Inventando os nossos selfs – Psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROSENFELD, Cinara. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In: Lima, Jacob (org). **Ligações perigosas: trabalho flexível e o trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

ROXO, Michelle; GROHMANN, Rafael. **Sentidos do Empreendedorismo no Campo Profissional Jornalístico**. 4o Congresso Internacional de Comunicação e Consumo – Comunicon. Anais do Comunicon. São Paulo: ESPM, 2014.

ROY, Ananya. **Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno**. Artigo, 2011. Disponível em: <[http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31\\_capa.pdf?1513866648](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31_capa.pdf?1513866648)> . Acesso em 21/01/2018 às 12:15

SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2. 1994.

SÁNCHEZ GARCIA, F. **Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana**. Revista Paranaense de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 4, 1999.

SANTOS, Paulo. **A intensificação da exploração da força de trabalho com a produção flexível: elementos para o debate**. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

SERGIO DE LIMA, Renato, BUENO, Samira, MINGARDI, Guaracy. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. Revista Direito FGV | São Paulo | v. 12 n. 1 | 49-85 | jan-abr 2016.

SEBRAE. **Pesquisa sobre Microempreendedorismo nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2012.

SEBRAE. **Guia Essencial para empreendedores**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2015.

SERGIO DE LIMA, Renato. **O caveirão voador e os zumbis em busca de corpos frescos**. Artigo, 2018. Disponível em:< <https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2018/06/21/o-caveirao-voador-e-os-zumbis-a-procura-de-corpos-frescos/>> Acesso em 25/06/2018 às 21:38.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Josué Pereira. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Jailson (org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SIMMEL, Georg. **A Metrópole e a Vida Mental**. In: VELHO, Otávio G (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sobre la aventura: ensaios filosóficos**. Barcelona: Península, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Estrangeiro**. In: MORAES, Filho (Org.). São Paulo: Ática, 1983, pp. 182-188.

\_\_\_\_\_. **A psicologia do dinheiro**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro. Lumem Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. **UPP: origens, perspectivas, contextos institucionais e conjunturas políticas** (Entrevista). Data de publicação: 01/12/2011. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/upp-origens-perspectivas-contextos-institucionais-e-conjunturas-politicas/>>. Acesso em 11/11/2017 às 8:27.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada. Direitos humanos sociedade civil e crise da política partidária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SOUZA, Gabriel, BARBOSA, Gisele. **A dualidade das ações públicas como indutora da segregação residencial carioca**. Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente construído. Ano: 2014.

SOUZA, Jessé. **(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?** Artigo. Lua nova. Ano: 2003.

\_\_\_\_\_. **Ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TELLES, Vera. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

\_\_\_\_\_. **Cidadania e pobreza.** São Paulo: Editora 34, 2001.

\_\_\_\_\_. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argvmentin, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos.** Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41.

TEXEIRA DA SILVA, Francisco, MEDEIROS, Sabrina, VIANNA, Alexander. **Enciclopédia - Guerras e revoluções.** São Paulo: Elsevier, 2015.

TEIXEIRA, Cesar. **O ‘policial social’: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 77-96.

TOMMASI, Livia. **Naturellement créatifs » : pacification, entrepreneuriat et créativité dans les favelas cariocas.** Dossier : Les années Lula : politiques sociales ou néolibéralisme ?. 2014. Disponível em: <<https://bresils.revues.org/1273#text>>. Acesso em 29/07/2017 às 18:20.

TOMASI, Livia, VELAZCO, Dafine. **A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária.** Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 56, p. 15-42, jun. 2013.

ULHÔA, José Pimentel. **Cidadania.** Universidade Federal de Goiás. V5(2) 49-68.jul/dez/2000.

- URRY, John. **O olhar do turista**. São Paulo: Editora Studio Nobel/SESC, 2001.
- VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VAZ, Lilian. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro**. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 581-597.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- VIEIRA, Natália. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- VIERA, Thales. **Nem junto, nem misturado: uma etnografia sobre paz e proximidade na UPP Nova Brasília no complexo do alemão**. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia. Ano:2014.
- WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. In: Wacquant, Loïc. **Parias urbains. Ghetto, banlieues, État**. Paris: La Découverte, 2006.
- WEBER, Max. **Os três aspectos da autoridade legítima**. In: ETZIONI, Amitai. *Organizações Complexas: Um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973. p. 17-26.
- WERMUTH, Maiquel. NIELSSON, Joice. **De Hannah Arendt a Judith Butler: em busca da humanidade perdida nas fronteiras do estado-nação**. *Pensar*, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 301-334, jan./abr. 2017
- YOUNG, Robert. **Colonial desire: hybridity in theory, culture and race**. London/New York: Routle, 1995.
- ZALUAR, Alba. **Dilemas, desafios e problemas da UPP no Rio de Janeiro**. Brasa. Brazilian Studies Association. Ano: 2014.

\_\_\_\_\_. **Alba Zaluar fala sobre as UPPs**. Video-reportagem, 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=B6MB\\_SojreY](https://www.youtube.com/watch?v=B6MB_SojreY)>. Acesso em 11/12/ 2013 às 21:34.

ZALUAR, Alva, ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

## REPORTAGENS

**BBC. No Complexo do Alemão, príncipe Harry conversa sobre a ocupação do Exército.**

Data de publicação: 10/03/2012. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120310\\_harry\\_alemao\\_jc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120310_harry_alemao_jc)> acesso em 16/08/2017.

**BBC Brasil. Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro.**

Data de Publicação: 21/02/2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>>. Acesso em 12/03/2018 às 15:49

**BID. Programa de inclusão social de jovens em comunidades pacificadas começa no Rio de Janeiro com apoio do BID.**

Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-02-22/inclusao-social-de-jovens-no-rio-de-janeiro-brasil,10339.html>>. Acesso em 26/12/2017.

**CBN. Especulação imobiliária faz moradores se mudarem de favelas da Zona Sul do Rio.**

Data de Publicação: 17/04/2014. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2014/04/17/especulacao-imobiliaria-faz-moradores-se-mudarem-de-favelas-da-zona-sul-do-rio.htm#ixzz51jo52j4z>. Acesso em 19/11/2017 às 16:59

**DW Brasil. “Gentrificação” chega ao Vidigal e pressiona preço dos imóveis.**

Reportagem. Data de publicação: 12/04/2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/gentrifica%C3%A7%C3%A3o-chega-ao-vidigal-e-pressiona-pre%C3%A7os-dos-im%C3%B3veis/a-17562164>> . Acesso em: 24/11/2017 às 22:54.

**EBC Agência Brasil. Moradores do Alemão acusam PM de usar casas como base.**

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/moradores-do-alemao-acusam-pm-de-usar-casas-como-base-upp-diz-ser-estrategia>>. Acesso em 14/06/2017 às 16:11

**El país. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio.**

Reportagem. Data de publicação: 12/03/2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227\\_645322.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html)>. Acesso em 14/04/2018 às 15:38.

**Estadão. Marielle foi morta por submetralhadora, e não pistola, mostra reportagem da Record.**

Reportagem. Data de publicação: 07/05/2018. Disponível em:

<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,marielle-foi-morta-por-submetralhadora-e-nao-pistola-mostra-reportagem-da-record,70002297810>>. Acesso em 08/05/2018 às 13:23.

Extra. **Programa garante serviços públicos e direitos do cidadão**. Reportagem. Página 02. Data de publicação: 17/08/2011

Extra on line. **UPP providencia baile de debutantes**. Data de publicação: 03/12/12. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/upp-providencia-baile-de-debutantes-6907069.html>>. Acesso em 13/11/2017 às 11:39

Extra. GPAAE x UPP. Reportagem. Data de publicação: 29/12/09. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/ana-paula-miranda/gpaae-upp-387054.html>>. Acesso em 10/11/2017 às 21:53.

Favela Santa Marta Tour. **Tour Fotográfico na Favela Santa Marta**. Ano: 2014. Disponível em: <[favelasantamartatour.blogspot.com.br/search?updated-max=2015-01-30T15:13:00-08:00&max-results=7](http://favelasantamartatour.blogspot.com.br/search?updated-max=2015-01-30T15:13:00-08:00&max-results=7)> Acesso em 12/01/2018 às 14:32.

Folha on line. **UPP no Alemão troca container por bunker com buracos para apoiar fuzil**. Publicação: 12/08/ 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667530-upp-no-alemao-troca-container-por-bunker-com-buracos-para-apoiar-fuzil.shtml>>. Acesso em 16/06/2017 às 17:25.

Folha. **Light prevê lucrar com favela sem "gatos"**. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2712201022.htm>>. Acesso em 14/02/2016 às 15:40.

Fundo UPP. Disponível em: <<http://www.agerio.com.br/index.php/credito-para-sua-voce/28-pessoa-fisica/22-fundo-upp-empreendedor>> Acesso em 23/09/2016 às 13:40.

G1. **Rio ganha nesta segunda-feira UPP em favela próxima ao Cristo Redentor**. Disponível em:<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/rio-ganha-nesta-segunda-feira-upp-em-favela-proxima-ao-cristo-redentor.html>>. Acesso em 01/10/2018 às 11:32.

G1. **Homicídio no Dona Marta é o 1ª desde 2008, quando UPP foi criada**. Reportagem, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/homicidio-no-dona-marta-e-o-1-desde-2008-quando-upp-foi-criada.html> >. Acesso em 25/07/2016 às 14:40.

**G1. Dançarino DG foi morto por um policial militar, afirma investigação.** Reportagem, 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/03/dancarino-dg-foi-morto-por-um-policial-militar-afirma-investigacao.html>> Acesso em 14/09/2016 às 17:04.

**GI. Governo do Rio confirma saída de Beltrame da Secretaria de Segurança.** Reportagem, 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/governo-do-rj-confirma-saida-de-beltrame-apos-2-turno-das-eleicoes.html>>. Acesso em 18/10/2016 às 18:30.

Le monde diplomatique. O funk é democrático, por isso é perigoso. Data de publicação: 03/01/2011. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-funk-e-democratico-e-por-isso-perigoso/>> Acesso em 02/12/2017 às 20:59.

Ministério do Desenvolvimento Social. **Osmar Terra discute ações do plano contra violência no Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/junho/osmar-terra-discute-acoes-do-plano-contr-a-violencia-no-rio-de-janeiro>> . Acesso em 26/12/2017 às 15:41.

O Dia. **Traficantes atiram contra policiais da UPP Santa Marta.** Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-09-22/traficantes-atiram-contra-policiais-na-upp-santa-marta.html>>. Acesso em 16/11/2017 às 13:45.

O Globo on line. **Traficantes atacam base da UPP Santa Marta.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/traficantes-atacam-base-da-upp-santa-marta-20520844#ixzz4ybZtAiMf>> Acesso em 18/05/2017 às 12:32.

O Globo. **Manifestação deixa um homem morto e fecha ruas em Copacabana.** Reportagem, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>>. Acesso em 13/09/2016 às 18:38.

O Globo. **Nada sobrevive só com segurança.** Reportagem. Data de publicação: 29/05/2011. Página 18.

O Globo. **PMs do Bope são acusados de agressão e de destruição na Ladeira dos Tabajaras.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pms-do-bope-sao-acusados-de-agressao-destruicao-na-ladeira-dos-tabajaras-22011639#ixzz50DGS9MwG>>. Acesso em 02/12/2017 às 13:48.

O Globo on line. **Imóveis em favelas com UPP sobem até 400 %**. Reportagem. Data de Publicação: 29/06/2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/imoveis-em-favelas-com-upp-sobem-ate-400-3001504>> Acesso em 23/11/2017 às 20:14

O Globo on line. **Pesquisadores traçam a história da ocupação do Complexo do Alemão**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pesquisadoras-tracam-historia-da-ocupacao-do-complexo-do-alemao-10247995#ixzz5BrFno7of>>.

O GLOBO. **Lula e Paes lançam o projeto Rio Top Tour no Morro Dona Marta**. Ano: 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/lula-paes-lancam-projeto-rio-top-tour-no-morro-dona-marta-2958699#ixzz39MsYBW8r>> Acesso em 03/05/2014 às 18:49.

O Globo. **Turbinando o DNA empreendedor**. Reportagem. Data de publicação: 12/02/2012. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=empreendedorismo+pacific%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em 14/09/2016 às 13:40.

Ministério do Turismo. **Projeto Top Tour é lançado no Rio**. Ano: 2012. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20100830.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100830.html) > Acesso em 06/05/2014 às 19:16.

Ponte. Direitos humanos, justiça e Segurança pública. **O Bope está entrando nas favelas pra matar**. Disponível em: <<https://ponte.org/o-bope-esta-entrando-nas-favelas-para-matar/>> Acesso em 05/12/2017 às 12:05.

Prop Mak. **Sky lança pacote popular no Rio de Janeiro**. Reportagem, 2010. Disponível em: <<http://propmark.com.br/midia/sky-lanca-pacote-popular-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em 21/08/2016 às 14:50.

R7 on line. **Franquias focam empreendedor de favelas pacificadas**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/franquias-focam-empresendedor-de-favelas-pacificadas-do-rio-02112015>>. Acesso em 08/12/2016 às 14:31.

Revista Piauí. **Caso Amarildo: quatro anos depois**. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/07/14/caso-amarildo-quatro-anos-depois/>> Acesso em 11/11/2017 às 15:20.

RIO CRIATIVO. **Criatividade – Rio Criativo**. Vídeo Institucional. Ano:2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g-X04oPpTJU>> Acesso em 08/01/2018 às 20:22.

Rio on Watch. **A História da Polícia Militar do Rio de Janeiro Parte III: Policiamento comunitário.** Data de publicação: 05/04/2014. Disponível em: <<http://riononwatch.org.br/?p=10988>>. Acesso em 24/09/2017 às 8:10.

R7. **Motoboys agora oferecem serviços aos turistas.** Disponível em: <[www.r7.com.br/turismo/pavão-pavaozinho](http://www.r7.com.br/turismo/pavão-pavaozinho)> Acesso em 23/06/16 às 14:56.

SEBRAE. **Empreendedorismo nas favelas.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/empreendedorismo-em-comunidades,f84b9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 23/08/2016 às 18:12.

TEIXEIRA CARLA. **Entrevista para o DC.** DC Economia. **Os negócios da quebrada.** Disponível em: <[http://www.dcomercio.com.br/categoria/economia/os\\_negocios\\_da\\_quebrada\\_entrevista\\_com\\_carla\\_teixeira\\_panisset](http://www.dcomercio.com.br/categoria/economia/os_negocios_da_quebrada_entrevista_com_carla_teixeira_panisset)>. Acesso em 10/07/2016 às 10:40.

The Guardian. **Providing electricity to Rio de Janeiro's favelas.** Reportagem. Data de publicação: 18/03/2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sustainable-business/providing-electricity-rio-de-janeiro-favelas>> Acesso em 21/11/2017 as 11:16.

Uol Economia. **Moradores de favelas pacificadas do Rio viram empresários .** Reportagem, 2012. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/07/04/pacificacao-de-favelas-cariocas-abre-portas-para-o-empreendedorismo.htm>>. Acesso em 02/07/2016 às 12:40.

Uol Economia. **40% dos moradores de favelas querem abrir negócio próprio, diz estudo.** Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2015/03/03/40-dos-moradores-de-favelas-querem-abrir-negocio-proprio-diz-estudo.htm>> Acesso em 23/02/2016 às 14:17.

Vila mulher. **Povo do asfalto em festa na favela.** Disponível em: <<http://www.vilamulher.com.br/bem-estar/comportamento/spanta-nenem-povo-do-asfalto-em-festa-na-favela-11-1-69-558.html>> . Acesso em 14/08/2016 às 15:50.

Uol notícias. **Em meio a onda de violência, Pezão diz que colocará mais de 2000 policiais nas ruas do Rio.** Disponível: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/02/08/pezaon-diz-que-colocara-mais-2-mil-policiais-nas-ruas-do-rio.htm>> Acesso em 08/02/2018 às 19:23.

Uol. **Ao menos 24 de 38 UPPs são em contêineres no Rio, e PMs reclamam de calor.** Reportagem. Data: 15/01/2015. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/01/15/ao-menos-24-de-38-upps-sao-em-conteineres-no-rio-e-pms-reclamam-de-calor.htm>>. Acesso em 23/09/2017 às 17:19.

UPP/RJ. **Baile de debutantes das UPPs acontece nesta quarta-feira.** Data de publicação: 28/07/2015. Disponível em: < <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/baile-de-debutantes-das-upps-acontece-nesta-quarta-feira/cpp>>. Acesso em 13/11/12 às 12:02.

UPP/RJ. **Emoção e alegria e surpresas no Baile de Debutantes das UPPs.** Data de publicação: 30/07/2017. Disponível: < <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/emocao-alegria-e-surpresas-no-baile-de-debutantes-das-upps/cpp>> . Acesso em 13/11/12 às 12:42.

UPPRJ. Disponível em:< <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/upp-santa-marta-intensifica-o-gpp-social/Santa%20Marta>>. Acesso em: 29/09/2017.às 20:36.

## ANEXOS

### **Anexo 1: Questionário para os moradores não envolvidos com o turismo**

1. Fale um pouco sobre sua vida antes da *pacificação*.
2. Como foi sua infância?
3. Como era a questão da violência antes da *pacificação*?
4. Quais são os pontos positivos e negativos das UPPs?
5. A representação da favela nos meios de comunicação mudou com a implantação das UPP?
6. O que você pensa a respeito do “turismo de favela”?
7. Você já conversou com algum turista? Como foi a experiência?
8. Em sua opinião, o que os turistas buscam ao visitarem a favela?

### **Anexo 2: Questionário para os moradores que estão diretamente envolvidos com o turismo/ empreendedores**

1. Como era a vida antes da *pacificação*? E depois?
2. Qual sua opinião sobre a implantação das UPPs?
3. Qual a importância da UPP no desenvolvimento do seu negócio?
4. Você teve algum apoio de entidades governamentais/não governamentais?
5. O que representa para você ser um empreendedor?
6. Quais as vantagens e desvantagens de empreender na favela?
7. Qual é o perfil do seu público? (etnia, gênero, classe, nacionalidade, entre outros).
8. Você recebeu alguma crítica pelo seu trabalho?
9. Se a favela não fosse *pacificada* você faria esse mesmo passeio?
10. Você já presenciou algum conflito durante o passeio?

### **Anexo 3. Questionário para os turistas**

1. Por que você decidiu visitar uma favela?
2. Que tipo de materiais audiovisuais você já assistiu sobre a favela? Exemplo: filmes, reportagens, fotos, entre outros?
3. Você sente ou sentiu algum tipo de receio ao entrar na favela?
4. Você teve algum tipo de contato com os moradores?
5. Você comprou algum produto durante sua estada na favela?
6. Qual a sua percepção a respeito da favela após o passeio?